



VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NO CENTRO DE SÃO PAULO: propostas e reivindicações para políticas públicas

DOSSIÊ DE DENÚNCIA | ORGANIZAÇÃO: FÓRUM CENTRO VIVO

Créditos

Organização do Dossiê

Fórum Centro Vivo

Entidades Realizadoras

Centro de Mídia Independente - Coletivo de São Paulo (CMI-SP) | Central dos Movimentos Populares (CMP) | Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos | Editora Pressa | Fórum Metropolitano de Educação Social na Rua | Frente de Luta por Moradia (FLM) | Integração Sem Posse | Movimento dos Ambulantes de São Paulo (MASP) | Movimento Nacional de Luta em Defesa dos Direitos da População de Rua (MNPR) | Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR | Polis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais | União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP)

Colaboradores para Realização do Dossiê

Aline Fidalgo | Anderson Lopes | André Kobashi | Andréa Apóstolo | Benedito Roberto Barbosa | Carlos Henrique | Carlos Montoya | Cecília Teixeira | Cristiana Gonzalez | Elizabeth Grimberg | Eric Verhoeckx | Francisco Comarú | Graziela Kunsch | Isadora Fernandes | Janiz Martinez | Júlia Tavares | Karine Batista | Luciana Bedeschi | Luciana Itikawa | Maria das Graças Xavier | Mariah Luck | Mariana Cavalcante | Nelson Che | Neuma | Nicomedes José Vieira | Pádua Fernandes | Patrícia de Menezes Cardoso | Paulo Romeiro | Rodrigo Ciríaco | Rodrigo Dantas | Sebastião Nicomedes | Sergio Bispo | Sidnei Eusébio | Silvio Caccia Bava | Tânia Ribeiro Canhadas | Tatiana Morita Nobre | Toya Mileno | Waldemar Luiz Kunsch | Weber Sutti | Michael Mary Nolam | Nelson Saule Jr. | Hermes Almeida | Rosaria dos Santos

Fotografias

Anderson Barbosa | André Takahashi | Antonio Brasileiro | Bijari | Ennio Brauns | Fabio Weintraub | Fernão Lopes | Graziela Kunsch | Henrique Parra | Isadora Lins / CMI São Paulo | Julia Valiengo | Mariana Cavalcante | Raphael Maureau | Rede Rua | Tranca RUa | Thiago Benicchio | Yili Rojas (ilustração)

Entidades, movimentos sociais, grupos e organizações que aderem ao Dossiê

Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH) | Ação Cristã Contra a Tortura (Acat Brasil) | Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste (AMMRS) | As Moreculaz – Associação Moradia, Renda / Reciclagem, Cultura / Cidadania e Lazer | Associação Cheiro de Capim | Associação de Moradores e Amigos da Vila Itororó (AMAVILA) | Caritas, Região Episcopal Sé | Central de Movimentos Populares (CMP) | Centro de Defesa dos Direitos Humanos Padre Ezequiel Ramin (CDDH) | Centro de Direitos Humanos de Sapopemba (CDHS) | Centro de Mídia Independente - Coletivo São Paulo (CMI-SP) | Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos (CGGDH) | Centro Informação de Mulher (CIM) | Centro Santo Dias de Direitos Humanos (CSD) | Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS) | Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos (COHRE) | Comissão Teotônio Vilela | Comitê pela Liberdade do Gegê e contra a Criminalização dos Movimentos Sociais | Editora Pressa | Educa São Paulo | Elefante | Escritório Piloto Grêmio USP, Extensão Universitária com Movimentos Sociais (EP USP) | Esqueleto Coletivo | Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE | Fórum da Esquerda – Grupo Estudantes de Direito da Universidade de São Paulo | Fórum Metropolitano de Educação Social na Rua | Fórum Regional Centro das Entidades da Ação da Cidadania | Frente de Luta por Moradia (FLM) | Fundação de Direitos Humanos Bento Rubião | Grupo Risco | Habitat International Coalition - HIC | Habitat para a Humanidade | Instituto Controle Público | Integração sem Posse | Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação | Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (LabHab FAUUSP) | Marcha Mundial de Mulheres (MMM) | Movimento Comunas Urbanas (MCU) | Movimento da Luta Anti-Manicomial – Fórum Paulista | Movimento de Moradia do Centro (MMC) | Movimento de Moradia Região Centro (MMRC) | Movimento de Moradia Vila Livieiro | Movimento dos Ambulantes de São Paulo – (MASP) | Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) | Movimento em Marcha (MM) | Movimento Nacional de Direitos Humanos – Regional São Paulo (MNDH-SP) | Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) | Movimento Nacional de Luta em Defesa dos Direitos da População de Rua (MNPR) | Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) | Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL - São Paulo) | Nova Pasta | Organização Civil de Ação Social (OCAS) | Organização de Auxílio Fraternal (OAF) | Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM) | Polis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais | Rede Rua / Jornal | Serviço de Assessoria Jurídica da Universidade de São Paulo (SAJU USP) | Sociedade Amigos da Vila Liviero (SAVIL) | Tortura Nunca Mais | Tranca RUa | União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP) | União de Mulheres de São Paulo | União Nacional por Moradia Popular (UNMP) | Unificação das Lutas de Cortiços (ULC) | Vida Associada - Grupo de Pesquisa em Habitação

Sumário

01	Apresentação
	O Fórum Centro Vivo e a origem das denúncias
05	Introdução
09	I. A situação dos direitos humanos das famílias sem-teto e de baixa renda do centro de São Paulo
09	1. Contextualização da situação dos sem-teto
19	2. Ações que potencializam a violação dos direitos humanos da população sem-teto: interrupções de programas de Habitação de Interesse Social na região central
	2.1. Programa Ação Centro
	2.2. Programa Morar no Centro
	2.3. Perímetros de Reabilitação Integrada do Habitat (PRIHs)
	2.4. Bolsa Aluguel
	2.5. Programa de Locação Social
	2.6. Mutirões autogestionários
29	3. Despejos forçados: violência institucional dos poderes judiciário e executivo
	3.1. Plínio Ramos
	3.2. Tenente Pena
	3.3. Paula Souza
	3.4. Rua do Ouvidor
	3.5. Edifício Prestes Maia
	3.6. Vila Itororó, no bairro da Bela Vista
	3.7. Vila Monumento
94	4. Reivindicações e propostas
	4.1. Reivindicações e propostas gerais
	4.2. Reivindicações e propostas aos poderes públicos
	4.3. Reivindicações e propostas específicas quanto às ocupações de prédios e vilas de moradores nas áreas centrais
100	5. Reportagens e matérias publicadas pelos veículos de comunicação

101	II. A situação dos direitos humanos dos catadores de materiais recicláveis do centro de São Paulo
101	1. Contextualização da problemática dos catadores de materiais recicláveis na região central de São Paulo
105	2. Casos de violação dos direitos humanos dos(as) catadores(as) de material reciclável
	2.1. Expulsão do centro
	2.2. Restrição à circulação dos catadores no centro
	2.3. Ameaça à autonomia e à autogestão das cooperativas de catadores
	2.4. Ameaça de despejo da Coopamare pela prefeitura de São Paulo
	2.5. Intermediação do Ministério Público do Trabalho
118	3. Reivindicações e propostas ao Poder Público Municipal
122	4. Reportagens e matérias publicadas pelos veículos de comunicação
123	III. A situação dos direitos humanos da população em situação de rua do centro de São Paulo
123	1. Contextualização da situação da população de rua
136	2. Situação dos albergues
141	3. Casos e violações de direitos humanos identificados junto à população de rua
	3.1. Assassinatos em agosto de 2004
	3.2. Ineficácia da Política de Atenção à População de Rua: a interrupção da aplicação da lei municipal 12.316/97
	3.3. Falta de continuidade das moradias provisórias
	3.4. Fim do Programa Operação Trabalho
147	4. Reivindicações e propostas
	4.1. À Prefeitura Municipal de São Paulo
	4.2. À Prefeitura Municipal e ao Governo do Estado de São Paulo
	4.3. Ao Procurador Geral da República
149	5. Reportagens e matérias publicadas pelos veículos de comunicação
151	IV. A situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em situação de rua do centro de São Paulo
151	1. Contextualização da situação de crianças e adolescentes
	1.1. Municipalização da política de atendimento
	1.2. Concepção sobre a situação
	1.3. Revitalização do centro de São Paulo
154	2. Casos de violações de direitos humanos identificados junto às crianças e aos adolescentes em situação de rua
	2.1. “Limpeza social” no bairro da Luz
	2.2. Rampa antigente – Avenida Paulista
156	3. Revitalização do centro e violência
162	4. Reivindicações e propostas
	4.1. À Prefeitura do Município de São Paulo
	4.2. Ao Governo do Estado de São Paulo
164	5. Reportagens e matérias publicadas pelos veículos de comunicação

165	V. A situação do comércio informal de rua no contexto da revitalização do centro de São Paulo
165	1. Contextualização da situação dos comerciantes informais de rua
	1.1. Informalidade: uma “exceção” permanente
	1.2. Articulação com atividades e fluxos urbanos
	1.3. Oportunismo e violência sobre os trabalhadores clandestinos
	1.4. A “gentrificação” do centro e o comércio informal de rua
	1.5. Políticas públicas irreais, ausência de representatividade
177	2. Casos de violações de direitos identificadas junto aos comerciantes de rua
182	3. Reivindicações e propostas
	3.1. À Prefeitura Municipal de São Paulo
	3.2. Ao Governo do Estado de São Paulo e ao Governo Federal
183	4. Referências bibliográficas
184	5. Reportagens e matérias publicadas pelos veículos de comunicação
185	VI. A criminalização da pobreza, dos movimentos sociais e dos defensores dos direitos humanos
185	1. Contextualização da criminalização na cidade de São Paulo
	1.1. A criminalização da pobreza
	1.2. A criminalização dos movimentos populares
	1.3. A criminalização dos defensores de direitos humanos
192	2. Casos de violações dos direitos humanos
	2.1. Criminalização da população adulta e das crianças e dos adolescentes em situação de rua
	2.2. Prisão e perseguição do líder popular Gegê
	2.3. Criminalização e intimidação de defensores de direitos humanos envolvidos na prevenção a despejos forçados no centro de São Paulo
	2.4. Intimidação e agressão de defensores de direitos humanos que trabalham com crianças e adolescentes de rua no centro de São Paulo
	2.5. Audiência pública com comandante da Guarda Civil Metropolitana
209	3. Reivindicações e propostas
	3.1. Ao Ministério Público e ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe) do Estado de São Paulo
	3.2. À Ouvidoria de Polícia e à Corregedoria da Polícia Militar
210	4. Reportagens e matérias publicadas pelos veículos de comunicação
211	VII. Retrocessos na democratização do centro de São Paulo
211	1. Contextualização dos retrocessos na democratização
212	2. Retrocessos na democratização, do ponto de vista do uso e do acesso aos espaços públicos e equipamentos no centro de São Paulo
	2.1. Fatos
	2.2. Propostas e recomendações
227	3. Retrocessos na democratização, do ponto de vista da participação e controle social
	3.1. Fatos
	3.3. Reivindicações e propostas
235	4. Reportagens e matérias publicadas pelos veículos de comunicação

Apresentação

O Fórum Centro Vivo e a origem das denúncias

O Fórum Centro Vivo (FCV) é uma articulação coletiva fundada em 10 de dezembro de 2000. A proposta surgiu em maio de 2000, durante o Seminário “Movimentos Populares e Universidade”, organizado por estudantes da Universidade de São Paulo (USP), pela Central dos Movimentos Populares (CMP) e pela União dos Movimentos de Moradia (UMM), com apoio e participação de diversos professores e professoras daquela universidade.

Sua criação estava associada à necessidade de um espaço para encontro, debates, reflexão, articulação, fortalecimento mútuo e luta na perspectiva de democratização e defesa dos direitos no centro da cidade, como contraponto a projetos e ações públicas e privadas que, em muitos casos, desconsideravam e afetavam negativamente os grupos mais vulneráveis ou atendiam apenas a interesses privados e de ordem econômica e imobiliária.

Assim, o FCV tem por objetivo articular todas as pessoas e organizações que lutam pelo direito de permanecer no centro e transformá-lo em um lugar melhor e mais democrático, contrapondo-se, assim, ao processo de renovação urbana e exclusão que vem ocorrendo em São Paulo.

Participam dele dezenas de grupos de diferentes áreas de atuação: movimentos sociais; pastorais e organizações de base; universidades, diretórios acadêmicos e grêmios estudantis; organizações não-governamentais, entidades de defesa dos direitos humanos, de educação e cultura; coletivos de arte e grupos de teatro; e coletivos de mídia independente.

O FCV reúne pessoas que lutam pelos seguintes princípios, definidos e pactuados em sua Carta de Princípios, a partir de ampla discussão entre os seus participantes:

1 – Lutar por **justiça social** e pela **reforma urbana**, contra toda forma de segregação por classe social, raça, etnia, gênero, orientação sexual e faixa etária;

2 – Defender a **função social da propriedade**, contra a especulação imobiliária e a retenção de imóveis vazios, sejam estes públicos ou privados;

¹ Lei Federal 10.257/01, que regulamentou os capítulos 181 e 182 da Constituição do Brasil, conhecida como Estatuto da Cidade.

3 – Pleitear uma **política de habitação popular para a área central** com ampla participação, desde sua formulação até a execução e gestão;

4 – Apoiar as formas de produção e distribuição por cooperativas e empresas autogeridas, baseadas nos princípios da construção de uma **economia solidária**;

5 – Batalhar pelo **uso democrático do espaço público** e, por isso, contra o controle privatizado das ruas, calçadas e praças;

6 – Garantir a **acessibilidade ampla** ao centro, privilegiando o transporte coletivo e seu planejamento, a manutenção dos calçadões de pedestres e a redução de barreiras físicas para idosos, crianças e portadores de deficiência, opondo-se à ampliação da circulação de automóveis particulares;

7 – Defender a **preservação da história e da memória como patrimônio vivo**, transformado no uso e na apropriação cotidianos e, assim, colocando-se contra a sua monumentalização e museificação;

8 – Propugnar por uma política cultural que inclua o **acesso democrático à produção, circulação e fruição dos bens culturais**, assim como o **direito à informação**, como instrumentos essenciais à construção da cidadania e de uma cidade justa e solidária;

9 – Pôr-se **contra o tratamento repressivo da população na área central** (principalmente do povo de rua, de prostitutas, gays e travestis, crianças e adolescentes, encortçados, movimentos populares e ambulantes);

10 – **Questionar a legitimidade de operações urbanas** e outras ações do poder público que tenham por fundamento um processo de valorização imobiliária, mesmo que sob a justificativa de gerarem contrapartidas sociais;

11 – Garantir a **participação popular** na Subprefeitura do Centro, nos conselhos de representantes e no orçamento participativo, na definição das políticas urbanas e no acompanhamento dos investimentos e serviços públicos na região;

12 – **Apoiar os movimentos populares e outras formas de luta pelos direitos sociais** no centro (como, por exemplo, o direito à moradia reivindicado nas ocupações de imóveis públicos vazios realizadas pelos movimentos).

O FCV produziu e lançou também, em 23 de outubro de 2004, na Praça da Sé, o “Manifesto por um Centro Vivo: o Centro da Reforma Urbana”, que atualiza alguns elementos importantes, frutos de debates dos membros do fórum, bem como apresenta propostas para um verdadeiro processo de democratização do acesso aos direitos no Centro.

A luta pela democratização do centro da cidade – entendida como o direito de morar, circular, trabalhar e desfrutar da área mais bem servida de infra-estrutura, serviços e empregos da metrópole – vem de longa data. O Movimento pela Reforma Urbana no Brasil luta desde a década de 1980 pelo reconhecimento do acesso de todos e todas às riquezas e potencialidades das cidades, conquistado em 2001, com o reconhecimento do Direito à Cidade Sustentável na legislação brasileira¹. O FCV

entende a discussão do centro de São Paulo na perspectiva do Direito à Cidade e da Reforma Urbana (tema da 2ª Conferência Nacional das Cidades, promovida pelo Ministério das Cidades em 2005).

Do ponto de vista da atuação dos governos locais, diversas propostas e projetos de “revitalização” do centro vêm sendo discutidos, amadurecidos e, parcial ou pontualmente, implementados há vários anos. Particularmente, a gestão Marta Suplicy definiu, como uma de suas atuações prioritárias, o Programa de Ação Centro, tendo conseguido aprovar um financiamento de US\$ 100 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Este programa, não obstante os valores positivos, como a instituição de canais de interlocução e participação² e a previsão de produção de habitação social no centro³, foi alvo de diversas críticas de entidades e movimentos sociais participantes do FCV, por diversas razões, a exemplo da prioridade dada aos aspectos da valorização imobiliária como indicador de sucesso do programa, além da baixa proporção de recursos destinados a programas e projetos de inclusão social dos grupos mais vulneráveis, comparativamente aos outros investimentos previstos. Recentemente, também foi aprovado um projeto com financiamento da União Européia para programas sociais no centro. Este programa foi estruturalmente alterado nas últimas negociações, em 2005, e deixará de contribuir no atendimento habitacional da população de baixa renda do centro.

A atual gestão Serra-Kassab, desde o início de 2005, demonstra que possui objetivos e forma de atuação distintos da gestão anterior, reduzindo em muito o diálogo com os segmentos populares e organizados. Ela cortou canais de participação instituídos e vem realizando inúmeras e sistemáticas ações que têm como conseqüência o deslocamento e a expulsão da população mais vulnerável, mais pobre, com fortes indícios da produção do fenômeno da gentrificação⁴, bem como limpeza, de caráter não só físico, mas também social.

A título de exemplo, nota-se que a atuação repressiva e violenta da Guarda Civil Metropolitana e da Polícia Militar ganhou muito mais peso dentro deste contexto, com o acirramento das tensões sociais na região e o aumento da violência institucional. Ações como as observadas no despejo da ocupação Plínio Ramos, na Operação Limpa no bairro da Luz e no Glicério, além dos espaços públicos em geral, como baixos de viadutos (construção de rampas e muros), praças, parques (gradeamento, cercamento e instalação de câmeras) e calçadas, têm afetado diretamente o cotidiano e a sobrevivência dos grupos mais vulneráveis, como catadores e catadoras de materiais recicláveis, a população de rua, crianças e adolescentes em risco, moradores e moradoras de cortiços e habitações precárias, trabalhadores e trabalhadoras ambulantes, além de profissionais do sexo, gays, lésbicas, entre outros e outras.

Outras ações verificadas, como a interrupção de programas sociais habitacionais em curso (por exemplo o Programa Morar no Centro) e a oferta generalizada de verba de atendimento para que os mais pobres deixem os lugares que ocupam e voltem às suas cidades de origem (ou às periferias da metrópole), contribuem para dificultar ainda mais a democratização e o livre acesso, a circulação e o uso do centro da cidade por todos e todas, como previsto em lei.

Cabe ressaltar que a maior parte das denúncias levantadas refere-se a violações cometidas, em última instância, pelo Estado brasileiro, em seus três níveis (prefeitura, governo do estado e governo federal), a quem cabe, juntamente com

² O Programa instituiu a Coordenação Executiva Provisória da Ação Centro e o Fórum de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro, ambos no âmbito do Programa de Ação Centro. O FCV, assim como outras entidades, a exemplo da Associação Viva o Centro, tinha assento nesta Coordenação Executiva Provisória, que deveria viabilizar a eleição de um conselho ou de coordenações por meio de processo participativo. A partir da mudança da gestão da prefeitura, em 2005, não mais foram convocadas as reuniões desta Coordenação, nem do Fórum de Desenvolvimento.

³ Por meio do Programa Morar no Centro, coordenado pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de São Paulo.

⁴ “Gentrificação” tem origem na palavra inglesa *gentry* (pequena nobreza, elite) e se refere diretamente ao processo de substituição da população mais pobre pela de mais alta renda em determinadas regiões da cidade.

os poderes judiciário e legislativo, assegurar a garantia dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais previstos nas leis municipais, estaduais, federais e nos pactos e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Note-se que a efetivação destes direitos deve se dar por meio da formulação e implementação de políticas públicas e sociais efetivas, tendo em vista a população que habita, trabalha e circula no centro da maior cidade da América do Sul, na perspectiva da cidadania e da consolidação da democracia no Brasil.

Diante dos inúmeros casos de violências e violações trazidos pelas entidades e pelos movimentos participantes do FCV nas reuniões semanais, deliberou-se, em meados de 2005, pela realização deste Dossiê Denúncia, que cumpra o papel de registrar, apresentar e divulgar de forma organizada e sistematizada diversos casos de violação dos direitos básicos bem como os lamentáveis retrocessos havidos. O documento apresenta, além dos princípios do FCV, algumas propostas prioritárias quanto à construção de uma cidade mais justa, mais democrática, acessível e feliz.

Introdução

Por que um dossiê das violações de direitos humanos ocorridas no centro de São Paulo? Porque é importante apresentar, no seu conjunto, uma série de acontecimentos que, se forem vistos de maneira fragmentada, ocultam uma prática sistemática do poder público, ou melhor dizendo, uma política de governo, que criminaliza as formas de resistência popular e desconhece as demandas por políticas públicas das camadas mais pobres de nossa população, demandas que a nossa Constituição reconhece como direitos de todos os brasileiros, no caso de todos paulistanos, sejam eles ricos ou pobres.

Ou será que os sem teto, os catadores de material reciclável, a população de rua, as crianças e adolescentes em situação de risco, os trabalhadores informais e ambulantes, têm menos direitos do que a classe média ou as elites de nosso país?

A questão dos direitos não é um assunto que diz respeito somente aos setores sociais discriminados e criminalizados que lutam por fazer valer seus direitos. É um tema da maior importância para todos cidadãos, para todos paulistanos e paulistanas. Do respeito aos direitos depende a qualidade da convivência entre todos. É um assunto que afeta a todos. O enorme aumento da desigualdade em nossa cidade está provocando uma situação de guerra social, de violência, de medo, da qual ninguém escapa.

Quando as camadas mais pobres da população são a grande maioria, quando o desemprego afeta principalmente os menos escolarizados e grande parte da juventude não encontra meios de ingressar no mercado de trabalho; quando o enorme crescimento das favelas atesta a incapacidade do poder público de implementar políticas habitacionais para os setores que ganham menos de três salários mínimos por família; quando as crianças não têm os cuidados necessários para seu desenvolvimento físico e intelectual; instala-se o que podemos chamar de insegurança pública.

É preciso enfrentar a questão da desigualdade. É preciso reconhecer que a pobreza e a discriminação não são fenômenos naturais. De fato, elas são fruto de políticas públicas. Isso pode ser observado em muitas políticas. Existem, por exemplo, centenas de milhares de habitações no centro de São Paulo que estão vazias, fechadas, sem utilização. Um estoque de riqueza que afronta a população que não tem um teto para morar. Muitos destes imóveis não pagam sequer os impostos devidos e o nosso sistema jurídico não está aparelhado,

por razões de interesse privado, para executar estas dívidas. Da mesma forma, os investimentos nas políticas de mobilidade se concentram em viabilizar a circulação dos automóveis e deixam num plano absolutamente secundário o transporte público. Educação e saúde pública foram sucateados para estimular os que podem pagar a ingressar no sistema privado de atendimento. Quem não pode pagar, fica sem. Estabelece-se um círculo vicioso onde os pobres não são considerados nos seus direitos e o que o Estado lhes reserva são as políticas de repressão e controle. Temos que reconhecer que estas políticas públicas não são uma novidade, marcam a vida dos paulistanos de longa data. Pode-se dizer mesmo que elas sempre foram assim. O fenômeno que marca os dias de hoje é que este processo chegou a uma escala sem precedentes.

Enfrentar a questão da desigualdade é o problema central de nosso país e de nossa cidade. É a desigualdade que gera a violência, é a privação de direitos que gera a criminalidade. E é preciso reconhecer também que são os movimentos sociais, as lutas pela cidadania, a demanda por políticas públicas de equidade, que ainda impedem que ingressemos na barbárie. Estes movimentos cobram do Estado e dos governos uma melhor distribuição das riquezas. Estes movimentos sociais apostam que o Estado seja capaz de restabelecer um padrão de civilidade que permita a convivência entre todos. No centro destes conflitos está a questão da democracia. E o grande desafio está em construir, pela primeira vez em nosso país, um regime político capaz de operar uma melhor distribuição das riquezas e dos bens e serviços públicos, um regime político capaz de assegurar justiça e o respeito aos direitos humanos. Os governos do Estado de São Paulo e de nossa cidade estão convocados a assumir um papel central nesta situação atual.

A história nos ensina que a democracia nunca foi outorgada de cima, pelos poderosos. Ela sempre foi uma conquista que expressou, em cada caso, o alargamento dos direitos e a inclusão social e política. Foi assim com o voto, foi assim com os direitos do trabalho, foi assim com as políticas sociais. É assim com as demandas sociais que mobilizam os grupos de cidadãos que se organizam nos movimentos de moradia, nos movimentos dos catadores, em todas as frentes dos conflitos urbanos.

A questão da exigibilidade dos direitos passa pela conquista de leis que assegurem direitos, mas mais do que isso, passa pela mobilização cidadã que assegure o cumprimento desses direitos. Uma mobilização cotidiana, mas que também se expressa na escolha dos governantes pelo voto, na escolha dos vereadores e deputados.

A sociedade paulistana é afetada diretamente – toda ela – pela exclusão social. E para superar os impasses que tornam nossa cidade um palco de conflitos cada vez mais violentos, a questão da democracia e da busca da equidade precisa ser assumida como uma questão não só destes grupos mais excluídos e penalizados pela produção da pobreza, mas uma questão de todos cidadãos e cidadãs paulistanas.

Este dossiê, elaborado em conjunto com os movimentos sociais e suas entidades, é, ao mesmo tempo, uma denúncia de que o conjunto de acontecimentos aqui relatados expressa uma política de governo inaceitável porque promove o *apartheid* social e a criminalização dos pobres; e é também uma convocação para a mobilização cidadã em solidariedade aos grupos penalizados pela

ausência de políticas de inclusão social.

Acreditamos que esta situação pode ser superada. Acreditamos que São Paulo, uma cidade rica como é, pode ser uma cidade acolhedora, onde a convivência na diversidade seja uma riqueza cultural que beneficie a todos. Mas para isso precisamos superar o fosso entre ricos e pobres e estabelecer políticas públicas que garantam a todos o mínimo para a vida com dignidade e um futuro melhor para os nossos jovens e as gerações que virão.

Asituação dos direitos humanos das famílias sem-teto e de baixa renda do centro de São Paulo

1. Contextualização da situação dos sem-teto

“Não queremos R\$ 5 mil. Queremos moradia”¹, disse Sheila da Silva, referindo-se à verba assistencial que a prefeitura repassa a moradores de favelas para que voltem para sua cidade natal ou para comprar um imóvel em outro lugar - muitas vezes usada para comprar um barraco no mesmo local, saldar dívidas e visitar parentes na cidade de origem.

Na cidade de São Paulo existem mais imóveis vazios que famílias sem casa para morar. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000)², o número de imóveis vazios (254 mil unidades) é maior que a estimativa de déficit habitacional da cidade (203,4 mil unidades).

Quase 10% dos domicílios vagos da cidade estão no centro, descumprindo sua função social. Isto, em números, representa cerca de 40 mil residências vagas. O maior índice é registrado na Sé, onde 26,84% dos 11.384 domicílios existentes estão desocupados. A área considerada pelo IBGE considera como centro a Administração Regional (subprefeitura) da Sé, que engloba os distritos da Sé, República, Santa Cecília, Consolação, Pari, Consolação, Liberdade, Brás, Bom Retiro e Bela Vista.

A grave situação dos cerca de 600 mil moradores de cortiço³ (habitações coletivas multifamiliares precárias), das cerca de 1,2 milhão de pessoas que vivem em mais de 2 mil favelas na capital⁴, dos loteamentos irregulares e precários, em especial aqueles localizados em área de proteção ambiental, e das áreas de risco (522 áreas com 27.500 domicílios, dos quais 7,5% devem ser reassentados), bem como dos moradores de rua (8.706 adultos e cerca de 1.000 crianças e adolescentes), expressa o quadro de violação do direito a um padrão de vida minimamente adequado na cidade – como é possível verificar na tabela a seguir⁵:

¹ Reportagem “Serra enfrenta o maior protesto”, de Sílvia Amorim, do jornal *O Estado de S. Paulo*, 28/01/2006.

² Déficit Habitacional no Brasil 2000 – estudo da Fundação João Pinheiro, realizado após o Censo Demográfico de 2000.

³ Segundo estimativa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da USP, de 1997.

⁴ O levantamento do município de São Paulo identificou 2.018 favelas. Esse estudo foi feito pelo Centro de Estudo da Metrópole (CEM) em fevereiro de 2003, em parceria com a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de São Paulo, CD-ROM “Base cartográfica digital das favelas do Município de São Paulo”. Ver: http://www.centrodametropole.org.br/base_cart.html.

⁵ Retirada da publicação número 21 do “Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo”. Habitação - Balanço da Política Municipal 2001-2003, Instituto Pólis/PUC-SP, março de 2004.



**Tabela 1: Inadequação do domicílio, por tipo de assentamento,
Município de São Paulo, 2000.**

Indicadores	Município	Favela*	Loteamentos*	Conjuntos Habitacionais	Cortiços**	Moradores de Rua
População	10.405.867	1.160.597	1.062.158	89.760	38.512	8.706
Domicílios	3.039.034	291.983	283.476	24.000	14.617	3212
Habitante / domicílio	3,43	3,97	3,74	3,74	2,63	2,71
Renda média (SM)		1,8	3,48	—	—	—

Fonte: PMSP; SEHAB Plano Municipal de Habitação. Obs: *(valor somente em lote de 0-5 SM); **(unicamente 9 perímetros no centro PAC/BID).

⁶ Cf. nota 5.

⁷ Há pesquisas importantes do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) que mostram esse processo em curso na região metropolitana de São Paulo (www.centrodametropole.org.br). Ver também: PASTERNAK, Taschner. Um olhar sobre o urbano: políticas públicas em São Paulo. In: SORRENTINO, M. (org). *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: Educ/Fapesp, 2001.

Com relação aos rendimentos, vale destacar que, no Brasil, 84% do déficit habitacional diz respeito a famílias com renda entre 0 (zero) e 3 salários mínimos. Na cidade de São Paulo, das habitações precárias em que há coabitação familiar, 45,2% ganham de 0 (zero) a 2 salários mínimos; 34,4%, de 2 a 5 salários mínimos; e 18,6%, mais de 5 salários mínimos⁶.

Estes números mostram a existência de uma enorme demanda não atendida pelo mercado habitacional privado e nem pelos programas oficiais e públicos. Revelam também que a produção habitacional nas últimas décadas não tem diminuído o déficit, uma vez que há também em curso um processo de esvaziamento populacional das regiões mais consolidadas das metrópoles e processos de aumento populacional de adensamento nas periferias precárias, provocados pela atuação livre do mercado imobiliário e pela ausência de planejamento e gestão do território urbano por parte dos governos⁷. Apesar de alguns indicadores quantitativos de atendimento em educação e saúde terem melhorado nas últimas décadas, o problema habitacional agravou-se em termos quantitativos (há maior número de favelas, por exemplo) e qualitativos (há maior complexidade para atuação, com existência de favelas dentro de conjuntos habitacionais, cortiços em loteamentos periféricos, presença de tráfico de drogas, aumento da violência urbana, maior desemprego e precarização do trabalho, etc.).

Diante desta realidade, para atender às necessidades de moradia – um direito ainda não implementado com eficácia pelo poder público –, pessoas em situação de risco e de exclusão social, vivendo precariamente em cortiços ou nas ruas, acabam por entrar em imóveis inutilizados e em estado de abandono até que uma ordem judicial execute o despejo. Os movimentos de moradia têm realizado, nos últimos anos, ocupações de imóveis abandonados por seus proprietários como uma forma de pressão por políticas públicas de habitação e pelo cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana (previstas na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade).

Como bem notou o relator da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Direito à Moradia Adequada, Miloon Kothari, em visita a São Paulo em maio de 2004,

a situação de habitação em São Paulo é bastante séria e tem a ver com uma negligência histórica com a população mais vulnerável. Eu espero que o governo em todas as suas esferas mude sua atitude, substituindo a atuação reativa e passiva (...) a uma atitude pró-ativa.

⁸ Mariana Fix mostra em livro resultante de pesquisa – *Parceiros da exclusão* – situações concretas em que inúmeras famílias de baixa renda moradoras de favela na região da Marginal de Pinheiros e da avenida Berrini acabaram indo morar em área de proteção ambiental.

⁹ Reportagem “Serra enfrenta o maior protesto”, de Sílvia Amorim, do jornal *O Estado de S. Paulo*, 28/01/2006.

¹⁰ Como financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e, particularmente, da União Européia.

As violações aos direitos humanos dos sem-teto constituem um processo longo e antigo, que remonta às políticas sanitaristas e higienistas do final do século XIX e do início do século XX. Apesar disso, o centro de São Paulo nunca perdeu sua face popular, devido à própria constituição da sociedade brasileira e à própria história e identidade da cidade, que foi construída e cresceu graças ao trabalho de brasileiros (e também imigrantes de outros países) de diferentes partes do país. Este fato está muito bem ilustrado na reportagem “São Paulo de todos os brasileiros”, especial do jornal *Diário de São Paulo* (22/01/2006) para o 452º aniversário da cidade, que entrevistou 27 pessoas dos 27 estados brasileiros que vivem e trabalham na capital paulista.

Em contraposição à própria formação da história e identidade da capital paulista, atualmente a prefeitura de São Paulo deixa de investir em uma política habitacional de interesse social, obrigação definida pela Constituição Federal e pela Lei Federal n. 11.124/2005 (Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS), para oferecer dinheiro para que trabalhadores de baixa renda nascidos em outros lugares voltem para sua cidade natal.

A população que vive e trabalha no centro de São Paulo, lideranças dos movimentos populares e líderes religiosos, ONGs, defensores de direitos humanos e diversos especialistas afirmam estar em curso hoje, com o projeto de “revitalização” do centro, uma verdadeira “higienização” ou “limpeza social”.

A “limpeza social” no centro de São Paulo faz parte do mesmo processo de produção da cidade que não oferece alternativa à população de baixa renda a não ser a ocupação dos locais mais afastados e precários⁸, ou que adota como política a negação da responsabilidade do poder público de enfrentar o problema do acesso da população mais pobre à moradia e implementar esse direito gradativamente.

Na contramão do estado democrático de direito, o subprefeito da Sé, Andréa Matarazzo, o secretário de Habitação de São Paulo, Orlando de Almeida Filho, e o prefeito José Serra investiram nas seguintes ações, exemplos do modelo de revitalização que promove a expulsão da população empobrecida da região central:

- 1) A interrupção de programas habitacionais populares no centro, com a paralisação de diversos projetos em andamento;
- 2) A paralisação dos mutirões (projetos autogestionários);
- 3) A não-aplicação dos recursos previstos em habitação: em 2005 gastou-se pouco mais da metade dos recursos orçados (somente R\$ 197 milhões, de 346 milhões). Em relação às ações em áreas de risco, foram gastos apenas 42% da verba prevista (R\$ 9 milhões, de 20 milhões)⁹;
- 4) O deslocamento de verbas e financiamentos internacionais originariamente captados para atendimento habitacional na região central para a assistência social¹⁰;
- 5) A falta de diálogo e omissão nas negociações para atendimento habitacional das milhares de famílias ameaçadas de despejo, inclusive não dando prosseguimento a processos administrativos existentes para produção de

Habitações de Interesse Social (HIS), por exemplo, por meio de processos de desapropriação existentes;

6) A construção de rampas de concreto sob um túnel na avenida Paulista (ficou conhecida como “rampa antimendigo”) onde antes dormiam famílias sem-teto;

7) A ausência do poder público municipal na intermediação de conflitos fundiários, contribuindo com a ocorrência de diversos despejos forçados e reintegrações de posse violentas, colocando milhares de pessoas na rua, fragilizando principalmente a situação de crianças, idosos e mulheres;

8) A criação do “kit despejo” ou do “kit volta pra casa”, como foi denominada pelos movimentos de moradia a iniciativa de pagar valores em dinheiro (de R\$ 1 mil a R\$ 5 mil) para os sem-teto voltarem para sua cidade natal;

9) A descentralização da rede de albergues, transferindo-os do centro para a periferia;

10) A diminuição do orçamento da prefeitura destinado à área da habitação, chegando-se à menor porcentagem das últimas décadas (menos de 2% do orçamento municipal).

Se o poder público não partir para uma postura pró-ativa visando resolver o problema da moradia em São Paulo, a expulsão da população das áreas dotadas de infra-estrutura e empregos acarretará cada vez mais o crescimento extensivo e espraiado da cidade, principalmente por meio da ocupação de áreas inadequadas para moradia, como as de proteção ambiental e de risco, pouco atrativas para o mercado imobiliário, com conseqüente aumento da segregação sócio-espacial, da tensão social e da violência urbana.

Atualmente, a Constituição Federal e a Lei Federal 10.257 de 2001 (Estatuto da Cidade) dão as bases dos direitos dos cidadãos brasileiros que habitam as áreas centrais das cidades frente aos interesses imobiliários e projetos de revitalização dos governos. O Estatuto da Cidade, o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei 13.430/02) e os Planos Regionais estabelecem marcos jurídicos que permitem exigir o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana mediante a regulamentação, por lei específica, dos instrumentos de parcelamento e edificação compulsória, IPTU progressivo e desapropriação e pagamento com títulos da dívida pública. Há um projeto de lei sobre estes instrumentos de exigência do cumprimento da função social da propriedade parado na Câmara Municipal.

Para a efetivação da democratização da gestão da cidade, bem como do cumprimento da função social da propriedade urbana, são absolutamente necessárias políticas públicas contínuas e permanentes que contribuam para a diminuição da histórica e estrutural desigualdade social presente na sociedade brasileira e o diálogo permanente com os setores organizados da sociedade civil.









Prédio da Rua Plínio Ramos abandonado e lacrado com cimento | 2005
foto: Integração Sem Posse

páginas anteriores:

Prédio abandonado e lacrado da Rua Asdrúbal do Nascimento | 2006
foto: Raphael Maureau

Prédio abandonado e lacrado da Rua Conselheiro Crispiniano (frente e fundos) | 2006
fotos: Ennio Brauns

Prédio abandonado e lacrado da Rua Floriano Peixoto | 2006
Prédio abandonado e lacrado nas proximidades da Av. 9 de Julho e da Rua 13 de Maio | 2006
fotos: Raphael Maureau

2. Ações que potencializam a violação dos direitos humanos da população sem-teto: interrupções de programas de Habitação de Interesse Social na região central

2.1. Programa Ação Centro

Em 2004, estava em início de implementação o programa Ação Centro, que previa cerca de 130 iniciativas contando com financiamento de US\$ 100 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), envolvendo seis secretarias da prefeitura na sua execução. Uma parte importante dos recursos deste programa, ainda que muito reduzida para as demandas existentes (cerca de 15%), estava prevista para o investimento em projetos de Habitação de Interesse Social (HIS) na região central¹¹.

Segundo documentos da prefeitura de São Paulo¹², em dezembro de 2004 o programa contava com mais de US\$ 22 milhões desembolsados. O programa Ação Centro havia instituído duas instâncias de participação e controle social e público, ambas encerradas pela atual gestão da prefeitura de São Paulo em 2005: o Conselho Executivo Provisório da Ação Centro e o Fórum de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro.

Em função do encerramento dos canais de participação e controle social, pouco se sabe acerca das reais alterações do programa junto ao financiamento do BID. Apesar disso, nota-se que desde o início de 2005 a gestão municipal paralisou alguns programas habitacionais importantes, que tinham como escopo central o atendimento à população de mais baixa renda que habita no centro, entre eles moradores de cortiços e pensões, catadores de materiais recicláveis, população de rua e baixos de viadutos e moradores de ocupações.

2.2. Programa Morar no Centro

O programa Morar no Centro consistiu em uma forma de intervir no centro por meio da ampliação do uso residencial dessa área da cidade, com a construção ou a melhoria de alguns imóveis para famílias de baixa renda. Seus principais objetivos consistiam em melhorar as condições de habitação de quem vive no centro, visando promover a inclusão social da população de baixa renda e atrair novos moradores para a região, mediante a construção de novas unidades em terrenos vazios e mediante a reforma e reciclagem de prédios vazios. As intervenções estavam planejadas tanto para projetos em lotes ou edifícios isolados quanto para intervenções integradas em conjuntos de quadras (perímetro).

As intervenções habitacionais eram de interesse social, levando famílias para uma área com infra-estrutura urbana onde há oferta de empregos. Havia sérias contradições entre este programa e outras ações e investimentos da prefeitura. No entanto, existia um esforço e uma diretriz institucional de dialogar – inclusive com a criação do Conselho e Fundo Municipal de Habitação –, bem como de realizar atendimento habitacional (em termos quantitativos, este sempre esteve muito aquém da demanda e das necessidades da cidade, até mesmo porque,

¹¹ O Fórum Centro Vivo (FCV) participava da Coordenação Executiva Provisória da Ação Centro e seus membros sempre se posicionaram criticando a pequena parcela de recursos destinados para inclusão habitacional e social e o grande volume de recursos destinados a outros investimentos que terminariam por valorizar a região como um todo. Com relação a isso, é importante deixar claro que o FCV sempre teve uma postura bastante crítica em relação à própria concepção do programa e às exigências do BID de, por exemplo, medir o sucesso do programa como um todo por meio de indicadores de valorização imobiliária. Sabe-se que a valorização imobiliária é contraditória à manutenção da população de baixa renda por meio da reabilitação de cortiços e reforma de prédios abandonados. Para aprofundar ver também:

a) O centro da reforma urbana: manifesto por um centro vivo – produzido pelo FCV; b) ARANTES, P. F. *O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas*. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado e, Arquitetura) – FAU-USP; c) Cymbalista, R. Et al. *Conflitos em torno do direito à moradia no centro de São Paulo*. Mapas/lbase, Relatório de Projeto. Rio de Janeiro, 2005.

¹² Ação para o Centro de São Paulo. CD-ROM oficial da Prefeitura Municipal de São Paulo. São Paulo: Empresa Municipal de Urbanização (Emurb), 2004.

apesar de alguns programas e projetos importantes, a habitação não era uma prioridade para a gestão anterior da prefeitura).

Do ponto de vista da viabilidade econômica, o programa se baseava na política de subsídios, destinada a adequar as possibilidades de pagamento das famílias, suas necessidades de área construída e os custos de produção nas áreas centrais, bem como formas de intervenção urbanas diferenciadas e parcerias com os movimentos sociais e a comunidade. Os recursos previstos provinham do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Fundo Municipal de Habitação (FMHIS).

O programa foi elaborado ao longo de 2001 e 2002, sendo que neste último ano se iniciaram diversas ações, subprogramas e projetos:

Cerca de 1825 famílias foram atingidas pela paralização de empreendimentos que estavam com obras ou projetos em andamento

1. Área comercial do Conjunto Residencial Parque do Gato – locação social: 468 unidades habitacionais (recursos do BID e municipais).

2. Metrô Belém – empreendimento em área da Companhia de Habitação (Cohab) – locação social: 200 unidades habitacionais (recursos do BID e municipais).

3. Bresser XIV – empreendimento em área da Cohab – locação social: 120 unidades habitacionais (com recursos do Fundo Municipal de Habitação).

4. Reforma do Edifício Hotel São Paulo - a desapropriação e a reforma foram concluídos na gestão passada. A demanda, conforme negociações já realizadas, é do Fórum dos Cortiços e Sem-Teto do Centro. Entretanto, a atual gestão da prefeitura não quer reconhecer esta negociação, nem respeitar a demanda já anteriormente definida: 152 unidades habitacionais (recursos do PAR/CEF e do município).

5. Construção no terreno da rua Assembléia (terreno municipal) – locação social em projeto no final de 2004, promovido em parceria com o IAB/SP: 160 unidades habitacionais.

6. Vila dos Idosos (Pari 1) - a desapropriação e o projeto foram concluídos na gestão passada para inclusão no Programa de Locação Social. Demanda do Grupo de Articulação para Conquista de Moradia dos Idosos da Capital (Garmic). O problema está na revisão da demanda, que a prefeitura quer fazer: 145 unidades habitacionais.

7. Asdrúbal do Nascimento - a desapropriação e o projeto foram concluídos na gestão passada para inclusão no Programa de Locação Social. A reforma deve ser feita pelo Fundo Municipal de Habitação. A Cohab entrou no início deste ano com licitação de obra: 36 unidades habitacionais.

8. Senador Feijó – a desapropriação e o projeto foram concluídos na gestão passada para inclusão no Programa de Locação Social. A reforma deve ser feita com recursos do Fundo Municipal de Habitação. A Cohab entrou no início deste

ano com licitação de obra: 45 unidades habitacionais.

9. Riachuelo - a desapropriação e o projeto foram concluídos na gestão passada para inclusão no Programa de Locação Social. A reforma deve ser feita pelo Fundo Municipal de Habitação. A Cohab entrou no início deste ano com licitação de obra: 132 unidades habitacionais.

10. São Caetano (PRIH-Luz, terreno) - no final de 2004 estava em processo de desapropriação para inclusão no Programa de Locação Social (atualmente paralisado): 100 unidades habitacionais.

11. Baronesa de Porto Carrero - intervenção em cortiço. Recursos já aprovados pelo Fundo Municipal de Habitação (obras atualmente paralisadas): 27 unidades habitacionais.

12. Cônego Vicente Marino - terreno da prefeitura. Projeto em execução até 2004 (atualmente paralisado) para locação social: 240 unidades habitacionais.

A Luta do Hotel São Paulo e o desrespeito da prefeitura com relação à demanda negociada dos movimentos

Cerca de 224 famílias do Fórum de Cortiços e Sem-Teto de São Paulo ocuparam em 1999 o prédio conhecido como Hotel São Paulo, na Praça das Bandeiras. Segundo Benedito Barbosa, da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, “esta ocupação do Movimento de Moradia de São Paulo foi um marco histórico na luta pelo direito de morar no centro da cidade, inclusive porque nesta ocupação morreu um garoto de nove anos de nome Alam Michel de Souza, que caiu dentro de um caixa d’água abandonada quando brincava com outro amigo. Nem o despejo que ocorreu semanas depois marcou com tanta tristeza a nossa luta”. O Movimento Fórum de Cortiços nunca desistiu de transformar o Hotel São Paulo num projeto habitacional e negociou com o proprietário. Em 2004, o prédio foi desapropriado pela prefeitura e transferido para a Caixa Econômica Federal, a fim de ser transformado em um projeto do Programa de Arrendamento Residencial (PAR). A Caixa construiria os apartamentos e a prefeitura se responsabilizaria por transformar os dois primeiros andares do prédio em uma creche e um posto de saúde, equipamentos que faltam na região central da cidade. Em 2005, a prefeitura acertou com o Movimento a indicação da demanda. A líder do Fórum, Veronika Kroll, acompanhou a negociação com os proprietários do antigo Hotel São Paulo desde que o prédio foi desocupado, naquele ano. “Carrego isso até hoje. Virou uma questão de honra para nós”, conta¹³. No entanto, a prefeitura atual não cumpriu a sua parte. Não construiu os equipamentos públicos no prédio que já está quase pronto e ainda quer tirar a autonomia do movimento na indicação da demanda, desrespeitando o movimento popular.

Um dos problemas enfrentados pelos prédios desapropriados é este: a definição da demanda. A relação das famílias a serem atendidas foi definida na gestão anterior pelo Fórum dos Movimentos do Centro, criado pela Secretaria de Habitação, e encaminhada para a Cohab. A demanda foi definida de acordo com os critérios da lei do Programa Especial de Habitação Popular (PEHP), garantindo a destinação dos recursos para o atendimento de famílias de

¹³ Reportagem “Prédio do Hotel São Paulo será desapropriado para abrigar sem-teto”, de Sérgio Duran, do jornal *Folha de S.Paulo*, 22/08/2002: “A prefeitura anunciou ontem, por decreto no *Diário Oficial*, a desapropriação do Hotel São Paulo, na região da Praça da Bandeira (centro). O objetivo é transformá-lo em moradia popular. Antigo hotel de luxo, o edifício é considerado um símbolo dos movimentos de sem-teto do centro. A razão é a morte de uma criança em novembro de 1999, durante a invasão do imóvel, promovida por 224 famílias associadas ao Fórum dos Cortiços. Alam Michel Souza Oliveira, 9, morreu afogado na caixa d’água do prédio, durante uma brincadeira de ‘pega-pega’ com outra criança do grupo. Segundo o secretário da Habitação, Paulo Teixeira, a prefeitura desapropriará o prédio por R\$ 3,1 milhões, valor negociado com os proprietários, com quem conversam há um ano. Desse valor será abatida uma dívida de R\$ 500 mil de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). O imóvel estava fechado havia cerca de 14 anos. ‘A reforma será um passo importante também na revitalização do centro da cidade’, afirma Teixeira. Após a desapropriação, a prefeitura ficará com a parte térrea do antigo hotel e venderá o restante à Caixa Econômica Federal. O prédio tem 22 andares. Em parceria com o Fórum, o banco cuidará do financiamento da reforma e adaptação do imóvel para receber 160 apartamentos, de um e dois dormitórios, que serão destinados aos sem-teto. No térreo do edifício, a prefeitura construirá um posto de saúde e uma creche, que servirão não apenas aos moradores mas também aos projetos sociais da administração municipal. A Caixa financiará a venda das unidades pelo Programa de

Arrendamento Residencial (PAR). Por meio desse programa, o mutuário – ou arrendatário – paga uma espécie de aluguel, que gira em torno de R\$ 150 mensais. Passados 15 anos de pagamento regular, ele se torna proprietário do imóvel. Segundo Veronika, os associados do Fórum estudam batizar algum setor do prédio com o nome de Alam. ‘Vamos negociar com a prefeitura. A creche seria o ideal.’”

renda mensal de até cinco salários mínimos. A participação dos movimentos de moradia e entidades de apoio na definição da demanda prioritária para a alocação de recursos públicos concretizou o direito à gestão democrática da cidade, expresso no inciso II do artigo 2º do Estatuto da Cidade.

A gestão Serra extinguiu o Fórum dos Movimentos do Centro e, sem diálogo com os movimentos de moradia, está revendo a demanda de famílias a serem atendidas. No entanto, é importante registrar que, de acordo com os critérios do programa federal PEHP, a Cohab não poderá destinar estes empreendimentos para outra faixa de renda.

Contando com recursos do Fundo Municipal de Habitação, foram deixados em andamento pela gestão anterior diversos processos: o do Hotel São Paulo; os projetos de imóveis localizados nas ruas Cônego Vicente Marino e Carlos Gomes (ambos áreas municipais que seriam destinadas para locação social); a desapropriação do imóvel na rua Brigadeiro Tobias; e o projeto do terreno na rua São Caetano, entre outros.

A atual gestão não tem prestado informações a respeito desses processos de desapropriações. No caso do edifício Prestes Maia, em que vivem 468 famílias e que teve o processo de desapropriação iniciado (ao mesmo tempo em que paira a constante ameaça de despejo), a atual gestão da prefeitura, pelo que se sabe, não tem dado prosseguimento à desapropriação do imóvel por não haver interesse dos atuais gestores num empreendimento de HIS na região próxima ao centro.

Vale destacar que as desapropriações, assim como outros mecanismos de aquisição de imóveis que visam reformas ou construções para habitação de interesse social, são fundamentadas no interesse público de atender a demanda mais carente da população, contribuindo para a diminuição do déficit habitacional e da desigualdade social. Tais medidas vão ao encontro dos objetivos do Plano Diretor e da Lei Orgânica do Município de São Paulo, do Estatuto da Cidade e da Constituição Federal, além de atender as obrigações do governo brasileiro como membro das Nações Unidas e enquanto signatário de diversos tratados e pactos internacionais de direitos humanos.

2.3. Perímetros de Reabilitação Integrada do Habitat (PRIHs)

O Programa dos Perímetros, inspirado em iniciativas de reabilitação de áreas históricas com inclusão social na França, Portugal e Itália, envolve áreas delimitadas nos bairros centrais de São Paulo que se caracterizam pela degradação do espaço urbano com concentrações de cortiços, imóveis subutilizados e moradias precárias. Nestes perímetros, a prefeitura (gestão 2001-2004) previu atuações articuladas de produção habitacional, melhoria dos cortiços, reabilitação do patrimônio, criação e requalificação de equipamentos e áreas verdes, bem como melhoria e criação de espaços para atividades econômicas. Para tanto, estavam previstas intervenções integradas, acompanhadas por programas de educação, saúde, capacitação profissional, geração de renda e programas culturais. A implementação do programa dos PRIHs era coordenada pela Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sehab) e a gestão participativa para a reabilitação no território era realizada

¹⁴ Ver capítulo sobre os retrocessos na democratização do centro de São Paulo.

por um “escritório-antena” (equipe multifuncional da prefeitura) em conjunto com a comunidade local, buscando a participação coletiva nas decisões e a sustentabilidade das intervenções. O PRIH foi iniciado em dois perímetros – Luz e Glicério – e estava previsto também para as regiões do Brás, Cambuci, Santa Cecília, Bela Vista, Bom Retiro, Barra Funda e Belém I e II.

Na Luz e no Glicério, foi feita a mobilização de todos os setores da comunidade local - moradores, proprietários imobiliários, comerciantes e associações -, visando a construção conjunta dos levantamentos de problemas, do diagnóstico participativo e do conseqüente planejamento participativo da reabilitação, com a definição de ações prioritárias.

Os Planos Integrados de Intervenções resultantes na Luz e no Glicério (conjunto de projetos de melhoria ambiental, projetos habitacionais e de construção social) foram incluídos no financiamento do BID à prefeitura para o programa Ação Centro, mas os investimentos públicos e os projetos previstos para serem financiados pelo BID foram paralisados.

Já estava em andamento a negociação de produção e reabilitação de inúmeras unidades habitacionais para a população de baixa renda e média baixa renda para estes perímetros. A paralisação causou a desmobilização dos atores locais, o descrédito nos entes governamentais e nas políticas públicas, bem como prejuízos financeiros decorrentes. As instâncias de gestão compartilhadas instituídas por decreto municipal, como o Comitê de Reabilitação do PRIH Luz, foram completamente desconsideradas.

Vale destacar que estas áreas para as quais a gestão anterior formulou políticas de inclusão social, ampliando a rede de atendimento social e abrindo canais de participação e diálogo com os órgãos públicos, são hoje vítimas da mais severa política de higienização das últimas décadas, bem como do desrespeito aos direitos constitucionais da população¹⁴. Diversos imóveis continuam lacrados e vazios após o despejo forçado de centenas de famílias sem-teto no bairro da Luz.

2.4. Bolsa Aluguel

O programa Bolsa Aluguel foi instituído pela resolução CMH n. 04 de 30 de janeiro de 2004, num contexto de alto número de domicílios vazios na região central, de péssimas condições de habitação nas moradias encortçadas e com moradores submetidos ao pagamento de aluguéis cobrados acima dos valores de mercado.

Apesar das limitações – o Bolsa Aluguel não soluciona o problema da moradia em longo prazo -, o programa inova como mecanismo de apoio à política municipal de habitação e possibilita o acesso da população sem renda ou de baixa renda ao mercado formal de aluguéis por um determinado período, até a busca de uma solução mais definitiva.

Por um lado, a Bolsa Aluguel atende a oferta e aquece o mercado de aluguéis e, por outro, cria alternativas para a garantia do direito à moradia adequada da população que informalmente paga muito mais caro pelo metro quadrado em cortiços, onde vive exposta a condições muito precárias e sob o temor do despejo praticado pelos proprietários particulares.

¹⁵ Notícia de [Danielle Ribeiro](#), da Agência de Notícias UOL, em 09 de janeiro de 2006: “O juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo condenou a prefeitura da capital a pagar alugueis vencidos e futuros a um ex-morador de rua que era beneficiário do Programa Bolsa Aluguel, criado na gestão da ex-prefeita Marta Suplicy (PT-SP). (...) Segundo o advogado Franklin Karbstein, seu cliente Emerson de Oliveira participa desde 20 de outubro de 2004 do programa que deveria lhe propiciar uma bolsa no valor mensal máximo de R\$ 300 por um período de 30 meses. Após a mudança do governo municipal, a Secretaria de Habitação se negou a dar continuidade ao programa, deixando Emerson em situação de desespero e abandono’. Após quatro meses de aluguel atrasado e correndo o risco de ser despejado, entrou na Justiça e conseguiu voltar a receber os valores devidos do aluguel e indenização pelos danos morais causados”.

O programa viabiliza um subsídio de R\$ 300,00 e a garantia para famílias comprovadamente de baixa renda alugar um imóvel de, no mínimo, dois cômodos. Com o prazo de trinta meses, renovável uma única vez, os ex-moradores do Edifício São Vito foram os primeiros beneficiados pelo programa.

No entanto, o mesmo foi interrompido no início da gestão Serra. Após forte reação das famílias inscritas no programa, bem como dos movimentos de moradia da cidade, foi regularizado o pagamento das bolsas às famílias que tinham contrato em vigência. As famílias inscritas foram excluídas do programa, que foi suspenso para novas inscrições em 2005.

Com a paralisação do Bolsa Aluguel, inclusive para os que já estavam participando dele, muitas famílias não puderam arcar com os compromissos assumidos dos aluguéis de suas moradias, o que ocasionou transtornos como despejos e ameaças aos moradores (afetando o desempenho de crianças matriculadas nas escolas), além de insegurança e prejuízos para os proprietários dos imóveis locados.

Até 2004, o programa Bolsa Aluguel certificou 2.039 famílias, assinando o contrato de 1.309 e deixando 730 pendentes para a assinatura em 2005 – o que não ocorreu. Destas 730, duas ganharam na justiça o direito à bolsa, com decisão judicial que obrigava a Cohab a prestar o atendimento, como noticiou a reportagem “Prefeitura de SP terá de pagar aluguel de ex-morador de rua”¹⁵. Beneficiários que deixaram de receber as bolsas estão conseguindo na justiça o reconhecimento do direito ao atendimento pela prefeitura.

Apesar de terem sido previstos para 2005 mais de 7 milhões de reais do orçamento municipal para o Bolsa Aluguel, para o exercício de 2006 foram previstos apenas recursos para o pagamento dos subsídios de contratos que já estavam em andamento (cerca de 2 milhões de reais).

2.5. Programa de Locação Social

Criado pela resolução n. 23 do Conselho do Fundo Municipal de Habitação, o Programa de Locação Social apresenta-se com o objetivo de ampliar as formas de acesso à moradia para a população de baixa renda que não tenha possibilidade de participar dos programas de financiamento para a aquisição de imóveis ou que, por suas características, não tenha interesse na aquisição de unidades habitacionais já construídas. Objetiva também garantir o acesso à moradia independentemente do acesso à propriedade, prática bastante utilizada em países como França, Bélgica e Itália.

O programa é dirigido a solteiros e a famílias cuja renda familiar seja de até três salários mínimos, priorizando pessoas acima de sessenta anos, em situação de rua, com direitos especiais e que vivem em áreas de risco e de insalubridade. Os aluguéis, em conjuntos produzidos e geridos pelo governo municipal, devem ter valores acessíveis às rendas destas famílias (o aluguel pode comprometer no máximo 15% da renda).

Este programa foi discutido nos conselhos e nas instâncias municipais de participação e controle social e apresentado ao BID pela gestão municipal anterior. Após a aprovação, foi destinado o aporte de recursos para o Projeto de Reabilitação das Áreas Centrais.

O Locação Social fazia parte do programa Morar no Centro. Pela primeira vez a cidade possuiu um programa de reabilitação do centro com foco na produção de moradia para a população de baixa e baixíssima renda. O programa trabalhou com uma concepção integrada de moradia, que abarca a localização adequada; a facilidade de transporte, lazer, trabalho e geração de renda; a educação e a participação na gestão do projeto. O conjunto Olarias, por exemplo, tem espaço para horta, centro comunitário, área comercial e estacionamento para carrinhos de catadores de papel.

Sua interrupção tem gerado incerteza quanto ao destino dos imóveis e das famílias. O programa previa a realização de um trabalho de cunho social, com vistas a envolver e atender homens desempregados, mulheres, crianças e jovens. Com a paralisação do programa e a ausência de um trabalho social (previsto), nota-se um agravamento das condições sociais, de tensão e de desorganização, bem como indícios de aumento de violência nessas comunidades, particularmente nos conjuntos habitacionais Parque do Gato, no Bom Retiro, com 486 famílias, e Olarias, no Pari, habitado por 137 famílias.

Visando atender a população de baixa renda, oriunda de albergues e cortiços, o programa também prevê acompanhamento sócio-educativo e gestão condominial¹⁶. No entanto, o poder público municipal suspendeu o programa aprovado pelo Conselho Municipal de Habitação em janeiro de 2005, frustrando a construção de aproximadamente 745 unidades habitacionais de locação social que beneficiariam pessoas de baixa renda e moradores de áreas de risco e de insalubridade, priorizando pessoas com mais de sessenta anos e portadores de direitos especiais.

A suspensão causou inúmeros problemas nos conjuntos recentes e em fase de implementação. Um exemplo é o caso do Residencial Olarias, que, isoladamente, já ensejaria a propositura de ação civil pública (JTJ 192/227, 203/9).

O caso do Conjunto Residencial Olarias

O Conjunto Residencial Olarias é parte do Programa de Locação Social criado pela prefeitura com aprovação do Conselho de Habitação do Município de São Paulo. Ele foi entregue no segundo semestre de 2004. Com 137 apartamentos, residem nele 22 pessoas portadoras de deficiência física e 51 pessoas idosas.

A partir de 2005, com a mudança no governo municipal, o programa deixou de ser observado pela atual administração, tendo gerado os seguintes problemas, segundo estudo realizado pelo Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos:

Abastecimento de água: inadimplência com a Sabesp por culpa da administradora, que deixou de repassar valores pagos pelos condôminos (por causa da inadimplência de outros condôminos); falta de orientação para leitura de relógios por unidade habitacional; vazamentos; implementação de tarifa social; parcelamento de contas atrasadas.

Abastecimento de energia elétrica: inadimplência de contas individuais e coletivas; falta de apoio de Cohab na negociação e no parcelamento junto à Eletropaulo; risco de corte de energia elétrica nas áreas coletivas, o que pode

¹⁶ Acompanhamento sócio-educativo – De acordo com as diretrizes do programa, o acompanhamento sócio-educativo será regular e permanente para estimular a inserção social e a capacitação profissional dos seus participantes. Este acompanhamento será realizado pela Superintendência de Habitação Popular (Habi) ou por entidades sem fins lucrativos, legalmente constituídas, com finalidade estatutária de apoio à melhoria das condições de vida da população de baixa renda, desde que devidamente conveniadas para este fim.

Gestão condominial: De acordo com as diretrizes do programa, a administração do condomínio de cada edifício ou conjunto é de competência da Cohab-SP, que poderá fazê-lo de forma direta, terceirizada ou pelos próprios moradores, em sistema de autogestão. Em todos os casos, será cobrada dos beneficiários uma taxa condominial por unidade habitacional ocupada, que consiste no rateio das despesas comuns do edifício ou conjunto e sobre a qual não incidirá o subsídio. A Habi participará da gestão condominial através do acompanhamento sócio-educativo.

gerar desligamento da bomba d'água; vistoria dos relógios (pode haver desvio de energia ou outra irregularidade na medição e cobrança, que onera as contas de consumo individual).

Elevadores sem manutenção e quebrados há mais de dez meses: tendo em vista o objetivo do programa de proporcionar atendimento habitacional às pessoas com necessidades especiais (deficientes e idosos), não é razoável manter quebrados e sem manutenção os elevadores (lei da acessibilidade 5296, de 18/10/2004). Considerando que na concepção do Programa de Locação Social o prédio é de propriedade da prefeitura, esta é responsável pela manutenção dos mesmos, com um papel importante também a ser desenvolvido pelos moradores.

Riscos: falta de pára-raios; falta de manutenção de luz elétrica nas escadarias e nos corredores; problemas de manutenção na bomba d'água; rachaduras nos beirais nos andares 8, 9 e 10 do bloco 3.

Administração do condomínio: falta de prestação de contas para os condôminos por parte da administração anterior e da Cohab; falta da discussão sobre alternativas de administração do condomínio; falta de vigilância das lojas, que estão em estado precário, abrigando população em situação de rua; falta de esclarecimento sobre a solicitação dos condôminos para utilização, pela Guarda Civil Metropolitana, de uma das lojas do térreo, que também proporcionaria maior segurança para os condôminos e moradores do entorno; falta de esclarecimento sobre a solicitação das demais lojas para atividades de geração de renda; omissões significativas da prefeitura e a ausência de uma assessoria para a gestão condominial e de um trabalho consistente de educação para o período pós-ocupação – que estava previsto no programa (até mesmo acordado com o BID) e não foi realizado.

Trabalho social: o trabalho social não está sendo realizado conforme as diretrizes do Programa de Locação Social, deixando de enfrentar problemas graves dos condôminos, como os relacionados acima.

Os problemas de falta de trabalho social e de manutenção geraram solicitações dos moradores, que foram protocoladas na Cohab, na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (Smads) e na Sehab. Sendo insuficientes e desorientados os encaminhamentos de atendimento por parte da prefeitura, nota-se, infelizmente, um agravamento da situação de precariedade do investimento público e aumento da insegurança dos moradores do conjunto recém-construído.

A alegação da administração municipal sobre o trabalho social e os reparos urgentes a serem realizados é a de que estão em fase de contratação as novas empresas que serão responsáveis pela administração e manutenção do edifício. No entanto, considerando que desde janeiro de 2005 a administração está em fase de contratação das empresas de manutenção, não parece razoável que até a presente data isso ainda não tenha acontecido.

2.6. Mutirões autogestionários

Os convênios relativos a programas de construção de habitação de interesse social em regime de mutirão com autogestão, firmados ao longo de 2003 e 2004 (terceira fase dos mutirões de São Paulo), foram interrompidos em 2005 com a mudança de gestão municipal. No total, são 31 convênios que tiveram sua continuidade prejudicada, deixando de atender a uma demanda de aproximadamente 3.880 famílias com renda inferior a três salários mínimos. Segundo Maria da Graça Xavier, da Central de Movimentos Populares, os mais de 107 mutirões autogestionários do estado de São Paulo estão sem verba. Do início da gestão Serra até junho de 2005, apenas treze tinham recebido repasse¹⁷.

A Cohab/SP e a prefeitura argumentam que não é diretriz da gestão municipal a construção de unidades habitacionais em regime de mutirão e ameaçam revogar os convênios existentes caso as entidades selecionadas não aceitem os encaminhamentos propostos.

Uma alternativa apontada pela Cohab/SP foi tentar utilizar os recursos do financiamento da Caixa Econômica Federal no âmbito do Programa de Crédito Associativo do Ministério das Cidades (resolução n. 460 do Conselho Gestor do FGTS). Mas isto se mostrou inviável, na medida em que o valor máximo de financiamento por família neste programa não é suficiente para custear o preço das unidades habitacionais construídas em regime de mutirão.

Sem garantir o atendimento de toda a demanda previamente selecionada, a Cohab/SP apresentou a possibilidade de transferir a iniciativa da produção das unidades para a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), sob os critérios de seleção desta. As associações de mutirantes e os movimentos organizados vêem-se diante da possibilidade de aceitar uma proposta de aditamento dos convênios, que visa acabar com o mutirão (autogestão) e submeter as famílias anteriormente selecionadas a novo cadastro e nova triagem e a aguardar uma futura iniciativa da CDHU, prevista para 2008.

Até o momento, nada foi encaminhado e os mutirões continuam parados. Para os movimentos de moradia e as associações de moradores, os mutirões constituem uma alternativa importante para a produção de habitação de interesse social no centro de São Paulo, a exemplo de experiências já existentes bem sucedidas, como a Celso Garcia e a Madre de Deus.

¹⁷ Reportagem “Prefeitura não repassa verba para projetos populares, diz movimento”, de Rafael Sampaio, Agência Carta Maior, 16/06/2005.

Direitos violados

Violação do direito à igualdade e à não-discriminação (art. 5º, “caput”, da Constituição Federal): A discriminação da população de baixa renda (sem-teto, população de rua, etc.) mediante a restrição de acesso e a interrupção de programas e projetos de interesse público na região central da cidade, como o caso de projetos habitacionais de interesse social, desrespeita o direito à cidade e à moradia adequada desta população. O atendimento exclusivo desta população em regiões periféricas e desprovidas de infraestrutura e serviços básicos pode caracterizar discriminação por parte da administração pública.

Violação do direito à gestão democrática da cidade (art. 2º, II, da Lei Federal n. 10.257/2001): A gestão democrática, que corresponde à participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, na execução e no acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, foi violada pela atual gestão municipal com a extinção do Conselho Executivo Provisório da Ação Centro, do Fórum de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro e do Fórum de Movimentos do Centro, com a interrupção dos programas habitacionais unilateralmente e sem qualquer tipo de consulta ou negociação de alternativas adequadas aos seus beneficiários.

Violação do direito à cidade sustentável (art. 2º, I, da Lei Federal n. 10.257/2001): Foi violado o direito à cidade, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações da população de baixa renda beneficiária dos programas citados, impedindo seu acesso à região central da cidade, onde, além da proximidade à oferta de trabalho, poderiam realizar plenamente seu direito à cidade pelo acesso à infra-estrutura e aos serviços básicos, bem como aos equipamentos comunitários de lazer e cultura.

Violação ao direito à moradia adequada (art. 6º da Constituição Federal, art. 11 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais e os art. 7º e 8º da Declaração de Istambul sobre Assentamentos Humanos das Nações Unidas): Interrupção do atendimento da população de baixa e baixíssima renda por meio de programas de habitação de interesse social e de subsídios (locação social) para garantia do acesso à moradia adequada por parte da população que não tem renda compatível com programas de financiamento habitacional. Cabe destacar que a interrupção do atendimento se deu sem garantia de alternativa habitacional, expondo muitas famílias a situações de risco e despejos forçados, em especial crianças (contrariando o Estatuto da Criança e do Adolescente) e idosos (contrariando o Estatuto do Idoso).

3. Despejos forçados: violência institucional dos poderes judiciário e executivo

Em 2005 ocorreram inúmeras reintegrações de posse e despejos violentos na região central de São Paulo, com o aval do poder judiciário e com a omissão do poder público, especialmente da prefeitura municipal, responsável pelo desenvolvimento urbano e cumprimento da função social da propriedade. Ao mesmo tempo em que a prefeitura aplicava uma das políticas mais duras da história para com os pobres, o poder judiciário agia em sintonia, na perspectiva da limpeza social do centro da cidade.

A despeito das garantias da Constituição Federal e do Estatuto da Cidade, bem como da Política de Desenvolvimento Urbano expressa na Lei Municipal do Plano Diretor da cidade de São Paulo (Lei n. 13.430/2002), a prefeitura não garantiu atendimento habitacional para as famílias de baixa-renda como solução alternativa ao despejo forçado dos prédios que há anos ocupavam no centro, conferindo-lhes utilização de interesse social.

A prática de despejos forçados ocorre quando há remoção de pessoas ou grupos de suas casas contra sua vontade, constituindo uma grave violação dos direitos humanos, particularmente do direito a uma moradia adequada, nos termos da resolução 1993/77 da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas e do artigo 49 da Declaração de Istambul sobre os Assentamentos Humanos (ONU), que prevê a “necessidade de promover, com vigor, habitações acessíveis e serviços essenciais aos sem-teto, evitando despejos forçados que contrariam a legislação e facilitando o acesso de todas as pessoas, particularmente dos grupos pobres e vulneráveis, não apenas a informações sobre leis habitacionais, inclusive quaisquer direitos subjetivos, como também a recursos quando essas leis forem violadas”. Vale lembrar que o Estado Brasileiro é signatário de todas estas convenções relativas aos direitos econômicos, sociais e culturais¹⁸.

Imóveis desocupados nas grandes metrópoles poderiam contribuir para a redução do déficit habitacional no país. De acordo com a ex-ministra interina das Cidades, Ermínia Maricato, o número de domicílios vazios no país passa de seis milhões, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Só na cidade de São Paulo, são 500 mil. “Nas metrópoles, o número de domicílios vazios salta aos olhos. As quatro maiores metrópoles brasileiras têm mais de 10% de domicílios vazios, e eles se concentram principalmente no centro velho das cidades. São bairros completamente urbanizados, de altíssima qualidade de vida do ponto de vista da infra-estrutura, dos equipamentos e dos serviços, mas que mantêm muitos imóveis deteriorados e fechados”, disse Maricato. Para ela, a prioridade é ocupar as áreas vazias urbanizadas, que têm alto custo do ponto de vista social¹⁹.

Destacamos a ocorrência de cinco²⁰ despejos forçados de famílias organizadas em movimentos de sem-teto no centro de São Paulo, que reivindicavam o direito à moradia adequada para cumprimento da função social da propriedade dos prédios vazios e ociosos em que viviam e moravam, mediante sua destinação para projetos de habitação popular. As ações determinadas pela Justiça atingiram famílias das ocupações nas ruas Plínio Ramos, Paula Souza, Tenente Pena, Brigadeiro Tobias e do Ouvidor, tendo parte delas ocorrido com violência e com o uso da tropa de choque.

¹⁸ Segundo a Convenção Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Comentário Geral n. 4 e n. 7 do Comitê DhESC), da qual o Brasil é membro, a prática de despejo forçado, por ser medida de caráter excepcional, para ser considerada legal exige ampla garantia da integridade física, psicológica e material dos ocupantes de casas e terras, além de dever ser planejada para controlar severamente as circunstâncias sob as quais os despejos possam ser praticados. A legislação é aplicável a todos os agentes que atuam em nome da autoridade do Estado ou àqueles que possam ser responsabilizados pelas ações. As proteções quanto ao procedimento que devem ser aplicadas em relação aos despejos forçados incluem: 1) Uma oportunidade para a consulta genuína às pessoas afetadas; 2) Notificação de despejo adequada e razoável para todos os afetados; 3) Informações sobre o despejo proposto e, onde for cabível, informações sobre o propósito que será destinado à área - estas informações devem ser postas à disposição, em tempo hábil, a todos os afetados; 4) Que os oficiais do governo ou seus representantes estejam presentes durante o despejo, especialmente quando grupos de pessoas estiverem envolvidos; 5) Todas as pessoas que realizarem um despejo devem estar devidamente identificadas; 6) Que os despejos não sejam realizados em circunstâncias de mau tempo ou à noite, a não ser que as pessoas envolvidas consentam em assim proceder; 7) Provisão de remediações legais; 8) Provisão, caso possível, de assistência jurídica às pessoas que dela necessitam para buscar reparações judicialmente.

M
M
R
C

MOVIMENTO
DE
MORADIA
REGIÃO
CENTRO

Sr. JUIZ CASA SIM
RUA N~~XO~~

Sr. JUIZ DESPEJO
É CRIME

Sr. JUIZ O DIREITO A MORADIA
É MAIS DO QUE O DIREITO
A PROPRIEDADE ABANDONADA

NAO QUEREMOS GUERRA
OCUPAMOS
PARA CONQUISTAR NOSSOS
DIREITOS ROUBADOS
PELO CAPITALISMO



Vale destacar que as duras medidas tomadas pelo poder público (judiciário e prefeitura) para desocupar imóveis no centro de São Paulo, expulsando as famílias que ali viviam sem oferecer atendimento habitacional, atingem tanto os sem-teto quanto cooperativas de catadores de material reciclável, movimentos sociais e entidades que trabalham em defesa dos direitos da mulher, população de rua, grupos artísticos e de produção cultural. É a expulsão da população pobre das áreas valorizadas e providas de infra-estrutura da cidade. É, utilizando as próprias palavras do secretário de Habitação do município, Orlando de Almeida Filho, uma política de “pulverização da pobreza”²¹.

No entanto, o que se constata na prática é que os pobres expulsos do Centro ressurgem em outros locais, bairros, favelas, áreas de proteção ambiental e debaixo de outros viadutos da cidade.

É certo que, sem políticas públicas efetivas de combate aos problemas da cidade, garantindo, especialmente, os direitos fundamentais da população mais vulnerável e democratizando o espaço e riqueza da metrópole, a presente política de tratar os problemas sociais como caso de polícia, mediante o aumento da violência institucional e discriminação da população pobre e sua expulsão das áreas onde vive e trabalha, os problemas apenas mudam de lugar, de um bairro para outro, num processo que contribui cada vez mais para o acirramento da tensão social na cidade.

3.1. Plínio Ramos

“O Direito à Moradia é mais do que o Direito à Propriedade Abandonada” – frase escrita em faixa do Movimento de Moradia da Região Central (MMRC), exposta na frente do edifício ocupado da rua Plínio Ramos, no dia do despejo.

O prédio da rua Plínio Ramos, 112, vazio desde 1991, foi ocupado em 2003 por famílias de sem-teto vinculadas ao Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC). O imóvel era de propriedade particular e passou a abrigar 79 famílias. Durante a reintegração de posse, em 16 de agosto de 2005, foram identificados confrontos muito violentos e a atuação da polícia superou as expectativas. Foram detidas vinte pessoas (entre sem-teto e universitários) e ficaram feridas 25 (20 sem-teto, sendo 5 menores, 3 policiais, 1 repórter e 1 cinegrafista da TV Globo)²².

Segundo o advogado André Araújo, o prédio é avaliado em R\$ 700 mil e tem uma dívida de R\$ 55 mil de IPTU. A advogada Solange de Lira pediu no Fórum Estadual da Criança e do Adolescente uma concessão de liminar suspendendo a reintegração, sob o argumento de que a expulsão das cerca de cem crianças e adolescentes que viviam hoje na ocupação poderia levá-las a perder o ano letivo, contrariando os direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. O pedido não foi aceito e a ordem de despejo foi mantida. Os dois advogados, André Araújo e Solange, atuaram na defesa das famílias sem-teto.

Os moradores organizaram no prédio atividades como educação infantil, alfabetização de jovens e adultos, oficina de costura, grupos de mulheres e jovens, atividades culturais e de formação política. Até mesmo uma horta hidropônica vertical foi criada, utilizando paredes da construção.

¹⁹ Clipping Agência Brasil, *Imóveis vazios nos grandes centros podem ajudar a reduzir déficit habitacional, diz ministra*, 05/04/2005. Ver: <http://www.moradia.org.br/moradia/clipping/VisualizarClipping.php?id=1876>.

²⁰ É importante ressaltar que estes cinco casos são apenas os despejos que o Fórum Centro Vivo (FCV) acompanhou e registrou. Na cidade de São Paulo, entre o ano passado e este ano, a quase absoluta maioria das ocupações de sem-teto da região central foi despejada, como é o caso de Campos Sales e Presidente Wilson, bem como inúmeras famílias vêm sendo despejadas ou pressionadas a deixarem o local onde vivem e moram em troca de dinheiro, sem a oferta de qualquer atendimento habitacional, como o caso de famílias antigas moradoras de regiões onde se concentram cortiços, como o Glicério, no centro, ou o Jardim Edith, na avenida das Águas Espraiadas (atual Jornalista Roberto Marinho).

²¹ Expressão utilizada pelo secretário durante conferência na Escola Politécnica da USP, no dia 19/09/2005.

²² Reportagem “Policiais e sem-teto se enfrentam no centro – Batalha urbana: reintegração de posse de prédio na região da Luz deixa pelo menos 25 pessoas feridas; 20 foram detidos”, de Luísa Brito, do jornal *Folha de S. Paulo*, 17/08/2005.



Polícia Militar atira balas de borracha durante despejo da ocupação Plínio Ramos | 2005
foto: Isadora Lins/ CMI São Paulo

[página anterior:](#)

[Prédio da Rua Plínio Ramos: “Ocupamos para conquistar nossos direitos roubados pelo capitalismo” | 2005](#)
foto: Henrique Parra

[página ao lado:](#)

[Horta hidropônica nas paredes da ocupação Plínio Ramos, antes do despejo | 2005](#)
foto: Henrique Parra

De acordo com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, por força de uma liminar de reintegração de posse deferida no dia 15 pelo juiz José Carlos de Franca Carvalho Neto, da 30ª Vara Cível (processo n. 000.03.316241-1) no dia 16/08/2005, e pela omissão da prefeitura diante da ameaça, este despejo forçado envolvendo cerca de trezentas pessoas - entre elas 110 crianças - foi o mais violento de que se teve notícia nos últimos anos na cidade de São Paulo.

Muitos grupos, indivíduos e movimentos sociais demonstraram solidariedade aos ocupantes e, no dia do despejo, cerca de duzentas pessoas reuniram-se na frente da ocupação para resistir à reintegração de forma pacífica. Elas formaram um cordão humano em frente ao prédio. Dentro do imóvel permaneciam muitos ocupantes, que podiam ser vistos nas sacadas. A presença de mulheres e crianças era grande.

Os ocupantes reivindicavam a presença do secretário estadual de Habitação para que deixassem o local com uma alternativa para onde as famílias pudessem ir. O pedido foi transmitido à polícia, que mesmo assim avançou sobre as pessoas na rua.

O batalhão de choque da Polícia Militar usou bombas de gás lacrimogêneo, gás-pimenta e balas de borracha para desocupar o prédio. Dez viaturas e 120 policiais participaram da ação violenta que resultou em vários feridos, conforme demonstram as reportagens no final deste capítulo.

A polícia investiu em primeiro lugar contra os manifestantes do cordão, formado por pessoas que resistiam sentadas, pacificamente, usando *spray* de pimenta para dispersá-las. Em seguida, lançou bombas de gás lacrimogêneo e tiros de balas de borracha contra os ocupantes e a população na rua. A ordem era para atirar em quem aparecesse nas janelas e sacadas do prédio, indiscriminadamente. Fotografos que estavam na laje de um sobrado ao lado foram retirados pela polícia.

A operação policial foi executada por 120 policiais comandados pelo Major Sandro Afonso de Rego, do 11º Batalhão da Polícia Militar. Uma reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*²³ registrou que “Moradores disseram ter sido agredidos. Eles também afirmaram que muitos policiais retiraram a identificação dos uniformes. A reportagem viu policias da força tática circulando pela área sem identificação”. Julio César Neves, representante da Ouvidoria da Polícia, esteve no local e disse que as denúncias contra os policias seriam encaminhadas à Corregedoria.

O PROBLEMA HABITACIONAL DA CIDADE VIROU CASO DE POLÍCIA. É o que registraram reportagens da imprensa, como as do *Jornal da Tarde*: “Guerra no centro. E polícia desocupa prédio – manifestantes dizem que menores foram espancados”²⁴ – 17/08/2005; e “Verba de habitação será a menor dos últimos seis anos” (sobre o orçamento da Prefeitura Municipal de São Paulo) – 07/10/2005.

Com o despejo, os moradores que não tinham para onde ir montaram seus barracos na rua em frente ao prédio, que teve portas e janelas vedados com tijolos e cimento e permanece vazio. Foram montados 65 barracos, 41 na rua Mauá e 23 na rua Plínio Ramos, parte deles utilizando placas publicitárias de venda de imóveis de quatro quartos e duas suítes, enquanto os despejados passaram a viver em construções improvisadas de um cômodo, com mais de uma família dentro. Uma família com três filhas de cinco, quatro e três anos

²³ Cf. nota 19.

²⁴ Reportagem “Guerra no centro. E polícia desocupa prédio – manifestantes dizem que menores foram espancados”, de Giovanna Balogh, do *Jornal da Tarde*, 17/08/2005.

²⁵ Reportagem “Despejados ‘favelizam’ ruas na capital”, de Luísa Brito, do jornal *Folha de S. Paulo*, 13/10/2006.



Tenente retirando sua identificação e guardando no bolso durante despejo da ocupação Plínio Ramos | 2005
fotos: Anderson Barbosa





Policial sem identificação durante despejo da ocupação Plínio Ramos | 2005
foto: Isadora Lins/ CMI São Paulo



Policiais sem identificação durante despejo da ocupação Plínio Ramos | 2005
fotos: Isadora Lins/ CMI São Paulo















Policiais jogam spray de pimenta em pessoas sentadas durante despejo da ocupação Plínio Ramos | 2005
foto: Isadora Lins/ CMI São Paulo

páginas anteriores:

Batalhão da Força Tática, com capacetes, cassetetes e escudos X cordão de pessoas | 2005
fotos: Isadora Lins/ CMI São Paulo





Dignidade - intervenção do coletivo Elefante utilizando placas de venda de imóveis | 2005
foto: Antonio Brasileiro



Justiça | 2005
fotos: Isadora Lins/ CMI São Paulo





Parte dos móveis dos moradores despejados. Sobraram muitos móveis, eletrodomésticos e roupas dentro do prédio, nunca recuperados pelos despejados | 2005
foto: Isadora Lins/ CMI São Paulo



Acampamento na Rua Plínio Ramos, armado após o despejo, diante do prédio vazio e lacrado | 2005
foto: Mariana Cavalcante

improvisou moradia dentro de um veículo Brasília, que “pelo menos não molha quando chove”, conforme registro da reportagem “Despejados favelizam as ruas da capital”²⁵.

3.2. Tenente Pena

Os fatos

Por se encontrar em total estado de abandono, o prédio da rua Tenente Pena, 297, uma antiga metalúrgica falida do Bom Retiro, foi ocupado em março de 2004 por cerca de oitenta famílias, apoiadas pela Unificação das Lutas dos Cortiços (ULC). O proprietário do imóvel, a empresa falida Guilherme J. Khol Material Elétrico, imediatamente ingressou com pedido de liminar para desocupação, que foi também imediatamente concedida pelo juiz.

Como a massa falida não possuía valor em dinheiro suficiente para encaminhar o despejo, os moradores, organizados em comissão e em parceria com a ULC, procuraram a prefeitura, o estado e a Caixa Econômica Federal para realizar um projeto habitacional no local.

Em julho de 2005, tendo surgido a possibilidade de venda do imóvel para pagamento das dívidas da empresa falida, os credores levantaram os meios para execução do despejo, que aconteceu em 15 de setembro. A liminar de desocupação foi concedida na época da ocupação, mas como os interessados não providenciaram os meios para realizar o despejo, a população permaneceu no local até aparecer a proposta de venda do prédio no processo da falência (n. 000.96.610479-9, da 11ª Vara de Falências Central). Então credores, depositário e síndico da massa falida providenciaram caminhões e depósito para executar a retirada dos ocupantes.

Entidades como o Centro Gaspar Garcia, os Movimentos de Moradia, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe), o Conselho Municipal de Direitos Humanos e a Ouvidoria de Polícia discutiram com o poder público a perspectiva de um prazo suplementar para cadastramento das famílias no Estado (Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano - CDHU - e Secretaria de Estado de Assistência Social - SADS), mas isso não foi possível.

Os pedidos foram recusados pela secretaria de Habitação do Estado de São Paulo, que alegou não atender moradores em ocupações, e pela prefeitura, que disse estar com verbas “congeladas”. Por meio do Condepe, foi conseguida uma reunião com a SADS.

Foi protocolado pelas entidades apoiadoras um pedido de atendimento social (abrigo e inscrição no programa Bolsa-Emergencial) no dia 05 de setembro de 2005. Houve também uma reunião no 13º Batalhão de Polícia, na qual ficou combinado que o despejo aconteceria entre os dias 12 e 16 de setembro. No dia 8 de setembro, os moradores receberam a informação, pela SADS, de que as famílias seriam atendidas. Mas só foi possível agendar para o dia 14 uma reunião de encaminhamento.

Nesta data, foi informado que o despejo aconteceria no dia seguinte. A assessoria jurídica oficiou para que fosse disponibilizada uma escola para

Ocupação: Tenente Pena

Queremos lutar pela moradia, pois é um direito nosso.



Despejo da ocupação Tenente Pena | 2005
fotos: Antonio Brasileiro

abrigo das famílias, como o secretário-adjunto da SADS havia proposto.

A Polícia Militar realizou o despejo em 15 de setembro de 2005 sem disposição para o confronto. É importante registrar que não houve o emprego de violência física ou verbal. Mas a desocupação deixou mais de oitenta famílias na rua.

A negociação do atendimento habitacional das famílias ficou difícil, tendo em vista que a prefeitura informou que providenciaria o abrigo das famílias (informação que veio do gabinete do secretário-adjunto da SADS). No entanto, após o despejo, Daniel Antônio Salati Marcondes, Coordenador de Assistência Social e Desenvolvimento da Subprefeitura da Sé desmentiu isso, deixando claro que a prefeitura “não faria qualquer atendimento”. Em novo contato com o Estado, na SADS, foi alegada falta de comunicação entre os poderes, razão pela qual eles estariam “de mãos atadas”.

Os móveis dos ocupantes foram para um depósito, enquanto as famílias ficaram na rua, indignadas. Horas depois, elas receberam uma agente da prefeitura dizendo que uma escola estadual na Zona Norte estava em condições de recebê-las. As famílias aceitaram ir para a escola. O Movimento Unificação das Lutas de Cortiços, que estava presente na reunião, avaliou que, estando na escola, as famílias também teriam condições de negociar um melhor atendimento habitacional, que não fosse de cunho meramente assistencial.

Quando chegaram na escola estadual, as famílias foram mal recebidas pelos funcionários, que não queriam abrir o portão. Foram chamados agentes das subprefeituras da Zona Norte que não tiveram a mínima habilidade para lidar com o caso. Ao mesmo tempo, a comunidade local passou a investir contra a entrada das famílias, fazendo ameaças.

Por volta das 23h00, as famílias foram levadas para o galpão da Defesa Civil, na rua Afonso Pena, onde ficaram até às 18h00 do dia 16/09. Até esta data, os poderes estadual e municipal ainda discutiam sobre o abrigo das famílias. A prefeitura destinou para elas um espaço no Boracéia. Os representantes das famílias concordaram em ir para lá, com as seguintes condições: 1) Não ficar em regime de albergados; 2) Obter imediatamente uma reunião com o Estado e a Prefeitura; 3) Ficar no local somente até o atendimento por parte do Estado; 4) Deveriam ser imediatamente cadastrados no CDHU e na SADS.

A luta pelo direito à moradia

Os moradores das ocupações procuraram, de forma organizada, chamar a atenção da sociedade civil e do poder público para o drama que estavam atravessando: em poucos dias ficariam desabrigados.

Em 08 de agosto, juntamente com a Frente de Lutas por Moradia, realizaram um grande ato em frente ao Tribunal de Justiça de São Paulo, exigindo políticas habitacionais e o fim das liminares de despejos e reintegrações de posse. Foi protocolado um apelo em cada vara do Fórum onde existiam ações de reintegração de posse de imóveis no centro.

Em 23 de agosto, o Centro Gaspar Garcia oficiou ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe) um pedido de providências.

26 Reportagem
"Acampamento no centro
ganha mais 92 famílias", de
Camila Rigi, do *Jornal da
Tarde*, 07/10/2005.

O Condepe agendou reunião com a Secretaria de Estado da Assistência Social. Havia um programa de atendimento recém-criado para situações de risco. A secretaria recebeu famílias das ruas Paula Souza e Tenente Pena, incluindo-as no programa Bolsa-Emergencial.

Criou-se um mal-estar dentro dos governos estadual e municipal. Para o secretário-adjunto de Assistência Social do Estado, foi absurda a postura da secretaria estadual de Habitação e do CDHU em negar atendimento aos moradores das ocupações. O governo municipal, de outro lado, não forneceu alternativa de atendimento habitacional. A secretaria de Assistência Social ofereceu vagas temporárias em albergues para as famílias despejadas.

Com a pressão imposta, o governo municipal acolheu os moradores da rua Tenente Pena em um espaço coletivo no Boracéia. Os moradores da Paula Souza e da Plínio Ramos, que estavam acampados nas ruas Plínio Ramos e Mauá, foram acolhidos no Pari em alojamento cedido pelo Metrô até finalização dos atendimentos, com carta de crédito do CDHU, conforme promessa do secretário municipal de Habitação, Orlando Almeida Filho.

3.3. Paula Souza

O imóvel da Rua Paula Souza, 365, localizado no Bairro da Luz, estava em estado de abandono e foi ocupado em novembro de 2003 por famílias e pessoas sem-teto.

O proprietário do imóvel, a empresa Transbrasil S.A., ajuizou ação ainda em tempo de garantir uma liminar, imediatamente concedida pelo juiz da 16ª Vara Cível, sem ao menos considerar o grande número de famílias afetadas e o tempo de ocupação no imóvel.

De acordo com Luciana Bedeschi, advogada e conselheira municipal de habitação, o juiz deveria ter promovido ao menos uma audiência de justificação (ato não exigido pelo Código de Processo Civil, que disciplina que o juiz "poderá" convocar audiência de justificação ante a concessão, ou não, de pedido liminar), para buscar uma negociação entre as partes e a prefeitura municipal.

A liminar foi concedida em janeiro de 2004. Em julho de 2005, o juiz Aloísio Sergio Rezende Silveira, da mesma 16ª Vara (ação de reintegração de posse – processo 000.03.142109-1), excepcionalmente, determinou data e horário para cumprimento da liminar.

Os moradores do prédio ocupado tomaram conhecimento da ação porque foram convidados a participar, em 18 de julho, de reunião no 11ª Batalhão da Polícia Militar, com o objetivo de determinar os procedimentos da desocupação. Presentes nesta reunião, os advogados do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos peticionaram ao juízo, garantindo a suspensão da liminar pelo prazo de sessenta dias.

Durante o período de suspensão da liminar, os moradores organizaram-se em comissão e procuraram junto aos poderes executivos estadual e municipal meios para garantir habitação na região central. O despejo aconteceu no início do mês de outubro.



Ocupação Paula Souza | 2005
foto: Tranca RUa



Gentrificado - lambe-lambe do coletivo Bijari | 2005
foto: Anderson Barbosa



Despejo da ocupação Paula Souza | 2005
foto: Anderson Barbosa



Despejo da ocupação Paula Souza | 2005
foto: Mariana Cavalcante



Despejo da ocupação Paula Souza | 2005
foto: Henrique Parra



Acampamento na Rua Mauá, armado pelos despejados da ocupação Paula Souza | 2005
foto: Antonio Brasileiro

Acampamento na Rua Mauá | 2005
foto: Antonio Brasileiro





Acampamento na Rua Mauá - tomando banho | 2005
fotos: Graziela Kunsch







Acampamento na Rua Mauá - escovando os dentes | 2005
fotos: Graziela Kunsch





observação: na ocupação Paula Souza cada andar tinha banheiros; alguns cômodos tinham banheiro próprio



Prédio da Rua do Ouvidor | 2005
foto: Graziela Kunsch

Os moradores despejados do Paula Souza se juntaram ao acampamento das famílias despejadas da rua Plínio Ramos, conforme registrou reportagem de 07/10/2005: “Acampamento no centro ganha mais 92 famílias”- Despejadas anteontem, elas se uniram às 14 famílias que já estavam acampadas nas calçadas da rua Mauá com a Plínio Ramos²⁶.

²⁷ Havia no prédio uma escola organizada pelos moradores, com aulas para as crianças à tarde e, à noite, aulas do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Mova), da prefeitura de São Paulo.

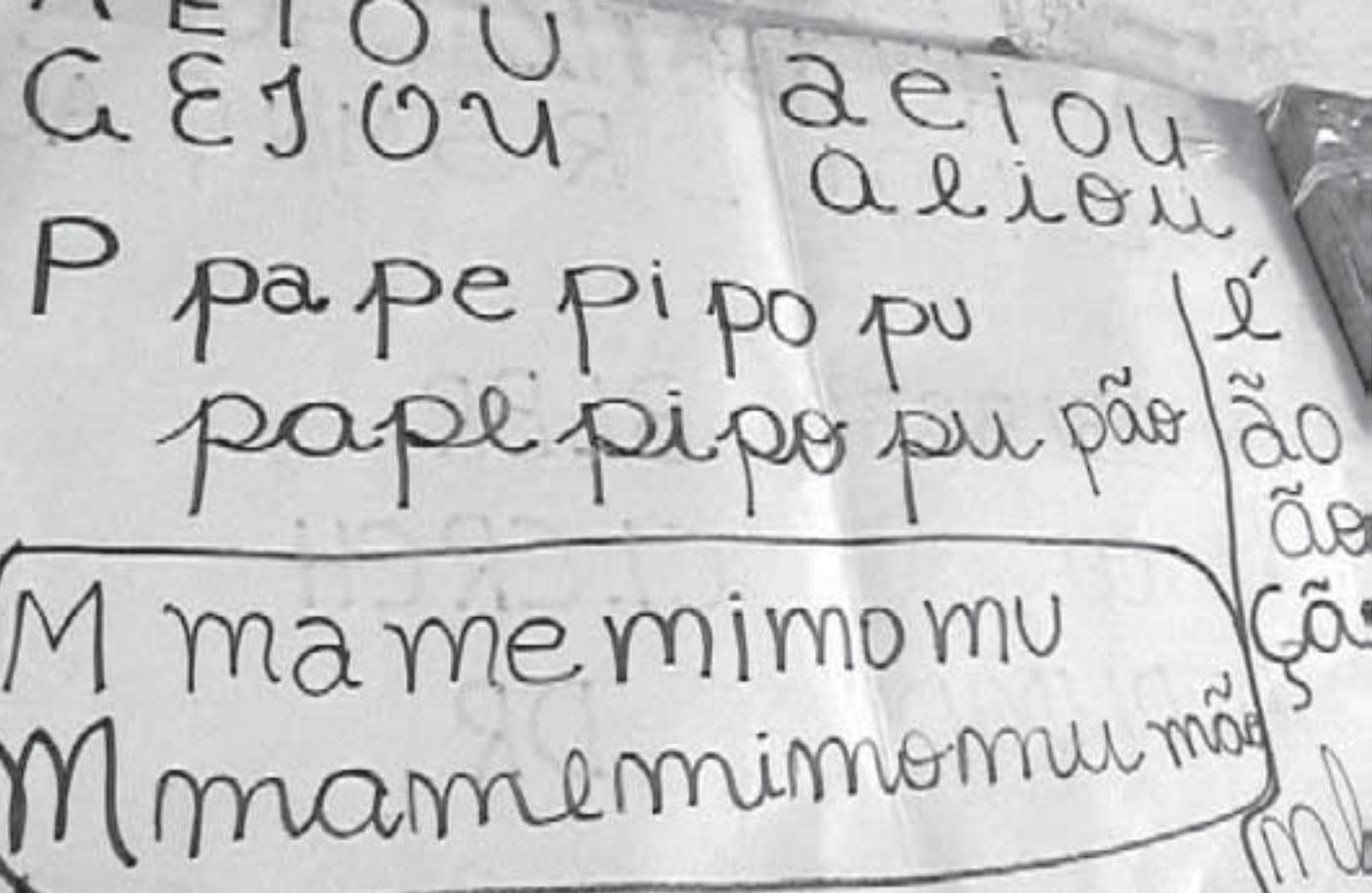
3.4. Rua do Ouvidor²⁷

O prédio da rua do Ouvidor, 63, foi ocupado por cerca de oitenta famílias dos movimentos de moradia ULC e MMC em dezembro de 1997, após muitos anos de abandono por parte do proprietário, a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. Segundo relato das lideranças, na ocasião foram encontrados muito lixo e sujeira misturados com arquivos e documentos de interesse do Estado. Após uma exaustiva limpeza do prédio, os objetos encontrados foram devidamente guardados em local seguro dentro do próprio edifício, e as famílias realizaram divisões e adequações internas para viabilizar a moradia, ainda que em situação improvisada.

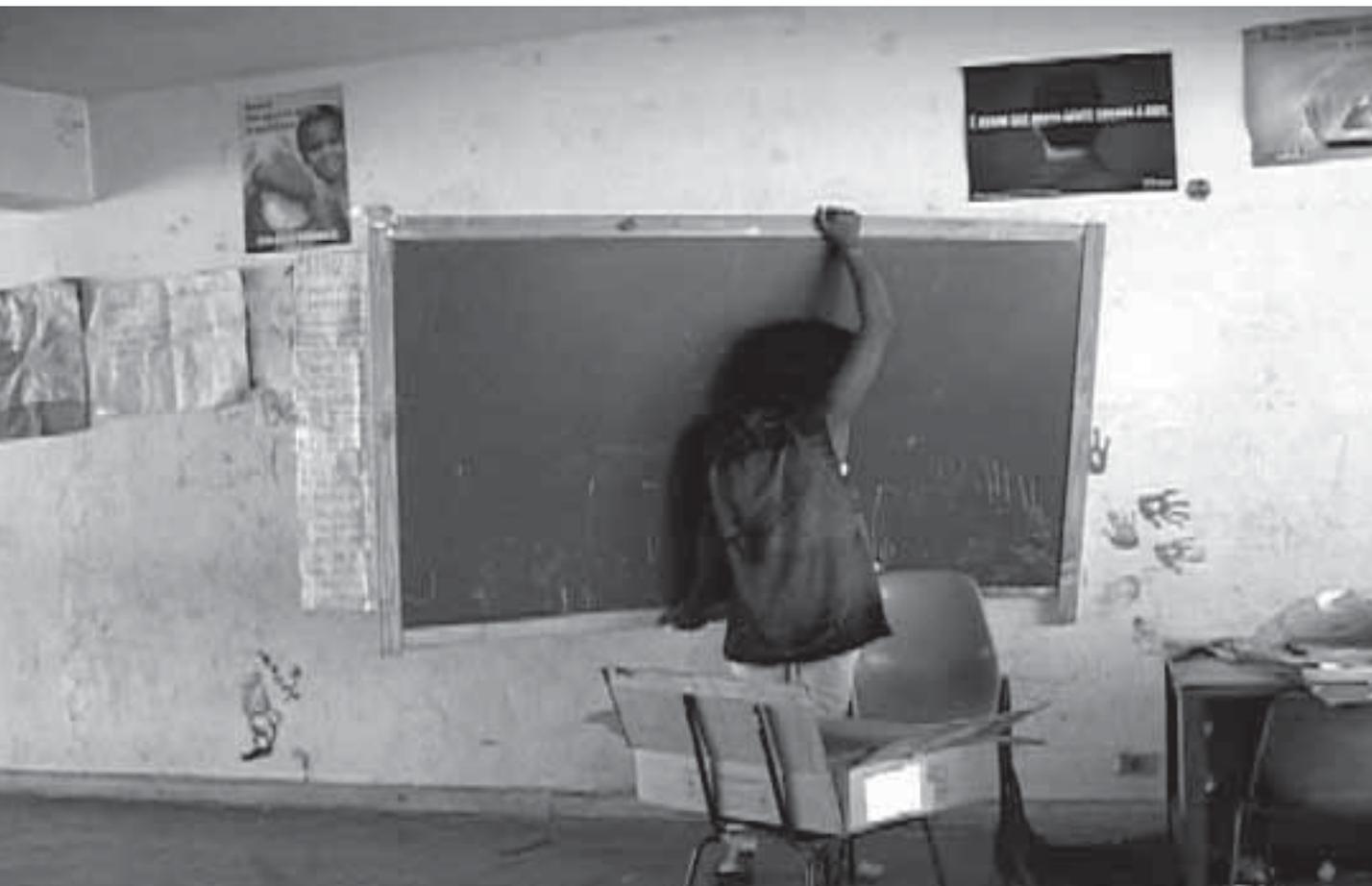
A desocupação pacífica da rua do Ouvidor em 11 de novembro de 2005 foi realizada após incontáveis tentativas frustradas de negociação, com dezenas de reuniões envolvendo os mais diversos níveis de governos. O prédio tinha um projeto de arquitetura pronto para a reforma (aproveitado por assessorias técnicas em 2003 e 2004 para o estudo de viabilidade aprovado pela CEF/PAR). Este foi executado a partir de uma experiência inovadora de um Laboratório de Projeto Integrado e Participativo para Requalificação Global realizado em 1999, que contou com a participação de centenas de estudantes e professores de diversas universidades, ONGs e entidades nacionais e internacionais. A experiência bem-sucedida da elaboração do projeto participativo foi exibida na 4ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo e gerou também um livro publicado em dois idiomas para utilização em universidades brasileiras e européias.

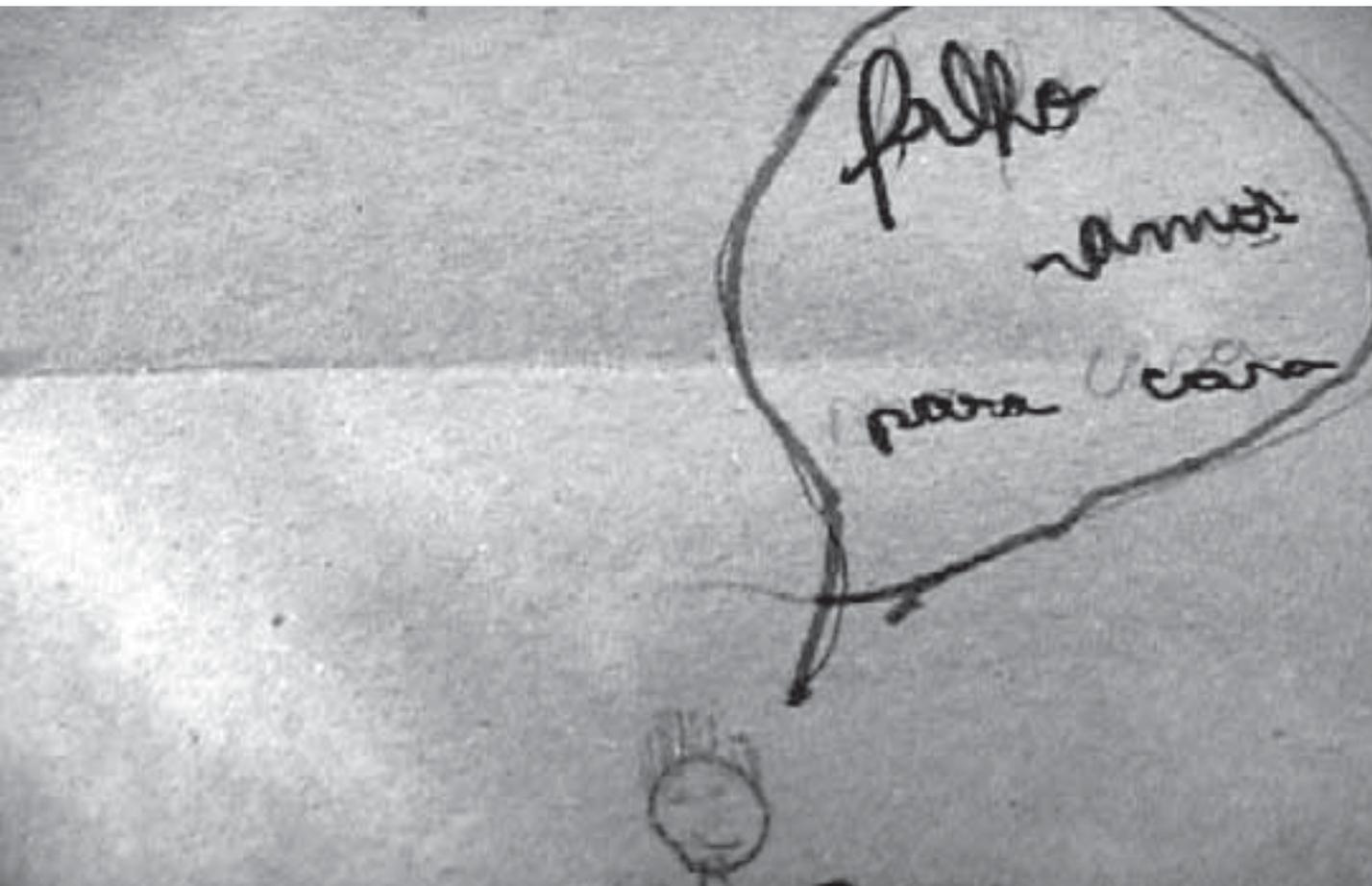
Como, na ocasião da ameaça de despejo em 2005, o prédio já possuía projeto com estudo de viabilidade técnica e financeira condizentes com o Programa PAR da CEF, restava apenas a diretriz do governo do Estado quanto a negociar o prédio com a CEF, de modo a viabilizar o seu uso social. No entanto, apesar de incansáveis esforços (e muitas horas de trabalho) por parte dos técnicos arquitetos, engenheiros e advogados, o governo do Estado recusou qualquer possibilidade de facilitar a viabilização do empreendimento, que se daria por meio de doação ou venda do prédio para a CEF, que financiaria a reforma por meio de programa regular existente.

O processo participativo iniciado no período de 1999 contribuiu muito para a difusão da temática dos prédios ociosos e abandonados nas áreas centrais e da importância de sua destinação para cumprimento de interesse público e social. A grande visibilidade que o trabalho atingiu (com matérias em jornais e na TV) contribuiu para o aumento do número de pesquisas e de pessoas interessadas em conhecer e discutir a problemática dos centros consolidados e históricos das metrópoles no Brasil.



Despejo da ocupação da Rua do Ouvidor: retirada de lousa da sala de alfabetização e assembleias | 2005
fotos: Graziela Kunsch





BEM-VINDOS
A NOSSA CASA!



12 DE DEZEMBRO/97

DIA DAS
CRIANÇAS





Detalhes do mural da ocupação da Rua do Ouvidor | 2005
fotos: Graziela Kunsch



²⁸ “Prédio da Rua do Ouvidor é despejado”, CMI Brasil (<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/11/337555.shtml>).

²⁹ Ver capítulo sobre a criminalização dos movimentos sociais, neste dossiê.

³⁰ Veja <http://ocupacaoprestesmaia.zip.net/>, blog da revista Caros Amigos.

³¹ O MSTC integra a Frente de Luta por Moradia.

Lê-se em reportagem publicada no *site* do Centro de Mídia Independente:

“No dia 12 de novembro de 2005 São Paulo perdeu uma de suas ocupações mais históricas. O prédio da Rua do Ouvidor foi ocupado em 12 de dezembro de 1997 pelo Movimento de Moradia do Centro (MMC), despejado pelo governo do Estado. Propriedade da Secretaria Estadual de Cultura, que até agora não apresentou o que pretende fazer com o prédio, inúmeras vezes os moradores e as moradoras precisaram lutar contra pedidos de reintegração de posse.

Na última vez, dois dias antes da data agendada para o despejo, em 13 de maio de 2005, foi realizado um protesto junto à CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano. Nesta data ficou decidido que as pessoas teriam seis meses para deixar o prédio e que ao longo deste período a CDHU sortearia 28 famílias para morar em um de seus prédios, na Mooca; algumas pessoas receberiam a quantia de R\$2.500,00; e outras, uma “carta-crédito”. Esta carta-crédito é definida a partir da renda da família: se a família ganha um salário mínimo no mês recebe uma carta-crédito de aproximadamente R\$20mil (dependendo da renda este crédito chega no máximo até R\$40mil). Com esta carta a família procura uma casa (uma quitinete) neste valor para comprar e, quando encontra, a CDHU paga esta quantia diretamente ao proprietário. Deste pagamento R\$ 15mil são subsídio do governo e o restante é pago pela família, em parcelas de R\$ 80,00 ao mês e condomínio, quando houver.

Este acordo poderia ser comemorado se pensarmos que todos os outros despejos realizados este ano no centro de São Paulo não ofereceram nenhuma alternativa aos despejados. Porém, é muito triste e revoltante pensar que, uma vez mais, ao invés de o governo colaborar na reforma desses prédios, melhorando a condição de vida dessas pessoas – e existe um projeto de reforma da Rua do Ouvidor, proposto por alunos da FAU-USP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo) –, o governo prefere deixar o prédio abandonado, fechado com cimento e esperar sua valorização imobiliária”²⁸.

No dia 11 de novembro de 2005, após a reintegração de posse, as portas foram lacradas com alvenaria e o prédio voltou a ficar vazio, completamente ocioso. E permanece, até a presente data, sem cumprir uma função de interesse social ou pública. O Estado não explica qual a destinação futura do edifício.

Vale registrar que a principal liderança do MMC e uma das grandes lideranças nacionais da luta pelos direitos humanos nas cidades brasileiras, Luiz Gonzaga da Silva (Gegê), é atualmente vítima da criminalização dos movimentos populares, encontrando-se na clandestinidade devido a um processo e a tentativas de prisão sem o devido julgamento²⁹.

3.5. Edifício Prestes Maia³⁰

O prédio da avenida Prestes Maia, 911, com cerca de 470 famílias que integram o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)³¹, abriga 315 crianças, 380 adolescentes, 561 mulheres e 466 homens.

O Prestes Maia, um dos maiores edifícios ocupados da América Latina, é um imóvel com dívidas de Imposto Predial Territorial e Urbano (IPTU) de mais de

ZUMBI
SOMOS
NÓS

A black and white photograph of a tall, multi-story apartment building. At the top of the building, a large banner is stretched across the facade with the text "ZUMBI SOMOS NÓS" written in bold, capital letters. In the foreground, a street lamp with a decorative, multi-pointed top stands in front of the building. The building has a grid-like structure of windows and balconies. The sky is visible in the background with some clouds.



Ocupação Prestes Maia | 2006
foto: Bijari

página anterior:

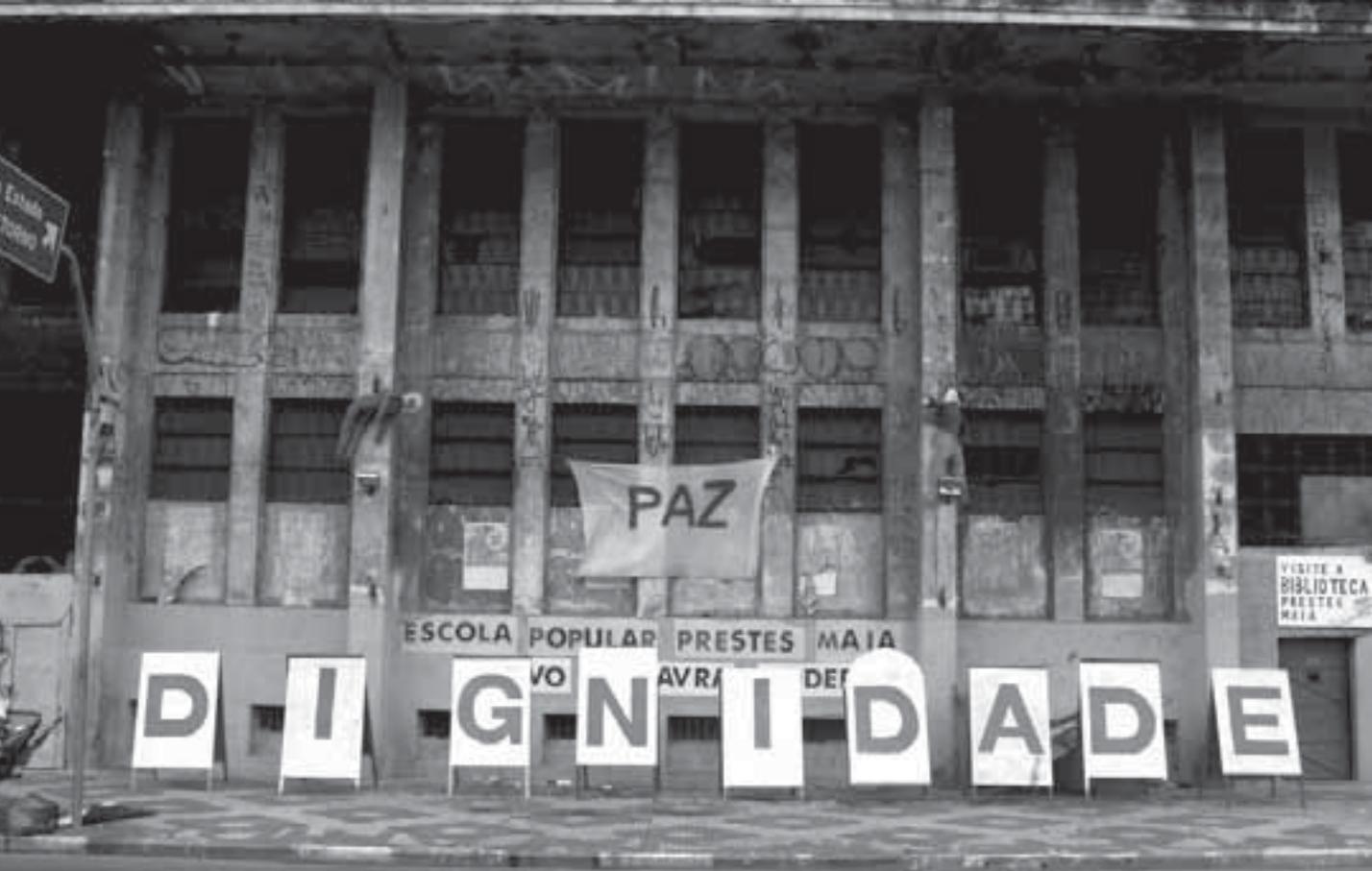
“Zumbi somos nós”: Intervenção da Frente 3 de Fevereiro na ocupação Prestes Maia | 2006
foto: Julia Valiengo



Cartaz Integração sem posse X Reintegração de posse | 2005
foto: Henrique Parra



Assembléia da ocupação Prestes Maia | 2005
foto: Henrique Parra



Ocupação Prestes Maia | 2005
foto: Antonio Brasileiro



Polícia Militar diante da ocupação Prestes Maia | 2005
foto: Antonio Brasileiro

R\$ 5 milhões. Ele já teve sua reintegração de posse marcada (a partir de 15 de fevereiro de 2006) e posteriormente postergada por dois meses, após incontáveis esforços técnicos, sociais e políticos junto a entidades governamentais locais, estaduais, federais, internacionais e organismos e instituições de defesa dos direitos humanos.

Há quase seis meses, os moradores que vivem nas duas torres do edifício desde novembro de 2002 se encontram sob o temor do despejo e de um confronto com o grande efetivo policial que, segundo integrantes do Comando da Polícia Militar, estariam prontos “para o que der e vier”. Os moradores reclamam o reconhecimento do seu direito à moradia e a viver numa região da cidade servida de serviços e infraestrutura e, especialmente, onde a maioria deles trabalha.

A ameaça de despejo vem sendo evitada apenas por causa da grande mobilização e repercussão social da luta dos moradores do edifício Prestes Maia pelo seu direito à cidade. No entanto, as manifestações em frente ao prédio, mesmo que pacíficas e carregadas de criatividade, vêm sofrendo represálias violentas por parte de policiais, como mostram as fotos registradas neste documento.

A desapropriação do imóvel foi iniciada na gestão passada para ser destinada para um projeto de habitação de interesse social. Existe um projeto arquitetônico pronto para a reforma do prédio, já protocolado na Cohab. O Programa Especial de Habitação Popular (PEHP), em parceria com o governo federal, foi abortado. Ele previa o investimento de R\$ 18 milhões para desapropriar edifícios nas ruas Prestes Maia, Senador Feijó, Riachuelo e Asdúbal do Nascimento, além do Edifício São Vito.

Inúmeras iniciativas de grupos organizados da sociedade civil, especialmente de jovens, estudantes, coletivos de arte, de mídia independente e comunicação, conseguiram transformar o Prestes Maia em símbolo da luta dos trabalhadores pobres por um padrão de vida adequado e condições dignas de moradia. O trabalho destes novos atores tem dado visibilidade à história de vida dos moradores e ajudado a desmistificar e divulgar para a sociedade o dia a dia de trabalho, a resistência e a organização das famílias do Prestes Maia, no lugar da discriminação, estigmatização e criminalização do movimento.

A Escola Popular Prestes Maia, projeto que engloba as diversas iniciativas de resistência cultural dos moradores e apoios do Prestes Maia – a biblioteca, o Cineclube de Documentários Brasileiros e a recém-inaugurada galeria de arte - vem se destacando na árdua batalha do movimento de moradia para evitar o despejo na justiça e para negociar com a prefeitura e o Ministério Público a garantia do atendimento habitacional das famílias.

Destas iniciativas se destacam:

1. Biblioteca: a ocupação Prestes Maia abriga uma biblioteca que já conta com cerca de 3.500 livros. O acervo foi formado com doações de uma ONG e de uma escola, mas também com publicações recolhidas no lixo. Entre os livros, há obras de Machado de Assis, Mark Twain, Kafka, Balzac, Milan Kundera, Jorge Amado, Paulo Coelho e a coleção de Harry Potter. A idéia de organizá-los no subsolo foi do catador Severino Manoel de Souza, que também controla os empréstimos anotando em um caderno as entradas e saídas das obras.



foto: Antonio Brasileiro

Biblioteca da ocupação Prestes Maia | 2006
foto: Henrique Parra





Bruno Zeni no Ciclo de Comunicações O Direito à Cidade | 2006
fotos: Fabio Weintraub

O Ciclo de Comunicações O Direito à Cidade ocorreu em 1 e 8 de abril de 2006 na Ocupação Prestes Maia, organizado por Fabio Weintraub e Pádua Fernandes no âmbito do projeto da Escola Popular Prestes Maia. O ciclo ofereceu uma visão dos problemas de acesso aos serviços básicos, à posse, à moradia e à infraestrutura urbana a partir de diferentes disciplinas (Geografia, Arquitetura, Ecologia, Direito, Psicologia e Literatura), buscando contribuir teoricamente para a construção de uma cidade mais justa e solidária. Participaram os professores Aziz Ab'Saber, Bruno Zeni, Celso Pazzanese, José Moura Gonçalves Filho, Pádua Fernandes, Ricardo Neder e Sérgio Alcides.





Cineclube de Documentários Brasileiros da Escola Popular Prestes Maia:
sessão de vídeo do despejo da ocupação Plínio Ramos, organizada por CMI São Paulo | 2005
foto: Henrique Parra

TERRITÓRIO SÃO PAULO

SALA ESPECIAL DA IX BIENAL DE HAVANA
ACONTECE NA OCUPAÇÃO PRESTES MAIA



INAUGURAÇÃO DA GALERIA VITRINE | ESCOLA POPULAR PRESTES MAIA

AV. PRESTES MAIA, 911 - ESTAÇÃO DA LUZ
ABERTURA, DIA 27 DE MARÇO, DAS 19 ÀS 22 HORAS

VISITAÇÃO, DE 31 DE MARÇO A 30 DE ABRIL
SEXTA A DOMINGO, DAS 12 ÀS 22 HORAS

COLEÇÕES E ARTISTAS PARTICIPANTES:



A REVOLUÇÃO NÃO SERÁ TELEVISIVADA



BOJARI



CATEGÓRIAS DE HISTÓRIA



DA CACHORRA



COSIAUX



CONTRAFILE



COSSINA



ELFANTIS



ESQUELETO COLETIVO



FRONTS 3 DE FEVEREIRO



NOVA PASTA



TRAMALÇA



DA



MARCONO VICARI (OU FILHO)



Capacho do coletivo Elefante na entrada da exposição Território São Paulo, na ocupação Prestes Maia | 2006
foto: Antonio Brasileiro

GALERIA VITRINE



Galeria Vitrine - Escola Popular Prestes Maia | 2006
foto: Antonio Brasileiro

Abertura da exposição | 2006
foto: Bijari





Sonhos dos moradores da ocupação Prestes Maia - trabalho de Mariana Cavalcante | 2005-2006
foto: Henrique Parra





Oficina de elétrica da Escola Popular Prestes Maia | 2006
foto: Antonio Brasileiro

Ateliê de costura | 2006
foto: Henrique Parra



2. Ciclo de palestras “O direito à cidade”: caminhos de resistência às práticas de exclusão nas grandes metrópoles”: com o lançamento oficial da escola, no dia 1º de abril de 2006, iniciaram-se palestras, abertas e gratuitas, ministradas no subsolo do prédio. Entre os palestrantes dos dias 1º e 8 de abril estavam nomes de grandes acadêmicos que apóiam a luta do MSTC, como Aziz Ab’Saber e Alfredo Bosi.

3. Cineclube de Documentários Brasileiros: teve início em 11 de março de 2006, com sessões programadas para ocorrer todos os sábados, sempre às 19h, na área junto à biblioteca da ocupação. O cineclube integra a Escola Popular Prestes Maia e sua intenção é trazer aos moradores do prédio e ao público da cidade filmes documentários que registram imagens do povo brasileiro, com o objetivo de levantar discussões ideológicas e estéticas, além de estimular a produção de documentários. A primeira sessão apresentou os filmes *Casa de cachorro* (2001), de Thiago Villas Boas, e *À margem da imagem* (2003), de Evaldo Mocarzel. Ambos têm como tema a vida de moradores de rua.

4. Galeria de Arte: de 27 de março a 30 de abril, a ocupação Prestes Maia abrigou uma parte da Bienal de Havana (Cuba). Cerca de treze coletivos reunidos na rede Integração sem Posse optaram por realizar trabalhos relacionados à ocupação, no subsolo da mesma, enviando relatos da exposição para Cuba por fax. A exposição recebeu o nome de Território São Paulo e chamou a atenção da mídia e das pessoas para a situação das famílias moradoras da ocupação.

Mesmo assim, a reação da prefeitura aos trabalhos educacionais e culturais desenvolvidos no edifício é truculenta: em 28 de março, todos os trabalhos – lambe-lambes, grafites e pinturas - que foram expostos ou feitos na fachada do prédio Prestes Maia pelos coletivos de artistas do Integração Sem Posse (que apóia as famílias do prédio) foram cobertos por uma tinta cinza-esverdeada – cortesia da subprefeitura da região Sé. Entre eles, estava uma pintura que dizia “Escola Popular Prestes Maia – Povo, palavra, poder”.

3.6. Vila Itororó, no bairro da Bela Vista

Breve histórico

A Vila Itororó situa-se no bairro da Bela Vista, em São Paulo, entre as ruas Martiniano de Carvalho, Monsenhor Passalaqua, Maestro Cardim e Pedroso. Durante a década de 1860, a avenida que hoje é conhecida como Vinte e Três de Maio era chamada de avenida Itororó – local em que existia, originalmente, o percurso do córrego de mesmo nome, no Vale do Itororó.

Na década de 1920, o mestre de obras português Francisco de Castro escolheu o local para construir um conjunto de 37 casas para aluguel: a Vila Itororó. Tirando partido do fato de que a nascente do córrego Itororó tinha água de boa qualidade, ele construiu a primeira piscina particular da cidade de São Paulo, que compunha o Clube Éden Liberdade juntamente com uma quadra poliesportiva.

Em 1950, quando da morte de Francisco de Castro, a vila foi leiloada e arrematada por credores. Mais tarde, o conjunto foi doado à Santa Casa de Indaiatuba – que



Casarão da Vila Iitoró | 2006
fotos: Antonio Brasileiro





Comunidade da Vila Itororó | 2006
foto: Antonio Brasileiro

ainda é considerada proprietária da Vila Itororó.

Em 1976, os arquitetos Benedito Lima de Toledo, Cláudio Tozzi e Décio Tozzi desenvolveram um “Projeto de Recuperação Urbana da Vila Itororó” solicitado pela Prefeitura Municipal de São Paulo e pela então Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano (Cogep), de caráter sócio-cultural, focado nas atividades de lazer.

Fatos recentes

A Vila Itororó é tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat).

Em 1997, a Instituição Beneficente Augusto de Oliveira Camargo, proprietária da Vila Itororó, deixou de se comunicar com os moradores – que até então pagavam o aluguel normalmente – e a imobiliária responsável pela administração deixou de enviar o boleto para pagamento dos aluguéis. O fato pode ser considerado abandono da área pela proprietária.

Em outubro de 2005, a Sehab declarou que a Vila Itororó faria parte do Programa de Recuperação de Cortiços.

Em 20 de janeiro de 2006, a Secretaria Municipal de Cultura divulgou a criação do “pólo cultural” na Vila Itororó – projeto revisado da década de 1970. Em 23 de janeiro, a prefeitura decretou a área como de “utilidade pública para desapropriação”.

Em fevereiro de 2006, a prefeitura cadastrou as famílias da Vila Itororó e ofereceu como opção aos moradores cartas de crédito nos valores entre R\$ 20 e R\$ 40 mil, sendo que apenas cinco das setenta famílias residentes no local têm renda para a aferição final. Além disso, esta opção inviabiliza a compra de qualquer imóvel na região.

A Associação de Moradores e Amigos da Vila Itororó (Amavila) conta hoje com a assessoria do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) da FauMackenzie e do Grupo de Pesquisa em Habitação – Vida Associada. Atualmente, a vila está transformada em cortiço, correndo riscos estruturais - cinco casas do conjunto já foram demolidas. Muitas famílias estão vivendo em condições sub-humanas.

Desde abril de 2006 está se tentando viabilizar uma audiência pública através da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e de Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo, uma vez que a prefeitura não abriu nenhuma possibilidade de diálogo com a população interessada. Esta é uma tentativa da Amavila e da sociedade civil em geral de solicitar esclarecimentos a respeito do projeto proposto no início deste ano, para que qualquer decisão a ser tomada a respeito do destino da Vila Itororó seja feita de forma participativa, como é o pressuposto de toda e qualquer política democrática e também do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor do Município de São Paulo.





Vila Monumento | 2006
fotos: CMI São Paulo

3.7. Vila Monumento

A ocupação da Vila Monumento foi realizada em 1992 por 54 famílias, em uma área do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) na rua Vigário João Álvares, 77, na Vila Monumento (próximo ao Monumento do Ipiranga). A ocupação está sendo acompanhada pelo Movimento de Moradia da Região Sudeste (UMM). Há um decreto de reintegração de posse e as famílias podem ser retiradas do local a qualquer momento. Por enquanto, o que segura a reintegração são as constantes negociações com o INSS. São reivindicação das famílias: a) Imediata suspensão da reintegração de posse; b) Viabilização de um projeto no local, uma vez que tanto a CEF quanto o INSS dizem que as famílias não podem ficar na área alegando que ela é muito cara.

³² Trecho de entrevista concedida à repórter Natalia Viana em 1º de novembro de 2005, pelo secretário municipal de Habitação, Orlando Almeida Filho. Veja entrevista completa em <http://ocupacaoprestesmaia.zip.net/>, matéria de 06/04/2006.

³³ Reportagem Folha de São Paulo, 07/02/2006 – “Serra dá até R\$ 5 mil para sem-teto deixar SP”.

Direitos violados

Perguntado sobre “o que fazer com os sem-teto?”, o secretário de Habitação Orlando de Almeida Filho respondeu: “Tem um monte de sem; eu, por exemplo, estou sem carro, que roubaram o meu, estou sem relógio rolex que eu não posso comprar... Cada um mora onde pode morar. Desde que possa comprar o imóvel e morar”³².

Violação do direito à moradia adequada (art. 6º da Constituição Federal, artigo 11 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais e os artigos 7º. e 8º. da Declaração de Istambul sobre Assentamentos Humanos das Nações Unidas): Não-atendimento da população sem-teto, que se encontra em situação de emergência, ocupando cortiços, imóveis inadequados, por falta de programas habitacionais destinados a famílias de baixa ou sem renda. Falta de segurança jurídica da posse, levando famílias a viver sob o temor e ameaças de despejo, impedindo o planejamento familiar e investimentos na melhora do lugar em que se habita, provocando ou agravando problemas de saúde e psicológicos.

Violação do direito à cidade (art. 2º, inciso I, da Lei n. 10.257/2001): Interrupção do diálogo com os movimentos populares de moradia e inviabilização da participação destes setores na gestão democrática da política e dos projetos habitacionais de interesse social. Desrespeito ao padrão cultural na produção de moradias populares e à função social da cidade, pelo incentivo à expulsão das famílias para áreas periféricas, longe de serviços, infra-estrutura, lazer, cultura, trabalho, transporte, agravando o quadro de insustentabilidade na cidade.

Violação do direito à igualdade (art. 5º da Constituição Federal): Discriminação de grupos especiais como mulheres, portadores de necessidades especiais, crianças e idosos, que não só não têm sido priorizados no atendimento pelo poder público, como muitas vezes não são aceitos nos programas habitacionais e não são beneficiários de políticas públicas especiais em função de sua condição.

Violação do direito à liberdade de ir e vir (art. 5º da Constituição Federal): Oferecimento de dinheiro, por parte da prefeitura, para a desocupação

de prédios, condicionado ao retorno das famílias à sua terra natal. Segundo José Carlos Freitas, promotor de Habitação e Urbanismo, “isso jamais vai ser instrumento para resolver o problema da moradia. (...) É uma simples maquiagem do problema, dinheiro jogado no ralo que poderia ser usado para eliminar áreas de risco e regularizar ocupações em áreas públicas”. Para o promotor, a prefeitura não teria como impedir a volta dos sem-teto para a capital, pelo direito de ir e vir que cada um tem ³³.

Violação do direito de acesso à Justiça (art. 5º, incisos XXXV e LXXIV, da Constituição Federal): A prática do despejo sem garantia de proteção processual viola o direito de defesa, além de expor os moradores à violência e ao desabrigo. A falta de assistência jurídica gratuita dificulta o reconhecimento no judiciário dos direitos dos encortiçados como locatários ou sublocatários, impedindo que os moradores possam exigir legalmente do locador, ou intermediário, melhorias no imóvel.

Violação dos direitos das crianças e dos adolescentes (como prioridade absoluta – art. 227 da Constituição Federal e art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n. 8069/1990): Apesar de serem considerados prioridade absoluta pela nossa Lei Maior, crianças e adolescentes sofreram a violência do despejo e a exposição a situações de risco nas ruas, sem a garantia de atendimento habitacional. Com o despejo, as crianças perdem o acesso à escola e correm o risco de perder o ano letivo. Nenhuma medida foi tomada pela prefeitura e pelo judiciário para garantir o atendimento habitacional emergencial e prioritário às famílias com crianças.

Violação do direito do idoso a condições de moradia digna (art. 37 do Estatuto do Idoso – Lei Federal n. 10.741/2003): Os idosos são grupos prioritários no atendimento habitacional nos programas do poder público. No entanto, não foram tomadas medidas pela prefeitura e pelo judiciário para garantir seu atendimento habitacional prioritário como alternativa aos despejos e à exposição a situação de risco nas ruas.

4. Reivindicações e propostas

4.1. Reivindicações e propostas gerais

a) Participação popular e gestão democrática da cidade

Os projetos habitacionais e sociais devem:

- Garantir a participação e acompanhamento dos projetos por parte da comunidade atendida;
- Ter sua execução acompanhada pelo grupo de famílias. Que seja constituída uma associação de moradores para dar continuidade aos programas de desenvolvimento social. Essa associação, ligada a seu movimento social de origem, será responsável pela gestão do espaço após a entrega do projeto aos moradores.

b) Função social da cidade e da propriedade urbana

- Aprovar Instrumentos de Política de Desenvolvimento Urbano pautando-se pelo Estatuto da Cidade/Projeto da Lei n. 181/1989, cujas diretrizes devem orientar a utilização do estoque de propriedades imóveis, assegurando a função social da propriedade urbana, destinando-a para fins sociais.
- Aprovar de imediato as seguintes medidas:
 - Incidência de imposto (predial e territorial), fortemente progressivo para imóveis vazios, sem utilização por mais de ano e dia;
 - Rever a isenção do IPTU pelo tamanho e valor do imóvel; cobrar proporcionalmente pela quantidade de área do imóvel, a partir de 50 m² (abaixo disto, isento);
 - Que a valorização dos imóveis, decorrente de investimentos públicos, seja tributada pela Contribuição de Melhoria e por outros instrumentos urbanísticos, a fim de que os investimentos sociais voltem para ser utilizados em moradia popular e para fins sociais;
 - Que os proprietários inadimplentes, devedores de impostos da prefeitura, sejam obrigados a ceder sua propriedade em troca dos débitos tributários. Esses imóveis só poderão ser utilizados para fins sociais. Utilizar as normas existentes no Estatuto da Cidade, Código Civil e no Plano Diretor, além de construir legislação para esse fim;
 - Que os imóveis fechados por mais de ano e dia sejam desapropriados a fim de atender à sua função social, devendo ser reutilizados para moradia social;
 - Que em toda a cidade urbanizada, especialmente nas regiões centrais, sejam reservadas áreas para assentamento de população de baixa renda (Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS);
 - A destinação pela União (INSS, Rede Ferroviária, Caixa Econômica Federal etc.), Estado e Prefeitura de São Paulo e suas autarquias e fundações, de seus imóveis sem utilização e destinação específica, PRIORITARIAMENTE, para projetos de habitação de interesse social.
- Recomendação: que seja realizado um amplo e eficiente mapeamento e gestão de dados das propriedades imobiliárias, a fim de localizar latifúndios urbanos, grileiros, devedores de impostos, bem como o uso real de cada imóvel (terrenos e edificações), qual a valorização de cada empreendimento e a respectiva infra-estrutura urbana.

4.2. Reivindicações e propostas aos poderes públicos

a) Ao Município de São Paulo

A Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano deve:

- Manter e ampliar os programas habitacionais de interesse social e de autogestão (mutirões), com participação das assessorias técnicas dos movimentos e das associações de moradores: Locação Social; Bolsa Aluguel; Perímetros de Reabilitação Integrada do Habitat; e regularização fundiária das áreas públicas;
- Aplicar a Lei do Fundo Municipal de Habitação de São Paulo e a resolução n. 10, que prevê subsídios diretos para habitação de interesse social;
- Dar continuidade à aplicação da lei municipal n. 13.770/2004, que confere prioridade às mulheres nos programas habitacionais do município, inclusive relativamente à titularidade da moradia;
- Manter o pleno funcionamento do Conselho Municipal de Habitação como esfera democrática de formulação, monitoramento e controle social da política habitacional do município;
- Implementar políticas públicas habitacionais e urbanas obedecendo ao estabelecido na lei municipal n. 13.430/2002, do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, particularmente no que se refere à produção de Habitação de Interesse Social nas Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS;
- Implementar os planos diretores regionais da Sé e da Mooca, bem como dos demais distritos da cidade;
- Criar comissão de prevenção a despejos forçados para a negociação de alternativas habitacionais para as famílias ameaçadas de despejo;
- Realizar a regularização fundiária dos conjuntos habitacionais populares e dos mutirões já concluídos.

b) À Câmara de Vereadores do Município de São Paulo

- Aprovação de projeto de lei que regulamente os instrumentos do parcelamento e edificação compulsória, IPTU progressivo e desapropriação para os imóveis vazios e ociosos que não cumprem sua função social, conforme exigência do Plano Diretor e do Estatuto da Cidade.

c) Ao Governo do Estado de São Paulo

- Atender às diretrizes e resoluções da 2ª Conferência Estadual e Nacional das Cidades de 2005, que, com ampla representação social e política, recomendou a criação do Sistema Estadual das Cidades, e da Lei Federal n. 11.124/2005, criando

o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social, assim como à criação de respectivos Fundos e Conselhos Estaduais, viabilizando a participação e o controle social dos recursos públicos aplicados em habitação no Estado, em consonância com a criação de um Sistema Nacional das Cidades e de Habitação de Interesse Social.

- A criação de um grupo de defensores públicos especializados na área dos DHESC - Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais e de proteção do direito à moradia na Defensoria Pública.
- Executar projetos de reformas para Habitação de Interesse Social com participação da população desde o projeto até a execução, mediante sistema de autogestão pelos movimentos de moradia e pelas associações de moradores de todos os prédios de propriedade do Estado que se encontram vazios ou ociosos, como os da rua Ouvidor e Ana Cintra e Cinema da Mooca.

d) Ao Poder Judiciário do Estado de São Paulo:

- Respeitar e aplicar as normas de proteção dos direitos humanos no âmbito da legislação brasileira e do sistema internacional da ONU (tratados, pactos e convenções dos quais o Brasil é signatário) para solucionar as situações de conflitos sociais relacionados com o direito à moradia de grupos sociais vulneráveis como os moradores de favelas, cortiços, ocupações e baixos de viadutos.
- Promover atividades de capacitação dos juízes no campo dos direitos humanos (particularmente os Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais - DHESC) e adotar medidas administrativas para assegurar o acesso da população de baixa renda a todas as instâncias judiciais para a defesa de seus direitos. Deve haver também maior empenho para difusão e aplicação, por parte do judiciário, dos novos marcos jurídico-institucionais pós-Constituição Federal de 1988, como o Estatuto da Cidade, o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outros.
- A Corregedoria de Justiça do Estado de São Paulo deve discutir junto à sociedade a elaboração de provimento que defina os procedimentos para a execução de despejos que respeitem o marco legal nacional e as normas internacionais de direitos humanos ratificadas pelo país, para minimizar os conflitos sociais e a situação de exclusão social da população pobre.

e) À Polícia Militar do Estado de São Paulo

- A Corregedoria de Polícia Militar do Estado de São Paulo deve proceder à apuração das denúncias contra policiais da Força Tática sem identificação nas operação de despejo, de prática de violência policial contra moradores do prédio desocupado da Plínio Ramos, bem como contra universitários e repórteres independentes.
- Definir normas que respeitem os direitos humanos para a execução de despejos (como, por exemplo, a proibição do uso de gás-pimenta pela polícia, em função das conseqüências sérias que pode trazer à saúde das pessoas – considerando também que este instrumento de repressão e agressão é proibido na maioria dos países democráticos do mundo).

- Punição dos policiais e oficiais que incorrerem em abuso de poder durante as operações de despejo forçado.

f) À Assembléia Legislativa

- Aprovação do projeto de lei do deputado Simão Pedro, discutido com movimentos populares, assessorias jurídicas e ONGs, que cria a Comissão de Prevenção a Despejos Forçados no âmbito do Estado de São Paulo.

g) Ao Governo Federal

- Agilidade na negociação da transferência de prédios ocupados e vazios do INSS para a Caixa Econômica Federal, para a execução de projeto de habitação de interesse social.
- Implementação do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) nos prédios vazios e ocupados da região central de São Paulo, em parceria com a prefeitura, e aplicação de maiores subsídios para financiamentos à população de baixa renda nas áreas centrais.

4.3. Reivindicações e propostas específicas quanto às ocupações de prédios e vilas de moradores nas áreas centrais

Para enfrentar a problemática das ocupações de prédios vazios e abandonados na área central da cidade, a recomendação geral é que o governo federal, através do Ministério das Cidades, o Governo do Estado, através da Secretaria de Habitação e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) do Estado de São Paulo, a Prefeitura do Município de São Paulo, através da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano e da Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab), executem de forma integrada projetos de habitação de interesse social contendo programas de geração de trabalho e renda nos prédios e imóveis considerados não utilizados, subutilizados ou ociosos, pela Lei do Plano Diretor Estratégico, especialmente nas áreas definidas como Zonas Especiais de Interesse Social, aplicando os instrumentos do Estatuto da Cidade.

- *Ouvidor*: Reforma do prédio para transformação em HIS mediante sua transferência (venda ou doação) do governo do Estado para a CDHU ou a prefeitura.
- Atendimento da demanda dos movimentos populares no Projeto de Habitação de Interesse Social do Ana Cintra.
- *Ocupação da rua Prestes Maia*: O município de São Paulo, através da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano e da Cohab, deve promover a reforma do prédio da rua Prestes Maia para fins de habitação de interesse

social, atendendo o pedido de desapropriação do prédio já feita pelo município. Considerando que o número de famílias que ocupam o prédio é maior que o número de habitações contempladas no projeto de arquitetura já existente, as demais famílias não atendidas ali devem obter um atendimento habitacional por outros projetos de habitação de interesse social executados pelo município na região do centro da cidade. É de fundamental importância considerar que o proprietário do prédio tem uma dívida de cerca de R\$ 5 milhões em IPTU para com a prefeitura, valor acima do estimado para compra do imóvel. A Caixa Econômica Federal deve aportar os recursos disponíveis, caso necessário, por meio dos programas já existentes.

- *Plínio Ramos, Paula Souza e Tenente Pena*: Atendimento habitacional imediato das famílias despejadas em programas de HIS na região central, mediante projeto da CDHU, considerando a existência de imóveis já desapropriados para este fim e que os imóveis desocupados se encontram novamente vazios e lacrados.

- *Vila Iitororó*: Que a Secretaria Municipal de Cultura garanta a informação clara e acessível dos moradores da Vila Iitororó sobre o projeto de criação de um “pólo cultural” no local. Que sejam realizadas audiências públicas, prévia e adequadamente divulgadas, com a participação das secretarias de Cultura e de Habitação, para o esclarecimento das propostas da prefeitura e para a construção do diálogo entre a prefeitura, os moradores da Vila Iitororó e a sociedade, sobre o projeto cultural da prefeitura e alternativas habitacionais adequadas para as famílias. Deve ser garantida a participação dos moradores da vila e de suas entidades representativas na definição do projeto, garantindo seu direito à moradia adequada e o direito à cidade, de acordo com o princípio da gestão democrática da cidade previsto no inciso II, artigo 2º da Lei Federal n. 10.257/2001.

- *Projeto Hotel São Paulo*: Que a Caixa Econômica Federal e a prefeitura de São Paulo respeitem a demanda já definida desde 2004 para o movimento de moradia (Fórum de Sem-Teto e Cortiços do Centro), que indicou o prédio para a execução do projeto habitacional, ajudou na negociação do prédio e na definição, pela gestão municipal anterior, como a demanda de atendimento do projeto. Que sejam construídos no prédio os equipamentos públicos previstos no projeto original – creche e o posto de saúde, obra que deveria ser realizada pela prefeitura e até agora não foi iniciada.

5. Reportagens e matérias publicadas pelos veículos de comunicação



A "REVITALIZAÇÃO" QUE DEGRADA

O esquema é conhecido, tem até nome próprio: gentrificação. Significa a expulsão da população de baixa renda da região central das cidades e sua substituição por classes de alto poder aquisitivo, a pretexto de reabilitar uma área degradada. A revitalização do centro de São Paulo adotada pela primeira gestão tucana na cidade está seguindo esse caminho. E acirra uma guerra que já existe há anos, tendo de um lado pessoas e do outro o interesse comercial e imobiliário. Uma disputa pelo território que, através de inúmeros despejos, como o da rua Plínio Ramos, na foto ao lado, faz vítimas a cada dia.

Texto Natalia Viana Fotos Isaurim Nascimento

O centro de São Paulo é uma mistura de vales e planaltos costurados pelos cursos do rio Tamarandati e seus afluentes, que correm em canais fechados. São 26,2 quilômetros quadrados, administrados por uma mesma subprefeitura, a da Sé, que congrega oito distritos. Por onde seilha dá para ver carros, ônibus, prédios comerciais, ruas largas, calçadas e muita, muita gente. Ali misturam-se executivos de multinacionais e bolivianos ou africanos que entram legalmente no país. Secretárias, artistas de rua e milhares de imigrantes norteamericanos que chegam todo dia fugindo da miséria. O luto de restaurantes caros e a miséria da baizada do Glicério, onde moradores de rua se misturam a pilhas de lixo atirado pela janela dos prédios. A sede da prefeitura mais rica do país convive com os inconfundíveis camelôs da rua 25 de Março, os meninos e meninas que cheiram cola nos arredores da estação da Luz, os homens-placa de venda de ouro, dólares e atestados médicos (falsos).

Todo dia circulam pelo centro 2 milhões de pessoas – um quinto da população municipal – e por bons motivos. A região concentra cerca de 30 por cento dos empregos formais do município, e uma quantidade enorme de informais. Circulam pelas ruas geralmente engarrafadas trezentas linhas de ônibus. Algumas delas deixam passageiros nas dezessete estações de metrô, para seguirem viagem. Não há, na cidade, região mais rica em aparelhos culturais, de saúde ou educação – somente a rede municipal conta com 36 creches, dez escolas de educação infantil, três de ensino fundamental e uma de educação especial.

Tudo isso, perante uma população que diminui a cada ano, especialmente as classes mais altas, assustadas com a "degradação" da região. Vivem ali cerca de 370.000 pessoas, na distribuição de renda mais equitativa da cidade: 40 por cento dos chefes de família recebem mais que dez salários mínimos, 25 por cento entre e cinco e dez, 14%

entre 3 e 5, e 21% até três salários. Estes geralmente vivem em cortiços, ocupações ou favelas, em condições tão precárias que lembaram ao relator da ONU Miron Khotari, visitando a cidade em maio de 2004, a miséria da Índia, seu país natal. No relatório publicado em conjunto com a Relatoria Nacional de Moradia, Khotari registra: "Os moradores estão expostos a situações de risco, com ameaça à vida e à saúde, pela lotação dos cômodos, pela falta de banheiros e tanques para uso das famílias. Pouca iluminação e ventilação, muita umidade, cômodos utilizados para usos diversos. Situação de risco pela alta concentração de botijões de gás, fiação elétrica aparente e improvisada, rachaduras nas paredes". Enquanto isso, pela debandada dos mais endinheirados, sobram imóveis vazios: são 39.289 unidades sem uso, segundo o relatório da ONU. Ou, cerca de duzentos prédios fechados, à espera de valorização imobiliária.

DOIS CENTROS – PARTE I

Desde que assumiu a prefeitura de São Paulo, José Serra adotou como bandeira a revitalização do centro da cidade. Antigamente elegante e frequentado pelas classes média e alta, o Centro viu, nas últimas décadas, fugirem os investimentos, deslocados para outras regiões, e não se sabe se a fuga do dinheiro levou sucessivos governos municipais a abandonar a área, ou vice-versa. Hoje em dia, a região tem a marca do abandono.

Mas há necessidades e necessidades. Para o secretário municipal da Habitação, Orlando Almeida Filho, o maior problema do Centro é a falta de segurança – daí a urgência da revitalização. Ele argumenta: "Uma senhora que queira ir ao Teatro Municipal com um colar com determinado bilhete não vai poder transitar tranquilamente". Por isso, já em março deste ano, o subprefeito da

Sé, Andrea Matarazzo, realizou o primeiro passo para a revitalização: a Operação Limpa, que ocupou as ruas da chamada Cracolândia – área central onde o comércio da droga reinava – com centenas de policiais e fiscais. Prenderam 108 imigrantes ilegais, enviaram 643 pessoas para abrigos da prefeitura, fecharam 33 hotéis, onze bares e dois depósitos. Em setembro, a área, de 105.000 metros quadrados, foi decretada de utilidade pública, o primeiro passo para a desapropriação dos 750 imóveis que dão espaço à chamada Nova Luz, onde a iniciativa privada poderá construir com generosos incentivos fiscais – desconto de 50 por cento no IPTU e 60 por cento no ISS.

Orlando Almeida conta que a prefeitura também vai incentivar empreendimentos residenciais "para uma revenda de até dezessete salários mínimos". Advogado por formação e corretor de imóveis desde 1971, ele diz claramente que o Centro deve ser habitado por uma classe média, que pode "no sleeping light e comprar uma gravata, o outro compra um sapato, outro vai no teatro e compra um ingresso, outro vai no restaurante, e isso gera trabalho". Aos trabalhadores que vendem o sapato, costuram a gravata, limpam o teatro, seriam reservados, segundo seu esquema, conjuntos habitacionais em áreas próximas do centro, numa distância de 2 quilômetros – eles poderiam caminhar até o centro, diz ele. "Faz bem à saúde."

Max há gente disposta a barrar o plano da prefeitura. Hoje existem vários movimentos de sem-teto que atuam de maneira semelhante: vão de penado em penado, de barraco em barraco, organizando as pessoas para lutarem por moradia adequada. E ocupam os prédios vazios para denunciar a lógica perversa que transforma a cidade numa grande merceadoria. Segundo os pesquisadores do Instituto Polia, que estuda habitação e urbanismo, deixar imóveis sem uso é contra a lei. A advogada Patrícia Cardoso, do Instituto, explica

que o direito à propriedade está hoje condicionado a seu uso social, na Constituição. Como o poder público não aplica a lei, os movimentos sem-teto aplicam a "exigibilidade de direitos": fazem cumprir à força. "O problema é que a interpretação predominante, seja dos tribunais, seja da mídia e de governos mais tradicionais, é em defesa do patrimônio, da propriedade, e não da vida humana. Está tudo na Constituição, só que tem um setor que é mais forte, mais organizado, e consegue valer um direito em detrimento do outro", diz Patrícia.

Os sem-teto não querem, de jeito nenhum, sair do Centro, onde têm toda infra-estrutura de que precisam. Só que há pouquíssimos projetos habitacionais, seja no âmbito municipal, estadual ou federal, que atendam às necessidades das famílias que recebem até três salários mínimos - e no entanto elas são reais, vivem, comem, doem, e compõem uma multidão. No centro da cidade, então, nem pensam a regra é destinar aos mais pobres moradias na periferia, distantes pelo menos uma hora e meia. "Os moradores de cortiço não têm fadiga, muitos deles têm o nome sujo no Serasa, e muitos não podem comprovar renda porque trabalham ilegalmente. Por isso têm que pagar muito, cerca de 300 reais, para viver em más condições", aponta Solange Carvalho, uma das coordenadoras do MSTC - Movimento de Sem-Teto do Centro. Na visão do movimento, uma família que recebe até três salários mínimos deveria pagar até um terço da renda para morar adequadamente, fugindo da regra se pagar aluguel não come, se comer não paga aluguel. "A gente não quer moradia de graça, quer moradia que a gente possa pagar", diz Solange. E isso é responsabilidade de Estado, já que a Constituição estabelece, no artigo 6º, que moradia é um direito social.

Justa seja feita: alguns avanços aconteceram na gestão municipal anterior, de Marta Suplicy. A Secretaria de Habitação elaborou principalmente dois programas para essa população de baixíssima renda, os excluídos dos excluídos. Através do Bolsa Aluguel, as famílias em cortiçadas recebem 320 reais durante trinta meses para alugar um imóvel. A prefeitura atuava como fiadora. Havia também o programa Locação Social, que seguia um modelo bastante usado na Europa, garantindo por toda a vida um imóvel para determinada família, e a hereditabilidade do uso, mas nunca a posse. Cada família pagava uma porcentagem de 10 a 15 por cento do salário todo mês por um apartamento da prefeitura. Esses programas habitacionais eram focados no centro da cidade, atendendo às demandas dos movimentos.

José Serra paralisou tais programas, e principalmente deixou de dialogar com os movimentos sociais, acusando-os, sempre, de serem ligados ao PT. Comprou uma briga duríssima. Orlando Almeida Filho diz que os sem-teto são usados como "massa de manobra" pelas lideranças. Acha um absurdo o apoio que os movimentos recebem de vereadores "que tiveram o privilégio de contar com o entusiasmo desses movimentos sociais no processo eleitoral". Para ele, a forte organização dos sem-teto prova que é um movimento político, e não "uma situação normal". E, no entanto, ele parece não ver problema em se apresentar, mesmo sentado na sua cadeira de secretário municipal, como presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo. "Quer dizer, licenciado agora", complementa rapidamente.

QUEM FEZ A CIDADE?

Organizadíssimo, o MSTC é fruto da luta de algumas mulheres, mães de família. Hoje, coordena 58 grupos de base, que se reúnem a cada quinze dias em diversos pontos da cidade para "conscientizar a

população". E já conta com 415 famílias atendidas em programas habitacionais iniciados na gestão de Marta Suplicy. "A gente passa que a moradia é um direito, está na Constituição. Mas a pessoa só vai conseguir fazer valer os seus direitos indo para cima do governo", diz Solange, crítica feroz da revitalização de José Serra. "A revitalização tinha que começar pensando o centro com quem fez a cidade, que é o trabalhador." Além das famílias já atendidas, o movimento coordena duas ocupações, somando cerca de quinhentas famílias. Uma delas, na avenida Prestes Maia - a maior ocupação organizada no centro -, virou símbolo da luta contra a lógica de quem mora quem pode pagar. Ali, cerca de 350 famílias acordam, comem, namoram, vivem. Moram.

Na Prestes Maia, uma das maiores avenidas do Centro da cidade, chama a atenção o gigantesco prédio ocupado pelo MSTC, um bloco cinerento, de 22 andares, cheio de janelas forradas por papelão, madeira, cortinas coloridas, num mosaico. Ali funcionava a Companhia Nacional de Tecidos, que entrou em falência; depois, o prédio foi usado como escritório da prefeitura. Ficou, sim, alguns anos parado antes de ir à leilão, em 1991, para pagar as dívidas da massa falida. Arrematado pelas famílias Amorim e Hamache, permaneceu abandonado. E vazio. "Aqui na frente era uma malocaria. Foi um forte ponto de tráfico durante dez anos. Havia muitos assaltos, de dia, à noite, toda hora", lembra Ivan Silva, dono de uma banca de jornais na mesma rua.

O PRÉDIO

Entrar no Prestes Maia é um choque. O portão de ferro azul esconde uma verdadeira cidade construída pelos sem-teto que ali se instalaram em 3 de novembro de 2002. O salão de entrada já mostra as marcas do abandono, a pintura descascando nas paredes, rachaduras, os fios de eletricidade à mostra - um enorme gato feito pelos próprios moradores. Há manchas nas paredes e no chão, muita umidade, rachaduras, e no entanto o prédio é cheio de vida e segue, dia a dia, com muita organização e alguma dignidade possível.

Zela pela segurança do prédio seu Luiz Fernandes, de 64 anos. Morador da ocupação, ele recebe 300 reais para manter as rígidas regras da portaria. Visitas, só das 8 da manhã às 9 da noite, e apresentando a carteira de identidade. Ninguém conhece aquela rotina mais que ele. É única testemunha dos primeiros camelôs que saem às 4h30 para comprar mecedorias que venderão durante o dia. Às 5h30, os ambulantes que carregam seus carrinhos de metal para servir café e bolo aos primeiros passageiros dos trens da Estação da Luz. Às 7 horas, mães levando crianças para as creches e escolas do bairro, sempre a pé. Poucos mais tarde, os trabalhadores de carteira assinada, que saem mais arrumados, camisa dentro da calça, para bater cartão nas lojas e hipermercados ali perto. Alguns saem de bicicleta. Muitos perguntam ao seu Luiz:

- Tem alguma novidade? Sabe se vai ter despejo?

E ele responde que não, porque ninguém sabe quando virá o dia fatídico, ou mesmo se esse dia virá. Todos sabem que a reintegração de posse foi dada pelo juiz Carlos Eduardo Fontaine, da 2ª Vara, em abril deste ano, a pedido de Jorge Hamache e Eduardo Amorim, apesar de os dados deverem cerca de 4 milhões em IPTU para a prefeitura e haver um processo de desapropriação em curso, e do Decreto de Interesse Social instaurado pela antiga administração municipal, que pretendia reformar o prédio. "A gente fica naquela tensão nervosa, eles podem chegar de uma hora pra outra. Qualquer barulho, a gente corre pra ver o que é", diz seu Luiz.

FAVELA VERTICAL

Atravessando a portaria chega-se a uma escada que desce para o subsolo, enorme salão de onde os moradores retiraram 230 carrinhos de terra e lodo, no começo da ocupação. É também onde os catadores separam os achados do dia - plástico, papéis ou alumínio - para vender no dia seguinte, cada um somando, com sorte, 400 reais no final do mês.

Outro lance de escadas leva, em caracol e iluminado por grandes janelas, ao primeiro andar, um enorme saguão. Todos os andares são semelhantes chão-de-taco carcomido, cerca de treze "barracos" instalados, como uma favela distribuída em vários andares. São "casas", de tábuas ou compensado, com cerca de 4 metros quadrados cada uma. O cheiro forte de mofo faz sentir o nariz, as paredes finas, uma colada à outra, deixam ouvir tudo o que se passa no vizinho. O pequeno espaço é subdividido por tábuas ou grandes armários comprados a mil prestações, dizendo o que é o quarto e o que é a cozinha - um fogão velho, uma mesa gasta e um perigoso botijão de gás. Muitas das janelas estão enfiadas ou sem vidro, por isso os "quartos" são muito frios à noite. Não raro, cheios de paúis. No alto, dois esverdeados denunciaram que o lugar é mesmo uma bomba-relógio: qualquer curto-circuito pode causar um estrago enorme.

No canto do saguão, um banheiro é dividido entre todos os moradores do andar, que de manhã disputam o único chuveiro ou a única privada. Há infiltrações do encanamento, velhíssimo, que espalha um cheiro azedo. Vi numa madrugada duas gordas raietanas em busca de alguma comida. Assustada, comentou com uma moçoleta que pagava, via lá, mas como se acostumar com rancor? "Nós não acostumamos, fia."

É difícil entender por que lutam tanto para continuar ali. Na verdade, nenhum deles está satisfeito, a precariedade das instalações tira o sono de muitas das mães que dividem seu quarto com cinco, seis filhos. São pessoas que a vida inteira moraram em favelas, quartos de petão (os cortiços modernos), jogadas de um lado para outro, despejadas inúmeras vezes. É que ali eles têm a força de um grupo, e um grupo organizado, que briga dia e noite para formar o lugar minimamente habitável. Vão assim conquistando o direito sobre o prédio, escrevendo uma história e, principalmente, mostrando aos governos que, juntos, conseguem construir alguma coisa. Não querem seguir morando ali em barracos; querem o prédio reformado, e então pagar o que podem pagar, sem ter mais que lutar permanentemente contra a degradação moral que o desuso traz.

Por isso, subir os quatrocentos degraus do Prestes Maia de manhã é sempre ver, em quase todos os andares, mulheres baixinhas e morenas atirando baldes de água nos pequenos banheiros comunitários ou esfregando a área de serviço, onde se encontram os tanques de roupa. Muitas delas são ajudadas por crianças, outras cantam, e o cheiro de detergente e sabão em pó toma conta do prédio inteiro. Os elevadores não existem mais, as peças foram levadas por sapateiros durante os anos de abandono. É impossível subir até o último andar habitado, o 19º, sem parar para descansar. Os idosos sofrem mais.

No segundo andar, um cartaz avisa: "A higiene deste prédio faz parte de um respeito aos outros companheiros". Em cada andar há uma coordenação, feita pelos moradores para organizar a escada da ficina, que a cada dia é responsável de uma família. A cada quinze dias é a vez do mutirão geral, quando as 200 famílias levam cada andar escurecido pelos barracos de madeira e preenchido por vasos de roupa a secar. À tardinha, quando as crianças voltam da escola, é um corre-corre junto com o caminhar arrastado de quem trabalhou o dia todo e a

pressa das que saem para trabalhar à noite - garçotas, seguranças, cantoras. A essa hora costuma faltar água nos últimos andares, e as mulheres sobem carregando baldes de água para lavar a louça ou enxugar no sem das inúmeras aparelhos de televisão sempre ligados.

À mesma hora, o 11º andar está sempre agitado. Ali, todos são marabhetas, e todos são parentes. As mulheres costumam sentar em sofás ou cadeiras no meio do salão para conversar, enquanto crianças correm em volta delas, gritando. Jurema é a matriarca do andar, ou melhor, do prédio inteiro. Coordenadora do MSTC, é quem acompanha as notícias dos despejos, tenta contato com a prefeitura e cren a polícia, ajuda a organizar passeatas e atos políticos. Na sua "casa", o telefone nunca pára de tocar. Semanas sim, semanas não, ela recebe informações de que o despejo se dará no dia seguinte. Quando ouve um boato desses, fica diante de um dilema: deve contar para os moradores, espalhando o pânico, aumentando o número de famílias que não agüenta a pressão e resolve deixar o prédio, ou deve pagar para ver? "Eu acho que eles saltam esses boatos de propósito, só pode ser", diz. Até os 49 anos, ela nunca tinha pensado em se engajar em um movimento político. Moradora da periferia, trabalhava na casa de uma família, vivia bem, até que o marido ficou desempregado. O desemprego a levou às reuniões de base do MSTC. Via que não era coisa de bandido, como advertiam os parentes. "Eu era muito desinformada, não sabia meus direitos". Hoje, quem chega para a frente essas milhares de pessoas é Jurema, sempre pacífica. Apesar da ameaça de despejo, a limpeza continua sendo feita e a contribuição mensal de 20 reais para manutenção continua sendo paga. E as festas no salão seguem acontecendo. "Tava ser só alivia a tensão", diz Jurema.

"O MEDO PARALISA"

No andar de cima, num barraco organizadíssimo, encontra-se a reunião, numa sala pequena, Wanda Lúcia de Araújo, de fala macia e tranquila. Secretária, filha da classe média de Belém do Pará, morava numa casa boa, tinha dois filhos, um marido atrecoado. Largou tudo para vir a São Paulo, como tantas, buscar um melhor custo-benefício. Logo de cara foi acolhida por uma amiga que morava em uma ocupação do MSTC. Vivia a "madeira" da ocupação. Não começou lá difícil conviver com ratos e baratas, dividir o banheiro, morar num pequeno cômodo decorado com móveis e objetos de segunda mão, achados, guchas. Até hoje não se acostumou. "Não é nenhum palacete, mas é a nossa casa. Aqui moram pessoas, e elas têm que entender isso". Mestre bonequeira, ela vai costurando a vida de tanta gente que depende dos seus conselhos. Quando veio a notícia do despejo, foi talvez a única que não acreditou. "Eu nunca de repetir para o pessoal não não vamos perder o prédio. Só que, se ficarmos com medo, o medo paralisa. Coragem não é só pra subir essa escadaria, não é pra acreditar na vitória, porque a vitória não acontece e quem começa a luta, mas a quem chega ao final dela."

Entrando pela portaria, há um metro quadrado possível: os primeiros andar existe uma passagem para o segundo prédio, cuja saída - hoje bloqueada por toneladas de entulho - dá para a rua de trás. Foi por

ali que entraram os sem-teto no dia da ocupação. Seus dez andares cheiam a mofo, são apinhados de bueiros (bueir por andar), forrados com um carpete cinza escuro e cheios de varais de roupa que demoram a secar pela falta de sol. Algumas lâmpadas estão sempre acesas, mas prima a escuridão. Ali, em setembro de 2003, um incêndio levou a vida de uma menina de 4 anos, filha de bolivianos, e ainda hoje as paredes do quarto andar, onde começou o fogo, mantêm o preto da fuligem, assim como o teto. Reconstruídos os barracos depois da completa destruição, abriga hoje cerca de 150 famílias.

Do seu cômodo no quarto andar, seu Getúlio mantém vivas as lembranças daquela noite. Tentou respirar a ruína, mas teve as mãos queimadas pelo fogão. Foi levado ao 70. Getúlio Veloso mora no mesmo lugar, um pequeno espaço separado entre o "secretário" - mesa de madeira, estante de livros e pilhas de papéis - e o "quarto". Seu Getúlio é leitor ávido, apesar do acidente que lhe rachou o crânio e deixou extremamente sensível o olho direito. Por isso, usa um tapa-olho e na rua é chamado de "pirata". É mesmo um aventureiro, viúvo de três esposas, que acabou vivendo sem-teto aos 66 anos de idade, por causa de uma bela morena que o levou a morar na ocupação e depois foi embora. Hoje sozinho, ele cumpre sempre consigo o Estatuto do Idoso, para qualquer eventualidade - ali está escrito que "o idoso tem direito a moradia digna", e está sempre junto nas mais duras batalhas travadas pelo movimento. Foi assim que, certa vez, apresentou-se como possível comprador de um prédio que estava vazio havia anos. "Tirei essa venda do olho, fui lá, levei um ajudante, falei que ele era meu mestre de obras". De ternô e gravata, muito bem-falante, seu Getúlio anotou todos os detalhes e depois deu a ficha completa para a coordenação do MSTC. Três dias depois, entraram no prédio. "Aí eu pui de volta o meu tapa-olho."

Um andar abaixo, o barraco de dona Romilda Nunes da Silva costuma receber o velho Getúlio quando ele quer tomar um cafezinho. Aos 83 anos, Romilda participa de todos os atos, protestos, eventos, oficinas, e sabe dizer de cor os seus direitos. Cuida ainda do companheiro cardíaco e da própria doença, é boquiaberto que lhe tira o fôlego tantas vezes - agrada pela umidade e falta de ventilação do seu quarto - e que ele cuida nos hospitais da região, gastando em remédio boa parte da aposentadoria. Ali se atropelam roupas empilhadas, prateleiras improvisadas, um fo-

glio velho e a tampa de canal, coberta por um dossel de pano. Mineira, veio para São Paulo há quarenta anos, quando os pais morreram, e, analfabeta, teve que trabalhar com limpeza. Morava, sempre, em quartos de pensão. A idade veio, os trabalhos sumiram, e ela acabou entrando no movimento por necessidade. É por isso que, como seu Getúlio, não vai arredar pé dali. "Sem a minha moradia não vou. Pode vir o cheque, pode rebanhar no cacete, que eu tô aqui dentro, eu vou enfrentar." Ela diz que merece uma casa, merece morar no Centro também. Por que, Romilda? "Porque eu trabalhei muito nessa vida."

DOIS CENTROS - PARTE II

No histórico edifício Martirelli, não muito longe da avenida Prestes Maia, um senhor corpulento, branco e de olhos pequenos trabalha até as 11 da noite, fazendo reuniões, assinando papéis, e decidindo em grande parte a vida dos sem-teto. Orlando Almeida Filho acha que a melhor solução para os encorajados, livrados e sem-teto do Centro é a "pavimentação" - espalhar-las em diversas habitações porque muitas famílias morando juntas leva, segundo ele, à promiscuidade sexual. "Você sabe que a promiscuidade sexualmente impede essas pessoas de crescer politicamente. Você deve ter ouvido falar em vários casos de sexo de pai com filho", diz ele, que nunca entrou em qualquer ocupação (ele chama de invasão) do MSTC. Ele complementa: "Não sei se eles não querem trabalhar para ficar nesse processo ou se eles querem ficar nesse processo portanto não querem trabalhar."

Interado por quê? "Se você viajar e alguns 'ocupar' a sua casa, você vai ficar feliz", pergunta. Diferentemente da antiga gestão, que fazia intermediação quando havia uma ordem de despejo em alguma ocupação, a fim de avaliar ali projetos habitacionais, o atual secretário de Habitação fala claramente: "Não não vamos fazer nada, essas pessoas estão em prédio particular, isso não é problema da prefeitura". Mesmo assim, sem "nada a fazer", ele diz ter recebido todas as denúncias que o procuraram. "Aqui na prefeitura podem vir quantos quiserem, não tem problema. Mas, se forem na minha casa, toman sim. Vão na minha casa pendurar alguma coisa, toman sim. E eu vou bem. Porque já foi campo mandado. Na minha casa ninguém vai."

Ele não tem "a menor dúvida" de que "as pessoas não tem que desocupar esses prédios". Sobre o Prestes Maia, é categorico: não há, também, projeto em vista. "Essas pessoas não vão renunciar, não vão no Mappin comprar graxa, não vão no teatro comprar ingresso, e assim por diante, e o que vamos ter na região central, uma família nova, um cartão novo?" Além do problema, digamos, "social", ele argumenta que a reforma do prédio é muito cara porque o preço do terreno é alto, cerca de 1.000 reais o metro quadrado, enquanto em áreas menos centrais o terreno custa metade do preço. "Não não vamos renunciar nada."

O dono do prédio, Jorge Hartzel, empresário do setor de tecidos, tenta para que o despejo se dê a qualquer momento, apesar de precisar ter pago o IPTU - ele diz que o prédio foi entregue em mal estado pela prefeitura - e precisa ter dado alguma destinação a ele. Mas agora,



Adolescentes dentro da ocupação na rua Prestes Maia.

sim, com o projeto de revitalização, é hora de investir. Já tem até possíveis compradores, como uma rede de hotéis que construiria suites de alto padrão. Ele ensina: "Tem o tempo de fazer as coisas. Hoje é tempo de fazer porque tem investimento de 300 milhões na zona".

Conte da orientação do atual prefeito, o arquiteto José Fernando sabe que trava uma batalha perdida. Contratado em dezembro de 2003 pela antiga gestão, durante um ano elaborou com sua equipe um projeto de reforma para o Presépio Maia. Seriam 126 unidades habitacionais, variadas – quitinetes, apartamentos de um ou dois dormitórios, tendo entre 30 e 40 metros quadrados cada um. O valor de cada unidade seria de 30.000 a 32.000 reais. Haveria, ainda, salão de reuniões e lojas, salas de aula, uma unidade básica de saúde e estacionamento. "Fizemos o projeto à toa. Eles vão jogar no lixo", diz. E por razões ideológicas e nada técnicas. "O projeto é viável tanto estruturalmente quanto economicamente. E, socialmente, é necessário para a recuperação da área central."

A LUTA

Toda segunda-feira, em uma salinha do centro da cidade, se reúnem os líderes de diversos movimentos que fazem parte da Frente de Luta por Moradia. Eles discutem a situação de cada ocupação, procuram maneiras de dialogar ou, se preciso, enfrentar os governos municipal, estadual e federal. Em agosto deste ano distribuíram uma carta aberta apelando para o cancelamento dos ordens de despejo que haviam sido expedidos pela Justiça. Dizia a carta: "As sentenças de reintegração de posse vão aumentar o número de prédios lacrados. A cidade não deve ser constituída de prédios vazios, sem vida humana, sem finalidade social". Apenas dois meses depois, em outubro, quase todos os prédios lacrados na carta estavam vazios. Uma a uma, as ocupações foram caíndo. Resta o Presépio Maia.

O primeiro despejo, ditado que ganhou espaço nos jornais, aconteceu em 16 de agosto, num edifício de cinco andares na pequena rua Plínio Ramos, que fica a duas quadras da avenida Presépio Maia. Ali moravam, durante dois anos, 79 famílias do Movimento de Moradia na Região Centro – MMRC. Naquela manhã, elas se trancaram no prédio à espera das forças policiais. Exigiam a presença de Orlando Almeida Filho e uma proposta de atendimento habitacional para os que estavam sendo despejados. Não houve negociação. A polícia quebrou a porta de aço e atirou, dentro do prédio, bombas de efeito moral e disparou hulas de borracha. Após a saída das mulheres e crianças, mantidos os homens no andar térreo, distribuído chutes, socos, singamentos, e fazendo pressão psicológica. "Aquilo ali foi uma tortura", diz Nelson da Cruz, líder do movimento. Embora a truculência dos policiais tenha rendido repercussão na mídia, o capitão Tamaheiro, que ajudou a comandar a operação, acha que ela foi "boa". "No final, sempre sai dar certo. Estamos ali para cumprir uma ordem judicial, e ela será cumprida".

Como não houvesse nenhuma oferta por parte da prefeitura a não ser enviar os ex-moradores para um albergue municipal – Orlando Almeida Filho sem aquiescência –, os sem-teto decidiram acampar ali mesmo, na



Acampamento montado pelos despejados da rua Plínio Ramos.

calçada. E ali ficaram três meses, em barracos de lona preta, num ato tachado de "político" pelo prefeito José Serra, e de "favelização do Centro" pelo maior jornal da cidade. Todo dia, Elencir Ribeiro de Sousa coordenava a refeição na cozinha comunitária, feita a partir de doações que o movimento recebeu. Debaixo da chuva forte, o teto de lona preta pendia sobre a pequena cama onde ela dormia junto aos seis filhos, molhando roupas, cobertores, lençóis. Nas noites mais chuvosas, a água do esgoto subia até os calcanhares.

O acampamento chamou a atenção da imprensa, depois passou a ser progressivamente esquecido. Mas a cena era dramática demais – centenas de pessoas morando na rua diante do prédio vazio – e a prefeitura ofereceu "um lugar de opções", nas palavras de Almeida Filho, para sair dali. Ofereceu vagas em um conjunto habitacional na zona leste da cidade, que foram recusadas. Ofereceu dinheiro para os sem-teto voltarem à terra natal, Orlândia, por fim, uma vaga emergencial de 300 reais por mês durante um ano, para que cada família se vivesse. Elencir não conseguiu, nenhum cortiço assistia uma mãe com tantas crianças. Ela continuou na rua até a prefeitura finalmente deslocou-os para um alojamento temporário. Programa de moradia no Centro, nenhum.

O segundo prédio foi desocupado no dia 15 de setembro, sem alarde. Um edifício comercial na rua Tenente Pena, no Bom Retiro, que iria a leilão. As setenta famílias aceitaram sair pacificamente, sem exigir nada e não ser algum atendimento imediato. Amargaram ver alguns dos próprios moradores carregando os móveis para os caminhões de mudança, uniformizados, recebendo cada um 30 reais pelo serviço. Na frente do prédio, as famílias esperaram, sentadas sobre mesas, sillas, cadeiras, alguma proposita. Aceitaram a primeira, uma escola que os abrigaria temporariamente na zona norte. Nem isso. Chegando lá tal escola, os moradores locais impediram a entrada dos "favelados de Tenente Pena". O grupo acabou indo parar num albergue na Barra Funda, em galpão cercado por uma tela verde, onde ficaram sobre as belichas, todos juntos – apesar de a prefeitura ter prometido um quarto individual – e ali permaneceram o dia todo, por medo de perder o pouco que tinham. O lugar parecia um abrigo de refugiados de guerra.

No dia 9 de outubro foi a vez da ocupação da rua Padre Sousa, distante do acampamento de Plínio Ramos apenas uma quadra e onde moravam cerca de

cem famílias, espalhadas pelos seis andares também em barracos, que cobriam inclusive uma rampa do que já fora um estacionamento. Na noite anterior ao despejo, centenas de pessoas encastotavam seus pertences. Ninguém dormiu, alguns rapazes carregaram os móveis escada abaixo, e no quarto andar alguém cantava: "Saudosa maloca! Maloca Quartil! Dia dia desde nós passamos dias felizes de nossas vidas".

O comandante da operação policial, major Rêgo, visitou o prédio na semana anterior com alguns homens, relembrando toda a arquitetura, os labirintos formados pelos barracos, os cantinhos escondidos. Exigiu que imprensa nenhuma estivesse dentro do prédio na hora da desocupação. E que, antes de entrarem os policiais, o prédio estivesse totalmente vazio. Conseguia voltar qualquer reparando – não tinha uma linha nas jorrais.

O despejo começou às 8 da manhã. Enquanto os carros da CET e da polícia fechavam a rua, os moradores desceram, de mãos dadas, as escadarias do prédio, carregando sacos do jeito que podiam. Saíram em absoluta silêncio. E em silêncio se formou, lá embaixo, o primeiro cordão de policiais. Ao todo, eram cerca de 260 homens. Alguns subiram nos telhados de casas vizinhas, arma de fogo de brinquedo em punho e câmeras filmadoras a postos, mirando os andares vazios – ou quase.

No terceiro andar, uma mulher negra, sozinha, sentada na frente do seu barraco, esperava, olhando o ar-lido silencioso e vigiando as mãos cruzadas, empilhadas. Eliene Pereira dos Santos não quis sair. Que estivesse os homens. Já vivera muitos outros despejos, muita coisa se quebrou, muita coisa se perdeu. "Se não daqui quando descer a última caixa. Se eu não defender o que é meu, quem vai defender?"

Bentão chegou a Fregia Tática, com seus capacetes escuros e escudos cinzentos. Um a um, foram entrando no prédio, os passos pesados de botas retumbando. Alguns gritos de ordem, algum derrubar de portas de madeira encostando no chão vazio. Subindo ao terceiro andar – via-se apenas seus escudos cruzados e armas de fogo de brinquedo – encontraram, só, a sogra Eliene.

Eliene foi a última a sair. Verificou com cuidado suas coisas semit carregadas para um dos seis caminhões de mudança. Nas semanas seguintes, ela foi arrastar sua barraca de lona preta junto com os demais ex-moradores, também na rua. Como eles, esperaria quase um mês até um primeiro atendimento emergencial, uma mesada de 300 reais, e quase o mesmo tempo para ser enviada temporariamente a um abrigo da prefeitura. Como eles, viu, naquele mesmo dia, um pedreiro mal pago armar um muro de concreto sobre o que era a entrada do prédio onde morava. E como eles viu, e viu ver, pelos próximos meses no até hoje, o prédio vazio, a não ser por uma ou outra barata a passar pelo muro, ou alguma ratonagem correndo, rápido, sobre o parapeito das janelas. Até que, com sorte, algum investidor derrubará o prédio para ali construir um shopping, uma facilidade privada, uma academia de ginástica. Pra quem tem dinheiro. ■

Natalia Viana é jornalista.
nataliaviana@consumidores.com.br

Vamos acabar com o desperdício

Queremos morar nestes prédios abandonados



Para todos
esses imóveis
o Judiciário
concedeu
sentenças de
reintegração de
posse e estão
fechados,
abandonados
até hoje



Moradia é um direito humano

Está na Constituição Federal, art. 6º
e em tratados internacionais.

Os Sem Teto devem travar ações coletivas para conquistar esse direito. Demolir paredes e concreto que petrificou o cérebro do judiciário.



Confronto entre PM e sem-teto em desocupação deixa 7 feridos

Três policiais, dois jornalistas, um manifestante e uma menina de 4 anos ficaram feridos durante a reintegração de posse do edifício na região da Luz

DELLAHERNE BUSTOS

A reintegração de posse de um edifício na Rua Plínio Barros, 112, na Luz, Centro de São Paulo, acabou em confronto entre a Polícia Militar e os sem-teto no sábado de ontem. Pelo menos sete pessoas ficaram feridas: três PMs, dois jornalistas, um manifestante e uma menina de quatro anos, que lesões que pioraram. Vinte manifestantes foram detidos por resistência, encaminhados ao 1º DP (56) e liberados no fim da tarde. Cerca de 400 pessoas vivem no edifício.

"Tudo isso tem a ver com o fato de que, apesar de ser preferível, mas os policiais chegaram apressados", disse Nelson da Cruz Soares, um dos coordenadores do Movimento de Moradia da Região do Centro (MMRC). A PM chegou ao local por volta das 10. Um grupo de cerca de 150 manifestantes pediu a presença do secretário municipal de Habitação para o encaminhamento das cerca de 30 famílias que ocupam o local. "É uma decisão retrograda", disse o vereador Antonio Carlos Rodrigues, que compareceu à ação.

Os PMs começaram com o

grupo três vezes. As 100, os manifestantes foram cercados por policiais com escudos e as sentenças em frente ao prédio. Um dos PMs feridos que apresenta um ferimento no braço esquerdo e lesões na cabeça, que sofreram o mesmo em direção à Rua Plínio Barros. O gás atingiu uma criança de 4 anos.

Os moradores do prédio ficaram sem água e sem luz por 15 minutos, que atingiu um PM na cabeça e mais dois que sofreram a sua volta. Foi, enquanto o gás também atingiu os olhos de um dos policiais. Os PMs começaram a disparar balas de borracha contra o prédio e os manifestantes. Bombeiros de nível médio que lacrimogênicos também foram usados.

Uma das feridas expôs a parte de dois reportagens da TV Globo. Os estilhaços atingiram o cinegrafista Nilton Norberto e o repórter Roberto Soares. Os dois foram medizados e passaram bem. Fernando Oliveira, um dos coordenadores do MMRC, foi atingido por uma bala de borracha no rosto.

Depois do confronto, a PM investiu a rua e invadiu o prédio da 100. Durante a operação policial, asseio objetos estavam das janelas do prédio, e a PM resolveu com fita de borracha. Os ocupantes foram retirados do local.

Dois manifestantes foram controlados pelo empresário Luciano Mendes, dono do imóvel, para transportar os pertences dos ocupantes do imóvel. Segundo as funcionários da empresa controlada, um galpão no loteamento foi alugado por 90 dias para guardar os objetos. Cerca de 70 cartuchos foram se pertencem do prédio, segundo a PM, dos viaturas e 120 policiais do 1º Batalhão participaram da desocupação.



POLICIAIS jogam gás em manifestantes na Rua Plínio Barros; o lança que estava no barracão montado pelos sem-teto foi atingido



POLICIAIS atiram balas de borracha contra ocupantes do prédio

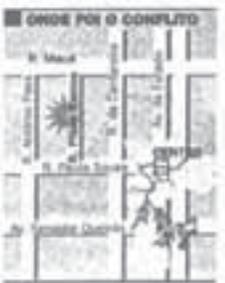


CINEMATOGRAFIA Norberto foi atingido por estilhaços de bomba

saiba mais

Edifício estava vazio desde 1991

O prédio desocupado antes estava abandonado desde 1991 e foi ocupado pelo movimento em 2003, segundo André Araújo, advogado do MMRC. Segundo ele, o edifício tem uma dívida de R\$ 55 mil em IPTU, atenuação e está avaliado em R\$ 700 mil. Araújo disse que procurou as secretarias municipal e estadual de Habitação para tentar legalizar a situação de ocupação ou dar outro encaminhamento às pessoas, mas não foi recebido. "As famílias não querem nada de graça do Governo, mas um projeto de habitação", disse. A sede do MMRC funciona no prédio. Nos fundos, antes de ser utilizado para adultos em reuniões por membros do movimento.



Atuação de policiais será investigada por Ouvidori

A Ouvidoria da Polícia vai apurar se houve abuso na atuação dos PMs durante a desocupação do prédio na Rua Plínio Barros. "Tivemos notícias de que houve abuso de poder e de que os PMs estavam sem identificação", disse Antonio Patrício Filho, secretário da polícia. O DRÁGIO apurou que cerca de metade dos PMs que participaram da desocupação não

possuem a desocupação realmente não tiveram torções de identificação em suas feridas. "Não houve nenhuma abstenção por parte da PM. Se um ou outro policial estava sem torção de identificação, vamos apurar", disse o coronel Antonio Carlos Rodrigues, que comanda a operação. A respeito do uso de gás lacrimogêneo, o coronel

afirmou que esse "é o meio menos violento de dispersão". O governador Geraldo Alckmin disse que se comprovado o abuso de poder por parte da PM, as responsabilidades serão pessoais e corporativas. A Ouvidoria da Polícia vai passar a acompanhar as desocupações de sem-teto para fiscalizar a atuação da PM. "Precisamos

ter uma relação e a cabalmente praticada desocupação e encaminhamento desde o início e intervir para evitar que o abuso ocorra", disse o assessor jurídico do governador. "Vamos lutar na presença que não está politicamente agredido desocupar o abuso, se mesmo assim sempre nos ramos do trabalho", disse Fernando Oliveira, coordenador do MMRC.

'O que ganho só dá para a comida'

DA REPORTAGEM LOCAL

Moradores retirados do prédio não sabiam onde iriam dormir ontem, nem tampouco onde vão morar a partir de agora. "Não temos destino, vamos ficar na rua mesmo", afirmou o pedreiro José Soares da Silva Filho, 25, que morava no local com a mulher, três filhas de cinco, quatro e três anos, além de uma cunhada.

Ele antes morava numa pensão na Bela Vista (região central), mas teve que deixar o local porque não podia pagar. "O que ganho só dá para comprar comida." Silva Filho disse ter sido agredido pela polícia durante a reintegração.

A vendedora Edineusa Ferreira Gomes de Paula, 20, também iria dormir na rua com o filho de apenas um ano e um irmão. "Só ganho um salário mínimo. Mal dá para comer, comprar fralda e remédio para meu filho. Esse é o projeto social que o governo quer para a gente: a rua."

Chorando muito e gritando para que seus pertences não fossem

jogados fora, a desempregada Vandete do Nascimento, 40, não sabia onde procurar ajuda. Seu marido, que sustentava a casa, morreu há quatro meses e desde então ela e os quatro filhos foram morar no prédio invadido.

"Só tenho meus filhos e minhas coisas. Não tenho para onde ir. Vou morar agora na frente da Corregedoria da PM", disse.

Em meio à multidão de despejados, muitas mães desesperadas procuravam seus filhos. "Ele não é bandido. Ele foi levado para a delegacia, mas ele não é bandido", gritava a passageira desempregada Rosineide Fortunato, 38.

Outra moradora, que se identificou apenas como Raquel, teve que ser segurada porque queria avançar sobre a barreira policial para procurar o filho de 14 anos que estava dentro do prédio.

O advogado do movimento, André Araujo, disse que a entidade não tinha para onde levar as famílias desalojadas. Segundo ele, cerca de 50 pessoas haviam decidido ficar na rua. (LR)

SAÍDA FORÇADA

Como foi a reintegração de posse

Foto: Luiz Carlos Marinho/Folha Imagem



UII **Oficiais de Justiça**, acompanhados pela Polícia Militar, chegaram à rua Pinheiro Ramos, na região da Luz (centro), para fazer a reintegração de posse do edifício de número 112, onde viviam cerca de 300 pessoas

Parte dos manifestantes sentou na rua em frente à entrada do prédio para impedir a passagem dos policiais

Para dispersar os sem-teto, a PM usou spray de pimenta, bomba de gás lacrimogênio e balas de borracha contra os manifestantes que estavam sentados e também contra aqueles



que ocupavam as varandas dos apartamentos

Os sem-teto jogaram telhas e pedaços de madeira nos policiais

No tumulto, houve feridos, entre eles três policiais e dois jornalistas

Meta de moradia não será atingida

DA REPORTAGEM LOCAL

O Estado de São Paulo tem estimativas de déficit habitacional que variam de 400 mil a mais de 1 milhão de moradias —dependendo da fonte de informação.

Mas as metas para minimizá-lo, previstas no PPA (Plano Plurianual) 2004-2007 aprovado na Assembleia Legislativa, não serão atingidas, conforme admite a gestão Geraldo Alckmin (PSDB).

Pelos cálculos do governo tucano, no final de 2007 terão sido realizadas 62% das ações do PPA —se incluídas as obras que ele promete deixar em andamento.

Ou seja, das 744 mil famílias que deveriam ser beneficiadas por algum programa habitacional —não necessariamente com moradia, mas com melhoria ao redor de uma favela, por exemplo—, mais de 280 mil ficarão de fora.

Pela conta oficial, 48% dos projetos de autoconstrução e 25% de crédito habitacional serão feitos.

Esses cálculos são considerados otimistas demais pela oposição, já que Alckmin inclui obras em andamento para serem concluídas em 2007, no próximo governo.

O total de famílias beneficiadas pelo programa de autoconstrução que Alckmin estima para 2007,

por exemplo, é quase igual ao da soma de 2004, 2005 e 2006.

O deputado estadual Símon Pedro (PT) também questiona a falta de aplicação integral dos recursos previstos no orçamento da habitação nos últimos anos.

O secretário Emanuel Fernandes (Habitação) avalia que nas previsões do PPA "estão um pouco de desejo e um pouco de realidade". Ele aponta como um dos problemas para atingir as metas a inclusão de emendas parlamentares que impuseram mais ações, sem apontar contrapartida financeira. Pelo plano proposto inicialmente por Alckmin, diz, seria possível alcançar 83% das ações.

Fernandes aponta ainda obstáculos que independem do Estado, como a falta de pessoas capazes de obter crédito habitacional.



Acima, sem-teto protestam contra reintegração de posse; abaixo, famílias cuidam de pertences após serem desalojadas



Por volta das 7h30

Início da desocupação

A polícia teve de arrombar a entrada do prédio, que havia sido fechada pelos sem-teto

Foram retiradas primeiro as mulheres e crianças. Antes de serem libertados para deixar o prédio, os homens foram revistados pela polícia

A reintegração durou cerca de quatro horas e meia

20 pessoas foram presas por resistência a cumprimento de ordem judicial, entre elas sete universitários

A ocupação do prédio em 28 de março de 2003 teve o apoio do Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC). Criado há três anos, o MMRC faz parte da Frente de Luta por Moradia

Sem-teto acampam diante de prédio depois de despejo

► Segundo manifestantes, protesto será mantido até que autoridades “respondam a expectativas”. Alckmin determina ajuda a famílias despejadas de edifício na Luz

GUILHERME RUSSO

► Os sem-teto despejados na terça-feira de edifício na Rua Plínio Ramos, na Luz, Centro de São Paulo, estavam acampados ontem na calçada oposta ao local que ocupavam. Segundo Nelson da Cruz Souza, 44 anos, um dos coordenadores do Movimento de Moradia da Região do Centro (MMRC), 250 pessoas passaram a noite ali. “O acampamento é um protesto permanente até que as autoridades respondam às nossas expectativas”, disse.

Uma cozinha com dois fogões e um banheiro com uma privada sobre um ralo de sarjeta foram improvisados pelos manifestantes, que contaram também com um teatro de bonecos para entreter as crianças na manhã de ontem, quando cerca de 50 pessoas estavam no local. Segundo os sem-teto, vizinhos do prédio desocupado e membros da ocupação na esquina das ruas Plínio Ramos e Paula Souza doaram alimentos aos manifestantes.

O empresário Luciano Mazon, dono do prédio desocupado, mandou lacrar com tijolos a entrada arruandada pelos PMs na reintegração de posse. Segundo trabalhadores que levantavam o muro ontem, Mazon pretende reformar o prédio. Um carro da PM estava parado no local na manhã de ontem. Segundo os sem-teto, viaturas se revezaram



SEM-TETO acampados em frente ao prédio do qual foram expulsos na Luz, Centro da Capital

a noite inteira no local.

“Podemos alojá-las (as famílias) em hotéis durante alguns meses. Enfim, vamos apoiar essas pessoas”, disse o governador Geraldo Alckmin. As cerca de 70 famílias seriam abrigadas provisoriamente ontem à noite no conjunto poliesportivo Baby Bation, na Água Branca. A partir de hoje, seriam encaminhadas

para hotéis. Segundo o governador, as famílias receberão auxílio moradia durante alguns meses, mas o valor não foi definido. Na tarde de ontem, assistentes sociais cadastraram as famílias.

Segundo a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), 41 famílias foram cadastradas por assistentes sociais na tarde de ontem. A

companhia informou que fornecerá caminhões de mudança para o transporte das famílias aos futuros abrigos. “Acho a medida oportunista e assistencialista. As famílias querem uma situação definitiva, um projeto para as pessoas poderem trabalhar e um projeto habitacional de acordo com suas rendas”, disse André Araújo, advogado do MMRC.

VIDA NAS RUAS

Chuva alaga barracos de sem-teto

► Famílias acampadas na região da Luz há 18 dias receberam a ajuda de funcionário de estacionamento, que forneceu abrigo durante a madrugada

DO MENOR

► As 23 famílias de sem-teto acampadas há 18 dias em frente do edifício de cada barraco desocupado, na Rua Filinto Elvira, na Luz, Centro de São Paulo, desocuparam barracos habitados pela água da chuva na noite de quinta-feira. Os sem-teto receberam a solidariedade do funcionário de estacionamento

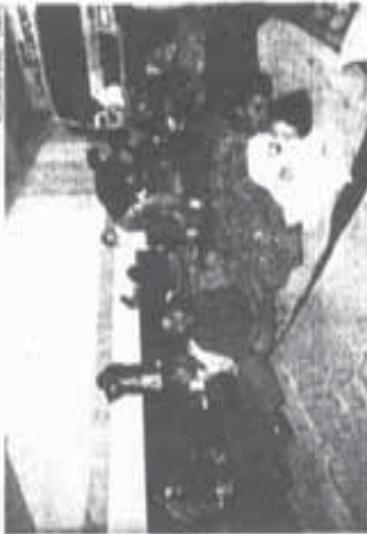
No final da noite de quinta-feira, um dos sem-teto bateu no estacionamento que fica ao lado do prédio desocupado pelas famílias, e pediu abrigo à Ferreira.

O funcionário disse que não possui duas vagas para alugar o estacionamento e alugar os outros. Por causa do barraco, ele não tinha nem como entrar o prédio. "Não sei se de lá chafurcou a chuva, mas não podia deixar essas pessoas, principalmente as crianças, de fora", disse Ferreira. O funcionário pediu apenas que os sem-teto deixassem o local de 2h de hoje, horário que o

estacionamento receberia os primeiros carros de sexta-feira.

No final da semana passada, as famílias desocupadas decidiram aceitar a proposta do governo do estado, que ofereceu uma bolsa mensal de R\$ 200 para que os sem-teto deixassem a rua. Mas, segundo Melo, as famílias vão permanecer acampadas no local até receber o dinheiro.

"A prioridade é usar esse dinheiro para continuar morando na região central", disse Soares. Algumas famílias desocupadas, porém, não têm dinheiro para pagar o aluguel de 112 da Filinto Elvira.



FAMÍLIAS de sem-teto dormiram em estacionamento ontem

Subprefeitura condiciona apoio

► Nilson da Cruz Sousa, um dos coordenadores do Movimento de Moradia da Região do Centro, afirmou que, além de mábriga, duas instituições sociais da Subprefeitura de 56 estiveram no acompanhamento e processo de instalação, coberturas e outras melhorias. A instituição da Subprefeitura de 56 ofereceu a oferta, mas disse que só entregará as provisões se as famílias saírem da rua e irem para um abrigo. Outros as famílias da Rua Filinto Elvira se deslocaram para reconhecer os abrigos e tentar receber os pontos materiais que são foram desativados pela Prefeitura. Moradores da região, conhecidos com a situação, tiveram trocas e aluguéis aos sem-teto. Segundo Nilson, as famílias pediram os cobertores e colchões. "Tudo isso encalhado e aquilo da rua para usar. Das partes da cidade também foi pedida."

Despejados "favelizam" ruas na capital

LUIZA BRITO

DE REPORTAGEM

Uma placa publicitária sobre a porta de barraco anuncia "peças para montar". As paredes de madeira, feitas com material de propaganda de imóveis, fazem três apartamentos de quatro quartos entre duas portas.

No entanto, o barraco, assim como outros 22 montados na rua Pinho Rattes (centro de São Paulo), possui apenas um cômodo. A maioria abriga mais de uma família, integrantes do MDMC (Movimento de Moradia da Região Centro) que moravam num prédio despejado na mesma rua.

Retirados por ordem judicial após terem invadido propriedades particulares, sem teto do despejo há mais de um mês, os despejados vivem perambulando pelas ruas e se instalando em locais desocupados. Na Pinho Rattes, os despejados começaram na calçada e vivem em uma estrutura de madeira, com bancas feitas de pedaços de madeira, banheiro improvisado e cozinha improvisada.

Os grupos cobram projetos habitacionais dos governos Geraldo Alckmin e José Serra (ambos do PSDB) e afirmam não serem recebidos a oferta de abrigos e hotéis emergenciais. Um cartaz na rua Maia, onde há outros 41 barracos, responsabiliza os dois ex-governos de gestões "Aqui nasce a favela Alckminizada ou Serra".

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social disse que oferece abrigos para todas as famílias provenientes de despejos, segundo a secretária, elas ficariam separadas dos moradores de rua e poderiam permanecer durante todo o dia no local. O governo estadual concede o benefício de R\$ 150 mensais, durante um ano, para as famílias da Pinho Rattes.

No entanto, segundo os moradores, muitos não conseguem sair da rua porque não são aceitos em nenhum abrigo à quantidade de filhos. Eles também afirmam ter dificuldade de alugar um apartamento por falta de fundos.

Se despejado sem opção, a desempregada Simone Hirsstein, 23, improvisou moradia para ela, o marido e três filhos (de 3, 4 e 3 anos) dentro de uma bancada. Os bancas do centro foram retiradas para poder comportar um colchão de sobito no qual dorme a casal. As crianças deitam numa superfície de espuma improvisada na mala do carro. "Ver aqui é muito apertado, acordo com dor no corpo. A vantagem é que não molha quando chove. Nos barracos, fica tudo molhado", conta.

Segundo um dos coordenadores do MDMC, Nelson da Cruz Souza, o local é que o dinheiro fosse usado para alugar um prédio onde as famílias poderiam ficar juntas. Souza não sabe se ligou a partidos políticos.

Na rua Maia, os barracos foram montados por um lote que moravam há três anos num prédio também despejado na rua Paula Souza (centro). Os moradores, que dizem não fazer parte de movimentos organizados, foram retirados do local no início do mês.

"O prédio deveria dar o terreno para a gente fazer moradia e construir nossas casas", afirma Gabriela de Paula, 28, que está envolvida de vários grupos e movimentos.

mas dos outros vizinhos e dizem que eles aliam os compradores. "Os clientes sempre meio, ficam sem saber se eles vão voltar", afirma Carol Rocha, 28, proprietária de uma loja de roupa de algodão. Ela disse que, se o problema não for resolvido, não renovará o contrato de aluguel da loja, que vence no final do ano.

No bairro Capela do Socorro (zona sul), famílias retiradas de um terreno particular ocuparam uma praça e quebraram bancas e brinquedos para poder construir

36 barracos no local. Outros 40 barracos ficam numa rua próxima à praça. O líder dos moradores, Wesley Lopes, diz que a prefeitura não oferece abrigos.

A secretaria estadual de assistência social informou que o grupo recebeu o benefício de R\$ 7

Lopes nega a informação e diz que as famílias esperam o dinheiro.



NA CALÇADA Barracos montados na rua Maia, no centro de São Paulo, por famílias de sem teto que viviam em prédio invadido e foram retiradas por ordem judicial; de acordo com a prefeitura, os sem-teto recusaram abrigos oferecidos

Pag. 13

Prefeito interrompe programas de habitação

Revaldo Roberto Barbosa
Central de Movimentos Populares

Não tem sido fácil a luta dos movimentos de moradia de São Paulo. Desde de Revaldo de Barros, ainda prefeito bíblico entre 75 e 82, os movimentos de moradia têm sido atores importantes na construção de direitos na cidade de São Paulo. E estes direitos têm sido conquistados na base de muita pressão e organização.

Nestes 25 anos os movimentos de moradia têm atuado em cinco diferentes frentes específicas que foram se concretizando no tempo. São elas respectivamente:

- A luta dos moradores em loteamentos clandestinos e irregulares;
- A luta dos favelados em áreas públicas ou particulares;
- A luta dos Sem Teto;
- A luta dos moradores em áreas centrais e esportivas;
- A luta do povo da rua.

Estes diversos atores vêm interagindo com poder público ao longo destes anos, e a cada gestão um aspecto desta luta aparece com mais intensidade.

Durante a gestão Revaldo de Barros (75 / 82) - Selim Curtati (82 / 83), a grande luta era pelo reconhecimento e regularização dos loteamentos, para que a prefeitura constituir órgãos ou departamentos para receber as demandas dos movimentos contra loteamentos clandestinos. E foi a partir de muita luta que começaram as primeiras regularizações de loteamentos na cidade São Paulo, conseguimos aprovar e fazer valer na prática a lei 6.266/76.

Entre os anos de 83 à 88 tivemos duas gestões na cidade: Mário Covas (83/85) e Ilmo Quadros (86/88). Preservando as especificidades de cada gestão estamos em luta no cenário da cidade os Movimentos de Favelas e Movimento Unificado de Favelas que tinha como principal bandeira a luta pela posse da terra. Fazem mais ou menos seis anos de intensa mobilização, têm vindo à Câmara Municipal, em torno de um projeto de Constituição do Direito Real de Uso. Foram tempos de resistência, do populismo de Mário Covas ao autoritarismo de Ilmo Quadros com sua política de desfechamento. O fato é que, mesmo com muita luta e muita resistência, os movimentos não conseguiram aprovar a concessão de uso.

Entre 1988/1992, durante a gestão Lúcia Erundina, tivemos um dos períodos mais importantes para os movimentos de moradia na cidade São Paulo. Os movimentos sem teto venceram as grandes ocupações de terra na cidade

e pararam de lutar e reivindicar. No entanto, os avanços foram visíveis no campo das políticas públicas de habitação. Programas importantes como a urbanização de favelas, as mutirões autogestionários, as primeiras ações em cortiças, são conquistados. Infelizmente, apesar da pressão, os movimentos não conseguiram aprovar na Câmara Municipal a Concessão de Uso. Mas, a lei Moura, que reconhece a cortiça como um espaço de intervenção do poder público, foi um avanço para os movimentos.

Com Paulo Maluf e Celso Pitta, entre 1993 e 2000, foram oito anos de muita luta e resistência, perseguição aos movimentos e desmonte das políticas públicas conquistadas. Não foram poucas as lutas, os acampamentos. Estes governos, além de serem corruptos, passaram a implementar ações na contramão daquilo que foi conquistado pelos movimentos de moradia, o projeto Cingapura é seu pior exemplo. Neste período a luta pelo direito ao centro passa ser

uma prioridade dos movimentos de moradia e a partir de 1996 os Movimentos desencadeiam dezenas de ocupações no centro da cidade para denunciar ao mundo inteiro a falta de política habitacional na cidade e no país.

Durante a gestão Marta Suplicy, entre 2001 e 2004, os movimentos se mobilizam para defender e retomar sua agenda. Finalmente consegue-se aprovar a lei que possibilita a regularização fundiária nas favelas, há uma retomada dos programas de habitação de interesse social, tais como locação social, bolsa aluguel e mutirões autogestionários.

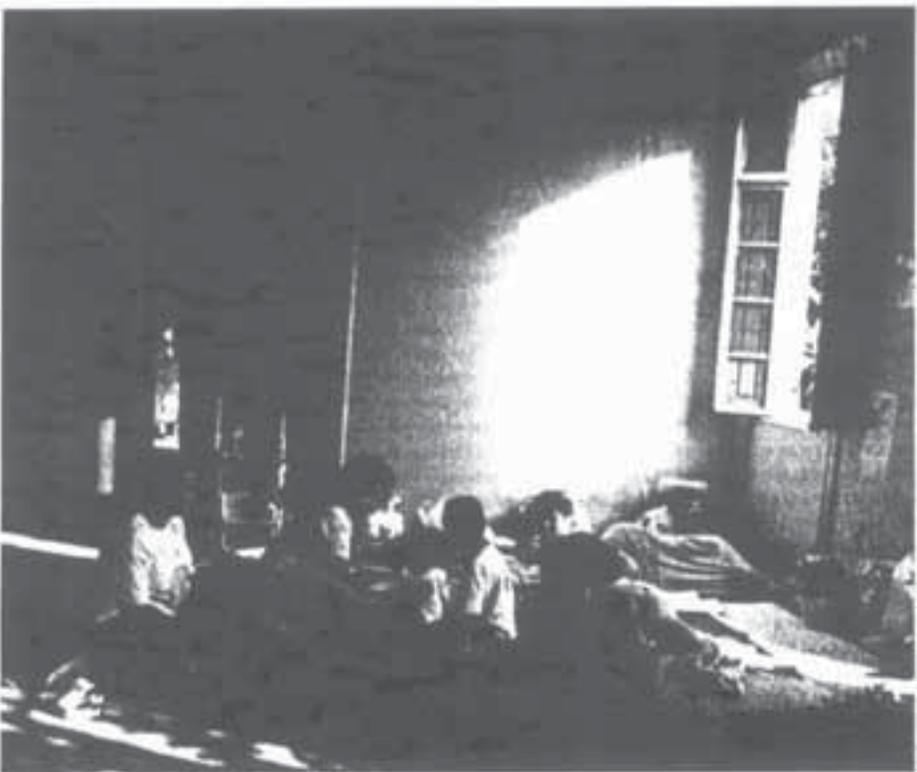
É neste ano de 2005 temos na cidade sete meses de uma nova gestão. A administração do prefeito José Serra se encaminha muito no sentido de interromper os pequenos avanços conquistados pelos movimentos populares de moradia.

São sete meses em que o prefeito só sabe criticar administração anterior e falar que não tem dinheiro, como se a cidade não tivesse aprova-

do nenhum orçamento, como se não tivesse nenhum recurso das operações de crédito (empréstimos). Parece que o prefeito ainda está em campanha e não começou a governar a cidade.

Aparentemente o Secretário de Habitação não tem um programa de ação definido e os projetos para as áreas centrais para atender famílias miseráveis de cortiças estão sendo abandonados ou paralisados. O mesmo ocorre com os programas de mutirões que foram parcialmente retomados depois de várias mobilizações. E nada indica que estes programas serão priorizados nesta gestão. Para as favelas é que foi até este momento anunciado foi uma parceria com governo do estado para "urbanizar" uma única favela na cidade. Simulacro que não há projeto para as favelas na cidade de São Paulo.

Parece que estamos entrando em novo período de resistência e muita luta. Se não tivermos junto os movimentos de moradia não de novo para os mais. Viva o movimento popular.



Serra enfrenta o maior protesto

Moradores de favela na zona norte reivindicavam moradia; para prefeito, manifestação foi armação de petistas

Silvia Amadori

O prefeito José Serra (PSDB) enfrentou ontem o maior protesto em eventos públicos desde que assumiu o cargo. A manifestação aconteceu na inauguração de duas escolas no Parque Nova Marília, zona norte. Centenas de moradores da Favela da Figueirinha, que fica ao redor das escolas, cobriram de protestos a construção de moradias. Serra acusou o PT de organizar o protesto.

Com cartazes com os dizeres "Queremos moradia" e "Pre-

feitores e o secretário de Educação, José Aristodemo Pinotti, tentaram em vão acalmar os manifestantes, enumerando detalhes do projeto na área habitacional. "Depois das favelas estão sendo reurbanizadas", disse o vereador Jucelino Osdeila (PSDB). "Vamos resolver tudo a seu tempo, estudantes, moradia, educação. Para isso, temos um prefeito competente, sério, honesto e que faz as coisas pela metade do preço porque ele quer fazer tudo", disse Pinotti.

Apesar do silêncio, Serra tentou ignorar a manifestação, citando os benefícios que a escola levariam à região, mas o transtorno só aumentou. Subitamente, ele decidiu dialogar. "Eu vi uma faixa dizendo que Jucelino é o chefe do governo. São Paulo foi governada por quatro anos por quem está organizando esta manifestação e deixou esta situação assim", disse, ao pedir que os manifestantes conversassem com o secretário de Habitação, Orlando de Almeida, que estava no local.

Sheila da Silva, de 27 anos, uma das manifestantes, foi convidada a subir no palco por Serra. Ela explicou motivo do protesto: "Não queremos R\$ 5 mil por metro quadrado", disse Sheila, referindo-se à venda assistencial que a Prefeitura repassa a moradores de favela que desejam voltar para sua cidade natal ou comprar um imóvel em



PROTESTO - Serra chamou Sheila da Silva para falar no palco que moradores dizem que não queria deixá-lo, mas ignorada

outro lugar. Muitas vezes, po-

nis é devido ao uso indevido para comprar barracos no mesmo lo-

cal ou em outras favelas.

Serra respondeu: "Eventualmente o desejo dos que governam é fazer direito, ter seus filhos em uma escola decente, mais saúde e melhor transporte. Esta participação do PT no governo não é para mudar o que já está acontecendo, os manifestantes con-

cordaram-se falar com o secretário e Serra retornou à inauguração, embora suas ações na

educação e desvernos a placa inaugurando as escolas.

O presidente municipal do PT, Paulo Faria, reagiu à acusação do protesto. "Jamais houve participação do PT no governo. O líder comunitário da favela, Clever Figueira do Nascimento, também segue a liderança de comitês políticos no ato. "Porém sabemos muito que o prefeito visita e reconhece a fi-

zar o projeto de abitação boa".

No ano passado, Serra gastou em habitação pouco mais da metade dos recursos orçamentários de R\$ 24,5 milhões reservados para a área. Foram investidos R\$ 106,6 milhões. Em relação às ações em áreas de risco, a Prefeitura gastou, em 2006, o mesmo - 42,3% da verba prevista. De R\$ 20 milhões reservados, investiu R\$ 8,5 milhões. ■



Na portaria, cartaz anuncia regras para a entrada de visitantes



Maria Helena de Jesus, 47, que vende alho na rua durante o dia



Romilda Nunes da Silva e seu marido, João Carneiro de Oliveira

CONTAGEM REGRESSIVA Reintegração de posse de 2 prédios invadidos em 2002 no centro de SP já foi determinada pela Justiça

Despejo anunciado aflige Prestes Maia, 911

ALIANÇA URBANA
DE HABITANTES

O sem-teto Getúlio Veloso, 89, está com sua estratégia pronta para quando a PM chegar no cruzamento de dois prédios da Avenida Prestes Maia, 911, ao lado da estação da Luz, no centro de São Paulo. "Vou ficar sentado. Se não quando disserem onde eu vou viver. Está escrito aqui que eu tenho direito a moradia", afirma Veloso, apontando para a pilha de livros sobre leis brasileiras que acumula.

De família joísta, ele é o que nasceu em Marrocos, fugiu de um engenho no Brasil, perdeu uma vista como voluntário na Guerra dos Sete Dias em 1967, na qual lutou ocupando território árabe, mas não tem casa nem emprego e é sustentado hoje pelos filhos.

50 anos de terra e gravata. Provavelmente será contratado com alguns adagios na boca da televisão reintegrando de posse já determinada pela Justiça para moradores, depois de ser alvo de seguidas tragédias, visto em março da residência dos sem-teto.

Veloso tem uma trajetória diferente entre as 408 famílias, com mais de 2.000 integrantes, que participaram da invasão em novembro de 2002, mas sua vontade de resistir ao despejo — previsto para ser efetivado neste mês — se estende à maioria e pode surpreender quem não vive lá.

Desde que chegaram ao local abandonado, suas atividades de IPTU superam o valor do imóvel, segundo avaliação da Caixa Econômica Federal, os ocupantes liam dívidas pelo MSTC (Movimento dos Sem-Teto do Centro) passadas por movimentos indígenas.

Logo depois da invasão dos dois edifícios, habitantes se juntaram entre os moradores e tentaram fazer do local um ponto para guarda e vendas de frutas. Foram tentativas de amargor. Só se alvitaram depois de, em 2003, matarem a vista que eles não têm direito do imóvel — maioritariamente ocupado por mulheres e crianças.

Em seguida, mesmo de um ano após a invasão, um incêndio tornou a conta de quatro famílias de três das famílias. Como falta energia, moradores saquearam de alguma venda. Uma mestra de quatro anos, que não tinha saída para trabalhar, morreu, ao lado do cachorro possuído de Veloso.

Meses depois, os moradores do terreno, que tem um dos lados para a rua Pergandeiro Tibães, tiveram um novo furo. Desempen-

haver de Araújo, coordenadora do MSTC, dá duas explicações para a vontade de ficar lá mesmo depois das repetidas reuniões. "Persistem, quase ninguém tem para onde ir. Segundo, se você sustentar quanto trabalho deu para arrumar esse lugar...".

Acampamento na rua

A líder tenta articular uma "reintegração pacífica" à reintegração de posse, mas orienta os moradores a não entrar em confronto com a PM. Nas últimas semanas, eles fizeram atos com entidades e ONGs para tentar reverter a decisão. Ela planeja seu acampamento na rua após a reintegração.

Assim como a maioria dos movimentos de sem-teto, a mobilização do MSTC é essencialmente política em sua estratégia de invadir áreas ociosas ou abandonadas para forçar os governos a acelerar seus programas habitacionais. Regras, profeta, caráter partidário, apesar de muitas lutas, como Araújo, sempre ligados ao PT.

O clima de nervosismo é geral entre os moradores do imóvel particular da Prestes Maia há praticamente um mês, quando todos foram avisados que a ação de despejo poderá ocorrer a qualquer hora. Com a decisão judicial em mãos, obtida no primeiro semestre, os líderes só precisam acionar a PM — algo que poderiam fazer em até duas semanas.

"Tu não vai sair fácil daqui, não. Tu tem medo, sei que eles chegam batendo, mas quero ficar", afirma Romilda Nunes da Silva, 83, que já passou uma noite acordaada, sem conseguir dormir, esperando a chegada da PM.

Aposentada com renda de R\$ 300, ela foi parar lá depois de sair de um cortiço. "Linha que eu vivo entre aqui meu salário para morar no paraíso", afirma.

Romilda Maria de Santana, 36, empregada doméstica, diz que não desistiu para trabalhar, lá há 30, sem saber se vai encerrar sua permanência lá. "Fico doída pra voltar logo do serviço. Quando chego lá eu sinto e não vejo nada diferente, dá uma sensação de lar", afirma ela.

Maria Helena de Jesus, 47, vendadora ambulante, diz ter se preparado depois da "crerência dos berrantes na rua". Carneiro, 43, que segue adiante com a mãe que vive aqui anteriormente lá neste porque "foi um dia que eu fugi do rapa" — referência à localização com os ambulantes.

"E o dia que eu tenho dois filhos na polícia. Um é sargento do Polícia em Chicago. O outro tem



Getúlio Veloso, 89, estibe sua coleção de ternos e livros no prédio invadido, onde vive desde 2002



O EDIFÍCIO PRESTES MAIA

LOCALIZAÇÃO
A entrada do conjunto de dois prédios é pelo as. Prestes Maia, 911. Um dos blocos fica na rua Brigadeiro Tobias

PREÇOS
Um dos blocos tem 22 andares. O outro, 9 andares

FAMÍLIAS
Vivem nos dois blocos desde novembro de 2002
408 famílias, num total estimado em mais de 2.000 pessoas

Valor
O preço do conjunto foi avaliado pela Caixa Econômica Federal em R\$ 4 milhões
O proprietário deve R\$ 4,5 milhões em IPTU ao

Empresário quer anistia de dívida com a prefeitura

DEBATE URBANO

"É uma pena um movimento popular querer ocupar um prédio deserto. A cidade não merece ser empobrecida. É uma destruição afirma Jorge Hamachi, empresário que é um dos donos do imóvel da Prestes Maia invadido pelos sem-teto desde novembro de 2002.

Para Hamachi, a prefeitura, des moradores vai na contramão da tendência de valorização da estação da Luz.

As obras na região, que incluem as ampliações do Metrô, são vistas por ele como uma das maneiras de salvar seu bem, aumentando o valor de mercado.

Isso porque, com dívida de R\$ 4,5 milhões em IPTU a Caixa Econômica Federal avaliou a construção em R\$ 4 milhões. Hamachi reclama e diz que ela vale "até R\$ 7 milhões". "Hoje, é impossível um carro com rodas maiores que sem rodas empurrá-lo. Mas não é uma valorização imensa".

Hamachi diz que a destruição do seu imóvel ainda incerta. Ele quer, primeiro negociar com a prefeitura, depois de ao mesmo tempo a dívida. Isso, poderia fazer anistia e transformá-la em um prédio em risco.

Se a anistia não der certo, ele quer tentar vender o prédio para a União ou a prefeitura, que poderiam transferir mais do que em outra venda popular. Os edifícios, segundo Hamachi, foram utilizados pelo Secretário das Finanças. 1 ano atrás, quando ele fez proposta de compra para a União. Na época, chegou ao fim a ser usado para moradia e está lotado, além de ser fraco devido a avarias.

Ele diz que a Caixa pode abrigar os sem-teto que foram despejados. Hamachi, que é filiado ao PPS, é dono de uma firma de advocacia que foi comprada pela Justiça, pagar indenizações de R\$ 4 milhões pelos sem-teto de um lote que seria usado para a construção de um prédio.

São Vito pode virar prédio de consultórios médicos

► Este é um dos seis possíveis projetos que dará novo uso ao edifício. Prefeitura ainda estuda transformá-lo em repartição pública ou em moradia de classe média

SERGIO BARZAGHI/DIÁRIO

ANA PAIVA

► O Edifício São Vito, maior favela vertical da história da Capital, pode virar moradia para a classe média paulistana. Entre as hipóteses que a Prefeitura estuda para dar nova utilização ao prédio, a de transformar o local em residências para famílias que ganham entre cinco e 10 salários mínimos é uma das principais possibilidades.

Segundo o secretário municipal da Habitação, Orlando de Almeida Filho, a Prefeitura tem pelo menos seis opções de projetos para o prédio. Entre elas estão biblioteca, hotel social, consultórios médicos e prédio para secretarias municipais. "Existe também a possibilidade radical da implosão, mas isso é mais complicado."

O projeto de moradia, porém, é o que mais agrada os técnicos da Secretaria Municipal da Habitação, que também apóiam a transformação do prédio em edifício público ou de consultórios. "Estas três possibilidades estão em pauta", disse o secretário. Segundo ele, o prefeito José Serra decidirá o que fazer com o São Vito ainda neste trimestre.

Construído em 1959 e transformado em favela vertical na década de 70, o "treme-treme", como ficou conhecido, foi desapropriado há um ano e meio para um ambicioso projeto de revitalização, cuja reforma seria custeada pela Caixa Econômica Federal (CEF) e beneficiaria famílias com renda mensal

de até três salários mínimos. Quando assumiu, Serra decidiu reavaliar o projeto.

Hoje, o prédio com 27 andares e 683 unidades está vazio e abandonado. Se o projeto de moradia for adiante, será reconstruído com um número menor de unidades e ganhará vagas para carros. "Se quisermos atingir um público entre cinco e dez salários mínimos, temos que incorporar garagem ao prédio", afirmou Almeida.

Para o secretário, colocar a classe média para morar no São Vito é a única forma de evitar que, como moradia, o prédio volte a ser uma favela vertical. "É uma questão lógica, temos que acomodar pessoas que tenham condições de pagar não só a prestação, mas também a manutenção do prédio." Embora esteja entre as opções, a implosão do prédio é uma hipótese quase descartada, uma vez que abalaria a estrutura do edifício que existe ao lado.

Os últimos moradores deixaram o prédio em agosto do ano passado e ainda aguardam uma decisão. Agora, a volta deles ao prédio está totalmente descartada. Cerca de 400 famílias foram beneficiadas pelo programa Bolsa Aluguel, pelo prazo de 30 meses, e conseguiram alugar apartamentos na região central da cidade. A maioria, porém, ainda aguarda receber a indenização que deveria ser paga pela Prefeitura. Muitos tinham contrato de gaveta e estão tendo que brigar na Justiça para receber.



EDIFÍCIO é considerado a maior favela vertical da cidade



Moradores despejados anteontem se unem aos que estão acampados na rua desde agosto

Acampamento no Centro ganha mais 92 famílias

Despejadas anteontem, elas se uniram às 14 famílias que já estavam acampadas nas calçadas da Rua Mauá com a Plínio Ramos desde agosto

CAMELA BICI

Os ex-moradores de prédio Plínio Ramos, no Centro de São Paulo, ganharam companhia. Anteontem, 92 famílias que moravam na Rua Paula Souza também foram despejadas, e se juntaram junto à Rua Mauá, ao lado do acampamento do prédio da Plínio Ramos. "As condições do que aconteceu com eles, perfurto não resistir, para ninguém ser machucado", disse a vigia Rita Conceição, líder do grupo.

Há um mês e meio acampado na rua, a despejopagada Helene Monteiro de Souza já enfrentou a chuva, o frio e a falta de comida. "O pior morreu é que a criança está com diarreia e vômito". Ela vive com seis filhos em um espaço de pouco mais de dois metros quadrados e quando um cara no meio fica doente.

Quero problema que deve ser aguçado a partir de agora é a higiene. "Nó segunda-feira, nós estamos limpando banho no Paula Souza, agora nem isso vamos ter mais", contou Helene. Anteontem, o problema da higiene só foi resolvido porque alguns moradores da região evacuaram dois baldes de água para ela.

A despejopagada é a filha de uma das 14 famílias que não deixaram a rua, desde o despejo, em agosto. "Fizemos, até o final do mês eu consigo montar", comentou o pai do menino de 3 anos, Luiz César Alves da Silva. Depois de percorrer vários pontos de São Paulo, ele conseguiu encontrar uma casa para alugar em São Bernardo



Helene Monteiro de Souza, com os filhos: diarreia e vômito

Sair da rua logo também é o objetivo da vigia Rita e da maioria das famílias que se juntaram há dois dias para a Rua Mauá. "A falta a gente receber a ajuda essencial que o governo do Estado deu para os outros sem ter", disse Rita, que pode ver o sonho de ter um espaço seu se aliado numa única vez.

A Secretaria Estadual de Assistência Social informou que o benefício não deve ser estendido para as famílias recém-despejadas e que a responsabilidade por isso é da Prefeitura. A secretaria municipal, por sua vez, disse

que já ofereceu os albergues e aluguéis para os sem-teto, mas eles não quiseram.

Mesmo com o auxílio do governo do Estado, de R\$ 250,00 mensais, os sem-teto da Plínio Ramos necessitam várias dificuldades para alugar uma casa ou até mesmo um quarto. "Quem vai querer ser fã de um jogador de rua?", disse o líder do grupo Nelson Souza Cruz.

A exigência das imobiliárias de um fiador e do depósito de, pelo menos, 10% aluguel, entre outros, é o grande impedimento dos sem-teto.

Verba da habitação será a menor dos últimos seis anos

A pasta, na mira das críticas dos movimentos populares, teve seu fôlego reduzido em 38% em relação ao exercício deste ano. Prefeitura alega que, na gestão do PT, a secretaria de habitação tinha um orçamento superestimado

Orçamento da Prefeitura para 2006

ARTUR GUBARÃO e ROBERTO FONSECA

Alvo de barbante manifestação no Centro, de críticas dos movimentos populares e até de uma taxa na casa, o secretário municipal de Habitação, Orlando Almeida, defendeu uma pasta enxuta em 2006. De acordo com os dados da peça orçamentária da Prefeitura para o ano que vem, entregue recentemente ao Legislativo, as previsões de receita da secretaria são menores, pelo menos, nos últimos seis anos em São Paulo.

No total, serão R\$ 158 milhões, uma redução de 38% em relação ao último orçamento da área, relativo ao exercício deste ano, feito pela ex-prefeita Marta Suplicy (PT). Com menos recursos, a equipe financeira pretende continuar crescendo

após eleições. Na campanha, o então candidato José Serra (PSDB) anunciou que pretendia, além de fechar parcerias para usar verbas dos cofres estaduais, priorizar a habitação de baixa renda, promover o atendimento das famílias que vivem em áreas de risco, estimular o atendimento habitacional no Centro Expandido - apresentando a infraestrutura existente - e organizar mutirões para construção de moradias populares.

O secretário adjunto da Secretaria Municipal de Planejamento, Marcelino Magalhães, argumenta que essas ações continuam no foco da gestão que assumiu o governo Tarso Pôrto. Nesse sentido, no orçamento da Secretaria de Habitação para o próximo exercício foram mantidas "as últimas ações, o que seriam os mesmos investimentos", explicou. Marcelino lembra que, em 2004, por exemplo, a pasta tinha um orçamento de R\$ 236 milhões, mais uma vez de R\$ 92 milhões, via do Fundo Municipal de Habitação, que somariam R\$ 328 milhões. "No entanto, apenas R\$ 200 milhões foram realmente

aplicados, o que mostra que as previsões usadas não estavam levando em consideração a capacidade da Prefeitura na época", diz.

Para o secretário de Habitação na gestão Marta Suplicy (2001-2004) e ex-prefeita Paula Trevisan (PT), o corte veio a partir da habitação deixada de ser prioridade na gestão. "Foi uma redução drástica feita a área um fundo de política, segundo o perfil dos movimentos populares", Teixeira aponta que, na peça orçamentária de 2005, o projeto que deveria ser mais afetado são os mutirões, a urbanização de instrumentos e os projetos de moradia no Centro.

O prefeito também alega que, mesmo em 2005, o orçamento da Habitação está sendo reduzido. "Desse R\$ 200 milhões destinados à secretaria e ao Fundo de Habitação, apenas R\$ 180 milhões foram repassados [previsão para 2006]. É um índice muito baixo". A falta de investimentos no Centro, diz o prefeito, ocorre apesar de a Prefeitura ter cerca de R\$ 30 milhões de recursos reservados como contingência.



Cohab promete 4 mil novas moradias

Apesar de ser um órgão subordinado da Secretaria de Habitação, a Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab) auxilia a Prefeitura na execução das políticas do setor. Segundo seu presidente, Edison Ortega, os planos para 2006 são ambiciosos. "Além de ter o último trimestre, queremos começar a abrir licitação para fazer 4 mil novas unidades habitacionais em São Paulo", explicou, referindo-se à parceria que deve ser feita com o governo estadual. "Em outros

projetos, com a Caixa Econômica, temos 17 empreendimentos previstos, fora R\$ 90 milhões de recursos do Fundo de Desenvolvimento Social do Governo Federal", afirmou Ortega. Segundo ele, haverá uma mudança na política habitacional municipal. "Antes, a Prefeitura usava os verbas do fundo apenas para construir. Agora, queremos usar as verbas como crédito imobiliário para parcerias com outros órgãos e entidades, que podem triplicar os resultados na cidade", diz.

Outros, o secretário municipal de Habitação, Orlando Almeida, já planejado para começar o orçamento 2006, mas não terminou as negociações. A Prefeitura assinou a parceria com Ortega, apesar de, nos últimos reportagens da cidade sobre o orçamento, ter dito que apenas a pasta de Planejamento atrelaria o PT. Sem habitação, os moradores com o título no Executivo comentam que Almeida, indicação do PT, no governo estaria insatisfeito com os "sujeitos" verbas para 2006.

RICARDO LISIAS

O sonho e o despejo

Autor de Das Nervuras e Dona Precosa, Ricardo Lisias esteve no Edifício Princesa Máia, no centro de São Paulo, na quarta-feira 22. Ele o relata de que ele, o responsável por famílias ameaçadas de despejo.

Do dia 20 de novembro de 2002, o trecho da avenida Princesa Máia parecia já pertencido a quem o planejou, e não a quem lá chegou a estrada do metrô da Linha 4, no centro de São Paulo, bem como a Prefeitura de São Paulo, bem como os moradores que até então estavam ali. Mas, para quem chegou, não havia nada além de um lugar onde se poderia viver, mas não onde se poderia trabalhar, e não onde se poderia estudar, e não onde se poderia crescer. Não havia nada além de um lugar onde se poderia viver, mas não onde se poderia trabalhar, e não onde se poderia estudar, e não onde se poderia crescer.

O edifício estava abandonado, cheio de lixo, tráfego e ruído. Aos poucos, organizamos uma comissão para organizar o trabalho e a manutenção do edifício. Por um lado, o prédio era muito antigo e precisava de uma reforma geral. Por outro, o prédio era muito antigo e precisava de uma reforma geral. Por um lado, o prédio era muito antigo e precisava de uma reforma geral. Por outro, o prédio era muito antigo e precisava de uma reforma geral.

Dividido em dois blocos de apartamentos diferentes, o prédio abriga por volta de 700 famílias e milhares de pessoas que vivem em condições de extrema pobreza. Mas, apesar de tudo, sempre houve quem se preocupasse com o bem-estar das famílias. Foi o caso de Maria, mãe de uma das crianças que vivem no prédio. Ela, como tantas outras, viveu no prédio desde a infância e sempre se preocupou com o bem-estar das famílias.



OS SEM-TETO AMARCAÇOS DE ESCALÃO EM SÃO PAULO

Além disso, na segunda-feira 27, será inaugurada a Galeria Viriato. Uma inauguração em homenagem às famílias que vivem no prédio. A inauguração será realizada na Galeria Viriato, uma espécie de extensão da biblioteca do edifício. A inauguração será realizada na Galeria Viriato, uma espécie de extensão da biblioteca do edifício. A inauguração será realizada na Galeria Viriato, uma espécie de extensão da biblioteca do edifício.



Crianças que vivem em condições precárias, como algumas das crianças do Edifício Princesa Máia, no centro de São Paulo. O grupo também está fazendo o documentário O Despejo.

Todas as famílias que vivem no prédio estão lutando para a integração na sociedade e conseguiram ver realizado de maneira precária, mas efetiva, seu direito básico à moradia. Tal direito está garantido e assegurado a todos os moradores, por exemplo, o de educação e de proteção às crianças e os idosos.

No entanto, toda essa movimentação pode ter um fim tão próximo quanto o momento em que a dívida previdenciária de IPTU, os antigos dívidas do prédio continuarem a ser pagas. A Constituição garante a todos os cidadãos o direito de moradia, mas não garante a todos os cidadãos o direito de moradia. A Constituição garante a todos os cidadãos o direito de moradia, mas não garante a todos os cidadãos o direito de moradia.

Evidentemente, a situação política atual do poder municipal, quanto à situação da cidade, pode evitar que a situação de despejo ocorra, esse momento em que as famílias aumentará em 20%.



A ação judicial pode elevar o número de moradores de rua da cidade

As famílias que vivem no prédio estão lutando para a integração na sociedade e conseguiram ver realizado de maneira precária, mas efetiva, seu direito básico à moradia. Tal direito está garantido e assegurado a todos os moradores, por exemplo, o de educação e de proteção às crianças e os idosos.

Além disso, na segunda-feira 27, será inaugurada a Galeria Viriato. Uma inauguração em homenagem às famílias que vivem no prédio. A inauguração será realizada na Galeria Viriato, uma espécie de extensão da biblioteca do edifício. A inauguração será realizada na Galeria Viriato, uma espécie de extensão da biblioteca do edifício.

—Foto: a maioria e certificado de habitação. Em também foi afetada na biblioteca do edifício, que já possui mais de 3 mil volumes.



Revitalizar sem segregar: o direito à cidade

AZIZ AB'SABER, MARIA RITA KEHL e PÁDUA FERNANDES

468 famílias, aproximadamente 1.700 pessoas, moram na maior ocupação da América Latina: a comunidade do edifício Prestes Maia, 911, centro da cidade de São Paulo. Trata-se de um prédio que estava abandonado há mais de uma década e que foi ocupado pelo Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC), em novembro de 2002.

Apelamos ao prefeito Kassab para que inicie sua administração com um gesto que marcará de modo positivo a cidade

Nele, existe realmente uma comunidade: em um primeiro momento, por meio de um esforço coletivo, foram removidas toneladas de entulho, a água que inundava o subsolo foi retirada e o prédio ganhou condições de ser habitado. Em seguida, os moradores dividiram entre si os serviços de portaria e limpeza. Em um terceiro momento, as atividades culturais surgiram: Severino Manoel de Souza, catador de lixo, organizou uma biblioteca que, hoje, conta com quase 4.000 títulos e chamou a atenção da Folha de S. Paulo no início de fevereiro. Em torno dessa biblioteca, se articularam uma série de atividades culturais: oficinas de alfabetização, trabalho com sucata, vídeo, poesia, um cineclube e exposições, tais como, em março, a sala especial “Território São Paulo”, da nona Bienal de Havana, também noticiada pela Folha. No entanto, todas essas ricas experiências correm o risco de ser destruídas devido a um processo de reintegração de posse movido pelo proprietário formal do prédio, Jorge Hamuche. Ele obteve sentença favorável ao despejo da comunidade no fim de janeiro, apesar de não ter dado função social ao imóvel -que estava abandonado e degradava o entorno urbano- e de dever cerca de R\$ 5 milhões de IPTU. Felizmente, na semana passada, a ameaça de despejo iminente foi provisoriamente suspensa pela interposição, pelos advogados do MSTC, de um agravo de instrumento no Tribunal de Justiça de São Paulo. Nele se apontam equívocos nos trâmites do processo, visto que os atuais ocupantes já tinham a “posse velha” do imóvel (por ali residirem há mais de um ano e um dia) e que o proprietário não poderia pedir a reintegração -ele não tem como comprovar a posse efetiva, pois nunca usou o imóvel. De todo modo, mesmo a salvo do despejo, enquanto esse agravo não for julgado, os moradores continuam numa situação de precariedade extrema, que exige providências imediatas. Por esse motivo, lançamos este apelo para o atual prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab. Há na prefeitura um processo administrativo de desapropriação que precisa de vontade política para andar. Caso o despejo ocorra, o prejuízo será não só dos moradores mas também de toda a cidade, que perderá essa rica experiência urbana. Antes dessa comunidade, o local estava abandonado e servia de ponto para o tráfico de drogas. Os atuais moradores afastaram crime e revitalizaram o comércio da região. Eles sobejamente demonstraram que a cidade é revitalizada pelos próprios cidadãos: se forem expulsos devido a um projeto segregacionista ou estetizante, é parte da cidade que morre. Os prejuízos para a ordem urbanística com o eventual despejo serão imensos. O aumento repentino e brutal da população de rua de São Paulo em quase 2.000 pessoas levará a uma sobrecarga dos serviços e da infra-estrutura da cidade -o que poderia ensejar uma ação civil pública. Embora o Judiciário não tenha se manifestado em favor desses cidadãos -que, vale dizer, construíram para a cidade um novo espaço onde o lixo, a lama e o crime vicejavam-, é preciso lembrar que o direito está do lado deles. A função social da propriedade e o direito à moradia estão previstos na Constituição brasileira -mas, quando ela será aplicada em favor dos pobres? O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU também os ampara -mas, quando o Brasil cumprirá seus deveres internacionais para com os direitos humanos? Assim, junto com a Anistia Internacional (AMR 19/013/2006), apelamos ao prefeito Gilberto Kassab, recém-empossado em São Paulo, para que inicie sua administração com um gesto que marcará para sempre, positivamente, a história da cidade. A legalização da ocupação da comunidade Prestes Maia, além de resolver o problema da falta de moradia para as centenas de famílias que hoje vivem no prédio e cuidam dele, representaria um grande passo de civilidade para nosso município. Seria uma estratégia inteligente para que a vocação original do espaço urbano seja cumprida: a hospitalidade, a cooperação criativa, o trabalho coletivo, o encontro. E que o direito à cidade seja garantido àqueles que a constroem.

Aziz Ab'Saber, geógrafo, é professor emérito da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP, especialista em geomorfologia, geografia urbana e econômica e biogeografia. Autor de “Os Domínios de Natureza no Brasil”, entre outras obras. **Maria Rita Kehl** é psicanalista e escritora. É autora, entre outros livros, de “Sobre Ética e Psicanálise”. **Pádua Fernandes**, advogado, doutor em direito pela USP, é professor na Uninove. É autor, entre outras obras, de “Para Que Servem os Direitos Humanos” (no prelo).

ALERTA DA ONU 2

Faltam integração e abrangência à política habitacional do Brasil

Relator especial da ONU para Moradia Adequada, Miloon Kothari apresentou à Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas um relatório sobre sua visita ao país em 2004, contendo recomendações ao governo para reduzir o déficit de 7 milhões de unidades habitacionais.

Fernanda Sucupira - Carta Maior

São Paulo - O déficit habitacional no Brasil é estimado em 7 milhões de unidades habitacionais, das quais 80% estão em áreas urbanas. Cerca de 10 mil pessoas dormem nas ruas da região metropolitana de São Paulo, e 2,5 mil na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, aproximadamente 10 milhões dessas unidades no país são consideradas inadequadas, devido à falta de acesso a serviços básicos como água, saneamento básico e eletricidade, e problemas de superlotação. Apesar de todos esses problemas, apenas metade de todos os municípios brasileiros desenvolveu alguma forma de política habitacional. Estima-se ainda que 5 milhões de famílias não têm acesso à terra, enquanto 1% dos proprietários de terras detêm 45% do total. Esse diagnóstico sobre as condições de moradia e acesso à terra da população brasileira foi apresentado pelo Relator Especial da ONU para Moradia Adequada, Miloon Kothari, que quarta-feira (30) entregou à Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas um relatório feito a partir de sua visita ao Brasil em maio de 2004. O texto traz recomendações ao governo brasileiro para tentar reverter a atual situação.

“Os desafios enfrentados pelo Brasil nos setores da habitação e, conforme o caso, no setor agrário, são opressivos, com pobreza generalizada, desigualdades, um déficit habitacional enorme e uma histórica discriminação contra as populações indígenas e afrobrasileiras, que geram uma debilitação relacionada ao desrespeito dos direitos territoriais dos mais pobres”, diz o documento. Uma das principais recomendações é que seja criada uma política nacional de habitação abrangente e integrada, que envolva tanto as questões urbanas quanto rurais, incluindo populações indígenas e quilombolas, e alie as leis e os programas existentes. Segundo o relator especial, muitos dos projetos e das iniciativas existentes são isoladamente positivos, criativos e inovadores, mas falta coordenação e ligação entre eles. As abordagens fragmentadas e as soluções temporárias apresentam resultados negativos.

No documento, o arquiteto indiano Miloon Kothari se diz impressionado com a manifestação de vontade política do atual governo federal. Nesse sentido, ele destaca a criação do Ministério das Cidades, da Secretaria Especial de Políticas para Promoção da Igualdade Racial, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, e o estabelecimento um grupo de trabalho interministerial para tratar dos problemas da população quilombola. Além disso, o relator se mostra satisfeito com envolvimento do governo federal na questão dos direitos humanos, por terem sido sancionados os seis principais pactos de direitos humanos, entre eles a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e a Convenção Internacional para a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial.

Segundo o relator, o governo federal se comprometeu a tratar das questões da falta de moradia, escassez de terra, do déficit habitacional e das habitações inadequadas, mas “é preciso mudar a ênfase da decisão em política e reforma legislativa para ações práticas. A redistribuição da riqueza e da terra é de primordial importância a esse respeito”. Para resolver essas questões, que devem ser tratadas em caráter de urgência, há necessidade de um aumento anual progressivo na verba orçamentária destinada à habitação. Ele defende uma redução da meta de superávit, aproveitando a credibilidade internacional de que o governo Lula goza atualmente, o que liberaria fundos para garantir a realização dos direitos econômicos, sociais e culturais, inclusive o direito à moradia.



Fundo Nacional de Moradia

O relatório também aponta algumas políticas governamentais em desenvolvimento e leis aprovadas recentemente que contribuem para minimizar o problema da moradia, como o Estatuto da Cidade, promulgado em 2001, e a lei que prevê a criação do o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), cuja aprovação na Câmara dos Deputados, após 12 anos em tramitação no Congresso Nacional, foi acompanhada pelo relator durante sua visita ao Brasil. O objetivo dessa lei é promover o acesso à moradia rural e urbana por meio de implementação de um sistema de subsídios para o financiamento de habitações voltadas para famílias de baixa renda. O relator defende o uso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para gerar recursos para o FNHIS, o que estava previsto no projeto de lei inicial, originado de uma iniciativa dos movimentos sociais de moradia no início dos anos 90.

Para o Relator Nacional do Direito à Moradia Adequada no Brasil, Nelson Saule Jr, essa questão é urgente e fundamental para a viabilidade de uma política nacional de habitação. "O texto aprovado na Câmara e que agora aguarda votação no Senado foi alterado. Não está mais prevista a possibilidade de utilizar o FGTS como uma das fontes do Fundo. Essa é a questão mais polêmica nas discussões com o governo, pois são cerca de 13 bilhões de reais envolvidos, e o movimento de moradia reivindica que isso volte a ser incluído no projeto", explica.

Kohtari enfatiza a necessidade emergencial do governo adotar medidas e leis nacionais para garantir a proteção contra despejos forçados, que devem ser evitados ao máximo. Para isso, o relator recomenda que seja criada uma política nacional sobre a regularização das ocupações territoriais. Quando os despejos forem inevitáveis, devem ser executados em absoluta conformidade com as obrigações internacionais existentes. O processo deve incluir consulta às pessoas afetadas, avisos e informações sobre os despejos propostos e sobre a finalidade alternativa para a qual a terra ou habitação será utilizada, a presença de oficiais do governo ou de seus representantes durante o despejo, a identificação adequada de todas as pessoas que o estão realizando, e assistência jurídica às pessoas que precisarem, entre outras recomendações.

Um dos principais elementos que contribuem para a existência de problemas como o dos despejos forçados, segundo o relator especial da ONU, é a falta de sensibilidade dos juízes para as questões da moradia. Por isso, ele recomenda um treinamento extensivo e uma conscientização do judiciário sobre esse direito e a criação de tribunais especiais para lidar com as questões da terra, como despejos forçados, usucapião, demarcação e regularização de terras. Ele também ressalta a importância de fortalecer a Defensoria Pública, como instituição fundamental para garantir o acesso à justiça às populações de baixa renda. "Ele conseguiu identificar que para a questão do direito à moradia o papel do judiciário é fundamental. Parte da responsabilidade do que aconteceu em Goiânia, por exemplo, é do poder judiciário", afirma Saule.

No relatório, ele afirma ainda que é preciso acelerar a reforma agrária e recomenda que "uma força-tarefa interministerial seja estabelecida principalmente para solucionar as questões de redistribuição de terra e apropriação de grandes propriedades rurais de acordo com as disposições constitucionais que garantem a função social da terra". Segundo ele, o governo deve ter extrema cautela em relação à privatização dos serviços de moradia e serviços básicos relacionados ao cumprimento do direito à moradia adequada, como água, eletricidade e saneamento. Em diversos casos, a privatização resulta num aumento das taxas para os consumidores residenciais acompanhado de um declínio da qualidade dos serviços básicos.

Sociedade Civil

Outra característica do país que impressionou Kothari foi a mobilização da sociedade civil brasileira em relação ao direito à moradia. Ele destaca que diversas ferramentas foram criadas para aprimorar os mecanismos de controle social, como o Conselho Nacional das Cidades, que faz recomendações ao governo relacionadas à implementação de políticas habitacionais, com representantes eleitos por mais de três mil representantes na Conferência Nacional das Cidades, e o Estatuto da Cidade, que estipula a criação de conselhos de política urbana, a realização de conferências municipais, processos de orçamento participativo, audiências públicas e iniciativas populares para projetos de lei. Ao mesmo tempo, no entanto, falta uma participação efetiva no planejamento e execução das políticas públicas, principalmente no que diz respeito

a populações pobres e grupos étnicos historicamente marginalizados como indígenas e quilombolas, que raramente são consultados quando seus direitos conflitam com projetos de desenvolvimento de grande escala, como a construção de usinas hidrelétricas, ampliações de aeroportos ou a revitalização de centros históricos degradados.

Segundo o Relator Nacional do Direito à Moradia Adequada, Nelson Saule Jr, esse documento pode ser utilizado pela sociedade civil como forma de pressionar o governo. "Os movimentos sociais têm mais um elemento para negociar no Congresso Nacional, nos municípios, e reivindicar que os compromissos assumidos pelo governo sejam cumpridos, a partir de um posicionamento oficial das Nações Unidas. É um documento de referência para os próprios gestores viabilizarem as políticas habitacionais no Brasil e um parâmetro para as instituições de monitoramento, como o Ministério Público e o Conselho Nacional das Cidades", diz. Baseada no relatório, a Comissão de Direitos Humanos da ONU também deverá fazer recomendações ao governo brasileiro para a promoção do direito à moradia. Além disso, o documento poderá ser utilizado pelo Comitê de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais (Dhesc) da ONU, no monitoramento do Pacto Internacional sobre Dhesc, do qual o Brasil é signatário, e em que está incluído o direito à moradia.

A missão do relator em terras brasileiras ocorreu de 29 de maio a 13 de junho do ano passado com o objetivo de examinar e relatar a situação da moradia adequada como componente do direito a um padrão de vida adequado, com especial atenção aos aspectos de igualdade e de não-discriminação entre os sexos. Ele visitou áreas urbanas e rurais em São Paulo, Brasília, Formosa, Alcântara, Rio de Janeiro, Fortaleza, Salvador Recife, e comunidades indígenas em Bertioxa, além de se reunir com representantes das Nações Unidas no Brasil, do governo federal e da sociedade.

http://agenciartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=3384
Movimentos Sociais | 13/05/2005 | Copyleft

MORADIA - SP

Movimento acusa prefeito e governador de limpeza social

Com o início da gestão de José Serra, população que vive em ocupações vem sendo ameaçada de despejo sem alternativas de abrigo. Desocupações estão sendo feitas de forma violenta e descumprindo recomendações da relatoria especial da ONU para o direito à moradia.

Fernanda Sucupira

São Paulo – Desde o começo do ano, com o início da gestão do novo prefeito de São Paulo, José Serra (PSDB), a população que vive em ocupações, principalmente na região central da cidade, vem sendo ameaçada de despejo. Algumas famílias já foram removidas, sem que o governo do Estado ou a Prefeitura Municipal apresentasse nenhuma alternativa para quem ficou desabrigado. Nos meses de maio e junho estão previstas diversas reintegrações de posse na capital. A "limpeza social" realizada atualmente pelas administrações estadual e municipal foi discutida nesta quarta-feira (11), em uma ocupação na rua do Ouvidor, no Centro de São Paulo, durante lançamento do Relatório da Missão Conjunta da Relatoria Nacional e Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada no Brasil em 2004.

A ocupação do prédio, na rua do Ouvidor, que teve início em 1997, é um dos casos mais emblemáticos da atual situação. No mês passado, a Justiça determinou que a desocupação aconteça até o dia 17 de maio, para haver a reintegração de posse do prédio, que pertence à Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. No Plano Diretor do Município de São Paulo, de 2002, no entanto, o edifício é classificado como uma Zona Especial de Interesse Social (Zeis), o que garante sua destinação para Habitação de Interesse Social (HIS). O governo estadual, que justifica a remoção porque a estrutura do edifício apresenta risco para os moradores, não havia oferecido nenhuma alternativa para as 89 famílias do Movimento de Moradia do Centro (MMC) que vivem no prédio, até a tarde desta quarta-feira, quando a Companhia



de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) finalmente apresentou uma proposta, em resposta à pressão do movimento, das entidades e de representantes do Legislativo, como o deputado estadual Simão Pedro e o vereador Paulo Teixeira, ambos do PT.

Nesta sexta-feira (13), foi assinado um acordo entre o movimento de moradia e a CDHU, que se comprometeu a conceder uma carta de crédito – uma espécie de empréstimo a fundo perdido – para que as famílias possam adquirir um imóvel. A companhia tem o prazo de seis meses para desocupar o prédio, garantindo a saída dos moradores para suas novas casas. No entanto, o movimento ainda reivindica que o edifício da rua do Ouvidor seja reformado para que outras famílias possam morar lá e que o problema de outras ocupações seja solucionado.

Na última terça-feira (10), a ocupação de uma fábrica na Rua Valentim Magalhães, na Mooca, com cerca de 140 famílias, sendo 138 crianças, foi despejada. Há mais de um ano e meio no local, as famílias sequer tiveram como recorrer à decisão, pois um policial, na segunda-feira (09), avisou que o despejo ocorreria na quarta-feira (11), mas no dia seguinte as famílias foram retiradas do local. “Mandaram um caminhão de lixo para pegar essas famílias e jogar não sei onde. A polícia chega batendo, ameaçando e apontando arma para as crianças. Somos tratados como lixo”, indigna-se Ivanete de Araújo, do Movimento de Sem-Teto do Centro (MSTC).

O governo do Estado, que deveria providenciar moradia digna à população de baixa renda, também mandou, nesta segunda-feira (09), um delegado e 18 viaturas policiais para intimar os moradores de uma ocupação na avenida Presidente Wilson, Zona Leste de São Paulo, a desocuparem a área em 48 horas. Ele levava uma notificação extra-judicial do secretário de segurança pública de São Paulo, Saulo de Abreu Castro, para que as 280 famílias que ali vivem se retirassem do local no prazo determinado. O terreno, que pertence à secretaria mas estava desocupado desde 1986, será utilizado como uma garagem para as viaturas da divisão. Se os sem-teto não saírem de lá, Saulo afirma que irá iniciar uma ação possessória.

“Essa notificação não tem nenhum valor jurídico ou legal, foi feita única e exclusivamente para fazer terrorismo psicológico com os moradores, que ficaram desesperados, entraram em pânico. A obrigação do secretário seria negociar com a Secretaria de Habitação para definir para onde essa população poderia ser deslocada”, afirma Luciano Guedes, do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central.

A atual situação dos dois prédios ocupados desde novembro de 2002, na rua Prestes Maia, no Bom Retiro, também mostra os efeitos da mudança na administração municipal. Como os proprietários têm uma dívida, relativa ao IPTU, de quase 5 milhões de reais com a Prefeitura, as negociações para a desapropriação do terreno estavam bastante avançadas na gestão anterior da Secretaria Municipal de Habitação. No entanto, para surpresa dos moradores, foi determinada para junho a reintegração de posse. “Somos 468 famílias, mais de 300 crianças, e não temos para onde ir. Se um trabalhador fica devendo uma prestação das casas Bahia é outra história”, compara Ivanete. Segundo ela, o governo já deixou claro que essas famílias não são responsabilidade dele. “São várias as reintegrações de posse previstas, em cortiços e ocupações. Eles querem fazer uma “limpa” na cidade porque acham que o trabalhador sem-teto não pode morar no centro”, avalia.

Algumas dessas ocupações foram, inclusive, visitadas durante a missão conjunta dos dois relatores para moradia. Em suas recomendações, o relator especial da ONU Miloon Kothari enfatiza a necessidade emergencial do governo em adotar medidas e leis nacionais para garantir a proteção contra despejos forçados, que devem ser evitados ao máximo. Para isso, o relator recomenda que seja criada uma política nacional sobre a regularização das ocupações territoriais. Quando os despejos forem inevitáveis, devem ser executados em absoluta conformidade com as obrigações internacionais existentes. O processo deve incluir consulta às pessoas afetadas, avisos e informações sobre os despejos propostos e sobre a finalidade alternativa para a qual a terra ou habitação será utilizada, a presença de oficiais do governo ou de seus representantes durante o despejo, a identificação adequada de todas as pessoas que o estão realizando, e assistência jurídica às pessoas que precisarem, entre outras recomendações.

Um dos caminhos para solucionar o problema, de acordo com Nelson Saule Jr, Relator Nacional pelo Direito à Moradia Adequada da ONU em 2003 e 2004, seria a imediata constituição de uma comissão com representantes do movimento de moradia, das organizações da sociedade civil, dos ministérios da Justiça e das Cidades, do Judiciário, do Ministério Público, do governo do Estado e da Prefeitura para pensar como será tratada a questão dos despejos. "Imagine o caos social que vai ocorrer se todas essas comunidades forem despejadas em maio e junho. São milhares de famílias que precisam de tratamento adequado, com respeito e dignidade, para que essa situação não gere resultados negativos como ocorreu em Goiânia", defende. Outra ação, sugerida pelo vereador Paulo Teixeira e apoiada pelo ex-relator nacional, foi que os movimentos de moradia, em conjunto com as entidades ligadas à questão, solicitem a visita de uma força-tarefa da ONU para que, conhecendo a situação pela qual essas pessoas passam, influenciem o governo brasileiro a agir.

Ao mesmo tempo em que são feitas as reintegrações de posse, o movimento de moradia é criminalizado pelo Estado. Em março desse ano, foi expedido mais um mandado de prisão preventiva de um dos principais líderes do movimento, Luiz Gonzaga da Silva, o Gegê, dirigente da Central de Movimentos Populares (CMP) e Coordenador do Movimento de Moradia do Centro (MMC), que até agora não foi localizado pela polícia. No começo do ano passado, Gegê passou 51 dias na prisão, acusado de um suposto homicídio, que teria ocorrido há três anos. Tanto ele quanto uma série de testemunhas que estavam no acampamento negam o fato. Os advogados do sem-teto estão tentando um habeas corpus para recolher o mandado de prisão. "Precisamos iniciar um movimento de opinião pública para denunciar que a questão do Gegê não é uma situação isolada. O único órgão que eles encontram para barrar a luta é o Poder Judiciário, por isso criminalizam as lideranças dos movimentos sociais", denuncia Raimundo Bonfim, da Central dos Movimentos Populares (CMP).

Fundo para moradia popular

No meio dessa onda de despejos, uma boa notícia, vinda de Brasília, bastante comemorada pelos movimentos de moradia. Foi aprovado por unanimidade, nesta quarta-feira (11), pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado o projeto de lei de iniciativa popular que cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) – uma espécie de reserva especial de recursos para o financiamento de habitações voltadas para famílias de baixa renda - e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. A proposta, que tramita há 13 anos no Congresso Nacional, foi aprovada na Câmara dos Deputados em junho do ano passado, durante a visita do relator especial para o direito à moradia adequada da ONU ao Brasil. Na próxima semana, ela deve ser votada no plenário do Senado.

http://agenciacartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=3478
Movimentos Sociais | 09/06/2005 | Copyleft

HABITAÇÃO

Prefeitura de SP não repassa verba para projetos populares

Lideranças do movimento de moradia acusam Serra de deixar programas habitacionais se deteriorarem pela falta de recursos. O programa Bolsa-Aluguel, que beneficia mais de 1.650 famílias, está paralisado. E o Programa Especial de Habitação Popular, em parceria com o governo federal, foi abortado.

Rafael Sampaio

São Paulo – O destino incerto dos R\$ 90 milhões do Fundo Municipal de Habitação preocupa lideranças dos movimentos populares por moradia em São Paulo. "O desprezo com a habitação popular mostra o retrocesso que a atual gestão da prefeitura significa para a cidade", indigna-se Sidnei Euzébio, coordenador da União para Luta de Cortiços (ULC). "A revitalização da praça Coronel Fernando Prestes, próxima à estação de metrô Tiradentes, vai custar R\$ 3 milhões para a cidade. Enquanto isso, famílias de bairros nos arredores são despejadas por não receberem Bolsa-Aluguel da prefeitura", diz Euzébio.



A estratégia da atual gestão da prefeitura consiste em deixar que programas habitacionais se deteriorem pela falta de recursos. Depois a mídia se encarrega de tornar públicas as “falhas” dos programas da gestão passada. É nisso que acredita Euzébio. “Fizemos três reuniões com Orlando de Almeida [Secretário Municipal de Habitação] e não houve progresso”, lamenta. Ele e Ivonete de Araújo, coordenadora do Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC) concordam que a intenção da prefeitura é a “limpeza social” do Centro, ou seja, a retirada das habitações populares e a abertura do vale do Anhangabaú na tentativa de fazer do local uma área comercial e de classe média. “Mas quem tem dinheiro prefere morar perto da avenida Paulista ou dos Jardins”, diz Ivonete.

Terrenos em áreas centrais, próximas ao metrô Belém, metrô Bresser, avenida São João, rua Cônego Eugênio Leite (Pinheiros) e Vila dos Idosos (no bairro do Pari) já foram comprados pela prefeitura para a construção de locações sociais. As obras, entretanto, estão paradas. Luciana Pedesche, do Conselho Municipal de Habitação, é incisiva: “a falta de recursos não imobiliza a prefeitura. O problema está na falta de planos para habitação na cidade e no comprometimento com a iniciativa privada”.

O programa Bolsa-Aluguel, que beneficia mais de 1.650 famílias, está paralisado. Ivonete relata que nenhuma das cerca de 200 bolsas de famílias atendidas pelo movimento foram pagas. Trata-se de um subsídio de R\$ 300 concedido às famílias com comprovação de baixa renda para habitar um imóvel popular de no mínimo dois cômodos. Euzébio e Ivonete temem o despejo de moradores do conjunto habitacional Parque do Gato (Bom Retiro) que dependem da bolsa-aluguel. O conjunto é habitado por 270 famílias.

Além disso, o Programa Especial de Habitação Popular (PEHP), parceria com o governo federal, foi abortado. O investimento de R\$ 18 milhões devolvidos à União serviria para desapropriar edifícios na rua Senador Feijó, rua Riachuelo, rua Asdúbal do Nascimento, rua São Vitor e rua Prestes Maia. Para completar, foi ordenada a reintegração de posse dos edifícios da rua Prestes Maia, ocupados desde 2002. “Só não houve despejo porque o dono do prédio não tem como pagar a retirada dos pertences de todos os moradores”, declara Maria das Graças Xavier, coordenadora da União Nacional dos Movimentos por Moradia (UMM). Maria reclama que os mais de 107 mutirões autogestionados do estado de São Paulo estão sem verba. “Apenas 13 mutirões receberam repasse em junho”.

O investimento de 1% do ICMS para habitação popular, prometido pelo governo, nunca saiu do papel. “Exigimos a instauração de um Conselho Estadual de Habitação para fiscalizar o emprego da verba para habitação”, protesta a representante da UMM. Sobre o diálogo com a Secretaria Estadual de Habitação, Maria é pessimista. “Enviamos cartas ao governo do Estado e à prefeitura, mas somos ignorados”.

A Secretaria Municipal de Habitação alega falta de recursos para dar continuidade aos programas habitacionais. Mas a gestão tucana espera gastar, até o fim do ano, quase R\$ 15 milhões com publicidade (sendo que R\$ 5,3 milhões deveriam ser destinados à saúde e educação).

Vitória nacional

Em meio ao descaso da gestão Serra em São Paulo, chega de Brasília uma boa notícia para a habitação popular no Brasil. O Poder Executivo sancionou hoje o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), há 13 anos em tramitação no Congresso. Trata-se de uma reivindicação antiga que cria uma reserva especial de recursos para o financiamento de habitações voltadas para famílias de baixa renda. No ano passado, integrantes da Central dos Movimentos Populares (CMP) ocuparam as galerias do Plenário para pressionar os parlamentares e comemorar a vitória. A fonte de recursos do FNHIS é o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAZ), bem como dotações variadas para habitação do Orçamento Geral da União (OGU).

LUTA POR MORADIA

Polícia é acusada de torturar sem-teto durante despejo em SP

Segundo lideranças do Movimento de Moradia da Região do Centro (MMRC), que sofreu um despejo de 70 famílias nesta terça (16), a polícia espancou homens e meninos de até 14 anos em ação violenta. Famílias não têm para onde ir, diz coordenador do MMRC.

Verena Glass - Carta Maior

São Paulo – A polícia cumpriu nesta terça-feira (16) liminar de reintegração de posse de um prédio ocupado desde 2003 por cerca de 70 famílias de sem-teto ligadas ao Movimento de Moradia da Região do Centro (MMRC). O prédio de cinco andares, que fica na rua Plínio Ramos, centro de São Paulo, pertenceria a um empresário chamado Luciano Mazon e estaria vazio há mais de 10 anos, segundo lideranças do MMRC. Ainda de acordo com o movimento, o IPTU do imóvel não é pago desde 2001, o que o tornaria passível de desapropriação por não estar cumprindo sua função social, como prevê a lei.

A reintegração de posse do imóvel havia sido anunciada já na última semana. Segundo Fernando Oliveira, coordenador do MMRC, a força tática da polícia militar chegou ao local por volta das 8 horas da manhã desta terça, quando encontrou resistência por parte dos sem-teto. Para dispersar os manifestantes e apoiadores, a polícia usou gás de pimenta, bombas de efeito moral e balas de borracha.

Por fim, a polícia teria ordenado que todas as mulheres e crianças pequenas deixassem o prédio, onde ficaram homens e meninos, segundo relatos de membros do movimento. "A polícia entrou e começou a torturar os homens. Vi meninos de 14 anos saindo com marcas de espancamento. Também não permitiram que todos os advogados do movimento entrassem e acompanhassem o despejo, o que denunciei na corregedoria da polícia e na comissão de prerrogativas da OAB", afirma a advogada Solange Lira, do Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Segundo a advogada, após o exame de corpo de delito será feita a acusação de tortura e abuso de autoridade contra a polícia. Os advogados ligados ao movimento também estão tentando liberar cerca de 20 manifestantes presos por "resistência" no 1o Distrito Policial, na Liberdade. "Prenderam pessoas simplesmente porque estavam no local, como os estudantes que prestavam solidariedade aos sem-teto. Isto é abuso de autoridade", afirma Willian Fernandes, advogado do mandato do deputado Ítalo Cardoso (PT).

Sem-teto

O maior problema das famílias despejadas agora é saber para onde ir. Segundo o MMRC, são cerca de 300 pessoas – entre as quais 110 crianças – que devem ficar na rua se o poder público não oferecer uma alternativa. Os pertences devem ser levados para um depósito por dez caminhões disponibilizados pelo proprietário do prédio, conforme manda a lei.

De acordo com Solange, foram feitas várias tentativas de negociação com as secretarias municipal e estadual de Habitação, mas nenhuma autoridade teria dado alguma resposta ao movimento. "O que está ocorrendo fere a legislação federal. Segundo a Lei Orgânica de Assistência Social, o Estado é responsável em primeiro lugar pelas crianças, mas também tem a obrigação de abrigar pessoas em estado de emergência, como é o caso".

LUTA POR MORADIA

Despejos põem sem-teto em prontidão em São Paulo

Segundo movimento dos sem-teto, sucessivas reintegrações de posse, ausência de programas habitacionais e tentativas de tirar as pessoas de baixa renda do centro da cidade marcam o cotidiano de quem busca moradia digna no Estado mais rico e populoso do país.

Fernanda Sucupira – Carta Maior

São Paulo – Na terça-feira (4), cerca de setenta famílias foram despejadas de um edifício na rua Paula Souza, localizada na região central da cidade de São Paulo. A polícia agiu com base em uma decisão judicial de reintegração de posse do imóvel, que estava ocupado por integrantes de movimentos de moradia desde novembro de 2003. Além do drama para as centenas de pessoas que ficaram sem moradia, o caso tornou-se emblemático porque, um dia antes, foi celebrado o Dia Mundial do Hábitat, que também está sendo chamado de Dia Mundial dos Sem-teto.

Nos últimos anos, com o fortalecimento da luta pela reforma urbana, foram obtidas algumas conquistas no Brasil, como a aprovação, em 2001, do Estatuto das Cidades e, neste ano, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) - uma espécie de reserva especial de recursos para o financiamento de habitações voltadas para famílias de baixa renda, que já tramitava há 13 anos no Congresso.

No entanto, de acordo com representantes de movimentos de moradia e de entidades ligadas à questão, não há muito o que comemorar, pelo menos no Estado de São Paulo. Sucessivas reintegrações de posse, ausência de programas habitacionais e tentativas de tirar as pessoas de baixa renda do centro das cidades marcam o cotidiano de quem busca moradia digna no Estado mais rico e populoso do país. Muitas das pessoas recentemente removidas da ocupação da rua Plínio Ramos, também no centro da cidade, por exemplo, estão acampadas na própria rua.

"Com os R\$ 250 que eles ofereceram não dá para alugar mais que um cortiço, e os solteiros sequer conseguiram o benefício", afirma Mariah Leick, do grupo de sem-teto Comunas Urbanas. As pessoas já estão morando lá há quarenta dias, sem água nem luz, e até terça-feira (4) contavam com a ajuda dos moradores do Paula Souza – que acabam de ser despejados – para lavar as roupas. Segundo ela, se quiserem que eles saiam de lá, "vão ter que despejar a gente da calçada". "Mas pior do que ser despejado é depender de assistencialismo debaixo de uma lona preta", desabafa.

Aqueles que foram expulsos da ocupação na rua Tenente Pena, de acordo com Mariah, foram coagidos a ir para um albergue. "Pegar companheiros dentro de uma ocupação e levar para albergue é um retrocesso. As famílias estão passando por privações, lá as crianças não podem brincar e já há vários casos de tuberculose", denuncia.

As 468 famílias que desde novembro de 2002 viviam em dois prédios da rua Prestes Maia, no Bom Retiro, também foram vítimas de despejo ainda que, na gestão passada, estivessem avançadas as negociações a respeito da desapropriação dos edifícios porque os proprietários têm uma dívida relativa ao IPTU, de quase 5 milhões de reais com a Prefeitura. Outras reintegrações de posse ainda estão previstas para ocorrer nos próximos dias, como a da rua Brigadeiro Tobias.

Com a entrada do prefeito José Serra (PSDB), em janeiro deste ano, programas de habitação para a população de baixa renda aprovados pelo Conselho Municipal de Habitação e implementados pela gestão anterior – como o Bolsa Aluguel e o Locação Social – foram congelados e não é apresentada nenhuma alternativa para as vítimas de despejos forçados na cidade.



"O governo municipal abandonou a questão. Eles agem como se não tivessem nada a ver com os despejos, como se o direito à moradia não fosse um direito garantido na Constituição. Eles acham que os pobres não podem morar no centro da cidade, onde tem metrô, hospitais, teatros etc. Temos que continuar os mutirões na cidade de São Paulo", defende o vereador Paulo Teixeira (PT). Segundo José de Abraão, da União dos Movimentos de Moradia (UMM), havia mais de 50 mutirões autogestionados na gestão da prefeita Marta Suplicy (PT), mas a atual prefeitura diz que só vai viabilizar 24.

A população idosa é a que mais sofre com os problemas de moradia em São Paulo. "Não podemos esperar. O idoso precisa da moradia para ontem, não pode ser para amanhã", afirma Olga Luisa León de Quiroga, representante do Grupo de Articulação para Moradia do Idoso da Capital (Gamic) da União Nacional por Moradia Popular (UNMP). Na maior parte das vezes, as pessoas mais velhas sequer têm direito a participar dos programas governamentais de habitação e, quando conseguem atendimento, o preenchimento das poucas vagas se faz por meio de sorteio.

Dois projetos de lei, que estão em discussão na Assembléia Legislativa de São Paulo (Alesp), pretendem combater alguns problemas relacionados à moradia. Um deles, de autoria dos deputados petistas Mário Reali e Simão Pedro, facilita a regularização fundiária de loteamentos clandestinos e favelas, medida prevista no Estatuto da Cidade e em outras leis federais. É uma proposta de emenda constitucional (PEC) para alterar artigo da Constituição Estadual de São Paulo que proíbe que áreas verdes ou institucionais tenham alterada sua destinação original, impedindo os municípios de legalizarem a situação de milhares de famílias que vivem nesses locais.

A criação de áreas verdes e espaços públicos é obrigatória quando um loteamento é implantado, mas muitas delas estão ocupadas há décadas por famílias de baixa renda. A proposta prevê exceções nos casos de regularização de loteamentos, implantação de projetos habitacionais de interesse social, no reconhecimento oficial da posse para fins de moradia e para construção de equipamentos públicos.

Outro projeto de lei, que está sendo debatido entre os movimentos de moradia, entidades da sociedade civil e parlamentares parceiros dessa causa, busca dificultar ações de despejo. O Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) quer que esse projeto criminalize os despejos forçados e que coloque obstáculos para a utilização da polícia militar nessas ações, que costumam ser muito violentas, diminuindo a probabilidade de ocorrerem conflitos.

"A população não tem acesso à justiça para se defender e está em situação de desigualdade em relação àquele que quer retirá-la de lá, seja ele o Estado ou particular. Queremos regulamentar a prevenção aos despejos, conceito contido nas normas internacionais que vêm sendo desrespeitadas", afirma Patrícia Cardoso, assessora da Relatoria Nacional do Direito à Moradia e integrante da equipe do Direito à Cidade do Instituto Polis.

O objetivo do Fórum é regulamentar, em âmbito nacional, a proteção contra despejos para que, quando inevitáveis, eles não mais ocorram com caminhões de lixo, aparato de guerra, efetivo da tropa de choque maior do que a população que mora no local, com policiais não identificados, e sem política habitacional para a população despejada. O FNRU quer criar um canal de diálogo com o poder judiciário, que é quem autoriza os despejos, e pretende elaborar um provimento judicial para a corregedoria geral de justiça que oriente os juízes no caso de despejos coletivos, colocando normas para esse tipo de decisão.

"Diversos direitos são violados quando acontece o despejo, não só o da moradia. São violados o direito à segurança – por causa da violência policial e do abuso de poder – à higiene, ao descanso, à intimidade, à educação, quando ocorre no meio do ano letivo, e o acesso ao trabalho. O direito ao patrimônio e à propriedade, sem o cumprimento da função social, são mais respeitados nesses casos", afirma a advogada Luciana Bedesque, do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos.

LUTA POR MORADIA 2

Sem-teto protesta com Favela José Serra e bolsa-miséria

Diante da dificuldade para sentar à mesa com representantes da Prefeitura, Benedito Barbosa, ex-coordenador do Movimento de Moradia do Centro e membro do Conselho Nacional de Habitação, afirma que os movimentos por moradia em São Paulo vivem um momento de resistência às desocupações. Muitas vezes, com ácida ironia.

Rafael Sampaio - Carta Maior

São Paulo – Em agosto deste ano, um prédio da rua Plínio Ramos (no bairro da Luz) foi desocupado de forma violenta. Houve confronto com a Tropa de Choque da Polícia Militar. Cerca de 150 pessoas foram encurraladas durante a ação, e dois militantes foram espancados. Houve, inclusive, denúncias de tortura. Representantes das 79 famílias ligadas ao Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC) que viviam no lugar desde 2003 disseram que deixaram o imóvel sem que houvesse direito à negociação ou contrapartida do Estado.

No dia 15 de setembro, 78 famílias ligadas a ULC (Unificação das Lutas de Cortiços) que ocupavam uma antiga metalúrgica falida, na rua Tenente Pena, foram despejadas. Antes que houvesse a reintegração de posse, os habitantes da ocupação tentaram negociar com a CDHU, com a Secretaria Estadual de Habitação (que se recusou a atender os moradores da ocupação) e a Secretaria Municipal de Habitação (que informou estar com verba congelada e por isso não poderia ajudar).

Os sem-teto protocolaram pedido de atendimento social (procura por abrigo e inscrição no programa Bolsa Emergencial) na Secretaria de Estado de Assistência Social, que se comprometeu a ajudá-los, com a disposição de negociar com a prefeitura que uma escola abrigasse as famílias. No entanto, a Subprefeitura da Sé desmentiu o acordo. Depois de muita negociação, as famílias foram levadas para as instalações do projeto Boracéia, na Barra Funda.

No dia 4 de outubro, foi executado o despejo de uma ocupação na rua Paula Souza, onde viviam 70 famílias. A reintegração de posse do prédio, que é vizinho à ocupação de Plínio Ramos, ocorreu um dia depois do Dia Mundial do Habitat. Como as famílias também não puderam negociar uma contrapartida com o governo, elas acamparam na própria rua Paula Souza, onde também se encontravam remanescentes da outra ocupação. O acampamento foi simbolicamente batizado de "Favela José Serra". A Secretaria de Habitação propôs, então, uma negociação em que cedeu uma bolsa de R\$ 250 para cada família (apelidada de "bolsa-miséria" pelos sem-teto).

No dia 11 de novembro foi executado o despejo do prédio da Rua do Ouvidor, ocupação iniciada em 12 de dezembro de 1997 pelo MMC (Movimento de Moradia do Centro). As 89 famílias que viveram na ocupação (propriedade da Secretaria Estadual da Cultura) por quase oito anos lutaram para que, se houvesse reintegração de posse, ela não fosse com abandono.

Nem o fato de existir um projeto de reforma do prédio, proposto por estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP), demoveu a decisão do despejo. "Torço para que o prédio da rua do Ouvidor torne-se um projeto de moradia popular no futuro", afirma Nelma Silva, coordenadora do MMC.

A pressão feita pelos militantes do movimento fez com que o governo do Estado, em acordo com a prefeitura, cedesse benefícios aos moradores da ocupação, agora desalojados. Por isso, 28 famílias sorteadas irão morar em um prédio da CDHU, no bairro da Mooca. As 61 restantes devem receber uma "carta de crédito" entre R\$ 20 mil e R\$ 40 mil para financiar residência (parte do valor é subsídio e outra será paga em mensalidades). Elas têm outra opção, a de receber R\$ 2,5 mil como subsídio do governo

para custear a moradia provisória.

Resistência

Benedito Barbosa, ex-coordenador do MMC e membro do Conselho Nacional de Habitação, crê que os movimentos por moradia em São Paulo vivem um momento de resistência às desocupações. "As negociações com as Secretarias de Habitação municipal e estadual estão duríssimas". Barbosa ressaltou o apoio da sociedade civil neste conflito. "As ONGs em defesa dos direitos da criança e do adolescente, contra a tortura, e a Igreja Católica, através da Pastoral do Povo de Rua, lutam lado a lado com os sem-teto".

Para ele, a prática de "higienizar" o centro caracteriza a ação da prefeitura. "O plano de revitalização que o subprefeito da Sé Andrea Matarazzo propõe chama-se 'Operação Limpa', só para dar uma idéia", diz Barbosa. Para ele, as declarações do subprefeito da mídia sugerem medidas para reforçar a segurança no centro e ocupar imóveis abandonados, possíveis "focos de criminalidade".

Rampas

Outra medida adotada pela prefeitura de São Paulo para "higienizar" uma área nobre da cidade foi a instalação de uma "rampa antimendigo" sob um viaduto, no cruzamento da avenida Paulista com a avenida Doutor Arnaldo. A ocorrência de assaltos na área, em instantes de engavetamento de trânsito, foi o argumento usado pelo subprefeito Matarazzo.

Imediatamente rechaçada pela opinião pública por sua característica repressiva, a construção da "rampa antimendigo", feita de piso áspero (para dificultar que pessoas durmam sob a passagem), começou em 22 de setembro. As obras foram terminadas no lado esquerdo da passagem. Mas não prosseguiram do lado direito. Os moradores de rua, então, se amontoaram do lado sem rampa.

http://agenciartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10395
Arte & Cultura | 27/03/2006 | Copyleft

BIENAL DE HAVANA

Sala especial da Bienal de Havana acontece na ocupação Prestes Maia em São Paulo

A ocupação Prestes Maia – a maior ocupação vertical da América Latina – foi escolhida como espaço expositivo por sua potência política e simbólica. Ocupado pelo Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC) e na iminência de reintegração de posse, o Prestes Maia tem sido palco de uma importante parceria entre artistas e movimento social nos últimos três anos.

Da Redação - Carta Maior/ANSA

Mais de uma centena de exposições, performances e projetos de cerca de 230 artistas de 52 países integram a 9ª Bienal de Artes Plásticas de Havana, que nesta edição aborda as "dinâmicas da cultura urbana".

A partir desta segunda-feira, 27 de março, a capital cubana transforma-se durante um mês em uma imensa galeria a céu aberto, oferecendo ruas e espaços públicos a expositores procedentes de diversos países como Alemanha, Egito, Espanha, Austrália, Brasil, Argentina, Venezuela, Colômbia e Panamá.

À ampla representação de artistas locais, juntam-se este ano propostas como a exposição do fotógrafo norte-americano Spencer Tunick, famoso por suas imagens de nudez em massa em locais públicos, e os projetos do diretor espanhol Carlos Saura e do arquiteto francês Jean Nouvel.

OCUPAÇÃO PRESTES MAIS

Convidados para se apresentar em sala especial da IX Bienal de Havana, 13 coletivos de São Paulo

criaram o "Território São Paulo" – um projeto em resposta ao desafio de transpor as ações que normalmente realizam para dentro do espaço expositivo da Bienal. Tentando evitar que a colocação de ações tipicamente de rua dentro do espaço da bienal diminuísse a urgência e especificidade das ações e intervenções, o projeto "Território São Paulo" quis fixar firmemente a Sala Especial nesta cidade, de modo que ela estivesse plenamente presente em Havana. Assim, o universo de ações desenvolvidas pelos artistas organizados em coletivos – que incluem uma diversidade de intervenções urbanas, ações diretas, manifestações e apropriações poéticas do espaço da rua – poderá florescer com pleno vigor.

A ocupação Prestes Maia – a maior ocupação vertical da América Latina – foi escolhida como espaço expositivo por sua potência política e simbólica. Ocupado pelo Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC) e na iminência de reintegração de posse, o Prestes Maia tem sido palco de uma importante parceria entre artistas e movimento social nos últimos três anos.

A Bienal de Havana funcionará como uma espécie de lente de aumento sobre este importante movimento social e seu diálogo com os coletivos. Na sala especial em Havana, um aparelho de fax em cima de uma mesa receberá, durante todo o período da mostra de arte, material dos 13 coletivos brasileiros. Assim, o "Território São Paulo" acontece também como situação viva em Havana, dando continuidade à participação brasileira nesta e em todas as bienais da capital cubana, para onde o Brasil tem levado a maior delegação nacional da mostra.

"Território São Paulo" como que espelha as próprias condições de sua realização: ao mesmo tempo em que explicita a impossibilidade de transpor para Bienal de Havana ações específicas à cidade de São Paulo, a Sala Especial na Ocupação Prestes Maia responde à falta de recursos adequados, não oferecidos pelos governos brasileiro e cubano ou pela iniciativa privada.

OS 13 coletivos criadores da sala especial "Território São Paulo" estenderam aos outros artistas convidados pela IX Bienal de Havana o convite para participarem da exposição no Prestes Maia.

O "Território São Paulo" na Ocupação Prestes Maia inaugura a Galeria Vitrine, parte do Projeto "Escola Popular Prestes Maia" que é uma iniciativa de um grupo ampliado de atores junto ao movimento sem-teto – da qual participam militantes de movimentos sociais, mídia independente, defensores dos direitos humanos, Organizações da Sociedade Civil, arquitetos, urbanistas, advogados, músicos, psicólogos, cineastas, jornalistas, acadêmicos e interessados em geral – que, diante da necessidade de se organizar frente às questões da ocupação Prestes Maia e da 'Revitalização do centro de São Paulo', formou uma rede virtual de colaboradores chamada Integração Sem Posse.

Av. Prestes Maia, 911. Dia 27 de março, 19 horas.

*Com informações da ANSA.

http://agenciartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10053

Direitos Humanos | 17/02/2006 | Copyleft

MORADIA

Ato pede atenção para favelas; Serra recebe "cheque-despejo"

O prefeito de São Paulo, José Serra (PSDB), e o secretário municipal de Habitação, Orlando de Almeida, foram desafiados por manifestantes a construir uma moradia digna com o "cheque-despejo" de R\$ 5 mil.

Fernanda Sucupira – Carta Maior

SÃO PAULO – Movimentos de moradia entregaram, na última quarta-feira (15), um "cheque-despejo" de R\$ 5 mil ao prefeito de São Paulo, José Serra (PSDB), e ao secretário municipal de Habitação, Orlando de Almeida. Foi um ato de "retribuição" à política local de distribuição de quantias entre R\$ 1 mil e R\$ 5 mil



para cada família ameaçada de despejo na ocupação do prédio na Prestes Maia, no centro da cidade, e da oferta de passagens de ônibus para que os sem teto retornem para as localidades de onde vieram. De acordo com os manifestantes, essa prática vem se repetindo em outras ocupações de sem-teto, em casos de barracos localizados em áreas de risco e na remoção de favelas.

O ato pediu uma política de habitação efetiva, principalmente no que diz respeito às favelas, e as centenas de pessoas presentes ainda desafiaram os dois administradores públicos a construir uma moradia digna com o "cheque-despejo". A urbanização das favelas, a regularização fundiária dessas áreas e o enfrentamento dos problemas emergenciais nas áreas de risco, em especial nessa época de muita chuva e conseqüentes enchentes, são as principais reivindicações da população que vive nessas comunidades. "Atualmente, a política habitacional para as favelas é inexistente", diz André Delfino da Silva, do Movimento de Defesa dos Favelados (MDF). Segundo ele, estão sendo feitas apenas remoções, que retiram as pessoas do lugar onde elas vivem transferindo-as para outras regiões, o que desestrutura essas famílias, levadas para longe do local de trabalho, da escola e do convívio com a comunidade. Eles exigem que as pessoas sejam atendidas na própria região onde moram.

Os projetos de urbanização e de concessão da posse da terra estão praticamente parados e os mutirões só foram retomados recentemente, de forma bastante tímida. "O governo do Estado e o municipal não têm proposta para as favelas", reforça Manuel Otaviano da Silva, da União de Núcleos, Associações e Sociedades dos Moradores de Heliópolis e São João Climaco (Unas) e do MDF. "Em Heliópolis, estamos com uma luta pela regularização e urbanização e pela canalização dos córregos há mais de vinte anos e até agora não foi apresentado nada de concreto. Precisa canalizar dois córregos porque toda vez que chove nessa época o pessoal perde todos os bens, tem risco de doença e de morte. É uma vergonha a prefeitura não resolver esse problema", completa.

Durante o ato, foi protocolada no Ministério Público Estadual (MPE) uma representação da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), relatando os problemas de habitação no Estado, com enfoque principalmente nas favelas, e fazendo uma série de requerimentos. Além da retomada e ampliação dos programas de urbanização e regularização, eles solicitam a realização de um seminário organizado pelo MPE, Secretaria de Justiça e de Habitação para debater e encontrar soluções para os problemas relacionados a favelas e moradia em geral. Pedem também que seja feito um diagnóstico de todas as áreas de risco e favelas no Estado, com oferecimento de Locação Social e alternativas habitacionais dignas.

Reivindicam ainda o apoio do MPE junto à Assembléia Legislativa para a criação do Sistema e do Conselho Estadual de Interesse Social; a convocação da Sabesp e da Eletropaulo para encaminhar uma política de tarifas sociais nas favelas, conjuntos habitacionais populares e cortiços; e a formação de uma comissão com representantes do MPE, governo estadual e sociedade civil, para acompanhar e intermediar os conflitos fundiários em São Paulo.

Para Benedito Roberto Barbosa, conhecido como Dito, representante da UMM-SP, o MPE pode ser um importante aliado nessa luta já que por meio dessa instituição os movimentos têm obtido conquistas nos últimos anos. "Em agosto de 2004, por exemplo, fizemos uma representação no Ministério Público para que a CDHU [Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano] financiasse também a habitação dos idosos e recentemente conseguimos isso. Com os mutirões foi a mesma coisa, eles fizeram com que a CDHU nos chamasse para reafirmar seis contratos firmados que estavam paralisados", conta Dito.

A falta de diálogo com os movimentos de moradia e a postura autoritária da atual prefeitura foram alguns dos principais motivos que levaram ao ato de quarta-feira. A intenção era pressionar as autoridades responsáveis para que abram canais de negociação e apresentem propostas para atender as demandas habitacionais da população de baixa renda. Integrantes dos movimentos efetivamente conseguiram se encontrar com representantes da CDHU, ligada à Secretaria Estadual de Habitação, do gabinete do prefeito e com o próprio secretário municipal de Habitação, Orlando de Almeida.

Na audiência com a CDHU, foram assumidos dois compromissos por parte do governo estadual: suspender

temporariamente as reintegrações de posse de favelas em andamento para discutir a situação com os movimentos e articular um encontro entre os subprefeitos, a secretaria municipal de habitação, a CDHU e a secretaria estadual com o objetivo de debater os problemas por que essas comunidades passam e começar a atender as demandas delas. O secretário municipal de Habitação também concordou em marcar essa reunião para, de forma conjunta, encontrar soluções para a questão dos despejos e dos projetos de urbanização.

Na reunião com a equipe do gabinete do prefeito, foram recolhidas as reivindicações e os assessores prometeram dar uma resposta a elas na semana que vem. Já o secretário Orlando de Almeida afirmou que será feito um levantamento da situação das favelas e, no dia 22 de março, se manifestará, em novo encontro com o movimento, sobre o documento entregue a ele.

“Kit-despejo”

Uma das principais críticas durante o protesto foram dirigidas ao dinheiro fornecido pela Prefeitura às famílias despejadas ou em situação de risco. “No período de chuva, essa política de dar R\$ 5 mil para a família comprar outro barraco simplesmente transfere o problema, não acaba com ele. E as famílias que voltam para o Nordeste, em seis meses, retornam para São Paulo. O investimento em urbanização é o que resolveria o problema”, acredita André Delfino da Silva, do MDF.

Os movimentos querem que, ao invés de distribuir o que eles chamam de “kit-despejo”, as famílias sejam atendidas em programas habitacionais e que o déficit habitacional seja de fato reduzido. “No Estado de São Paulo existem hoje 450 mil prédios totalmente abandonados. Uma forma de resolver o déficit é desapropriando prédios vazios e existem instrumentos para isso, como o próprio Estatuto da Cidade e o plano diretor”, diz Maria das Graças Xavier, a Graça, da direção da Central de Movimentos Populares (CMP) e da coordenação da UMM-SP. Na representação entregue ao Ministério Público, eles pediram ainda que a verba de atendimento habitacional fornecida às famílias seja ampliada de R\$ 5 mil para R\$ 25 mil.

“A nossa proposta hoje é que o prefeito implante de verdade um programa de habitação para atender as famílias de baixa renda, principalmente na questão das favelas. Todo mundo sabe que de janeiro a março é época de chuva e quando não é enchente é incêndio, essas famílias estão sendo atingidas o tempo todo”, resume Graça.

http://agenciartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10139
Movimentos Sociais | 07/03/2006 | Copyleft

HABITAÇÃO

Fundo Nacional de Moradia Popular ainda não foi regulamentado

Movimentos populares e organizações da sociedade civil que compõem o Fórum Nacional de Reforma Urbana reclamam que até agora não foi composto o conselho gestor do Fundo Nacional e temem pela falta de transparência na distribuição dos recursos.

Fernanda Sucupira – Carta Maior

SÃO PAULO – Em junho de 2005, o presidente Lula sancionou a lei que criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), originado a partir de um projeto de lei de iniciativa popular que tramitou no Congresso Nacional durante 13 anos. Essa vitória histórica da luta pela moradia popular, no entanto, ainda não se tornou realidade. Organizações da sociedade civil que compõem o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) e movimentos populares reclamam que até agora não houve regulamentação do fundo, nem foi composto seu conselho gestor.

No fim de fevereiro, em carta destinada à Presidência da República e aos ministérios da Casa Civil e das Cidades, essas entidades se disseram indignadas com a falta de transparência no processo e exigiram que a situação fosse revertida. Por conta disso, na semana passada, movimentos e entidades conseguiram audiência com representantes desses dois ministérios, nas quais foram assumidos alguns compromissos

para mudar o atual quadro de insatisfação por parte da sociedade civil.

O maior motivo de revolta dos signatários da carta diz respeito à publicação, na página virtual do Ministério das Cidades, do manual para municípios e Estados apresentarem suas propostas para o FNHIS, ou seja, uma chamada para que eles concorram aos recursos previstos para o Fundo, sem que tenha sido formado o conselho gestor e sem discussão prévia. "É uma decisão equivocada que atropela um processo em andamento. O primeiro passo deveria ser a regulamentação do conselho gestor e a posse de seus membros, que em seguida deveriam discutir e aprovar o manual e as regras para fornecer os recursos", avalia o sociólogo Orlando Santos Júnior, diretor da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) e secretário geral do FNRU.

Além disso, havia uma negociação para que, na primeira etapa, os recursos do Fundo fossem utilizados na urbanização de favelas e para melhorar as condições de vida dos moradores de palafitas. "Ou seja, ficariam praticamente restritos às regiões metropolitanas. Por isso, estranhamos que esses recursos pudessem ser pulverizados para municípios a partir de 20 mil habitantes, o que não tem nada a ver com o desenho discutido no Conselho das Cidades e com o desejo do próprio presidente Lula", diz Benedito Barbosa, conhecido como Dito, coordenador da Central de Movimentos Populares (CMP), que também integra o FNRU.

As entidades querem que o Ministério das Cidades reveja essa posição, antes que o dinheiro comece a ser distribuído sem levar em conta a negociação em curso e desrespeitando princípios como controle social e participação da sociedade civil, previstos no projeto que cria o Fundo, como parte do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Caso contrário, o FNHIS pode ficar sujeito a clientelismos, aos interesses e à lógica de grupos políticos e deixa de ser um instrumento da política de habitação popular. Na carta, as entidades afirmam que não foram ouvidas nem foram estabelecidos critérios sobre a destinação do dinheiro, o que pode "comprometer todos os recursos do FNHIS de forma pulverizada, sem critérios, sem participação do conselho e o sem compromisso com a real diminuição do déficit habitacional". "Recursos mal gastos não vão resolver nada. Não tem sentido distribuir de forma desordenada e incoerente", completa o secretário geral do FNRU.

Em reunião realizada na semana passada, a secretária-executiva da Casa Civil, Erenice Guerra, afirmou que as entidades podem ficar despreocupadas porque vai ocorrer a participação da sociedade civil na destinação dos recursos e garantiu que ainda no mês de março o conselho gestor do FNHIS será regulamentado. Disse que vai chamar o Ministério das Cidades para prestar esclarecimentos sobre esse assunto e comprometeu-se também a marcar um encontro dos movimentos e entidades que lutam pela moradia com a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), para discutir os programas habitacionais e a gestão do fundo.

No ministério das Cidades, os representantes do FNRU foram recebidos pelo secretário-executivo, Rodrigo Pereira. Ele afirmou que a habilitação de Estados e municípios não significa que o dinheiro do Fundo será gasto sem consultar a sociedade civil e o Conselho das Cidades. Ele também garantiu que a regulamentação do FNHIS deve ocorrer dentro de um prazo curto. Assumiu o compromisso de marcar uma reunião com o ministro Márcio Fortes e convocar o Comitê Técnico de Habitação para discutir a gestão do Fundo Nacional e aprofundar regras de priorização do recurso.

"No site, o governo não colocou nenhum tipo de critério além da renda per capita e Índice de Desenvolvimento Humano [IDH]. Queremos desde já deixar muito claro que os municípios devem assinar uma carta de adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, para que eles não peguem apenas os recursos, sem compromisso com o sistema, sem haver uma interlocução permanente com o Estado e o governo federal no sentido de acabar com o déficit habitacional que, por falta de planejamento, atualmente só aumenta", afirma Dito.

Desde agosto de 2005, as entidades que lutam pela reforma urbana aguardam a apresentação do decreto de regulamentação do FNHIS por parte do Ministério das Cidades. Já existem recursos suficientes



para o Fundo começar a funcionar - esta previsto para este ano R\$ 1 bilhão, embora a expectativa e a reivindicação na Marcha da Reforma Urbana fosse de 1,2 bilhão - e a regulamentação do conselho gestor foi aprovada pelo Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), na reunião do órgão em fevereiro.

O problema é que ainda existe um impasse sobre qual deve ser a composição desse conselho. Por um lado, o ConCidades e o FNRU defendem que a presença de representantes dos governos estaduais e municipais é fundamental, já que são eles que vão implementar os recursos do Fundo. Por outro, o governo federal entende que a participação do Poder Executivo deve se restringir ao âmbito federal, mas as organizações da sociedade civil esperam que seja respeitada a decisão do ConCidades.

As entidades do Fórum Nacional de Reforma Urbana acreditam que houve falta de empenho por parte do Ministério das Cidades para regulamentar o FNHIS. "A lei do Fundo diz que, enquanto não tiver o conselho gestor, cabe ao ministério das Cidades estabelecer o destino dos recursos. E num ano eleitoral isso é muito bom para eles", denuncia Dito. Diante dessa situação, na carta, o FNRU exigiu que fosse marcada, em caráter de urgência, uma reunião com os ministros Márcio Fortes (Cidades) e Dilma Rousseff (Casa Civil); imediata regulamentação do Conselho Gestor do FNHIS e a suspensão das análises de projetos e definição da destinação destes recursos, para que sejam avaliados pelo ConCidades e pelo conselho gestor.

Esse conselho, subordinado ao ConCidades, tem o papel estratégico de criar critérios e estabelecer regras para a aplicação dos recursos do fundo, abrir editais, decidir sobre os projetos, enfim, fazer a gestão operacional do FNHIS. Para além da polêmica participação de representantes de Estados e municípios, devem integrar o Conselho Gestor representantes do Ministério das Cidades, de trabalhadores, de organizações da sociedade civil e de empresários.

"O Fundo tem importância estratégica para garantir uma política nacional de habitação popular. Não é possível continuar apenas com as regras do mercado, pois sabemos que o setor imobiliário não constrói para a população que recebe abaixo de cinco salários mínimos. Sem essa política, as cidades vão ficar cada vez mais segregadas, as favelas crescerão ainda mais e vai aumentar a quantidade de moradias inadequadas", conclui Orlando Santos Júnior.

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/08/326734.shtml>

Reintegração de posse ameaça ocupantes da Plínio Ramos

Por CMI Brasil 16/08/2005

As 79 famílias que ocupam o prédio 112 da Rua Plínio Ramos, no centro de São Paulo, podem ser jogadas na rua a qualquer momento por força de uma liminar de reintegração de posse deferida no dia 15 pela 30.^a Vara Cível. Os ocupantes, que estão no imóvel desde 2003 e são vinculados ao Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC), conseguiram negociar sua permanência no imóvel no primeiro ano da ocupação, pois uma dívida de IPTU existente desde 2001 dificultava a concessão da reintegração. Com o mandado expedido, a reintegração pode ocorrer a qualquer momento a partir das 6h30min do dia 16.

A advogada das famílias de sem-teto que ocupam o imóvel pediu no Fórum Estadual da Criança e Adolescente concessão de liminar suspendendo a reintegração, sob o argumento de que a expulsão das cerca de 100 crianças e adolescentes que vivem hoje na ocupação poderia levá-las a perder o ano letivo, contrariando os direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. O pedido da advogada não foi concedido, e a ordem de despejo foi mantida.

Muitos grupos, indivíduos e movimentos sociais vêm demonstrando solidariedade com os ocupantes. No último sábado, foi realizado na ocupação um ato em protesto à reintegração de posse, com apresentações culturais das mais diversas. As famílias ainda não têm para onde ir, e o movimento pede doação de alimentos não perecíveis, assim como a presença do maior número possível de pessoas no ato da reintegração. Interessados em ajudar, podem escrever para o endereço: mmrc@tk.com.br.

A reintegração de posse da Plínio Ramos faz parte de uma ofensiva da administração pública que tem atingido também outras ocupações do centro da cidade, além de populações que circulam ou trabalham na região. Ao invés de garantir o cumprimento da função social dos prédios abandonados do centro e acabar com a especulação imobiliária sobre eles, a "revitalização urbana" que vem sendo realizada na região pelos poderes públicos mantém e aprofunda a exclusão social.

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/08/326936.shtml>

Mais uma desocupação em nome da "Revitalização" do centro de São Paulo

Por CMI Brasil 18/08/2005

Aconteceu no dia 16 de agosto o cumprimento da reintegração de posse do prédio localizado na R. Plínio Ramos, 112, na região da Luz, São Paulo. O prédio estava abandonado desde 1991, por não cumprir nenhuma função social, tinha dívidas de mais de 55 mil reais e abrigava 70 famílias desde 2003.

A desocupação ocorreu de forma violenta. 120 policiais foram mobilizados para a operação e cerca de 200 pessoas que estavam do lado de fora do prédio tentaram evitar, sem sucesso, a entrada da polícia. Essa usou de bombas de gás lacrimogêneo, bombas de efeito moral e balas de borracha, PARA dispersar os que resistiam, deixando vários feridos entre estes manifestantes, membros da imprensa, policiais e crianças.

Após a entrada dos policiais no prédio, a rua foi totalmente bloqueada e assim a imprensa foi impedida de acompanhar a operação. Aos poucos foram liberadas as crianças e mulheres, os homens e adolescentes foram revistados e a grande maioria deles encaminhada à delegacia. Duas pessoas foram detidas durante a operação onde diversos policiais não possuíam identificação.

Com este despejo foram totalizados 8 nos últimos 6 meses. Outros 6 prédios entre eles o Prestes Maia que abriga 468 famílias, também estão com processos de reintegração de posse em andamento. Estas ações estão relacionadas a "revitalização" do Centro que a Prefeitura de São Paulo está promovendo, uma política clara de valorização imobiliária, expulsando trabalhadores informais e moradores de baixa renda do centro.

Muitas pessoas continuam na Rua Plínio Ramos em frente ao prédio e passaram a noite por ali mesmo já que não têm para onde ir. Diversos serviços sociais eram realizados pela própria ocupação e por voluntários como oficinas de alfabetização de adultos, cultivos de hortas, ateliê de alfaite e outros. Tudo isso foi retirado, junto da dignidade e da moradia dessas pessoas.

vídeo da desocupação:

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/08/327571.shtml>

fotos:

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/08/326768.shtml>

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/08/326777.shtml>

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/08/326786.shtml>

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/08/326803.shtml>

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/08/326813.shtml>

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/331862.shtml>

SP: Após despejo famílias armam acampamento

Por CMI Brasil 07/10/2005

Dia 4 de outubro mais uma ocupação foi despejada em São Paulo. Os moradores e as moradoras da Rua Paula Souza 366, sem terem para onde ir, estão armando um acampamento nas proximidades do prédio esvaziado.

Vizinhas da ex-ocupação Plínio Ramos, que sofreu um violento despejo cerca de dois meses atrás, as famílias procuraram abrigo na mesma calçada onde seguem acampados seus companheiros sem-teto, na Rua Plínio Ramos. Mas na madrugada do dia 5 viaturas da polícia apareceram no local e mandaram que eles se retirassem. As famílias acabaram se mudando para a rua ao lado, Rua Mauá, ficando à beira da trilha do trem.

As barracas estão sendo armadas mas a estrutura é muito precária. A rua é bastante movimentada e perigosa para as crianças: na quarta-feira um menino teve que ser levado para o hospital, com ferimentos leves, após ter sido atropelado por um carro que passava no local em alta velocidade. E não há meios dessas pessoas terem água, já que o próprio acampamento da Rua Plínio Ramos estava dependendo da água do prédio na Rua Paula Souza - hoje vazio e com sua porta de entrada totalmente bloqueada, com tijolos e cimento. As famílias aguardam que a prefeitura cumpra sua promessa de disponibilizar um carro-pipa para abastecê-las.

fotos despejo Paula Souza:

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/331721.shtml>

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/331476.shtml>

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/331686.shtml>

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/331707.shtml>

fotos do acampamento da Rua Mauá:

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/331571.shtml>

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/331577.shtml>

fotos do acampamento da Rua Plínio Ramos:

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/331674.shtml>

vídeos do acampamento da Rua Mauá:

<http://www.midiaindependente.org/pt/green/2005/11/336926.shtml>

<http://www.midiaindependente.org/pt/green/2005/11/336929.shtml>

vídeos do acampamento da Rua Plínio Ramos:

<http://www.midiaindependente.org/pt/green/2005/10/331863.shtml>

<http://www.midiaindependente.org/pt/green/2005/10/331865.shtml>

<http://brasil.indymedia.org/pt/green/2005/10/331881.shtml>

Em 16 de agosto de 2005, 70 famílias foram despejadas do prédio onde moravam desde 2003. O prédio é localizado na Rua Plínio Ramos, nº112, perto da Estação da Luz, centro de São Paulo.

Voltando ao caso da moradia da Rua Plínio Ramos, o despejo ocorreu de forma bastante violenta.

É importante enfatizar que nenhum desses/as policiais estava com sua identificação no peito, o que caracteriza crime federal.



O imóvel se encontrava abandonado desde 1991 e seus proprietários já deviam mais de 55 mil reais em impostos. Assim, essas famílias haviam ocupado este prédio, visando garantir seu direito à moradia (constituição, artigo 6º) e fazendo com as próprias mãos aquilo que os governos federal, estadual e municipal não estão preocupados em fazer: **reforma urbana**.

Apesar da resistência pacífica, com pessoas sentadas diante do prédio, e este todo coberto de faixas como "Justiça", "Não queremos guerra, ocupamos para conquistar nossos direitos roubados pelo capitalismo" e "o direito à moradia é mais importante que o direito à propriedade", a Força Tática da Polícia Militar se valeu de todos os meios para agredir aquelas pessoas e expulsá-las de suas casas: armas de bala de borracha, sprays de pimenta, cassetetes, espancamento, confisco de filmes fotográficos e fitas de vídeo da imprensa (foto abaixo), tortura psicológica e, por fim, 20 pessoas foram detidas, entre moradores, moradoras e estudantes que apoiaram a ocupação.

Após a ação policial as portas do prédio vazio foram completamente acimentadas, enquanto os/as sem-teto armavam um acampamento provisório na calçada diante do imóvel.

O projeto de reforma urbana dos movimentos de luta por moradia, também chamados *movimentos sem-teto*, consiste em **ocupar prédios abandonados, que já não cumprem qualquer função social, e transformá-los em moradia popular**. Diante do déficit habitacional de 7,2 milhões nas áreas urbanas - o que equivale a dizer que os governos precisariam construir 7,2 milhões de casas para resolver o problema de moradia, o que esses movimentos propõe é que se reaproveitem esses prédios - sejam públicos ou privados. Só no centro de São Paulo são 400 mil unidades (casas, apartamentos) vazias. **No Brasil, temos aproximadamente 6 milhões de domicílios vazios (quase o número do déficit habitacional).**



A pergunta é: qual o sentido de manter este prédio vazio enquanto todas essas pessoas são obrigadas a morar na calçada? O governo do Estado fez a proposta de oferecer R\$250 de bolsa-aluguel para cada família, durante um ano. E depois desse período?

mais informações: <http://integra caosempose.zip.net/>



O despejo no prédio localizado na Rua Plínio Ramos, nº 112, foi o **oitavo despejo** efetivado pela prefeitura de São Paulo em menos de 6 meses. **Há outros despejos agendados**, destacando-se o pedido de reintegração de posse da ocupação Prestes Maia (Av. Prestes Maia, no 1700), que abriga 468 famílias (mais de duas mil pessoas).

Os proprietários do edifício da Av. Prestes Maia, Jorge Hamuche e Eduardo Amorim, que não possuem a escritura do imóvel, abandonaram o prédio por 20 anos e devem quase cinco milhões de reais em IPTU aos cofres públicos.

Ainda assim, o juiz da 25a. Vara Cível de São Paulo concedeu uma liminar de reintegração de posse do imóvel, desconsiderando o direito à moradia dos/as ocupantes e até mes-

mo um relatório da ONU, que declara que "**o governo do município de São Paulo, através da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano e da COHAB, deve promover a reforma do prédio da Av. Prestes Maia para fins de habitação de interesse social, para atender o objeto da desapropriação do prédio feita pelo município.**"



<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/11/337555.shtml>

Prédio da Rua do Ouvidor é despejado

Por CMI Brasil 12/11/2005

Hoje São Paulo perdeu uma de suas ocupações mais históricas. O prédio da Rua do Ouvidor foi ocupado em 12 de dezembro de 1997 pelo MMC - Movimento de Moradia do Centro e completaria amanhã 7 anos e 11 meses, abrigando 89 famílias, mas foi despejado pelo governo do Estado. Propriedade da Secretaria Estadual de Cultura, que até agora não apresentou o que pretende fazer com o prédio, inúmeras vezes os moradores e as moradoras precisaram lutar contra pedidos de reintegração de posse.

Na última vez, 2 dias antes da data agendada para o despejo, em 13 de maio deste ano, foi realizado um protesto junto à CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano. Nesta data ficou decidido que as pessoas teriam 6 meses para deixar o prédio e que ao longo deste período a CDHU sortearia 28 famílias para morar em um de seus prédios, na Mooca; algumas pessoas receberiam a quantia de R\$2.500,00; e outras uma "carta crédito". Esta carta crédito é definida a partir da renda da família: se a família ganha um salário mínimo no mês recebe uma carta crédito de aproximadamente R\$20mil (dependendo da renda este crédito chega no máximo até R\$40mil). Com esta carta a família procura uma casa (uma quitinete) neste valor para comprar e, quando encontra, a CDHU paga esta quantia diretamente ao proprietário. Deste pagamento R\$15mil são subsídio do governo e o restante é pago pela família, em parcelas de R\$80,00 ao mês + condomínio, quando houver.

Este acordo poderia ser comemorado se pensarmos que todos os outros despejos realizados este ano no centro de São Paulo não ofereceram nenhuma alternativa aos despejados. Porém, é muito triste e revoltante pensar que, uma vez mais, ao invés do governo colaborar na reforma desses prédios, melhorando a condição de vida dessas pessoas - e existe um projeto de reforma da Rua do Ouvidor, proposto por alunos da FAU-USP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo), o governo prefere deixar o prédio abandonado, fechado com cimento e esperar sua valorização imobiliária.

pedido de solidariedade, publicado antes do despejo:

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/04/315325.shtml>

<http://www.midiaindependente.org/pt/green/2006/01/342986.shtml>

Famílias montam acampamento no Brás após serem despejadas

Por Daniel Tertschitsch e Graziela Kunsch – CMI Brasil 17/01/2006

Cerca de 200 pessoas que ocupavam há três meses uma antiga fábrica abandonada na Rua João Caetano Alves, Mooca, foram despejadas na noite do dia 15 de janeiro. A saída foi negociada com a polícia, e a reintegração de posse só acontecerá hoje, 17.

Parte das famílias, organizadas no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto da Região Central (MTSTRC), estão agora acampadas na Praça Benemérito Brás, ao lado do metrô do Brás. De acordo com João Batista, integrante do movimento, até agora o poder público não ofereceu nenhuma alternativa concreta de moradia. "Hoje [16 de janeiro] veio um fiscal da subprefeitura dizer que queria levar nossas coisas para um depósito e as famílias para um albergue, mas nossa luta não é essa, é pela moradia". João lembra também que as famílias pararam de receber o bolsa-aluguel, de R\$ 300, desde o início do ano.

Por enquanto 70 pessoas formam o acampamento, mas João acredita que este número vai crescer. As famílias estão montando suas barracas com móveis, cozinha e até aparelhos eletrodomésticos, mas ainda não possuem nem um teto de madeira. Duas vezes por dia são distribuídas refeições feitas e compradas pelas próprias famílias.

Este foi o terceiro despejo sofrido pela comunidade ligada ao MTSTRC em poucos meses. O movimento, que estava parado há algum tempo, voltou a se organizar e pretende dar continuidade ao trabalho que desenvolve desde 1997. O maior projeto do MTSTRC foi uma creche que cuidava de 40 crianças e era financiada através de contribuições dos próprios filiados e filiações.

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/02/344997.shtml>

Atos contra o despejo da ocupação Prestes Maia

Por CMI Brasil 09/02/2006

Na terça-feira, 7 de fevereiro, o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) bloqueou a Avenida Prestes Maia, na altura do número 911, onde está localizada a maior ocupação de sem-teto de São Paulo, ameaçada de despejo. O protesto teve início às 5h30 da manhã e os dois sentidos da avenida permaneceram bloqueados por uma hora e meia, até os moradores e as moradoras serem obrigados a entrar na ocupação, protegendo-se contra a violência da tropa de choque, formada por policiais não identificados que apontaram armas de balas de borracha para as pessoas até mesmo depois destas já estarem dentro do prédio, nas janelas.

O bloqueio da avenida integra uma série de atos que vem ocorrendo diariamente pela permanência das 468 famílias que há três anos moram na ocupação. No dia 1º de fevereiro houve um protesto diante da Prefeitura de São Paulo e ocorreu uma reunião entre coordenadoras do movimento e representantes da secretaria de Habitação, da Cohab, da secretaria de Assistência Social e da subPrefeitura da Sé, que afirmaram que "é inviável a proposta de transformar o referido prédio em moradia popular devido ao alto custo representado tanto pela desapropriação do mesmo quanto pelas reformas para adaptação do edifício, o que inviabiliza sua utilização para habitação popular".

Ocorre que, antes de ser ocupado, limpo, antes de abrigar aproximadamente 2.000 pessoas e até mesmo exposições de arte e uma biblioteca, este prédio estava abandonado há vinte anos e havia se transformado em depósito de lixo e ponto de tráfico de drogas. Seus supostos proprietários – Jorge Hamuche e Eduardo Amorim, além de não possuírem a escritura do imóvel, já devem mais de cinco milhões de reais em IPTU à prefeitura - o que mostra que a desapropriação é totalmente viável. Além disso, o problema real não é a reforma do prédio, como a prefeitura tenta alegar, mas a permanência de pessoas de baixa renda no centro da cidade, área que a atual prefeitura objetiva tornar exclusiva dos ricos, dos bancos e das grandes empresas.

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/02/345772.shtml>

Despejo da ocupação Prestes Maia é adiado

Por CMI Brasil 17/02/2006

Na tarde de terça-feira, 14 de fevereiro, a vereadora Sônia Francine, do Partido dos Trabalhadores (PT), em reunião com representantes do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), informou que a prefeitura de São Paulo estendeu o prazo da ação de despejo do prédio ocupado da Avenida Prestes Maia 911 em dois meses, de modo a dar atendimento habitacional - bolsa-aluguel, locação social e outros projetos - para as famílias a serem despejadas. A notícia foi muito comemorada pelos moradores e moradoras da ocupação durante assembléia realizada na noite do mesmo dia.

Na semana passada, o MSTC se reuniu com parlamentares que apóiam a reforma urbana proposta pelo Estatuto da Cidade. Conseguiram, entre outras coisas, que o vereador João Antônio (PT) se encontre com o proprietário do prédio, Jorge Hamuche, do Partido Humanista da Solidariedade (PHS), para discutir a possibilidade de desapropriação do Prestes Maia.

Em reunião com representantes do MSTC nesta quinta-feira, Jorge Hamuche afirmou que se ele tiver 2 milhões de reais em mãos (o que significa um total de 7 milhões de reais, 5 para a dívida em IPTU com a prefeitura e 2 para ele), que ele vende o prédio. A coordenação do movimento aguarda uma reunião com a Secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhães, com quem pretendem negociar uma emenda orçamentária específica que torne possível a desapropriação do prédio. A coordenadora do MSTC Ivaneti Araújo explica que um decreto de interesse social consolidaria a existência deste prédio como moradia popular.

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/03/347907.shtml>

Escola Popular Prestes Maia abriga cineclube de documentários

Por CMI Brasil 15/03/2006

Teve início em 11 de março o Cineclube de Documentários da ocupação Prestes Maia, com sessões programadas para ocorrer todos os sábados, sempre às 19h, na área junto à biblioteca da ocupação. O cineclube integra a Escola Popular Prestes Maia, em fase de implantação, e sua intenção é trazer aos moradores do prédio e ao público da cidade filmes documentários que registram imagens do povo brasileiro, com o objetivo de levantar discussões ideológicas e estéticas, além de estimular a produção de documentários.

A primeira sessão apresentou os filmes "Casa de Cachorro" (2001), de Thiago Villas Boas e "À Margem da Imagem" (2003), de Evaldo Mocarzel. Ambos têm como tema a vida de moradores de rua.

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/04/350870.shtml>

HABITAÇÃO “Revitalização” da Vila Itororó: Moradores são excluídos de projeto urbanístico da prefeitura

Por Graziela Kunsch – CMI Brasil 11/04/2006

Em matéria publicada na página da prefeitura de São Paulo em outubro de 2005, a Secretaria Municipal de Habitação (Sehab) afirmou que a Vila Itororó (Bela Vista) integraria o Programa de Recuperação de Cortiços. A área é tombada pelo patrimônio histórico e abriga um casarão, 42 casas pequenas e aproximadamente 70 famílias. A Sehab enfatizava que com o programa os moradores e as moradoras teriam “uma outra perspectiva de vida”. Se considerarmos o projeto de “revitalização” da Vila Itororó, anunciado em janeiro deste ano, prevendo a desapropriação da área e a sua transformação em um “pólo cultural” formado por “bares, restaurantes e salas de cinema”, de fato a vida dos moradores que estão no local há anos - alguns há 63 anos - deve mudar muito de perspectiva, mas para pior.

Apesar das declarações da Secretaria Municipal de Cultura, responsável pelo projeto, que dizia que os moradores da vila seriam transferidos para locais próximos, a Sehab, parceira no projeto, vem ignorando que essas pessoas construíram toda uma vida na região da Bela Vista e chega a oferecer como opção um “auxílio-moradia” de estranho nome, “vale-coxinha”: um cheque de R\$ 5 mil, sugerindo que as pessoas usem este dinheiro para “retornar à sua cidade de origem”. Originária de Barretos, interior de São Paulo, a moradora Lourdes Moraes, 72, na Vila Itororó há mais de 30 anos, resume bem o sentimento geral das pessoas ao seu redor: “Não quero dinheiro, dinheiro a gente gasta, eu quero moradia pra morar”.

Lourdes pagou aluguel para a Fundação Augusto de Oliveira Camargo, que detém a propriedade da Vila Itororó, por mais de 20 anos, até 1997, ano em que a Fundação deixou de enviar boletos de cobrança aos moradores, o que pode ser caracterizado como abandono da vila por parte da proprietária.

Utilidade pública de poucos

Em 23 de janeiro o então prefeito José Serra declarou todo o quarteirão onde se encontra a Vila Itororó como área de “utilidade pública”, sendo que o projeto prevê “a implantação e operação das obras e serviços com a participação da iniciativa privada. Ou seja, não se cogita para a vila a criação de um novo Centro Cultural ou de um museu ao ar livre, mas sim um conjunto dinâmico de atividades que incorporem e ultrapassem esses programas e apresentem condições de auto-sustentabilidade após as intervenções que necessariamente deverão ser feitas pela prefeitura”. Em palavras mais diretas: a prefeitura declara a área como “utilidade pública”, despeja os moradores e a entrega para empresas *privadas*, com uma série de privilégios, como vem ocorrendo no caso da desapropriação dos 105 mil metros quadrados de área residencial na região da Luz.

“Utilidade pública” é uma das formas de desapropriação; outras duas formas são a desapropriação por “interesse social” e “para fins de reforma agrária”. Curioso que à primeira vista não haja uma desapropriação específica “para fins de reforma urbana”. Note-se que o povo não tem poder de decisão algum sobre o que é “utilidade pública” ou “interesse social”; quem define o conteúdo dessas duas expressões é o Estado - e, obviamente, quem o domina. (colaborou Manolo)

O papel do arquiteto e urbanista

"Todos que conhecem a trajetória de Sérgio Ferro certamente entenderão o propósito deste protesto". Assim começava o "pedido de ações de solidariedade" que moradoras da Vila Itororó entregaram "a arquitetos, arquitetas e urbanistas" presentes no lançamento do livro *Arquitetura e Trabalho Livre*, que reúne textos críticos do arquiteto Sérgio Ferro, em 7 de março, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Preocupado com as "transformações sociais mais profundas" e com o "exercício diferente da profissão [do arquiteto]", em 1965 Sérgio afirmava: "nossa posição geral é de denunciar as contradições" através de um "pensamento eminentemente crítico do momento presente". No caso da Vila Itororó, a grande contradição existente é o projeto da prefeitura excluir as pessoas mais interessadas na recuperação desta área: seus moradores e moradoras.

Entre os presentes no lançamento do livro estava a arquiteta Nadia Somekh, diretora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, que prontamente se dispôs a organizar um debate público sobre o projeto nesta instituição. Na gestão passada Nadia era uma das responsáveis pelo Programa de Reabilitação da Área Central e lamenta que a atual prefeitura ignore o que ela considerava essencial no programa – a inclusão social de pessoas de baixa renda.

Na abertura do debate, em 28 de março, Nadia lembrou a importância da "construção social dos projetos urbanos" e falou da "necessidade de se superar a arquitetura tradicional, formal". "O que nós precisamos é desta arquitetura para transformar os espaços e melhorar a vida da população, ser construída socialmente. Este é o exemplo que a gente está dando aqui". Contrariando esta afirmação, os arquitetos Décio Tozzi, autor do projeto de recuperação da Vila Itororó, e José Eduardo Lefèvre, coordenador do projeto junto à Secretaria de Cultura, deram péssimos exemplos da profissão do arquiteto. Décio apresentou seu projeto e, logo após a fala da moradora Antonia Candido, que questionou o porquê de não caber neste projeto, o arquiteto se levantou e se retirou, afirmando que estava ali para discutir apenas com estudantes de arquitetura, não com moradores.

"Sou técnico, não sou político"

Também logo após a fala de Antonia, Lefèvre disse: "Infelizmente, nós temos visões muito diferentes. Não vou entrar no debate. Sou técnico, não sou político". E deixou a sala. Antes, durante a exposição do projeto, Lefèvre já falava em "interesses antagônicos" entre "uma minoria contra o desejo de uma maioria". Ao contrário do que se pode imaginar, o que ele chamou de minoria foram as 70 famílias da Vila Itororó, diante de uma "maioria" de empresários interessados no rentável empreendimento: "aquele conjunto de casas, pela sua excepcionalidade, justifica perfeitamente que ali não exista, não permaneça uso habitacional". Ele destacou as características "cenográficas" da vila e finalizou: "Efetivamente, é um conjunto que apresenta uma singularidade e que portanto tem uma condição de utilização plena para toda a cidade, não apenas para um conjunto de moradores. Excepcional. É um equipamento que tem condições de ter uma utilidade a nível da cidade, a nível metropolitano, a nível estadual".

A história é sempre a mesma: quando se fala nos interesses de trabalhadores, agricultores, mulheres, negros, índios, homossexuais, idosos, jovens e, no caso da Vila Itororó, 70 famílias de baixa renda,

trata-se de “interesses de minorias”. Quando o que está em jogo são os interesses de uns poucos empresários, dos habitantes ricos das cidades, os homens públicos representam “interesses municipais, estaduais, nacionais.” Precisamente, a moradora Antonia lembrou que “nesses 25 anos que estou ali [na Vila Itororó] eu não vi o poder público mexer uma pedrinha. Nós não temos coleta de lixo, não temos pavimentação, não temos iluminação pública [no pátio central da vila] porque se trata de uma área particular, porque se trata de uma área tombada. Agora para se implantar um projeto pra poucos - porque é pra poucos, não é pra todos -, aparecem *n* possibilidades”.

Cartas de crédito X Plano Diretor de São Paulo

Para não parecer injusto, Lefèvre insistiu que o Estado “está oferecendo um leque de opções” para a relocação dos moradores. De fato, a Sehab está oferecendo três opções para as pessoas da vila deixarem suas casas: 1. cartas de crédito entre R\$ 20 mil e R\$ 40 mil (encontramos apenas cinco famílias dispostas a aceitar este subsídio, que exige que a pessoa tenha renda média de cinco salários mínimos); 2. até R\$ 8 mil para quem encontrar um barraco à venda por este valor em uma favela; 3. um “vale-coxinha”, referenciado anteriormente, de R\$ 5 mil. Ocorre que, mesmo que esses moradores tivessem renda para assumir a dívida da carta de crédito, eles jamais poderiam encontrar um imóvel por este valor (R\$ 20 mil – R\$ 40 mil) na região da Bela Vista, onde há muitos anos têm acesso a uma série de serviços públicos: são quatro escolas, três hospitais (sendo um o Hospital da Mulher), um hospital infantil, um posto de saúde, uma clínica odontológica, três creches, dois parquinhos e um local de cultura e lazer, o Centro Cultural São Paulo.

Também presente no debate, o arquiteto Nabil Bonduki lembrou o Plano Diretor de São Paulo, que “estabelece muito claramente que nós precisamos reverter um processo de esvaziamento habitacional, esvaziamento populacional na área central”. Ele lamentou a retirada de Décio Tozzi, cujo projeto considera “um bom ponto de partida” para uma intervenção da prefeitura na vila, especialmente no que diz respeito à recuperação do patrimônio. Mas acrescenta: “preservar a história da Vila Itororó é também preservar seu uso habitacional”.

Após a intervenção de Nabil, em nome do Mackenzie, a arquiteta e professora Lizete Maria Rubano pediu desculpas pela atitude dos arquitetos aos moradores presentes na sala de aula e acrescentou que “não havia diferença nenhuma entre mostrar projeto para estudantes e mostrar projeto para a população moradora da Vila Itororó. Não são palestras diferentes, é a mesma fala, porque o projeto é uma informação pública, principalmente para quem vai sofrer a consequência da intervenção”. Ela enfatizou que a arquitetura não pode se sobrepor à realidade: “Quem está vivendo lá? Ninguém veio aqui fazer comércio, ninguém veio aqui fazer discurso, a fala da Antonia foi precisa, no sentido de que ‘olha, nós moramos lá, e nós não achamos a carta de crédito uma opção’, foi isso que ela disse. Como é que uma pessoa pode dizer que o Estado está oferecendo um leque de opções se de fato essas opções não existem?”

“A verdade é uma coisa muito relativa”

Voltando ao protesto por ocasião do lançamento do livro de Sérgio Ferro, que gerou todo esse debate, vale referenciar o depoimento de Felipe Andery, representante da São Paulo Turismo no projeto da Vila Itororó, que achou o texto distribuído pelas moradoras “desinformado”. Perguntado sobre quais seriam as verdadeiras informações, respondeu: “Eu não posso dar todas as verdadeiras informações... a verdade é uma coisa muito relativa, assim, né? Eu acho que [esse texto] é ver

apenas um lado da questão. Você não está vendo a cidade como um todo, o que aquilo [a Vila Itororó] vale, qual o valor dinâmico daquilo na cidade, o que aquilo pode trazer de renda, de benefício para a cidade...”.

Direito à cidade

Ao encontrar o Secretário de Habitação Orlando de Almeida Filho e o novo prefeito Gilberto Kassab no pátio da vila, a moradora Antonia perguntou: “Vocês estão querendo acabar com as moradias para levantar lojinhas?”, ao que Orlando respondeu: “Não são lojinhas”. Ela falou: “olha, de cantinas, restaurantes, cinemas, bares, a Bela Vista está cheia. O que está faltando são casas, e essas vocês não põem no chão”. “Ele disse que isso era um projeto social... Eu não faço parte dessa sociedade?”

QUADRO:

ELITIZAÇÃO DO CENTRO DE SÃO PAULO

A superintendente de Habitação Popular Elisabete França afirmou, em reunião com a Associação de Moradores da Vila Itororó, que a prefeitura “não despeja ninguém”. Questionada sobre os despejos recentes das ocupações das ruas Plínio Ramos, Paula Souza, Tenente Pena, o despejo agendado da ocupação Prestes Maia, entre outros, ela afirmou que “quem entra com o pedido de reintegração de posse é o proprietário”, que a prefeitura “nada tem a ver com isso”. Ocorre que a “revitalização” da Vila Itororó é um projeto da Secretaria de Cultura e foi a Sehab quem procurou a Fundação Augusto de Oliveira Camargo, que detém a propriedade da Vila Itororó, para informar sobre o decreto de utilidade pública e a desapropriação.

A fundação é mantenedora de um hospital em Indaiatuba e não tem fins lucrativos. Sobrevive alugando vários terrenos deixados pela fazendeira Eleonor Augusto de Oliveira Camargo. Desde 1997 deixou de enviar boletos de cobrança de aluguel aos moradores da Vila Itororó, o que pode ser caracterizado como abandono da vila por parte da proprietária. No entanto, após a reunião com o Secretário de Habitação Orlando de Almeida Filho, na própria Sehab, os representantes da fundação voltaram a ter interesse na área. Mas são contra o despejo das famílias, defendendo sua relocação na própria região da Bela Vista: “O que a fundação gostaria mesmo é que essas pessoas fossem respeitadas e relocadas para um imóvel onde elas vivam com dignidade. Não queremos nada de polícia militar, nada disso”, disse Renato Sargo, superintendente da fundação.

Resta uma pergunta: se a Sehab pode procurar a proprietária da Vila Itororó para entrar com uma ação de desapropriação da área para fins de recuperação do patrimônio histórico, por que não pode procurar Jorge Hamuche, proprietário do prédio onde está a ocupação Prestes Maia, informando sobre o interesse social do prédio e sua desapropriação? Hamuche deve mais de R\$ 5 milhões em IPTU à prefeitura, só este valor já torna possível a desapropriação. Há quase quatro anos 468 famílias moram na ocupação Prestes Maia e já existe um projeto de reforma do prédio, de construção de 249 unidades de habitação popular. Além disso, a ocupação abriga uma biblioteca, um cineclube de documentários e a Escola Popular Prestes Maia, onde convivem aulas de arte, elétrica e cabelereiro.

A prefeitura não só é responsável pelos despejos em massa a que estamos assistindo no centro da cidade como vem perseguindo trabalhadores ambulantes e catadores de papel, que já não conseguem trabalhar. É uma política elitista e

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE PROJETO NA VILA ITORORÓ E ENTORNO

quarta-feira, 26 de abril, às 13h, na Câmara Municipal de São Paulo

Viaduto Jacareí, nº 100, 1º subsolo. Bela Vista/ Centro

leia a reportagem "Revitalização" da Vila Itororó: projeto da prefeitura exclui moradores:
<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/04/350870.shtml>



moradores e moradores da Vila Itororó. foto: Antonio Brasileiro

O que é uma audiência pública?

É um procedimento de consulta à sociedade e/ou grupos sociais interessados em determinado tema, projeto, problema, relativos aos serviços públicos; elas são abertas a todas pessoas interessadas.

Audiência do dia 26

Nesta data um representante da Secretaria Municipal de Cultura precisa prestar esclarecimentos sobre o projeto de "revitalização" da Vila Itororó aos vereadores e à população presente.

Participação de todos e todas

É fundamental a presença de todas as pessoas diretamente envolvidas neste processo, para entender o que está acontecendo e para levantar perguntas. Compareça, em defesa ao seu direito de morar no centro!

EM DEFESA AO DIREITO DE MORAR NO CENTRO

II

Asituação dos direitos humanos dos catadores de materiais recicláveis do centro de São Paulo

1. Contextualização da problemática dos catadores de materiais recicláveis na região central de São Paulo¹

A cidade de São Paulo tem cerca de 10,5 milhões de habitantes² e produz aproximadamente 15 mil toneladas de lixo por dia, segundo informações da prefeitura de São Paulo (2005). Atualmente apenas 1.300 toneladas são recicladas. A coleta seletiva realizada pelo poder público recolhe cerca de setenta toneladas por dia de resíduos que são destinados para catorze centrais de triagem, onde se realiza a separação, o pré-beneficiamento e a comercialização. As outras 1.230 toneladas/dia são predominantemente coletadas por milhares de catadores e catadoras de materiais recicláveis, organizados ou não em cooperativas, associações, grupos que ganham a vida por meio desse trabalho³.

Os resíduos descartados inadequadamente provocam impacto no meio ambiente e constituem riscos à qualidade de vida, à saúde pública, ao bem-estar e à estética do ambiente urbano. Por outro lado, essa matéria-prima descartada como “lixo” é fonte de subsistência para milhares de pessoas em São Paulo e no Brasil. O trabalho dos catadores é de utilidade pública na medida em que ajuda na preservação da qualidade de vida nas cidades brasileiras, valendo citar que o Brasil é campeão mundial na reciclagem de latinhas de alumínio, reciclando aproximadamente 90% das latinhas. Não é novidade na cidade de São Paulo que a reciclagem propicia meio de vida à parcela pobre da população que não tem emprego formal.

Os catadores de material reciclável atuam na cidade de São Paulo há mais de cinquenta anos, especialmente na região central, coletando vidros, jornais e papelões como meio de sobrevivência, em alternativa aos postos de trabalho perdidos ou jamais conquistados por eles. Por iniciativa própria e com o apoio de organizações não-governamentais e de entidades como a Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de São Paulo, os catadores se organizaram em cooperativas e associações autogestionárias. A partir dessas associações, eles começaram a participar do trabalho de coleta de lixo na região central e a fazer parte das rotinas dessa região. Mais de quinhentos catadores trabalham hoje com a coleta, triagem e comercialização de materiais recicláveis em núcleos da Central de Materiais Recicláveis da Região Central de São Paulo, a Central Coopere. São mais de 5 mil em atividade só no centro e cerca de 20 mil em toda a cidade, segundo estimativa do Instituto Pólis.

¹ Ver artigo “A luta do movimento dos catadores”, da Articulação de Catadores do Estado de São Paulo/Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis, Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste – 07/11/2005. Ver: www.polis.org.br.

² Censo do IBGE de 2000.

³ Segundo a “Carta-Compromisso de Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos” elaborada no contexto da articulação do fórum Lixo e Cidadania da Cidade São Paulo, em parceria com o Movimento Nacional de Catadores, entre outros. As cerca de 9 mil toneladas restantes, incluindo grande quantidade de matérias-primas, são destinadas para aterros sanitários, os quais já estão no limite de sua capacidade.

Catador | 2005
foto: Henrique Parra





Detalhe de carroça em ato contra massacre de moradores de rua | 2005
foto: Mariana Cavalcante

⁴ Em geral vieram a exercer essa atividade por causa do analfabetismo, da falta de qualificação profissional, da eliminação tecnológica, entre outros fatores.

Durante muitos anos, não houve percepção nem reconhecimento da sociedade sobre a importância destes trabalhadores pioneiros, sob vários pontos de vista: na dimensão social – de sua auto-inserção no mercado de trabalho, garantindo sua sobrevivência; na sua contribuição para a preservação de recursos naturais como água, energia e matérias-primas, atuando como verdadeiros ambientalistas; e na sua dimensão econômica, enquanto participantes de um subsetor produtivo, como membros de uma categoria profissional.

A ação de grupos, cooperativas e núcleos organizados coletivamente aumenta a produção dos catadores e anula a ação do atravessador, uma vez que hoje este tipo de atividade se tornou um negócio de grandes empresas recicladoras. O que há vários anos era considerado simplesmente “lixo”, atualmente é fruto de disputa no mercado. Um processo competitivo desigual ou a colocação de barreiras e impedimentos ao trabalho dos catadores pode subtrair da população pobre o pouco que lhe resta como “garantia de renda”. Além disso, ao tirar das ruas o seu sustento, o catador⁴ contribui com a limpeza da cidade, que é responsabilidade do estado e da prefeitura.

Em São Paulo, a gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1992) foi o primeiro governo municipal que não tratou os catadores como marginais, como havia ocorrido no governo de Jânio Quadros e como ocorreu nos anos seguintes, durante as gestões dos prefeitos Paulo Maluf e Celso Pitta.

A ação mais efetiva do poder público na perspectiva da inclusão dos catadores como profissionais da coleta seletiva e da reciclagem ocorreu com a organização e mobilização do Comitê Metropolitano de Catadores, em 2000. Este comitê foi composto inicialmente por representantes de catadores e técnicos da Coopel (Cooperativa de Reciclagem de Papel) e Coopamare (Cooperativas de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis) e das entidades apoiadoras – Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Organização de Auxílio Fraternal, Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste e Fórum Recicla São Paulo. Estas redes, a custo de muito trabalho, construíram propostas para a implantação de um sistema público de reaproveitamento de resíduos com inclusão dos catadores, publicadas na Plataforma Lixo e Cidadania para a Cidade de São Paulo.

A assinatura de compromisso público para implantar esta plataforma, pela candidata eleita Marta Suplicy, garantiu o início do processo de gestão compartilhada no ano de 2001. Criou-se o Programa de Coleta Seletiva Solidária, que previa a implantação de 31 centrais de triagem – locais para separação dos materiais recicláveis coletados pelo sistema público a serem operadas por cooperativas de catadores, formadas por trabalhadores que já atuavam de forma organizada. Foram construídas quinze novas cooperativas que integraram diretamente setecentas pessoas no programa, até o final de 2004.

Em 24/04/2003, foi inaugurada a 2ª Central de Triagem da Cidade - Coopere Centro, integrada pelos grupos organizados Coopel, Coopamare e Recifran (Serviço Franciscano de Apoio à Reciclagem), apoiados por três organizações sociais – o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, a Organização de Auxílio Fraternal e a Província Franciscana –, com uma política de inclusão social de catadores e de população em situação de rua para geração de trabalho e renda. Esta articulação regional inclui aproximadamente quinhentos catadores. Cada um dos quatro núcleos que compõem a articulação (a Central Coopere Centro e

as centrais geridas por cada uma das entidades citadas) retira das ruas de São Paulo cerca de cinco toneladas de material reciclável por dia, o que garante aos catadores renda média de cerca de R\$ 500,00 por mês.

As principais conquistas⁵ obtidas com o início do Programa da Coleta Seletiva foram: 1) a melhoria das condições de trabalho, proporcionada pela infra-estrutura fornecida pela prefeitura e pela perspectiva de organização autônoma do trabalho, como o caso das quinze centrais que possibilitaram aos catadores trabalhar na triagem de materiais não tendo mais que se expor ao desgaste físico de puxar o carrinho pelas ruas da cidade; 2) os investimentos públicos na infra-estrutura para o trabalho dos catadores, como o funcionamento das atividades nas centrais de triagem praticamente sem custos para os cooperados e o conserto de equipamentos quebrados.

Em 2004, a sociedade civil organizada elaborou a “Carta-Compromisso para a Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos com Inclusão Social”, na tentativa de reeditar a estratégia de 2000 e obter o comprometimento dos candidatos a prefeito no sentido de ampliar e qualificar o programa existente e em andamento. Apenas a candidata Marta Suplicy e o candidato José Luis de França Penna assinaram o documento.

⁵ Ver estudo de Elisabeth Grimberg, Luciana Tuszel e Yamila Goldfarb, do Instituto Pólis: “Gestão sustentável de resíduos sólidos e inclusão social: estudo de caso sobre as cooperativas das centrais de triagem do Programa Coleta Seletiva Solidária da Cidade de São Paulo”. Ver: www.polis.org.br/download/167.pdf.

⁶ Jornal *O Estado de São Paulo*, 15/10/2004, p. A8.

2. Casos de violação dos direitos humanos dos(as) catadores(as) de material reciclável

A partir de 2005, com a nova gestão municipal, surgiram novos desafios para o Movimento Nacional de Catadores de São Paulo e os dois fóruns que continuaram na luta – Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo e Fórum de Desenvolvimento da Zona Leste. A principal dificuldade encontrada foi restabelecer o diálogo com a prefeitura. Até mesmo a promessa do Prefeito José Serra, quando candidato, não estava sendo viabilizada: “possibilitar a participação dos catadores individuais e das cooperativas na coleta seletiva.”⁶

Soma-se a isso o projeto de lei municipal nº 171, do vereador Domingos Dissei (PFL), aprovado pela Câmara de Vereadores, que previa a padronização dos carrinhos dos catadores e seu cadastramento de forma compulsória, medidas que apontavam para uma regulação autoritária do seu trabalho (já reconhecido como ocupação pela Classificação Brasileira de Ocupações - CBO -do Ministério do Trabalho) e sem o reconhecimento de suas instâncias de organização. O risco que se percebia era de que a regulação proposta pelo projeto de lei poderia vir a ocorrer sob a coordenação direta das empresas concessionárias e as empreiteiras, atingindo especialmente os catadores e catadoras que atuam individualmente.

Para enfrentar essa ameaça de interferência direta nos seus trabalhos, os catadores organizados da cidade de São Paulo realizaram um ato público em 7 de junho de 2005, na frente da Câmara de Vereadores, e uma caminhada até a sede da prefeitura, reunindo quatrocentas pessoas e contando com a participação das instituições e fóruns apoiadores. Esta mobilização alcançou o veto do prefeito José Serra ao projeto de lei, confirmando a importância da sociedade organizada na garantia de direitos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais.





Operação Limpa no Glicério | 2006
fotos: arquivo Rede Rua

⁷ Notícia do Tribunal de Contas do Município, setembro de 2005. Ver: www.tcm.sp.gov.br/noticias/col_lixo.htm.

2.1. Expulsão do centro

Inicialmente, em 2005, foi clara a intenção da prefeitura de limpar a cidade do trabalho e da presença da população mais pobre, tirando das ruas de São Paulo a “sujeira humana”, distanciando-a das “residências” localizadas no Centro (ocupações, albergues, viadutos). Houve casos de violência contra os trabalhadores, além de apreensão e destruição dos carrinhos dos catadores e utilização de jatos de água para afastá-los.

Outra atitude da gestão de José Serra que tem demonstrado o descaso com quem vive da coleta nas ruas foi a tentativa de fechar centrais de triagens. Procurando obrigar a transferência dos catadores para a Vila Maria, longe do centro, onde está o “filé” do material reciclável, a prefeitura esbarrou na resistência da categoria e na cobrança de diálogo para que se construíssem alternativas.

Vale ressaltar que a lei municipal nº 13.478, que autoriza o poder público a delegar a execução dos serviços públicos mediante concessão ou permissão, também permite a coleta seletiva através das organizações de catadores, mas cria o expediente da *permissão* a estes trabalhadores para operarem os serviços de coleta e triagem. Ou seja: a lei dá direito à Prefeitura de retirá-los dos locais e do trabalho em trinta dias.

2.2. Restrição à circulação dos catadores no centro

Arbitrariamente, foram apreendidas carrocinhas utilizadas pelos catadores na região central. Tendo em vista a mobilização da categoria, das entidades e de alguns veículos de comunicação, em setembro de 2005 o secretário municipal de Serviços, Andrea Matarazzo, afirmou que “as carrocinhas podem continuar no centro, não há o menor problema”⁷. Esta e outras afirmações marcam um recuo do governo municipal, já que no mesmo mês, ao anunciar uma ampla pesquisa sobre o perfil dos carroceiros em São Paulo, o secretário municipal do Trabalho, Gilmar Viana, ainda trabalhava com a diretriz de barrar as carrocinhas no centro, inviabilizando a atuação das cooperativas independentes e dos carroceiros avulsos.

O centro é naturalmente o espaço mais democrático da cidade e não seria justo prevalecer uma visão elitista, que discrimina e estigmatiza a figura do catador. Estudos do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) recém-lançados no livro *São Paulo: segregação, pobreza urbana e desigualdade social*, mostram que morar em áreas com mais infra-estrutura, como é o centro, aumenta o acesso da população de menor renda a serviços públicos e a oportunidades de emprego.

2.3. Ameaça à autonomia e à autogestão das cooperativas de catadores

A gestão Serra disse querer promover a organização em massa dos catadores, desconsiderando a organização já existente e responsável pelos avanços da



Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare) | 2005
foto: André Takahashi

COOPERATIVA DOS CATADORES AUTÔNOMOS

Coopamare



Coopamare | 2005
foto: André Takahashi

cidade de São Paulo na política de coleta e tratamento de material reciclável. Para isso, está propondo a criação de grandes cooperativas na periferia da cidade, onde não há material suficiente.

O trabalho em massa poderá provocar perda de referência do resgate social e o não-reconhecimento da diversidade em termos de organização dos catadores, além de, sob o signo de maior eficiência, arriscar dividir a categoria, o que significaria a desmobilização e diminuição da coesão social construída num trabalho de muitos anos.

Com esta proposta, a prefeitura de São Paulo submeteria o trabalho dos catadores individuais às cooperativas administradas pelo poder público, bloqueando assim o trabalho formativo dos núcleos já organizados e que atuam há muitos anos. Como conseqüência, os catadores ficarão sem controle de seus ganhos, da sua organização, dos mecanismos de participação social e, sobretudo, sem a única possibilidade que lhes resta de resgatar o mínimo de dignidade possível.

Será, dessa forma, uma ação contrária à das organizações e dos movimentos, que procuram respeitar a individualidade e o tempo das pessoas num trabalho que é desenvolvido coletivamente e que tem suas regras e normas de convivência construídas pelos próprios atores.

Vale salientar que, durante vários meses ao longo do ano de 2005, representantes do Comitê de Catadores de São Paulo, do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, do Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste e de outras instituições, além de catadores avulsos, participaram de inúmeras reuniões, especialmente com a secretária-adjunta Fernanda Bandeira de Melo, em que os movimentos organizados da sociedade encaminharam uma série de propostas e soluções que não foram contempladas. A dinâmica das reuniões também evidenciou o estilo autoritário e manipulador do governo Serra.

2.4. Ameaça de despejo da Coopamare pela prefeitura de São Paulo

De outro lado, o não-reconhecimento da utilidade pública do trabalho das cooperativas se revela pela ameaça de despejo que hoje sofre a Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare)⁸. Abaixo, um registro do Centro de Mídia Independente⁹, que fala sobre o caso:

A Coopamare - Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis, que há dezesseis anos está instalada embaixo de um viaduto em Pinheiros, bairro da zona oeste de São Paulo, está ameaçada de despejo. No dia 8 de setembro os/as catadores/as receberam uma intimação da subprefeitura local, exigindo que deixassem o viaduto em 24 horas. Esta intimação foi realizada ilegalmente, sem decisão judicial, e é mais uma tentativa de "higienização" da cidade por parte da prefeitura de São Paulo. Em carta aberta à população, os/as cooperados/as lembram que "a Coopamare, desde a sua fundação, em 14 de maio de 1989, tem colaborado com a preservação ambiental, a saúde e a limpeza pública da cidade de São Paulo, gerando matéria-prima para a indústria, trabalho e renda, efetivando a inclusão social de seus cooperados".

⁸ A Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis - Coopamare - é uma cooperativa de trabalho sem fins lucrativos. Ela surgiu em 1989 de um projeto de auxílio a moradores de rua realizado pela Organização e Auxílio Fraternal - OAF. Ver: www.coopamare.org.br

⁹ Ver "Cooperativa de catadores(as) ameaçada de despejo", de 14/09/2005. Site do centro de Mídia Independente: <http://brasil.indymedia.org/pt/blue/2005/09/329635.shtml>.

Triagem na Coopamare | 2005
fotos: Henrique Parra





¹⁰ Trecho da Reportagem “Coleta seletiva: solução para São Paulo tem de vir da articulação entre o oficial e o extra-oficial,” de Cristina Charão e Fábio de Castro, Agência Repórter Social, 31/10/2005: “O plano da Prefeitura, rejeitado pelos movimentos organizados, prevê a reforma e ampliação das centrais de triagem, que passariam a trabalhar em três turnos. O projeto aumentaria o número de catadores envolvidos com as centrais de 700 para 2.700, enquanto a capacidade de reciclagem aumentaria de 1.800 para 9 mil toneladas. A idéia defendida pela prefeitura, no entanto, não prevê interação com cooperativas independentes e catadores avulsos. É exatamente aí que reside o problema, na avaliação de Carlão. ‘Do jeito que está a proposta, os núcleos que não forem conveniados vão ficar sem material e o desemprego vai ser enorme’, diz Carlão. ‘Como é que vai deixar esta parte da categoria de fora?’, questiona.”

¹¹ Id., ib., nota 37.

Fundada na década de 1980, a Coopamare foi a primeira cooperativa de catadores do Brasil e serviu de modelo para vários estados e municípios. Hoje ela conta com oitenta catadores, entre cooperados e associados, e com 120 catadores avulsos, que passam por lá todos os dias. A cooperativa desenvolve projetos e dá cursos aos cooperados, tendo como principal objetivo valorizar a profissão de catador.

Após sua fundação como cooperativa, em 1989, a prefeitura cedeu à Coopamare o espaço sob o viaduto Paulo VI, em Pinheiros, e promulgou um decreto municipal que reconhece o trabalho do catador como atividade profissional e garante seu direito ao trabalho. Os catadores receberam cursos de capacitação e foi firmado convênio para remuneração da diretoria pelos serviços prestados à Coopamare. Assim estruturados, os catadores ganharam legitimidade junto a fabricantes e intermediários, além de maior visibilidade junto a comerciantes, donas de casa, empresas e a população em geral. Diante da ampla mobilização desencadeada pela ameaça de despejo, a prefeitura de São Paulo recuou.

2.5. Intermediação do Ministério Público do Trabalho

Em 2 de setembro de 2005, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis representou a Prefeitura do Município de São Paulo junto ao Ministério Público do Trabalho, alegando que as ações da prefeitura estariam violando os direitos fundamentais dos catadores, impedindo-os de trabalhar e estimulando a retirada de carroças com a transferência dos núcleos existentes para o bairro da Vila Maria.

Interessado em mediar os conflitos existentes e entendendo a preocupação do movimento sobre a intenção da prefeitura em estimular uma reserva de mercado de resíduos sólidos, entregando-a para a iniciativa privada sem estabelecer garantias de trabalho para os catadores, que ficariam

segregados no bairro da Vila Maria, o Ministério Público do Trabalho, por meio da procuradora do Trabalho Célia Regina Camachi Stander, convocou o secretário do Trabalho, Gilmar Viana, e o Movimento Nacional dos Catadores para audiência, ocorrida em 29 de setembro de 2005. Na audiência, foi concedido prazo de sessenta dias para que o município apresentasse uma agenda de entendimentos ao Movimento de Trabalhadores.

Depois de a prefeitura ter faltado por reiteradas vezes nas audiências públicas marcadas com a intermediação da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal, em 19 de outubro de 2005, Andréa Matarazzo, secretário de Serviços e Subprefeito da Região Sé, compareceu e apresentou uma proposta de ampliação das centrais de triagem. Segundo o vereador Paulo Teixeira (PT), articulador da audiência dentro da câmara, ficou claro que o centro da cidade não estava incluído no projeto apresentado da nova coleta seletiva¹⁰, bem como não havia garantia de um fórum que incluísse os catadores na discussão e implantação do novo sistema. Segundo Paulo Teixeira, “o secretário reconheceu que aprendeu com os catadores, mas não aceitou a criação da Comissão de Gestão do Programa de Coleta Seletiva”¹¹.

A proposta do Movimento dos Catadores e dos fóruns é a de um modelo híbrido de coleta seletiva e triagem de resíduos sólidos na maior cidade do país. Este modelo implica que os catadores organizados operem conjuntamente com o



Ato "Abraça a Coopamare", contra ameaça de despejo da cooperativa | 2005
foto: André Takahashi

Lixo anticatador (fechado com cadeado) | 2005
foto: Henrique Parra



poder público um sistema voltado para a recuperação de materiais que são desperdiçados e transformados em problema ambiental quando destinados aos aterros sanitários. A adoção desta política foi defendida no Processo da Conferência da Cidade de São Paulo, em 2005, e, se implantada, representará um marco histórico que poderá avançar no Brasil como uma nova concepção de gestão de resíduos social e ambientalmente sustentável, responsável e solidária.

Ainda na ocasião, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e as entidades que apóiam a luta dos catadores apresentaram ao secretário de Obras uma proposta elaborada a partir de experiências práticas.

Transcorrido o prazo concedido pelo Ministério Público do Trabalho, o Movimento Nacional dos Catadores apresentou cópias da proposta apresentada ao secretário de Obras e cópia integral da audiência pública realizada em outubro na Câmara Municipal, reiterando o pedido de intermediação pelo Ministério Público do Trabalho, e requerendo prazo adicional de trinta dias para avaliação da proposta pelo secretário Andréa Matarazzo.

¹² *Jornal Diário de São Paulo*, seção Diário Paulista – “Matarazzo sem proposta”, 28/09/2005: “Pela segunda vez em quinze dias, o secretário de Serviços e subprefeito da Sé, Andréa Matarazzo, desistiu de comparecer à audiência pública na câmara para discutir a situação dos catadores de papel que atuam no centro e que a prefeitura quer levar para a Vila Maria. A discussão estava marcada para hoje, mas Matarazzo disse a aliados que ainda não há proposta para apresentar. (...) Detalhe: duas audiências agendadas sobre essa proposta não ocorreram porque a prefeitura não enviou representante.”

Direitos violados

Violação ao direito ao trabalho (art. 6º e 7º da Constituição Federal):

A segurança e integridade física do trabalhador são componentes fundamentais do direito ao trabalho. Os catadores exigem condições dignas de trabalho para todos que atuam nas ruas da cidade – transporte motorizado; galpões de triagem adequados; equipamentos para o trabalho e de proteção individual; cursos de capacitação organizacional, administrativa e em gestão pública; alfabetização; educação continuada. A proibição e restrição da circulação dos catadores e de suas carroças na região central da cidade sem a incorporação do catador(a) nas frentes de trabalho do Programa de Coleta Seletiva, bem como a apreensão do material de trabalho dos catadores (carroças), viola o direito ao trabalho e à geração de renda e subsistência dos/as catadores/as que sobrevivem da catação de resíduos sólidos e separação e venda de materiais recicláveis.

Violação do direito à cidade sustentável (art. 2º, inciso I, da Lei

Federal nº 10.257/01): Violação do direito de acesso dos catadores ao trabalho em regiões da cidade providas de infra-estrutura e serviços básicos, bem como equipamentos públicos, garantindo-se assim o seu direito de viver e trabalhar na cidade com dignidade. Em especial, violação do direito de participar da gestão da cidade mediante a gestão democrática de projetos e planos a serem implantados. A falta de diálogo da prefeitura com os setores organizados que trabalham com materiais recicláveis e o não-atendimento de suas propostas denota o descumprimento do direito de participar diretamente da gestão da cidade. Chama atenção o fato de a prefeitura, através da subprefeitura da Sé, não só evitar o diálogo, mas não apresentar proposta clara de política pública para o tema, a não ser o deslocamento dos trabalhadores para bairros periféricos, como registro do não-comparecimento reiterado do subprefeito da Sé a audiências públicas para discutir a situação dos catadores, feita pela reportagem do *Diário de São Paulo*, “Matarazzo sem proposta”, em 28/09/2005¹².

¹³ Ver “Carta-Compromisso de Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos” – Movimento Nacional de Catadores, Comitê Metropolitano de Catadores, Centrais de Triagem do Programa Coleta Seletiva Solidária, Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, Fórum Recicla São Paulo, Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste – publicada em 16/09/2004. Ver: www.polis.org.br.

Violação do direito à igualdade e à não-discriminação (art. 5º, “caput”, da Constituição Federal): A discriminação da população de baixa renda, neste caso, dos catadores e catadoras de material reciclável, mediante sua restrição de acesso à região central da cidade e transferência para postos de trabalho para bairros afastados como a Vila Maria, desrespeitando sua organização em cooperativas. O atendimento exclusivo desta população em regiões periféricas e desprovidas de infraestrutura e serviços básicos caracteriza discriminação por parte da administração pública.

Violação do direito de liberdade de ir e vir (art. 5º da Constituição Federal): Restrição à circulação de catadores e suas carroças na região central da cidade de São Paulo, praticadas por policiais da Guarda Civil Metropolitana.

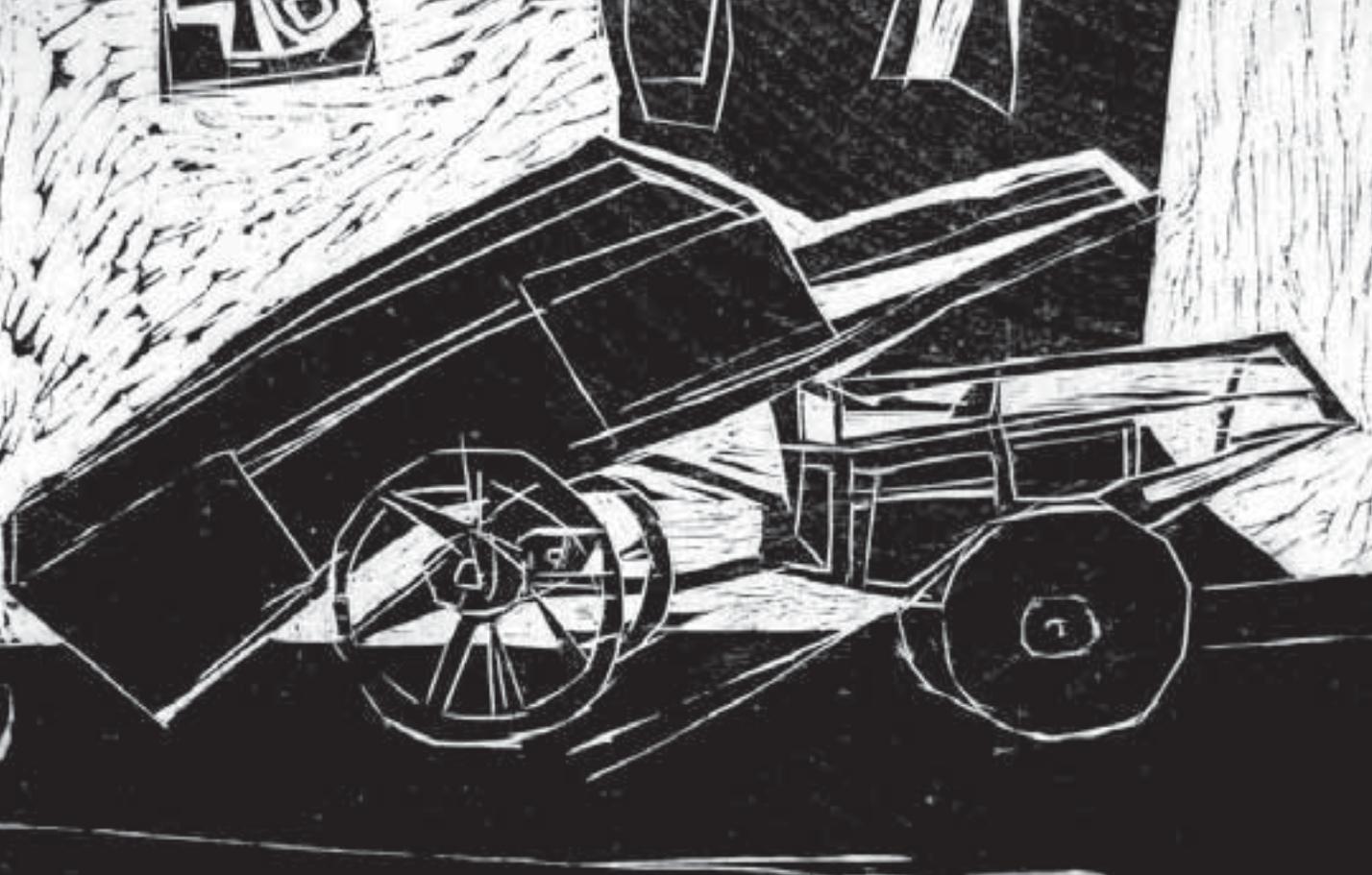
3. Reivindicações e propostas ao Poder Público Municipal¹³

- A retomada do diálogo como estratégia da prefeitura para buscar a construção de propostas que encaminhem, junto aos catadores, as demandas urbanas, ambientais e sociais envolvidas na questão.
- Ampliar a coleta seletiva para 100% dos materiais secos, mediante a incorporação e valorização do trabalho dos catadores e sua experiência e inovações tecnológicas de baixo custo para a coleta e tratamento de material reciclável.
- Formalizar a Comissão de Gestão Compartilhada do Programa Coleta Seletiva Solidária, através de uma portaria da Prefeitura Municipal de São Paulo, com a seguinte composição de representantes: 1) da Comissão de Catadores da Cidade de São Paulo; 2) das Centrais de Triagem do Programa Coleta Seletiva Solidária; 3) do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo; 4) do Fórum Recicla São Paulo; 5) do Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste; 6) do Comitê Metropolitano de Catadores; 7) de todas as secretarias municipais; 8) de todas as coordenadorias das subprefeituras para implantação conjunta do Programa Coleta Seletiva Solidária.
- A Comissão de Gestão Compartilhada do Programa Coleta Seletiva Solidária deve ter como objetivo: 1) a ampliação, inclusão e fortalecimento dos núcleos (cooperativas, associações e grupos já existentes); 2) a implantação e operacionalização das novas cooperativas que operarão o Programa de Coleta Seletiva Solidária; 3) a formulação de legislação municipal que traga benefícios para organização e políticas públicas nas áreas de saúde, segurança no trabalho, moradia e educação popular para a categoria dos catadores de materiais recicláveis.
- Garantir aos núcleos de catadores organizados direitos iguais àqueles oferecidos às Centrais de Triagem do Programa Coleta Seletiva Solidária, o que pressupõe:
 - Destinar materiais recicláveis do Programa de Coleta Seletiva Solidária para os núcleos de catadores organizados (cooperativas e associações autônomas de catadores);

- Cessão de áreas públicas, maquinários e equipamento de proteção individual para os núcleos de catadores organizados e as centrais de triagem;
 - Incluir todos os núcleos de catadores organizados (cooperativas e associações autônomas de catadores) no sistema de coleta seletiva de materiais recicláveis;
 - Remunerar os catadores pela coleta, triagem, beneficiamento e destinação de materiais recicláveis, serviços prestados à cidade a custos inferiores aos de empresas privadas;
 - Realizar o mapeamento e cadastramento participativo dos catadores da cidade, promovendo sua integração nos núcleos e nas centrais; fomentar a formação de novos núcleos com a garantia de direitos iguais aos das centrais.
- Garantir que haja contratos de coleta seletiva entre núcleos de catadores organizados, centrais de triagem e governo. Estes contratos devem ser monitorados pela Comissão de Gestão Compartilhada do Programa Coleta Seletiva Solidária.
 - Garantir amplo e participativo programa de educação sócio-ambiental na cidade, tomando como referência experiências acumuladas por núcleos de catadores organizados, centrais de triagem e outras iniciativas e baseando-se na Plataforma de Educação Sócio-ambiental do Programa Coleta Seletiva Solidária;
 - Implementar programas de coleta seletiva em órgãos públicos e de incentivo às pequenas, médias e grandes empresas para fornecer materiais recicláveis aos núcleos de catadores organizados e às centrais de triagem.
 - Divulgar a coleta seletiva feita pelos catadores, como cidadãos de direito, em todos os equipamentos públicos.
 - Erradicar a exploração da mão-de-obra dos catadores e catadoras e o trabalho de crianças e adolescentes.
 - Garantir creches, escolas e atividades educativas complementares para os filhos dos catadores, encaminhando-os para os programas sociais existentes como o Bolsa-Escola.
 - O Programa Coleta Seletiva Solidária deverá garantir vale-transporte aos trabalhadores dos núcleos de catadores organizados e das centrais de triagem.
 - Promover cursos de capacitação, garantir acompanhamento técnico, alfabetização e educação continuada para melhorar as habilidades e as condições de trabalho dos catadores, bem como para capacitar o catador para atuar não apenas na triagem, mas em toda a cadeia produtiva dos materiais recicláveis, como no beneficiamento e na reciclagem dos materiais – etapas de maior valor agregado na cadeia produtiva¹⁴.

¹⁴ Ver estudo de Elisabeth Grimberg, Luciana Tuszel e Yamila Goldfarb, do Instituto Pólis: "Gestão sustentável de resíduos sólidos e inclusão social: estudo de caso sobre as cooperativas das centrais de triagem do Programa Coleta Seletiva Solidária da Cidade de São Paulo". Ver: www.polis.org.br/download/167.pdf.

- A prefeitura deve prestar contas regularmente à sociedade de todos os investimentos e serviços realizados na área de resíduos sólidos e assegurar recursos do orçamento municipal para a continuidade da implementação do Programa Coleta Seletiva Solidária.
- Reduzir a taxa de resíduos sólidos domiciliares como forma de incentivar a separação e doação do material reciclável para os catadores e suas organizações.
- Promover investimentos e linhas de financiamento para que as associações e cooperativas de catadores avancem na estruturação de empreendimentos no setor da reciclagem.
- Implementar a coleta seletiva de material orgânico, incentivando a compostagem no nível comunitário e no setor público, na perspectiva de sua valorização social, cultural, ambiental e econômica.
- Garantir que não seja instalada qualquer tecnologia de incineração na cidade de São Paulo.



Yili Rojas

4. Reportagens e matérias publicadas pelos veículos de comunicação

DIÁRIO PAULISTA

Matarazzo sem proposta

► *Pela segunda vez em 15 dias, o secretário de Serviços e subprefeito da Sé, Andrea Matarazzo, desistiu de comparecer à audiência pública na Câmara para discutir a situação dos catadores de papel que atuam no Centro e que a Prefeitura quer levar para a Vila Maria. A discussão estava marcada para hoje, mas Matarazzo disse a aliados que ainda não há proposta a apresentar. A oposição acha que a desistência foi armada. Na semana passada, o vereador Gilson Barreto (PSDB) preparou o terreno ao marcar, também para hoje, audiência sobre projeto de Serra para a participação de entidades privadas na gestão de hospitais. Detalhe: duas audiências agendadas sobre essa proposta não ocorreram porque a Prefeitura não enviou representante.*

MATERIAL RECICLÁVEL

Catadores temem entrada de empreiteiras em São Paulo

Segundo categoria, proposta da prefeitura estabelece que a coleta de material reciclável nas ruas passe a ser feita por empreiteiras, com a utilização de caminhões. Catadores temem perda de empregos, já que 20 mil pessoas vivem dessa atividade na capital paulista.

Fernanda Sucupira – Carta Maior

São Paulo - Uma grave ameaça rondava a vida dos catadores de material reciclável da cidade de São Paulo. Representantes da prefeitura haviam comunicado no início do mês passado que, até o fim de setembro, os catadores deveriam deixar de trabalhar no centro expandido da capital. Em reunião com Andrea Matarazzo, secretário municipal de Serviços e Obras e subprefeito da Sé, no início do mês (dia 6), obtiveram uma vitória parcial. Conseguiram não só a garantia de que esses trabalhadores não serão impedidos de recolher o material no centro, como também a formação de uma comissão com representantes da categoria e da prefeitura. Essa comissão se reunirá pela primeira vez nesta quinta (15), para discutir alternativas à proposta que vem sendo apresentada pela administração municipal. Apesar dos avanços obtidos no diálogo com a prefeitura, muitos problemas e temores em relação a possíveis ações do poder público ainda tiram o sono desses trabalhadores.

De acordo com os catadores, pela proposta da prefeitura, a coleta de material reciclável nas ruas passaria a ser feita por empreiteiras, com a utilização de caminhões. Esse material seria levado para centros de triagem, onde cerca de 2,8 mil catadores fariam a separação do que poderia ser reaproveitado, e a comercialização ficaria por conta da prefeitura. Os catadores apontam diversos problemas nesse projeto. O maior deles é que se limita a apenas uma pequena parte do total de indivíduos que atuam hoje na cidade, número que estimam chegar a 20 mil, deixando a maioria desamparada. "E como ficam os outros catadores, circulando com a carroça vazia?", pergunta Carlos Antonio dos Reis, conhecido como Carlão, da equipe de articulação estadual do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR).

Ainda que os trabalhadores não sejam expulsos do centro da cidade, eles acreditam que a atuação das empreiteiras pode deixá-los sem material disponível para a coleta. "Eles querem pegar uma minoria e deixar os outros excluídos. As empreiteiras vêm com toda a tecnologia, dizem na mídia para a população entregar o material da coleta seletiva para eles, e quando o catador passar, não vai ter mais nada. Só circular com a carroça não enche barriga", completa Carlão. Eles também temem que dessa forma os caminhões recolham todo tipo de lixo e levem para os centros de triagem, já que as empreiteiras ganham por tonelada coletada e não por quilograma de material reciclado. O Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável quer que esses grandes contratos feitos com as empreiteiras possam ser discutidos antes com os trabalhadores.

Além disso, eles questionam a própria entrada das empreiteiras no setor. Elas passarão a ser remuneradas por uma atividade que é de responsabilidade do poder público, mas que há décadas vem sendo realizada pelos catadores na cidade de São Paulo sem nenhum reconhecimento por parte dos governantes nem da sociedade. O investimento da prefeitura, segundo os trabalhadores, deveria ser feito nas mais de cinquenta cooperativas organizadas pelos catadores, para que elas aprimorem o serviço que fazem atualmente. "Nós fazemos o trabalho da prefeitura de limpeza da cidade e não ganhamos nada. Prestamos um serviço à sociedade, de resgatar as pessoas em situação de risco, sem perspectivas de vida, e transformá-las em cidadãs, num trabalho de igual para igual. E quem ganha agora não é o catador, que está nisso há muito tempo, mas as empreiteiras, que têm a tecnologia e viram que esse é um negócio grande", denuncia Carlão.

O modelo proposto pela prefeitura também é acusado de ferir a autonomia dos catadores de material reciclável, que, atualmente organizados em cooperativas, passariam a ser empregados da administração municipal. Os catadores se autodefinem como "empreendedores sociais e solidários", pioneiros nesse

ramo, e querem continuar com o sistema de autogestão desenvolvido até hoje.

Outra ação prevista pela prefeitura é o fechamento dos depósitos irregulares – aqueles que apresentam riscos para a vizinhança ou que não estão legalizados na prefeitura - para onde muitos dos catadores que não estão organizados em cooperativas vendem seus materiais. O MNCR não é contrário a essa medida em especial, mas considera que não adianta fechar esses locais se não forem dadas alternativas aos catadores. Eles defendem que a prefeitura ceda espaços públicos para que esses trabalhadores possam se organizar.

As cooperativas que se encontram em áreas da prefeitura e debaixo de viadutos também estão sendo ameaçadas de serem expulsas desses lugares e enviadas para regiões periféricas da cidade. Esse é o caso da Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare), que há 16 anos atua sob o viaduto Paulo VI, na Zona Oeste da capital. Na última quinta (8), a cooperativa recebeu uma intimação da prefeitura para que desocupasse em 24 horas a área municipal ocupada irregularmente, sob pena de remoção forçada. “Chegou essa intimação de retirada, mas ninguém veio negociar nada com a gente, nenhuma proposta foi apresentada. Queremos permanecer no nosso local de trabalho, onde construímos nossa vida. Já estamos integrados com a comunidade no entorno, atendemos 10 mil famílias, e nunca tivemos nenhum problema. Mas estamos dispostos a negociar, desde que encontremos alternativas que não prejudiquem a categoria”, explica Eduardo Ferreira de Paula, diretor presidente da Coopamare, que integra a comissão criada pelo secretário Matarazzo.

Os catadores denunciam ainda abusos por parte da prefeitura de São Paulo, com relatos de violência, apreensão e destruição dos carrinhos dos catadores, e utilização de jatos de água contra esses trabalhadores. O secretário Matarazzo afirmou na reunião que não tem conhecimento dessas ações violentas por parte dos funcionários da prefeitura.

Todas essas medidas em relação aos catadores – desde a ameaça de expulsão do centro, passando pelas ações repressivas, fechamento de depósitos, retirada das cooperativas de debaixo dos viadutos, até a introdução das empreiteiras na coleta - são vistas como formas de enfraquecer o movimento e “revitalizar” a região central. “A tática deles é nos levar para a periferia e limpar a cidade para gringo ver. É tirar a sujeira daqui e levar para debaixo do tapete, mostrando só o que é bonito. Eles não querem mostrar a importância do catador para o desenvolvimento da sociedade e dele mesmo, gerando benefícios para todos, como o trabalho e geração de renda e a economia de energia”, afirma Carlão. O diretor da Coopamare concorda com essa avaliação. “A nova administração tem um plano de fazer uma nova cidade. Por isso, começaram a exclusão e repressão de catadores de material reciclável, moradores de rua e sem-teto”, diz Eduardo Ferreira de Paula.

A comissão formada na última semana, da qual fazem parte representantes do Movimento de Catadores de Materiais Recicláveis, do Comitê de Catadores da Cidade de São Paulo, do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo e do Fórum Recicla São Paulo, entre outros, irá se reunir novamente com o secretário Matarazzo no dia 15 de setembro para apresentar uma proposta de coleta seletiva para a cidade que conte com a efetiva participação dos catadores.

Para Elisabeth Grimberg, coordenadora de meio ambiente do Instituto Polis e do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, o governo tem que ser capaz de fazer um levantamento desses trabalhadores para discutir uma política pública que não deixe ninguém de fora e seja construída com respeito à visão deles. “A atuação dos catadores beneficia a sociedade e o meio ambiente já que esses trabalhadores contribuem para diminuir a quantidade de material que vai para os aterros sanitários. O problema é que eles não recebem nenhum apoio. Eles já mostraram que sabem fazer as coisas mesmo em condições precárias, sendo explorados pelos depósitos e discriminados pela sociedade. Até para tomar um cafezinho na padaria eles enfrentam dificuldades”, diz.

Procurado pela Carta Maior desde quinta-feira (8), Andrea Matarazzo, secretário municipal de Serviços e Obras e subprefeito da Sé, não atendeu à reportagem.

RECICLAGEM 1

Catadores temem plano anunciado pela Prefeitura de SP

Apesar de aberto à discussão com os integrantes das cooperativas de coleta seletiva, plano da Prefeitura não aborda questão dos catadores avulsos nem prevê inclusão dos moradores de rua no processo.

Bia Barbosa – Carta Maior

São Paulo – Uma audiência pública na Câmara dos Vereadores marcada para discutir a polêmica dos catadores de materiais recicláveis de São Paulo foi cancelada de última hora nesta quarta-feira (28). A razão: a Prefeitura de São Paulo ainda não tinha fechado uma proposta para o novo plano de coleta seletiva do município – feita atualmente por caminhões da administração pública, por cooperativas e por catadores que trabalham autonomamente. No início de agosto, um comunicado oficial previa que, até o final de setembro, os catadores teriam que deixar de trabalhar no centro expandido da capital. Organizados, os catadores conseguiram pressionar o secretário municipal de Serviços e Obras e subprefeito da Sé, Andrea Matarazzo, e reverter o processo, criando uma comissão para dialogar com o poder público. A audiência na Câmara prevista para esta quarta fazia parte deste processo de discussão com a sociedade sobre um assunto que lhe é caro.

Inusitadamente, no entanto, o secretário Matarazzo convocou a grande imprensa para apresentar o novo plano – que teoricamente não estava pronto. O documento prevê a ampliação a partir de outubro de 52 para 66 os distritos com coleta seletiva. Atualmente, menos de 1% das 204 mil toneladas de lixo produzidas por mês pela população passa pela reciclagem (feita em 14 centrais de triagem, onde trabalham cerca de 700 catadores), e os caminhões da coleta seletiva funcionam com 20% de sua capacidade. A nova proposta é que as centrais sejam melhor equipadas, passem a trabalhar em três turnos e abriguem mais trabalhadores. A previsão da prefeitura é a de que este número poderia chegar a 2.700 pessoas.

São mudanças que afetam diretamente as cooperativas ligadas à administração pública, mas que em princípio não passam pelas cooperativas e catadores independentes. Segundo nota divulgada no próprio site da Prefeitura de São Paulo, “as cooperativas e catadores avulsos operam fora desse sistema em condições inadequadas de trabalho”. O novo modelo teria o objetivo de “atingir maior eficiência do sistema de coleta de lixo na cidade”.

Mas a proposta, apesar de estar sendo discutida em reuniões com as cooperativas conveniadas – nesta semana a Secretaria de Serviços e Obras realiza reuniões diárias divididas por zona da cidade analisando suas particularidades – está longe de ser um consenso. Uma das críticas dos catadores que participaram do anúncio do plano à imprensa nesta quarta é em relação às fusões que devem acontecer nas centrais de triagem.

“O contrato inicial, da época da gestão Marta, previa a abertura de 31 centrais. Foram abertas somente 14 e agora o Serra quer fundi-las em 7 para otimizar o espaço público. Acontece que isso acaba com a tradição autônoma de organização e trabalho dos catadores. Se a prefeitura quer incluir mais pessoas, que abra mais centrais. Não basta fundir as cooperativas porque assim novas pessoas não se agregam. O processo de encontrar novos atores não é simples”, pondera Márcia Abadia Martins.

Catadora há dois anos, cooperada da central que fica na Vila Cruzeiro, região de Santo Amaro, que deve ser fundida com a de Miguel Yunes, localizada na mesma região, Márcia conta que antes era auxiliar administrativa. Quando ficou desempregada, começou a coletar materiais recicláveis. Uma pesquisa divulgada recentemente pela Secretaria do Trabalho mostrou que cerca de 60% dos catadores tiveram por última ocupação um emprego com carteira assinada e 55,2% estão a menos de quatro anos na rua. Márcia é uma dessas 20 mil pessoas que aprenderam a sobreviver da coleta seletiva.

Segundo ela, a cooperativa de Miguel Yunes é formada por agentes que faziam a coleta seletiva nas lojas do Pão de Açúcar e hoje enfrenta problemas de gestão. "Agora o prefeito quer que a gente se funda pra resolver este problema. É como se quisesse matar algo que já nasceu pra começar de novo. Nossa lógica é outra. As empresas querem atropelar o trabalho do catador; elas não conhecem o trabalho da gente. Queremos andar sozinhos, ser auto-suficientes. Nós conquistamos isso sozinhos", afirma.

Na opinião de Igor Calheiros dos Santos, integrante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, o poder público agora se mostrou sensível e está sentando para discutir o modelo do centro da cidade com as cooperativas. Alegando que atrapalhavam o trânsito e faziam sujeira, a decisão original dos tucanos era proibir inclusive a circulação das carroças de coleta na região central de São Paulo – o que inviabilizaria o trabalho das cooperativas e dos carroceiros independentes já que grande parte dos materiais recicláveis é produzida pelas empresas e escritórios que lá têm sede. Ainda que os trabalhadores não sejam expulsos do centro da cidade, eles acreditam que a atuação das empreiteiras pode deixá-los sem material disponível para a coleta.

"Em termos gerais, o que a prefeitura quer agora é unir o útil ao agradável. Acha que a gente deve triar mais, trabalhar mais, que é preciso colocar mais gente nas centrais. O que eles querem é uma triagem eficiente, mas nós chamamos a nossa de solidária", explica Santos. "A gente já não tem nada. Se tirem isso da gente, não sei o que acontece".

Nesta quarta, o secretário Andrea Matarazzo afirmou que o modelo de gestão das centrais não é imposto, e sim aberto ao catador avulso que queira passar a participar. No entanto, não prevê como esses carroceiros e os moradores de rua podem se incluir neste processo. "O plano precisa continuar a ser discutido com essas pessoas, porque, além de não prever a inclusão de novos catadores, muita gente que já trabalha com isso vai sobrar neste processo de mudança e de fusões. A tentativa da prefeitura é controlar o mercado dos catadores, mas eles precisam resistir, organizadamente e passivamente. O fato do secretário colocar a possibilidade de adesão voluntária ao modelo passa um pouco por isso, por contar que alguns não vão querer ir para as centrais. Mas muitos vão sobrar e os catadores precisam se posicionar frente a isso", acredita o Padre Júlio Lancellotti, da Pastoral do Povo da Rua.

http://agenciacartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=3862

Direitos Humanos | 30/09/2005 | Copyleft

RECICLAGEM 2

Cooperativa de catadores deve ser expulsa pela Prefeitura

Há 16 anos funcionando debaixo de um viaduto em Pinheiros, na Zona Oeste da cidade, Coopamare corre o risco de ser despejada e deixar mais 56 catadores sem renda. Diálogo com a prefeitura de São Paulo não tem resultado em alternativas para o problema.

Bia Barbosa – Carta Maior

São Paulo – Manuel Vítimo Soares é catador de materiais recicláveis há dois anos. Antes, trabalhava como carpinteiro, no setor de construção civil. Desempregado, buscou alternativa para a sobrevivência numa das diversas cooperativas de reciclagem que funcionam em São Paulo. Desde então, trabalha na Coopamare (Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis), que funciona no bairro de Pinheiros, Zona Oeste de São Paulo. "Já me chamaram pra voltar pra carpintaria, mas eu não quis. Na Coopamare não temos só trabalho, temos apoio. É mais interessante do que trabalhar com o patrão", acredita.

Há 16 anos, a Coopamare trabalha com coleta seletiva de materiais. Instalada debaixo do viaduto Paulo VI, conta com 56 cooperados que, equipados com prensas, carregadeiras e balanças eletrônicas, reciclam cerca de 170 toneladas de lixo por mês. O trabalho beneficia ainda 143 moradores de rua com a compra

de materiais, para que não passem por atravessadores para chegar até os grandes depósitos. Além de adquirir material dos carregadores avulsos, a Coopamare funciona também no esquema chamado de "porta à porta", em que pessoas da região levam os materiais selecionados para vender pra cooperativa. Seu caso é inclusive tema de uma pesquisa feita pelos alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo.

Desde o início de agosto, os catadores da Coopamare vivem sob a ameaça de despejo por parte da Prefeitura de São Paulo. Entre as medidas contidas no novo plano de coleta seletiva para o município, divulgado nesta quarta-feira (28) está o fechamento dos depósitos irregulares, como os que funcionam debaixo de viadutos. A idéia é levá-los para regiões periféricas da cidade, como a Vila Maria, segundo proposta da administração pública.

"Querem pegar a gente e colocar num lugar com duas mil pessoas sem capacitação, como se fosse uma senzala", desabafa Soares. "A Fernanda [Bandeira de Mello, secretária adjunta de Obras e Serviços da prefeitura] fala que é pra gente ir para a Leopoldina, uma outra central. Mas lá não tem infraestrutura e as pessoas que trabalham lá estão vindo para o centro", conta.

O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis não é contrário, mas considera que não adianta fechar esses locais se não forem dadas alternativas aos catadores. Eles defendem que a prefeitura ceda espaços públicos para que esses trabalhadores possam se organizar.

A Ocesp (Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo) também defende a Coopamare. Para a organização, a cooperativa é um exemplo de organização social que ajuda na melhoria de vida das pessoas. "A prefeitura deve avaliar melhor, não está considerando a história e a importância social da cooperativa, que sempre contou com o apoio das prefeituras anteriores e de várias ONGs e associações de moradores", diz Aramis Moutinho Júnior, superintendente da Ocesp.

"A Coopamare não suja o local e não atrapalha o bairro. A prefeitura está fazendo terrorismo com os catadores que precisam ser respeitados como cidadãos e como trabalhadores", diz Dalva Tavares, vizinha da cooperativa e que integra o grupo de apoio à entidade formado por mais de 50 pessoas, entre moradores de Pinheiros, simpatizantes, universitários e empresas.

Para o presidente da Coopamare, Eduardo Ferreira de Paula, os catadores trabalham há mais de 20 anos prestando serviços à comunidade, ao poder público e ao meio ambiente. "Queremos ser respeitados como cidadãos porque nosso trabalho é uma profissão como qualquer outra", disse. A Associação Colombiana de Recicladores também enviou comunicado em apoio à cooperativa.

Notificados desde o dia 6 de setembro, a Coopamare conseguiu um adiamento do prazo de despejo e agora têm até 21 de outubro para sair debaixo do viaduto. Do contrário, serão desocupados à força. No entanto, não têm para onde ir ou levar todo o equipamento da reciclagem. Até lá, esperam resolver a questão dialogando com a prefeitura.

"Eu só pergunto de que adianta sentar para conversar se a prefeitura depois faz o contrário. Sentamos no dia 6 e no dia 7 chegou a notificação de que era pra Coopamare sair. Sentamos de novo com eles no dia 15 e no dia 17 chegou outra notificação. Acreditar na palavra da prefeitura agora é quase impossível. Não podemos enfrentá-los porque não temos força, mas vamos resistir. Se acabarem com a Coopamare, acabarão com os catadores", lamenta Soares.

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/09/329635.shtml>

Cooperativa de catadores/as ameaçada de despejo

Por CMI Brasil 14/09/2005

A Coopamare - Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis, que há 16 anos está instalada embaixo de um viaduto em Pinheiros, bairro da zona oeste de São Paulo, está ameaçada de despejo. No dia 8 de setembro os catadores e as catadoras receberam uma intimação da subprefeitura local, exigindo que deixassem o viaduto em 24 horas. Esta intimação foi realizada ilegalmente, sem decisão judicial, e é mais uma tentativa de "higienização" da cidade por parte da prefeitura de São Paulo. Em carta aberta à população, os cooperados lembram que "a Coopamare, desde a sua fundação, em 14 de maio de 1989, tem colaborado com a preservação ambiental, a saúde e a limpeza pública da Cidade de São Paulo, gerando matéria prima para a indústria, trabalho e renda, efetivando a inclusão social de seus cooperados".

Os catadores e as catadoras pedem que as pessoas enviem cartas à subprefeitura de Pinheiros, solicitando ao subprefeito Antônio Marsiglia Netto a permanência da Coopamare nos Baixos Viadutos Paulo VI - Rua Galeno de Almeida, 659 - Pinheiros - São Paulo.

página da Coopamare:

<http://www.coopamare.org.br/>

ordem de despejo:

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/09/329613.shtml>

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/09/329722.shtml>

Entrevista com presidente da Coopamare

Por CMI São Paulo 15/09/2005

Entrevista com Eduardo Ferreira de Paula, catador há 15 anos, presidente da Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare)

CMI-SP: Primeiro eu queria saber há quanto tempo vocês estão aqui, quantas pessoas trabalham, como é o trabalho...

Eduardo: A Coopamare é uma cooperativa de catadores autônomos. Surgiu em 1989, a primeira cooperativa de catadores do Brasil, serviu de modelo para vários estados, vários municípios. E um dos principais objetivos pelos quais a cooperativa foi montada foi no sentido de acabar com os ferros velhos... não acabar, né, estar tentando achar uma via melhor para os catadores. Porque no ferro velho ele vai lá e vende, não sabe quanto ele vende... E na cooperativa, não, ele sabe pra quem ele vende, sabe quanto vai pagar... E também a auto-estima, que não é só chegar e catar papel que está beleza. A auto-estima, porque catando papel o cara se valoriza, é como uma profissão qualquer, como de um repórter, de um médico, doutor. É uma profissão. Então, esse é o objetivo: pra acabar com os atravessadores, e também chegar até a cadeia produtiva. Não falo só de materiais, também falamos de vida, que é levantar a auto-estima do trabalhador.

CMI-SP: Quantas pessoas trabalham aqui com vocês?

Eduardo: Hoje nós estamos com 56 cooperados, mas passam aqui, que não têm vínculo com a gente, uma média de 250 catadores que recebem na hora e são catadores avulsos e moradores de rua, e a gente faz um trabalho com eles.

CMI-SP: Tem algum projeto paralelo desenvolvido com os catadores?

Eduardo: Temos os parceiros pra ajudar. Temos aulas de alfabetização, temos oficinas de reciclagem, papel reciclado... temos atividade do aniversariante do mês na cooperativa... A gente faz o papel reciclado, um pouquinho, separa o material, e quem recicla é a indústria. Nós fazemos o beneficiamento dos materiais.

CMI-SP: Você pode explicar um pouco da ordem de despejo que vocês receberam, como está a situação?

Eduardo: Então, esse intmato vem acontecendo faz tempo, e a gente não entende, porque estamos há muito tempo aqui... Eles alegam, a lei, que pode acontecer qualquer coisa com o viaduto, mas nunca aconteceu nada aqui, mas eu acho que o problema aí é político. Não é por causa do viaduto. O problema é político, né? De que parte a gente não sabemos, então, estamos aqui... Foi um ato da subprefeitura de Pinheiros, né?

CMI-SP: Você sabe qual é o nome do subprefeito?

Eduardo: É Marsiglia [Antônio Marsiglia Netto].

CMI-SP: A gente recebeu uma informação de que o intmato era ilegal. Você confirma?



cmi brasil

centro de mídia independente
www.midiaindependente.org



Eduardo: Esse aqui é um intimato da subprefeitura de Pinheiros. No governo Pitta a gente teve uma ação jurídica que perdemos na primeira instância. E depois não veio mais... Passou pra segunda, e até agora a segunda não veio. Então, se fosse pra acontecer alguma coisa, uma ação de reintegração de posse da área, tinha que ser jurídica e não pela prefeitura.

CMI-SP: Você é do movimento dos catadores também, né?

Eduardo: Eu faço parte do movimento dos catadores e da articulação do estado de São Paulo.

CMI-SP: Como está a situação dos catadores no centro? Parece que a prefeitura quer expulsar os catadores do centro...

Eduardo: Na verdade esse novo projeto da prefeitura é um projeto anti-catadores. E esse projeto, ele envolve os catadores, porque a cidade de São Paulo, o prefeito de São Paulo, está com um projeto dentro da cidade. E dentro desse projeto engloba uma higienização do centro. Então, é morador de rua, é movimento de sem-teto, e os catadores que está no meio dessa higienização.

CMI-SP: E quais as ações que eles estão fazendo com os catadores?

Eduardo: Tinha acontecido muitos relatos, fecharam depósitos clandestinos e fechando os catadores ficaram desamparados. Os catadores não-organizados. E também estão prendendo as carroças, que impede eles de trabalhar. E foi no ano passado. Agora com o subprefeito, de lá formou uma equipe de trabalho junto com o subprefeito, vamos ver se a coisa começa a mudar a partir daí.

CMI-SP: Tem alguma coisa que você queira falar e que a gente não perguntou?

Eduardo: Só que eu sou catador, eu sei que eu adoro meu trabalho e a gente vem fazendo um bem pra sociedade humildemente. Só falta eles enxergarem a gente com outro olhar, não com um olhar de ruim, com um olhar bom.

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/332232.shtml>

Prefeitura de São Paulo recua, mas ameaça de despejo continua

Por CMI Brasil 12/10/2005

No dia 9 de outubro, a Coopamare - Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis, ligada ao MNCR - Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, realizou um ato simbólico contra a tentativa de despejo efetuada pela Prefeitura de São Paulo. Compareceram ao ato "Abraça a Coopamare" diversas entidades, movimentos e indivíduos.

Em 6 de outubro, a Folha de S. Paulo havia publicado uma notícia sobre a suspensão do despejo da Coopamare. A decisão da subprefeitura de Pinheiros de recuar ocorreu única e exclusivamente após a notificação extrajudicial direcionada ao subprefeito, ao secretário de subprefeituras e ao prefeito, na qual se apontava a ilegalidade e arbitrariedade dos atos que estes almejavam praticar com a retirada do espaço da Coopamare/MNCR, bem como as conseqüências legais de tal desvio de poder.

Porém, a Coopamare alega que a vitória não está garantida e que o governo municipal mantém o planejamento de acabar com a cooperativa, tendo suspenso o despejo apenas como um recuo tático para analisar melhor a situação jurídica e política. João Pedro Stédile, coordenador nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, garantiu que, caso a prefeitura tente despejar a Coopamare, o movimento vai deslocar centenas de militantes para apoiar os catadores e as catadoras.

fotos do ato "Abraça a Coopamare":

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/332005.shtml>

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/332012.shtml>

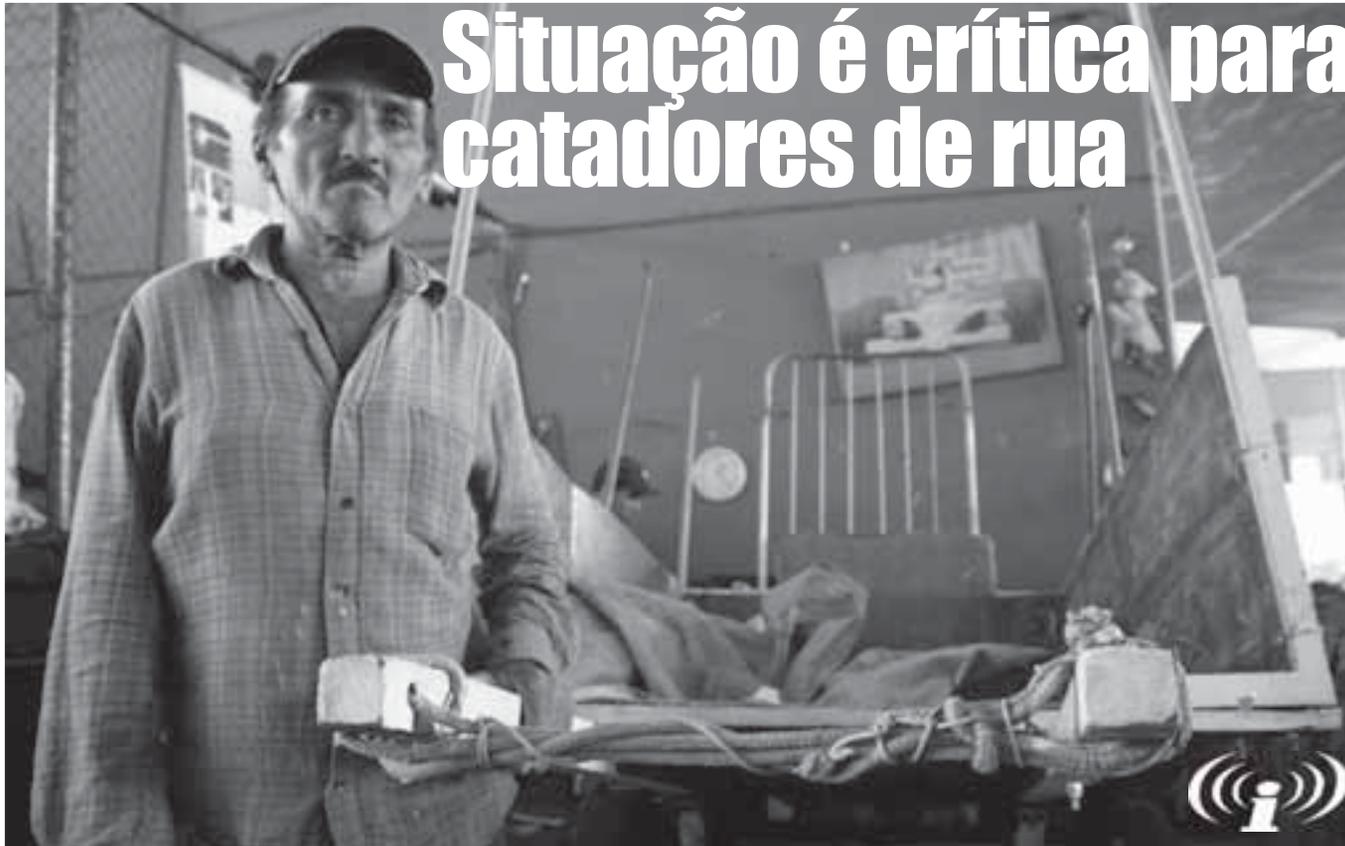
<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/332025.shtml>

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/332044.shtml>

Oficina-Escola de Artes e Reciclagem:

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/332058.shtml>

Situação é crítica para catadores de rua



A **Coopamare - Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis** - que há 16 anos está instalada embaixo de um viaduto em Pinheiros, bairro da zona oeste de São Paulo, foi **ameaçada de despejo**. No dia 8 de setembro de 2005 a cooperativa recebeu uma intimação da subprefeitura local, exigindo que deixassem o viaduto em 24 horas. Esta intimação foi realizada ilegalmente, sem decisão judicial, e é mais uma tentativa de higienização da cidade por parte da prefeitura de São Paulo.

Primeira cooperativa de catadores do Brasil, fundada em 1989, a Coopamare serviu de modelo para criação de cooperativas em diversos outros estados e municípios. A estruturação da cooperativa permitiu aos catadores uma maior visibilidade e legitimidade, bem como melhores condições de negociação e venda dos diversos materiais coletados.

Atualmente, a Coopamare tem 56 cooperados e cerca de 250 outros catadores não vinculados. Alguns projetos, como aulas de alfabetização e oficinas de reciclagem, são desenvolvidos com essas pessoas com a ajuda de parceiros da cooperativa.

Os catadores coletam, por dia, aproximadamente 200 quilos de diferentes materiais como papel, vidro, plástico, latinhas e outras coisas que muitas vezes são reaproveitadas por eles mesmos quando possível. Esse material é negociado pela cooperativa com as indústrias de reciclagem.

Numa sociedade de consumo como a nossa, onde tudo é produzido no formato "use e jogue fora", o papel dos catadores de rua é cada vez mais importante na manutenção da imensa quantidade de lixo que produzimos. Muito desse lixo poderia ser reciclado mas não é, por falta de conscientização e organização. Os catadores trabalham para que isso mude,

porém enfrentam um grande preconceito da sociedade. Por trabalharem nas ruas, são considerados marginais ao invés de terem o reconhecimento que lhes é devido.

A situação parece ser ainda mais crítica para os catadores de outras regiões da cidade. Na região central, a atual política de higienização implementada pela prefeitura tem perseguido também os catadores, prendendo carroças e fechando depósitos, deixando assim os catadores sem meios para realizar seu trabalho.

O **projeto da prefeitura** para os catadores do centro, revelado no início de setembro, era o de **retirada de todos os catadores da região central e deslocamento deles para uma central de triagem no bairro da Vila Maria**. Nessa central, os catadores iriam apenas separar o material trazido por caminhões da prefeitura. Os catadores deixariam assim de ser trabalhadores autônomos e passariam

a depender da prefeitura, entretanto não haveria vínculo empregatício direto com esta.

Diante dessa situação, o **MNCR - Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis** - organizou em setembro um mês de atividades para combater o projeto da prefeitura. Com as mobilizações deste mês, o movimento conseguiu, em reunião com a subprefeitura da Sé, a garantia de que os catadores poderiam seguir com suas carroças trabalhando no centro.



III

A situação dos direitos humanos da população em situação de rua do centro de São Paulo

1. Contextualização da situação da população de rua

Muitas pessoas ainda insistem em conceituar pessoas em situação de rua como “mendigos”, porque pouco se fala sobre esta realidade nos grandes meios de comunicação. O termo “mendigo” sugere soluções assistencialistas, e quem conhece a realidade das vidas das pessoas *em situação de rua* não aceita este conceito.

Segundo estudo realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (Fipe-USP), intitulado “Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003”, a cidade contava com cerca de 10.400 pessoas morando nas ruas (foram consideradas também as populações presentes nos albergues). É importante ressaltar que tudo leva a crer que este número vem aumentando nas últimas décadas. Um levantamento realizado pela prefeitura de São Paulo em maio de 1991 nas administrações regionais mais centrais (Sé, Lapa, Pinheiros, Mooca, Penha, Ipiranga, Vila Mariana e Santana, que concentram a maior parte da população de rua) identificou 3.392 pessoas em 329 pontos de pernoite.

A pesquisa da FIPE de 2003 mostra também que a maioria deste segmento é composta por homens – cerca de 87% – frente a uma proporção de 13% de mulheres, parcela que sofre mais ainda com as condições de vida na rua. A maior parte desta população encontra-se em idade economicamente ativa (18 a 55 anos) e em idade madura (26 a 55 anos), como se vê na tabela abaixo. Nota-se, porém, que há uma proporção significativa de grupos etários mais vulneráveis, como crianças e adolescentes (3%) e idosos (cerca de 14%).



Moradores da Rua Amaral Gurgel
foto: Ennio Brauns

Morador da Rua Amaral Gurgel
foto: Ennio Brauns



¹ Referência à Carta Mundial pelo Direito à Cidade, que vem sendo discutida e pactuada em diversos países do mundo, e ao Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001).

Idade declarada das pessoas em situação de rua

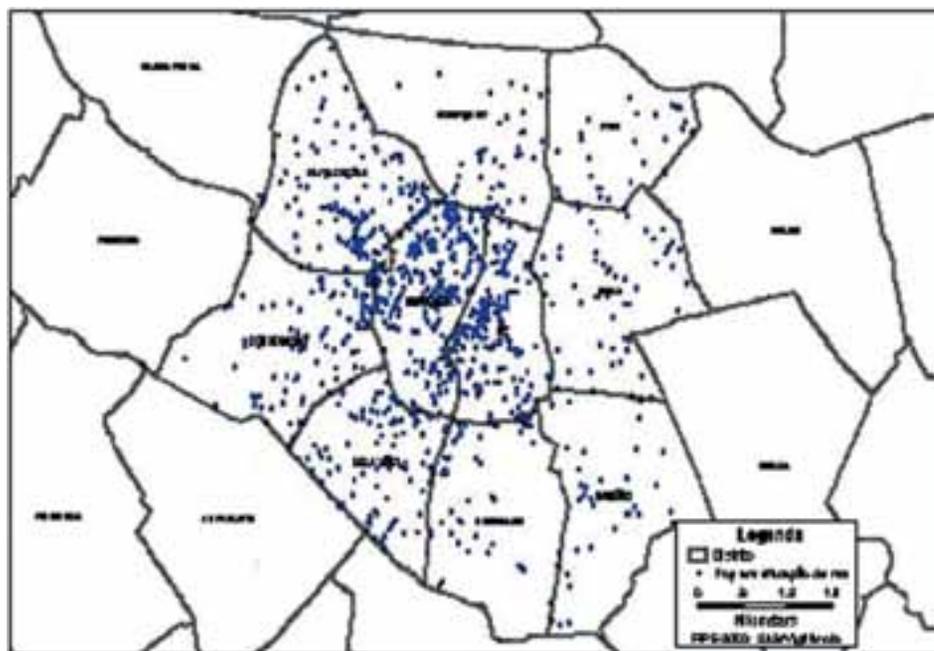
Idade	Nas ruas		Albergados		Total	
	Freqüência	%	Freqüência	%	Freqüência	%
0 a 3	37	*	-	-	37	0,3
4 a 6	23	*	-	-	23	0,2
7 a 14	147	3,5	-	-	147	1,4
15 a 17	113	2,7	5	0,1	118	1,1
18 a 25	341	8,1	533	8,6	874	8,4
26 a 40	1.191	28,3	2.154	34,8	3.345	32,2
41 a 55	1.130	26,8	2.361	38,2	3.491	33,6
56 ou mais	340	8,1	1.102	17,8	1.442	13,9
Sem informação	891	21,1	31	0,5	923	8,9
Total	4.213	100,0	6.186	100,0	10.399	100,0

*Quantidade insuficiente para estimativa da proporção

Fonte: Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003. Fipe e PMSF, 2003.

O Estudo da Fipe mostra também que a maior parte da população de rua se encontra no centro da cidade. Há uma nítida concentração nesta região.

Distribuição espacial das pessoas em situação de rua nos distritos centrais da cidade de São Paulo



Fonte: Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003. Fipe e PMSF, 2003.

Como se sabe, a população de rua se abriga em logradouros, mocós, casarões abandonados, postos de gasolina, cemitérios, carrinhos de catar papelão e outras formas improvisadas de dormida.

Quem vive nessa situação passou pelo rompimento de vínculos familiares e afetivos, pelo desemprego, pela migração na busca de sobrevivência, numa seqüência de perdas que acaba impedindo ou dificultando sua reintegração à sociedade.



Rampa antimoradores de rua no túnel da Avenida Paulista x Avenida Dr. Arnaldo | 2005
foto: Graziela Kunsch





Morador do túnel da Avenida Paulista x Avenida Dr. Arnaldo antes da construção das rampas | 2005
fotos: Graziela Kunsch



Trabalhadores constroem rampa da Avenida Paulista x Avenida Dr. Arnaldo | 2005

depoimento do Padre Júlio Lancellotti, da Pastoral do Povo de Rua: “É dramático ver isso. A força de trabalho, gente trabalhadora, simples também, que são lutadores, executando uma obra que é o símbolo do higienismo, da intolerância, da falta de política pública, da falta de assistência social, da falta de sensibilidade humana”.

foto: Graziela Kunsch





Ato "Natal na rampa" | 2005
foto: Graziela Kunsch



Rampa antimoradores de rua embaixo do viaduto Paulo VI, na Rua João Moura | 2006
foto: Antonio Brasileiro

Rampa antimoradores de rua embaixo do Viaduto Alcântara Machado | 2006
foto: arquivo Rede Rua





Grades embaixo do Viaduto João Julião (Beneficência Portuguesa) | 2003
fotos: arquivo Rede Rua



A vida na rua leva ao esquecimento da identidade, ao anonimato, à solidão e à vulnerabilidade quanto à dependência química, que acaba por se agravar por falta de atendimento público especializado para essas pessoas, principalmente em relação à saúde mental e ao envolvimento com álcool e outras drogas.

Se a implementação da Política de Atenção à População de Rua encontrou obstáculos na gestão da prefeita Marta Suplicy (2001-2004), a atual gestão de Serra-Kassab não a vê com interesse e prioridade.

Diversas iniciativas no centro da cidade de São Paulo, como as operações de limpeza nos bairros da Luz e do Glicério e as ações de repressão ao comércio ambulante, acabam por afetar a população em situação de rua. A Guarda Civil Metropolitana, que também age contra as pessoas abrigadas nos locais das operações, tem superado os limites do que deveria constituir-se numa “abordagem social” do problema.

Outras ações do governo municipal, como a construção das rampas de concreto na confluência das avenidas Doutor Arnaldo e Paulista, bem como muros de alvenaria vedando os baixos de viadutos, são tocadas sem atendimento à Política Municipal de Atenção à População de Rua. Neste sentido, observa-se que as pessoas são expulsas de seus “abrigos” e vão se “abrigar” no outro lado da avenida até que nova rampa seja construída.

Entre outras ações, a atual gestão municipal também pretende “descentralizar” o atendimento à população de rua, trabalhando na perspectiva de fechar equipamentos e albergues nos bairros centrais e abrir outros nas periferias, demonstrando coerência com um projeto de substituição de classes sociais, contrariando o direito à cidade e à função social da cidade.¹

2. Situação dos albergues

É bastante discutida e controversa a questão do funcionamento dos albergues municipais, devido às péssimas condições de vida oferecidas nestes estabelecimentos, onde temas relacionados à saúde não são discutidos ou abordados. Não há espaços de ouvidoria para receber as reclamações e sugestões dos albergados.

O problema do albergue é a sua própria concepção. Trata-se de um espaço que incentiva o assistencialismo, levando as pessoas a um aprofundamento de sua dependência do poder público, sem propor mudanças. Mais ainda, sua concepção está mais para dar continuidade à progressão de pena do que para resolver, preventivamente, o problema de pessoas que são obrigadas a viver nas ruas.

Podemos mesmo afirmar que está havendo uma espécie de *febenização* dos albergues (em analogia à grave situação da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - Febem - no estado de São Paulo). Com a falta de preparo, de motivação e com o aumento da violência e da falta de perspectiva por parte dos usuários, não existe um trabalho sócio-educativo e de ressocialização. Com isto, o albergue, que devia ser uma espécie de ponte, passa a ser o ponto final.

Houve uma melhora significativa na qualidade do serviço de albergue, mesmo com casos graves de limpeza, atendimento e respeito aos direitos básicos. Entretanto, não

há formação de profissionais e o salário é cada vez mais baixo. O serviço com este segmento exige profissionais capacitados e motivados, quando o que se vê é bem o contrário: regras impostas sem diálogo e favorecimento de alguns usuários.

Segundo a Fipe, “parte das pessoas em situação de rua procura os albergues da cidade para abrigo noturno. Principalmente nas noites frias, a oferta de alimento e um ambiente aquecido os convencem a buscar a proteção que a prefeitura e as organizações sociais lhes propiciam. O albergue se constitui, também, em alternativa de pernoite para alguns migrantes de passagem pela cidade, sem renda suficiente para arcar com os custos de uma pensão ou hotel. A esses somam-se as famílias desalojadas por despejo, demolição ou dificuldades pessoais. Há também, entre os albergados, aqueles que perderam o emprego e que, sem amparo familiar, esperam um novo posto de trabalho”.

O que se percebe, no entanto, é que a própria população que se constitui em potencial usuária dos serviços encontra inúmeras resistências e ressalvas quanto ao uso dos albergues, por diversos motivos, entre os quais regras muito rígidas, problemas com outros albergados e com funcionários, além de falta de segurança.

O fato é que, se os albergues constituem alternativa (ou falta de) principalmente nas noites mais frias de inverno, eles não oferecem um acolhimento que respeite a privacidade, a diversidade e especificidades de situações existentes hoje na população em situação de rua, como a presença de famílias, deficientes físicos e mentais, idosos e dependentes químicos.

Ranking dos motivos pelos quais a pessoa na rua não frequenta o albergue

Razões	Frequência	%
Conhece albergues, mas não frequenta porque:	2. 604	
Não aceita as regras do albergue	851	26,6
Tem problemas com outros usuários	432	13,5
“Não gosta”	410	12,8
Há falta de segurança nos albergues	211	6,6
Sofreu maus-tratos nos albergues	192	6,0
Acha o ambiente inadequado	150	4,7
Não há higiene nos albergues	90	2,8
Não pode ficar com a família/os amigos	69	2,2
O albergue não aceita suas condições/não pode entrar com seus pertences / não tem documentos/não encontra vaga	791	24,7

Fonte: Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003. Fipe e PMSP.

Historicamente, as políticas e programas voltados à população em situação de rua têm mostrado muita dificuldade em superar dois extremos: o assistencialismo e o paternalismo, de um lado; a limpeza, a violência e a expulsão, de outro. Somente em raros momentos, através de muito esforço e durante muitos anos de luta de diversas entidades e graças também ao compromisso de alguns servidores, as propostas públicas têm contribuído com o resgate da história, da dignidade e da cidadania das pessoas na situação de rua.



Guarda Civil Metropolitana expulsa moradores da Praça da Sé | Gari recolhe papelão e madeiras dos moradores | 2005
fotos: Bijari

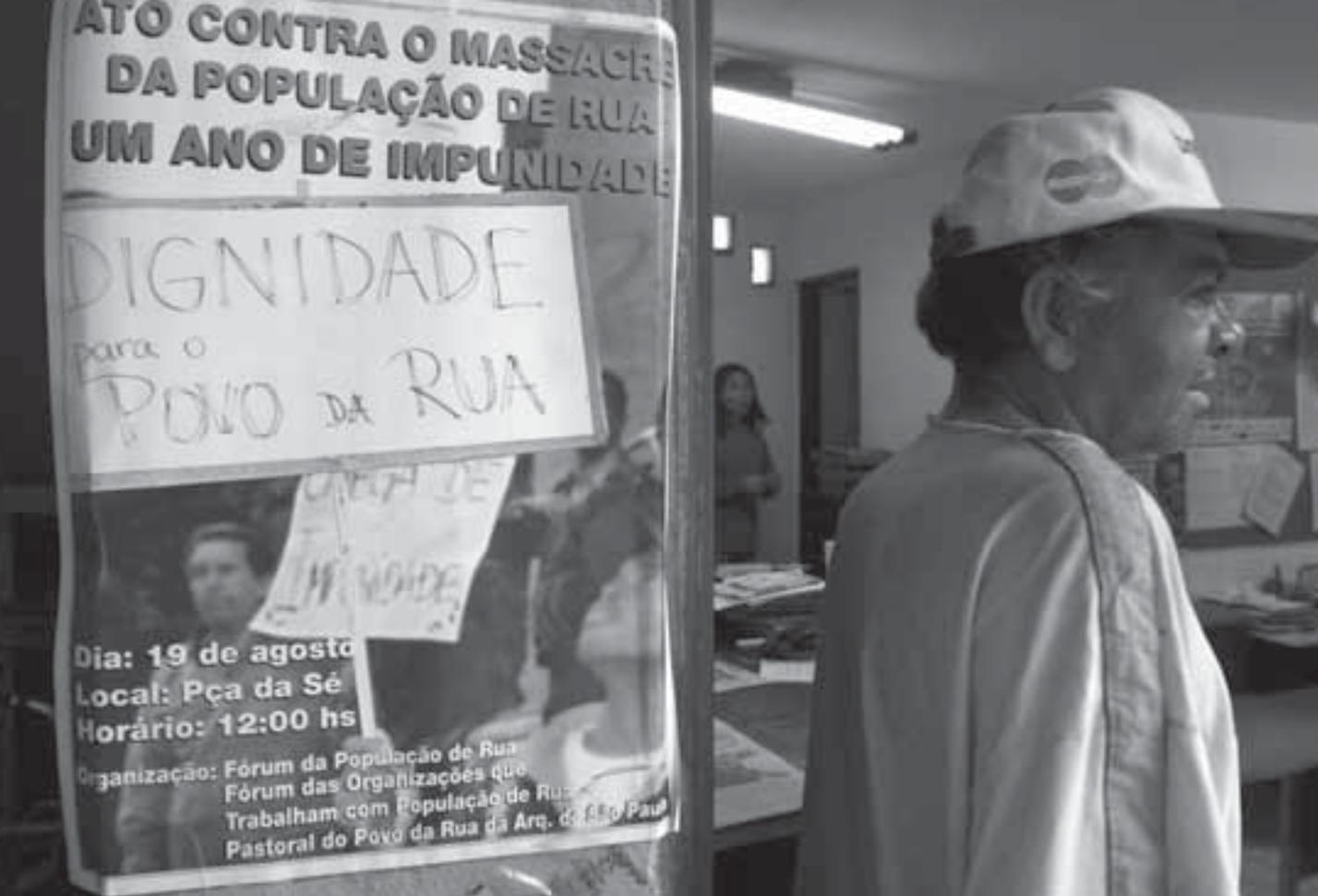




Garis recolhem sofá dos moradores | 2005
foto: Bijari

Guarda Civil Metropolitana prende morador da Praça da Sé | 2005
foto: arquivo Rede Rua





Cartaz do ato de um ano do massacre de moradores de rua | 2005
foto: Henrique Parra

3. Casos e violações de direitos humanos identificados junto à população de rua

3.1. Assassinatos em agosto de 2004

Em agosto de 2004, foram espancadas 16 pessoas enquanto dormiam nas ruas do centro de São Paulo, tendo 7 delas morrido.

O trabalho de investigação de um ano e dois meses, envolvendo delegados de polícia, quatro promotores de justiça e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe), que resultou na denúncia e pedido de prisão preventiva dos indiciados – cinco policiais militares e um segurança clandestino –, foi rejeitado pelo juiz Richard Francisco, do 1º Tribunal do Júri. A decisão foi precipitada, pois o mesmo juiz afirmou não ter lido todo o inquérito e, além disso, confundiu-se quanto ao teor dos depoimentos colhidos.

Ao todo, cerca de 200 pessoas foram ouvidas. O inquérito policial entregue junto com a denúncia tinha aproximadamente duas mil páginas. Foram treze ações distintas, em diversos locais, em curto espaço de tempo, apresentando uma única forma de execução. Para o Ministério Público, a partir do que foi apurado, não há dúvidas de que as pessoas denunciadas são as culpadas pelo massacre.

Na avaliação do Ministério Público, faltou uma leitura atenta por parte do magistrado que não leu com seriedade e dedicação a denúncia. O despacho de oito parágrafos do magistrado, que não faz referências ao inquérito, é uma prova disso.

Para tentar reverter essa situação, o Ministério Público entrou com três medidas judiciais diferentes. Ingressou primeiro com um recurso contra a rejeição da denúncia, que tem duas fases. Na primeira, o próprio juiz ou outro juiz do 1º Tribunal do Júri pode rever a decisão, fazer uma retratação e receber a denúncia. Se o juiz não voltar atrás, esse recurso vai para o Tribunal de Justiça. Nesse caso, pode demorar de dois a três anos para ser julgado. Por isso, a segunda medida é um mandado de segurança que pretende fazer com que o Tribunal de Justiça dê a esse recurso um efeito imediato, determinando o recebimento daquela denúncia para assim poder ser iniciado o processo sem que haja o julgamento final do recurso.

Além disso, os promotores entraram com uma argüição de suspeição, ou seja, um pedido de afastamento do juiz desse caso, por acreditarem não haver as condições de isenção e de imparcialidade necessárias para a condução do processo. Tal solicitação é justificada pelos fatos de o Ministério Público ter tomado conhecimento da rejeição antes da intimação, pela mídia, e não pelos meios oficiais, de existir a acusação de que o magistrado não leu a denúncia e de os nomes dos denunciados terem vazado à imprensa, colocando em risco a vida de testemunhas e o próprio processo, já que os acusados poderiam fugir.

A federalização dos crimes é possível e vem sendo incentivada pelo Ministério da Justiça, porém é necessário que o pedido de federalização seja formulado novamente, desta vez com mais elementos, pois há um precedente negativo, uma vez que a primeira solicitação foi negada pelo procurador geral da República.

3.2. Ineficácia da Política de Atenção à População de Rua: a interrupção da aplicação da lei municipal 12.316/97

A aprovação da lei municipal 12.316/97, que cria a política de atenção à população de rua, pouco avançou pela garantia de direitos sociais e de cidadania. No início deste processo, a lei não era cumprida porque se aguardava sua *regulamentação*, publicada em janeiro de 2001, pelo decreto 40.232. Uma vez aprovada, a *implementação* da política de atenção tornou-se uma bandeira de luta da população em situação de rua.

A lei dispõe sobre a obrigatoriedade do poder público municipal em prestar atendimento à população de rua na cidade de São Paulo, mantendo serviços e programas de atenção a ela, garantindo padrões éticos de dignidade e não-violência na concretização de “mínimos sociais” e dos direitos de cidadania a esse segmento social, de acordo com a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município de São Paulo e a Lei Federal n. 8.742 (Loas), de 7 de dezembro de 1993.

Para cumprimento destes “mínimos sociais”, a lei exige a instalação e a manutenção, com padrões de qualidade, de uma rede municipal de serviços e de programas de caráter público direcionados a toda a população em situação de rua (homens, mulheres e crianças, acompanhadas da família), que incluam desde ações emergenciais a atenções de caráter promocional em regime permanente e de caráter intersetorial, autorizando contratos e convênios com associações civis de assistência social.

Para execução da política, devem ser observados, segundo a lei, os seguintes princípios:

- I – Respeito e garantia à dignidade de todo e qualquer ser humano;
- II – Direito da pessoa a ter um espaço para se localizar e referir na cidade, para ter um mínimo de privacidade como condição inerente à sua sobrevivência, existência e cidadania;
- III – Garantia da supressão de todo e qualquer ato violento e de comprovação vexatória de necessidade;
- IV – Não-discriminação no acesso a quaisquer bens e serviços, principalmente os referentes à saúde, não sendo permitido tratamento degradante ou humilhante;
- V – Subordinação da dinâmica do serviço e da garantia da unidade familiar;
- VI – Direito do cidadão de restabelecer sua dignidade e autonomia, bem como sua convivência comunitária;
- VII – Exercício cidadão de participação da população, por meio de organizações representativas, na proposição e no controle das ações que lhes dizem respeito;
- VIII – Garantia de capacitação e de treinamento dos recursos humanos que operam a política de atendimento à população de rua.

A população em situação de rua enfrenta dificuldades para solicitar documentação; acesso aos serviços de saúde, pois não há agentes especializados nas unidades básicas de saúde e atendimento móvel; e vagas em albergues. Isto evidencia a falta de observância dos princípios da política.

Tudo isto dificulta a implantação e manutenção dos serviços e, conseqüentemente, as garantias da dignidade e de padrões de qualidade acabam prejudicados. São os serviços e programas previstos na lei:

I – **Abrigos emergenciais**, providos de instalações dotadas de recursos humanos e materiais necessários para acolhida e pernoite, no período de inverno, da população de rua, fornecendo condições de higiene pessoal, alimentação, vestuário, guarda de volumes e serviços de referência na cidade;

II – **Albergues**, equipados com instalações providas de recursos humanos e materiais necessários para acolhida e alojamento, na cidade, de pessoas em tratamento de saúde, imigrantes recém-chegados, situações de despejo, desabrigo emergencial e mulheres vítimas de violência, com funcionamento permanente, fornecendo condições para higiene pessoal, alimentação, guarda de volumes, serviços de documentação e referência na cidade;

III – **Centros de serviços**, com locais dotados de recursos humanos e materiais para oferecer à população de rua, durante o dia, alimentação, condições de higiene pessoal, cuidados ambulatoriais básicos, serviços de referência na cidade e estacionamento de “carrinhos”, quando for o caso;

IV – **Restaurantes comunitários**, com provisão, em locais centrais, de instalações dotadas de recursos humanos e materiais para oferta de alimentos a baixo custo à população de rua;

V – **Casas de convivência**, com oferta de espaços dotados de recursos humanos e materiais para promover: convivência, socialização e organização grupal, atividades ocupacionais, educacionais, culturais e de lazer, assim como condições de higiene pessoal, cuidados ambulatoriais básicos, alimentação, guarda de volumes, serviços de documentação e referência na cidade;

VI - **Moradias provisórias**, com provisão de instalações, próprias ou locadas, com capacidade de uso temporário por até 15 pessoas moradoras de rua e em processo de reinserção social;

VII – **Vagas de abrigo e recuperação**, com oferta de vagas em serviços próprios ou conveniados que atendam pessoas moradoras de rua em situação de abandono e em tratamento de saúde – portadoras de moléstias infecto-contagiosas (inclusive de HIV), de doenças mentais e de deficiências –, além de idosos;

VIII – **Soluções habitacionais definitivas**, com oferta de alternativas habitacionais que atendam pessoas em processo de reinserção social e incluam auxílio-moradia e financiamento de construções em regime de mutirão;

IX – **Oficinas, cooperativas de trabalho e comunidades produtivas**, providas de instalações preparadas com equipamentos, recursos humanos e materiais para: resgate da cidadania através dos direitos básicos de trabalho; capacitação profissional; encaminhamento a empregos; formação de associação e cooperativas

de produção e geração de renda; e manutenção de projetos agrícolas de desenvolvimento auto-sustentado que promovam a autonomia e a reinserção social da população de rua;

X - **Projetos sociais**, com implantação e manutenção de programas assistenciais e preventivos realizados nas ruas através de educadores capacitados com pedagogia adequada ao trabalho com este segmento de sociedade.

Alguns serviços, de fato, foram implementados – poucos albergues e restaurantes no centro. Quanto à habitação, o Programa de Locação Social, aprovado pelo Conselho Municipal de Habitação e suspenso pela atual gestão municipal, atendeu uma pequena parte de moradores de baixos de viadutos e usuários de albergues indicados pela Secretaria Municipal de Assistência Social. No entanto, não se trata de uma solução habitacional definitiva.

Já os albergues, criados a partir da implementação da política, enfrentam problemas como despreparo de funcionários – públicos ou contratados pelas associações que mantêm contrato para execução de trabalhos –, a violência empregada pela Guarda Civil Metropolitana e a falta de cuidados “mínimos”, como a instalação de bebedouros em banheiros, denunciados pelos usuários participantes do Conselho de Monitoramento de Políticas de Atenção à População de Rua (também previsto em lei). É evidente que estes problemas foram e estão sendo gerados pela falta de observância aos princípios da política de atenção.

A lei, no final, prevê um orçamento compatível com o atendimento nela referido e um censo da população de rua para comparar vagas ofertadas e necessidades.

Neste sentido, o orçamento para execução dos serviços de atendimento à população em situação de rua não está colocado em discussão, porque a população não tem acesso às informações. O último censo, ao contrário do que prevê a lei, foi realizado em 2003.

3.3. Falta de continuidade das moradias provisórias

O programa de moradias provisórias teve início em 2003, funcionando da seguinte forma: moradores de rua ou de albergues fazem entrevistas com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e, se demonstram ter condições de levantar renda, passam a habitar uma moradia alugada pela prefeitura no prazo de seis meses, renováveis por mais seis meses, pagando uma taxa de condomínio que varia entre R\$ 25 e R\$ 35. Antes de ser uma modalidade da prefeitura, há mais de dez anos a ONG Organização de Auxílio Fraternal (OAF) já alugava casas e chamava a população de rua para habitá-las, mas essas moradias eram chamadas “repúblicas” ou “moradias comunitárias”. Hoje a OAF, em parceria com a SMADS, mantém 5 casas, sendo que cada casa abriga 10 pessoas e conta com uma cozinha comunitária equipada com fogão, geladeira, estantes e mesas.

Muitos contratos estão chegando ao fim e os usuários das diferentes moradias provisórias estão revoltados com a possibilidade de retornarem para albergues



População em situação de rua assina contratos das frentes de trabalho, cortadas pela prefeitura | 2003
fotos: arquivo Rede Rua



ou para a rua. Nos albergues eles não têm a liberdade de entrar e sair na hora que quiserem, de tomar banho quando quiserem, ou de estar na moradia ao longo do dia (nos albergues, as pessoas só podem permanecer durante a noite). Existia uma reivindicação para o prazo de 6-12 meses se estender para 18 meses. Mas, como explica Regina Maria Manoel, coordenadora geral da OAF, “o problema real não está nos 12 ou 18 meses, mas no fato de se tratar de uma moradia *provisória*. A questão é que acaba não havendo uma continuidade. Os moradores reivindicam bolsa-aluguel e moradia social. Da Secretaria de Assistência Social [o assunto] precisa passar para a de Habitação”.

3.4. Fim do Programa Operação Trabalho

Em abril de 2006, a Secretaria Municipal do Trabalho de São Paulo anunciou na grande imprensa o fim do programa Operação Trabalho, que desde 2001 empregava pessoas de baixa renda (renda familiar de até meio salário mínimo), de baixa escolaridade, em situação de rua e/ou egressos do sistema prisional, entre outros. No final de 2005 foram abertas 1.500 vagas nas subprefeituras, com bolsa mensal de R\$ 363,45, referente a seis horas diárias de serviço. Em janeiro de 2006, mais 2.000 pessoas foram contratadas, mas apenas 24 seguem trabalhando e não terão suas bolsas renovadas, apesar de R\$ 6 milhões terem sido destinados ao programa. Muitos usuários do Programa Operação Trabalho tinham voltado a estudar e haviam deixado os albergues para morar em pensões, onde têm privacidade.

Direitos violados

Direito à vida e à segurança (art. 5º da Constituição Federal): Violação do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana e da cidadania (art. 1º, III).

Direito à saúde (art. 196 da Constituição Federal e artigo 12 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o artigo 10 do Protocolo de San Salvador-OEA): não-cumprimento do dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas a redução de risco de doença e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

Direito à igualdade e não-discriminação (art. 5º, “caput”, da Constituição Federal): discriminação da população de baixa renda – neste caso, a população em situação de rua –, com o assassinato de pessoas enquanto dormiam nas calçadas, agressões físicas, discriminação no atendimento em postos de saúde, projetos de inclusão social e falta de previsão de orçamento definido em lei para o seu atendimento.

Direito à cidade sustentável (art. 2º, inciso I, da Lei Federal 10.257/01): violação do direito à moradia, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer previsto. A justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do

processo de urbanização, diretriz do Estatuto da Cidade, é condição para a inclusão desta população extremamente marginalizada, no sentido de combater a desigualdade social (Estatuto da Cidade, art. 2º, IX).

Gestão democrática da cidade (art. 2º, inciso II, da Lei Federal 10.257/01): violação do direito de participar da gestão democrática de projetos e planos a serem implantados na cidade, inexistindo diálogo da prefeitura com os setores organizados, como o Movimento Nacional de População de Rua.

4. Reivindicações e propostas

4.1. À Prefeitura Municipal de São Paulo

- Implementação integral da Política de Atenção à População de Rua – Lei 12.316/97.
- Continuidade do atendimento dos ex-moradores de rua residentes nas moradias provisórias, mediante seu atendimento gradativo por políticas habitacionais compatíveis com seu nível de renda e grau de inserção social.

4.2. À Prefeitura Municipal e ao Governo do Estado de São Paulo

- Criação e implementação, em nível estadual e municipal, de programas de inserção produtiva para capacitação e geração de renda de pessoas em situação de rua.

4.3. Ao Procurador Geral da República

- Federalização dos crimes cometidos contra os moradores de rua, mediante a apuração dos crimes e responsabilização dos culpados por assassinatos e violações cometidas.



Bijari | 2005

Na explicação do grupo, esta intervenção na Praça Patriarca “aponta a invisibilidade, a miopia social para com os moradores de rua”.

5. Reportagens e matérias publicadas pelos veículos de comunicação

“Olha nos meus olhos, sou ser humano!”

Alderon Costa

Na madrugada do dia 19 de agosto, dez homens que dormiam nas ruas do centro de São Paulo foram estupidamente agredidos, provavelmente por paulada ou barras de ferro. Destes, 4 morreram e os outros continuaram internados em estado grave nos hospitais da cidade. Se não bastasse, na madrugada do dia 22 de agosto uma mulher foi assassinada e mais 4 pessoas foram agredidas. Agora são 6 o número de vítimas fatais e 9 o de feridos.

A imprensa tem noticiado esses fatos com muita immoderação. Nesses dias os jornais de São Paulo têm dedicado muito papel para a questão das mortes das pessoas em situação de rua. Sem dúvida nenhuma que tem sido de muita importância a presença da imprensa nesses casos. Com ela as apurações estão devagar, sem ela não se teria nenhuma apuração. Só isto não basta para dizer que a imprensa tem modulado sua relação com este grupo específico que são as pessoas em situação de rua. A imprensa continua perdida, manipulando e formando opiniões preconceituosas sobre a população de rua.

Infelizmente, ainda vemos manchetes do tipo: “Massacre de mendigos no centro”, jornal São Paulo Agora, no dia 20. O jornal O Estado de S. Paulo, no dia 21: “Morre mais um mendigo e outro é achado

ferido”. “Mais dois mendigos mortos”, foi a manchete do Jornal da Tarde, do dia 23. Para ficar nestas três manchetes e chamar a atenção do leitor para esta visão preconceituosa que a imprensa insiste em impregnar no exercício de reserva deste sistema que ela etichô. Chamar as pessoas que têm a rua como última chance de sobrevivência é no mínimo irresponsável e de um desconhecimento gigantesco desta realidade que cada vez mais tem aumentado em todas as grandes capitais.

Avanços já foram dados, alguns meios têm chamado estas pessoas de “moradores de rua”, “sem teto”, “pessoas em situação de rua”. É óbvio que o conceito é tão importante como a prática. Se continuarmos tendo uma visão de mendigos, continuamos dando soluções assistencialistas. A mudança de conceito pode trazer benefícios para várias pessoas que estão na rua por conta do desemprego. Quem conhece um pouco a realidade da rua não pode aceitar esse conceito como óbvio. Um cartaz, pegando por uma pessoa no ato econômico para lembrar as vítimas resumiu essa crítica à imprensa: “Olha nos meus olhos, sou ser humano”. Sem comentários!

A reportagem, em particular, na imprensa escrita fixou-se nos crimes e das histórias relacionadas com os fatos. Pouco se falou sobre a realidade, suas causas e possíveis soluções.



Como não se teve nenhuma foto nova, além das nossas mortes da fim de semana, a imprensa tem divulgado possibilidades sobre quem estaria por trás dessas mortes. Em todas as entrevistas que foi possível acompanhar sempre tinha esta pergunta: quem estaria por trás desses crimes? São perguntas que já se sabe a resposta. São as famosas hipóteses. Em um momento foi levantada a possibilidade de briga entre as pessoas em situação de rua,

vingança de traficantes, ação de gangues, limpeza do centro pelos comerciantes e até ações da polícia. Enfim, hipóteses.

Da fábrica de hipóteses a velha tática de criar conflitos para postergadamente se tomarem notícias. Neste sentido é que se traçou a posição do Município e do Estado. Um acusando o outro. De cada vez se prozubar uma fala de um para atingir o outro. Tudo no final virou notícia. O Estado culpa o Município e este por

sua vez culpa o Estado. Se não acontecer nenhum assassinato novo o espaço será substituído pela eleição municipal.

A população que está em situação de rua continuará nas ruas exposta a todo tipo de violência e as ações concretas, emprego, moradia, saúde, educação vão ficar para outro momento. Mortes vão continuar e o grande problema é que não serão mais fatos políticos e sem terão mais importância jornalística.

Na Sé, D. Cláudio cobra ação por moradores de rua

Elisa Amador

Em missa celebrada ontem na Catedral da Sé pelas 452 anos de capital, o cardeal arcebispo de São Paulo, D. Cláudio Hummes, ressaltou, com referências à Prefeitura, a discussão sobre um tema que tem provocado muita polêmica na cidade: o tratamento (ou a falta dele) dado aos moradores de rua pela administração municipal. Da primeira fileira de bancos da igreja, o prelado José Serra acompanhava o sermão de 30 minutos.

Em tom sério, D. Cláudio criticou a falta de diálogo de Mucielgo com os representantes do povo de rua e cobrou parceria na discussão de soluções. "Os pontos de vista dos imigrantes na questão do povo de rua muitas vezes divergem e é natural. Por isso, a necessidade de diálogo e, numa busca de soluções, devem participar ativamente as instituições, os moradores de rua", disse o cardeal.

No ano passado, o governo Serra travou um encontro público com milhares de representantes do povo de rua. O padre João Lanovatti, da Pastoral do Povo de Rua, foi o líder desse movimento contra medidas adotadas pela atual gestão. No centro da discussão estava a construção de rampas sob viadutos que liga à Avenida Paulista 4 Destino Artístico a trancheirinhas de albergues do centro para a periferia. "Se não são higienistas, são o quê, então?", perguntou padre João, que se referiu à miséria. "Não adianta migrar geograficamente a população de rua, é preciso migrar socialmente."

D. Cláudio abriu a homilia – sermão durante a missa – com a questão dos moradores de rua. "Construir o espaço urbano significa incluir todos, de modo que todos possam exercer sua cidadania", disse.

O cardeal também chamou a atenção para a desmera na punição dos culpados pelo mau atendimento de moradores de rua ocorrido em agosto de 2004 no centro e



APM - D. Cláudio, Alckmin e Lu, Monica e Serra vão da Sé ao Pátio

FRASES

D. Cláudio Hummes, arcebispo de S. Paulo

"Construir o espaço urbano significa incluir todos, de modo que todos possam exercer sua cidadania"

"Nossa busca de soluções devem participar os próprios interessados, os moradores de rua através de seus representantes"

"Tanto obrigação de tentar a criação de moradores de rua que também foi estabelecida com seus outros pontos"

Para Serra, não houve crítica e as opiniões são nemoliantes

que resultou na morte de sete moradores. "Mas a obrigação de buscar a criação de alternativas de rua que tenham a qualidade não foi estabelecida pelos sucessores pontos?"

Após o sermão, o arcebispo preferiu não permanecer com as instituições e Prefeitura. "As instituições e as instituições e instituições e, assim, é preciso dialogar. O que eu quero é que todos tenham, um programa conjunto", disse. "Uma parte de rua tem propriedade e preço baixo."

O momento mais conturbado foi quando D. Cláudio elogiou o trabalho de padre Alckmin e população de rua. Um grupo de cerca de 200 pessoas, em frente à catedral, protestou. O governador Geraldo Alckmin, que assistia à missa no lado de Serra, foi o primeiro a ir ao pulso e alguns momentos depois insistiu. Depois, Alckmin e padre João conversaram e chegaram a acordo de trabalho para 100 habitantes de rua, criada pelo governo do Estado em parceria com 20 entidades, incluindo o trabalho por D. Cláudio depois a igreja – até criar pontos – em São Paulo. "Temos um bom diálogo com a Prefeitura, com o Conselho de Assistência Social e Trabalho", afirmou padre João. João em Serra, não chegou ao termo.

Frente à igreja, os manifestantes, no entanto, não estavam dispostos a falar de diálogo, por a o momento em que D. Cláudio, Alckmin e Serra foram alvo de protestos de moradores de rua, que gritavam "Serra não" e "Cardeal".

Após o sermão, o arcebispo, o prefeito não permaneceu. A presença de D. Cláudio e um alívio diferente da missão. Não se verificou nenhuma crítica. "Mas, a respeito de sucessores e sucessores da Prefeitura, não foi que o espaço urbano não foi estabelecido. O espaço urbano", disse sem hesitação. "Respostas das respostas, não a igreja está tentando de graça", concluiu o texto. ■ **ELISA AMADOR/AGÊNCIA CONTRA**

11 MESES DEPOIS

Massacre de moradores de rua em SP segue impune

Entidades defensoras dos direitos humanos promovem ato para cobrar do governo de SP uma resposta para a morte de 7 moradores de rua, assassinados no centro da cidade em 2004. MP recebeu manifestantes e prometeu reforçar investigação.

Bia Barbosa – Carta Maior

São Paulo – Entidades de direitos humanos e associações de moradores de rua realizaram nesta terça-feira (19) na praça da Sé, no centro de São Paulo, um ato público contra a violência e a impunidade. O objetivo da manifestação foi cobrar da Justiça uma investigação profunda e séria dos casos de chacinas ocorridos recentemente na cidade, entre elas as mortes de sete moradores de rua, assassinados há onze meses – ainda não esclarecidos –, e de Tereza Rodrigues Francisco e seus filhos Eduardo Rodrigues Francisco, de 24 anos, e Fábio Rodrigues Francisco, de 15 anos, no núcleo habitacional do Jardim Portinari em Diadema, no último dia 4 de julho. O ato reuniu centenas de pessoas e foi promovido pela Arquidiocese de São Paulo, Comissão Justiça e Paz de São Paulo, Centro Santo Dias de Direitos Humanos, Vicariato do Povo de Rua, Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe), Movimento Nacional de Direitos Humanos e moradores de bairros atingidos pela violência policial em São Paulo.

“Mais uma vez, nós, da população de rua, estamos decepcionados com a Justiça do Estado de São Paulo e do Brasil. Há onze meses, sete companheiros foram massacrados no centro e não houve Justiça. A população que é jogada de suas casas e que passa pela exclusão da moradia, se encontra sozinha. Estamos aqui pra mostrar que somos organizados e que cobramos Justiça para nossos irmãos e irmãs massacrados”, disse Anderson Lopes Miranda, representante dos moradores de rua.

O ato contou com a presença de Flordenice Machado dos Santos, irmã de Cosme Rodrigues Machado, um dos moradores de rua assassinados, e do arcebispo de São Paulo, Cardeal Dom Cláudio Hummes, que cobrou uma mobilização da população contra a impunidade diante da violência policial.

“Não é possível ficar em casa escutando notícias e esperar que as coisas mudem. É preciso ir às praças, fazer manifestações. A impunidade alimenta a violência. Quando não se pune, o crime parece que compensa”, disse Dom Cláudio.

“Onze meses depois, não sabemos em que pé estão as investigações. O pior é quando a violência vem de quem deveria dar segurança para o nosso povo. Há bons policiais, mas os maus têm que ser condenados. Precisamos de uma atitude mais firme das autoridades para levar à punição de quem exerce violência até hoje. Gostaríamos de ver uma aceleração dos processos. O povo diz que se sente pouco atendido pela Justiça. Quanto mais demorarem as respostas, mais o povo se sente desesperançado”, afirma o cardeal.

O grupo Atitude Pela Paz, criado por moradores da zona sul de São Paulo e que levou dezenas de crianças e adolescentes à manifestação, afirmou que a população da periferia já está acostumada com as chacinas contra a população pobre. “São Paulo não pode ser uma cidade onde há pessoas que não podem morrer e outras que podem morrer – que são os pobres – porque “estavam aprontando alguma coisa errada”. Isso é errado. Queremos justiça pra todos, para ricos e pobres. Vamos ter um ato de um ano de morte dos moradores sem respostas pra isso?”, questionou Luiz Carlos dos Santos, coordenador do grupo.

Na visão dos participantes da manifestação e das organizações de direitos humanos que promoveram o ato, o principal responsável pela ausência de respostas no caso do massacre dos moradores de rua é o governo do Estado de São Paulo. Na época dos assassinatos, as autoridades paulistas assumiram a



responsabilidade de encontrar os culpados pelos crimes. Cabe à Polícia Civil apresentar os indícios para que, então, o Ministério Público possa oferecer uma ação penal contra os suspeitos. Mas as informações apresentadas até agora não foram suficientes. Além disso, uma possível testemunha foi morta e um menino, Diego, que disse ter informações, está desaparecido. Organizações de direitos humanos chegaram a pedir a federalização desses crimes, mas o pedido não foi aceito pelo Poder Judiciário.

“Queria que o governador e o secretário de Segurança Pública estivessem ouvindo isso. São Paulo hoje vive uma situação pior do que a do Iraque. Não temos direito de ir para a rua, para a escola. A polícia manda e desmanda. Estou mostrando a minha cara e posso ser a próxima. Por isso precisamos que esses policiais, que estão usando fardas e são pagos com o dinheiro dos nossos impostos, sejam mandados embora. Eles estão denegrindo os bons policiais. Cadê o [Geraldo] Alckmin e o Saulo [de Castro Abreu Filho] que não vêem isso?”, disse Maria de Lurdes Scarpim, moradora do Jardim Pantanal, bairro vizinho ao que foi palco de uma das últimas chacinas de Diadema.

O MP aberto à população

Da Praça da Sé, os manifestantes seguiram em caminhada até o Ministério Público, onde foram recebidos pelo Procurador Geral de Justiça do Estado, Rodrigo César Rebello Pinho. Em princípio, uma comissão seria portadora das reivindicações do movimento, mas o Procurador Geral abriu o auditório nobre do MP para que todos os presentes participassem do debate. As entidades entregaram ao MP um documento onde pediram que seja designada uma equipe especial de promotores para elucidar homicídios coletivos onde haja a suspeita de envolvimento de policiais. O documento também apresenta um inventário de chacinas na periferia de São Paulo, com casos ocorridos em Sapopemba, Parque Novo Mundo, Jardim Pantanal, Favela do Coruja e outros mais antigos, que ainda não tiveram desfecho, como o da Favela Naval e os dos grupos de extermínio em Ribeirão Preto e Guarulhos. A maioria das chacinas aponta para a participação de policiais. Também foi cobrada uma investigação sobre a morte de cinco pessoas, ocorrida no dia 22 de junho, na Favela do Morro do Samba, também em Diadema, numa suposta resistência seguida de morte envolvendo policiais civis.

O tema central da audiência, no entanto, foi a investigação acerca do massacre dos moradores de rua. Conforme explicou o promotor Rodney Claide Bolsoni Elias da Silva, responsável pelo caso junto ao MP, as provas periciais – como exames de necrópsia – já estão esgotadas. E as provas testemunhais, até o momento, não são fortes. “São testemunhos circunstanciais. As pessoas que sabem das coisas pouco estão dizendo de concreto sobre as mortes e as tentativas de morte. E, sobre o pouco que falam, não conseguimos provas”, disse Silva. “A verdade, que muitas vezes está na rua, se não chega ao processo, não existe. E aí as investigações continuam do mesmo jeito. Por isso pedimos aos moradores para nos procurar. Tudo será tratado como sigilo absoluto e temos como dar proteção à testemunha”, garantiu o promotor.

Desde a última quinta-feira (14), o segundo relatório entregue pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) com informações sobre a investigação está nas mãos do Ministério Público. O MP, no entanto, ainda depende de outros dados para tentar concretizar uma prova. Entre eles, estão os nomes dos policiais que compõem o batalhão da Polícia Militar que atua na região da Sé, onde aconteceram os assassinatos. O ofício já foi encaminhado à PM, mas ainda não foi respondido. Um suspeito de envolvimento na morte de um dos moradores de rua é o ex-policial militar Jainer Aurélio Porfírio, vulgo “Jaime”. No entanto, o que os promotores têm em mãos ainda é pouco para oferecer ação penal.

“Não há condições ainda de oferecer ações penais, para dar uma resposta provisória para a sociedade que no final não vai resultar em condenação no futuro. Não vamos formular uma acusação que não tenha êxito. Precisamos de apoio e abrir um canal de comunicação para que possamos efetivamente produzir uma prova. Em parceria, trabalharemos melhor”, acredita Rodrigo Pinho. “Infelizmente não temos indiciados até agora. Mas é difícil trabalhar com o silêncio e a falta de colaboração de outros setores. Precisamos de apoio para conseguir informação. Este caso também nos aflige. Para nós, é uma sensação de frustração muito grande”, admitiu o Procurador Geral, que fez questão de reafirmar o compromisso do Ministério Público e do Tribunal de Júri para punir os responsáveis.



O Ministério Público já pediu o desarquivamento de inquéritos de outras mortes no centro de São Paulo, na tentativa de estabelecer alguma conexão entre os crimes. Há outras pistas possíveis, como informações que podem relacionar o massacre com o tráfico de drogas.

“Localizamos pessoas que deixaram claro a conexão com o crime organizado e o tráfico de drogas. Os motoristas de táxi da Sé sabem disso, mas há uma lei do silêncio grande. E há coisas que não foram investigadas. Não foi preservado nenhum cenário do crime; os policiais militares são protegidos por corporativismo que esconde os fatos; há uma fita para ser ampliada nas mãos do Ministério Público desde o início; podemos chamar os seguranças das empresas do centro para serem ouvidos. As informações que existem já são muito duras para mostrar que temos que desmanchar esta máfia. Portanto, não podemos dizer que é por que o povo da rua não fala que não descobrem os culpados”, rebateu o Padre Júlio Lancelotti, da Pastoral do Povo da Rua.

http://agenciartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=3882
Direitos Humanos | 05/10/2005 | Copyleft

MORADOR DE RUA

Serra quer mudar albergue referência da gestão Marta

Oficina Boracea, que atende hoje 490 pessoas com abrigo, cursos profissionalizantes, acesso à cultura e vivências que visam a recuperação da auto-estima, será transformada num centro de qualificação profissional e de moradias provisórias parcialmente pagas.

Bia Barbosa – Carta Maior

São Paulo – Em junho de 2003, a Prefeitura de São Paulo inaugurou um dos principais projetos da gestão Marta Suplicy, transformando um galpão de cerca de 17 mil metros quadrados num centro de referência de atendimento e de estudos de políticas públicas para os moradores de rua. A Oficina Boracea, implantada na antiga garagem da Secretaria de Implementação de Subprefeituras, na Barra Funda (Zona Oeste da cidade), foi premiada no ano passado como um dos melhores programas de gestão pública do país. Atende, hoje, 490 pessoas. São 340 vagas fixas no albergue e mais 150 para pernoite. Nesta terça-feira (4), o secretário municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Floriano Pesaro, anunciou que pretende desativar este tipo de atendimento no local.

Nos próximos oito meses, a unidade deve passar a funcionar como uma central de formação e capacitação - no mês que vem deve ser inaugurada ali uma fábrica de computadores reciclados - e como moradia provisória para as pessoas em situação de rua. A moradia provisória é uma fase intermediária da chamada emancipação dos moradores de rua. Nesses locais, o morador paga por serviços como água, luz e alimentação, enquanto a prefeitura e as organizações conveniadas arcam com o restante. “Pelo menos 20% da população albergada tem trabalho, mesmo que informal. O ideal é que essas pessoas migrem para um outro tipo de atendimento”, explicou Pesaro.

É possível passar um ano (renovável por mais um ano) neste tipo de equipamento. A prefeitura garantiu que, em 2005, não vai colocar ninguém pra fora dos serviços por questão de tempo. Cerca de 300 moradias provisórias serão criadas no local. Quem usa a unidade como albergue - e que, portanto, não tem fonte de renda capaz de ser usada para bancar os custos das moradias provisórias - terá que ser remanejado para equipamentos próximos e menores, cujas vagas, se não existirem, deverão ser criadas pela gestão Serra.

A justificativa para desativar o Boracea é a de que toda a rede municipal de atendimento trabalhará a partir de agora com equipamentos pequenos, onde os moradores de rua possam estabelecer uma relação mais pessoal com os agentes públicos. A Secretaria de Assistência Social já pediu a divisão do galpão do Boracea em espaços menores.



Carta Maior

Agência de Notícias

"Este equipamento representa a antipolítica que queremos. É enorme, tem um custo altíssimo. Não queremos um albergue para 500 pessoas identificadas de forma distante. Queremos o oposto disso. O Boracea é uma espécie de internato. Tem tudo lá. A pessoa passa o dia inteiro lá dentro, quando deveria sair pra procurar emprego, ir às praças...", acredita o secretário.

Este modelo de "internato", classificado por Pesaro, é, na verdade, o grande diferencial da Oficina Boracea. Ali dentro, além das vagas do albergue, funciona um abrigo para famílias e outro para cerca de 70 idosos, um restaurante-escola que serve 3 mil refeições por dia, um telecentro, uma cinemateca e uma sala de leitura. Para os catadores, que representam cerca de 20% da população de rua, o projeto oferece garagem para as carroças e uma central de materiais recicláveis. Há ainda um canil e um veterinário para os amigos caninos dos moradores de rua. Normalmente, carrinhos de coleta e cachorros são proibidos nos albergues.

A central de cursos profissionalizantes que a gestão Serra pretende criar no Boracea já existe de alguma forma. Ali, os moradores de rua são incluídos nos programas de geração de trabalho e renda da prefeitura, participando de oficinas de qualificação. Ao todo, são sete os cursos oferecidos atualmente. Entre eles, restauração de móveis, jardinagem, pintura, construção civil e corte e costura. A oficina também abriga uma lavanderia industrial, usada ao mesmo tempo como oficina de trabalho, que lava toda a roupa dos albergues e abrigos da cidade.

A iniciativa pioneira de disponibilizar, no mesmo local, o albergue e a possibilidade de inclusão social funciona dentro do conceito de cidadania plena. "Isso significa trabalhar o indivíduo como pessoa, a sua autonomia e independência, capacitá-lo com cursos profissionalizantes, dar uma assistência digna. Dessa forma, o projeto terá um trabalho conjunto não com assistencialismo, mas um trabalho que visa levar o morador de rua à condição de um cidadão pleno, pois ele passa a ter direitos e deveres. É essa a função da Assistência Social", declarou a então diretora da Oficina Boracea, Lindamar Saba Silva, na ocasião da inauguração do projeto.

Por isso, além do atendimento e das oficinas profissionalizantes, são oferecidas no local vivências sócio-culturais, que estimulam o exercício da solidariedade, da autonomia e a reestruturação da auto-estima – central para quem enfrenta cotidianamente situações degradantes nas ruas da maior cidade do país. Para viabilizar o projeto, a Secretaria Municipal de Assistência Social contou na época com parceiros como a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, a PUC-SP, a Universidade Mackenzie e o fórum da população em situação de rua. Sua construção custou, segundo a Prefeitura de São Paulo, R\$ 3,945 milhões, dos quais a iniciativa privada contribuiu com R\$ 276 mil. A manutenção tem custos mensais estimados em R\$ 300 mil.

"São Paulo Protege"

O anúncio sobre a mudança na Oficina Boracea foi feito no bojo do lançamento do programa "São Paulo protege pessoas em situação de rua", apresentado nesta terça-feira (4) à imprensa. A reestruturação da rede prevê uma descentralização dos serviços, com a distribuição dos albergues em diferentes bairros da cidade. Atualmente, 75% do atendimento está concentrado nas regiões da Sé e da Mooca. Nas metas da prefeitura para os próximos oito meses está a implantação de 10 albergues com capacidade para até 100 pessoas, prioritariamente em bairros como Santana, Lapa, Santo Amaro, Aricanduva, Jabaquara, Pinheiros e Vila Mariana. Nesta quarta-feira, dois espaços foram inaugurados. Juntos, os albergues Espaço Luz e Portal do Futuro têm capacidade de atendimento para 410 pessoas em situação de rua.

O secretário Floriano Pesaro também informou que vai desativar os quatro albergues da capital que funcionam embaixo de viadutos. Ao todo, esses abrigos tem capacidade para 1.110 pessoas.

Serra põe rampa antimendigo na Paulista

ATA BALAZINA
LEITORIA LOCAL

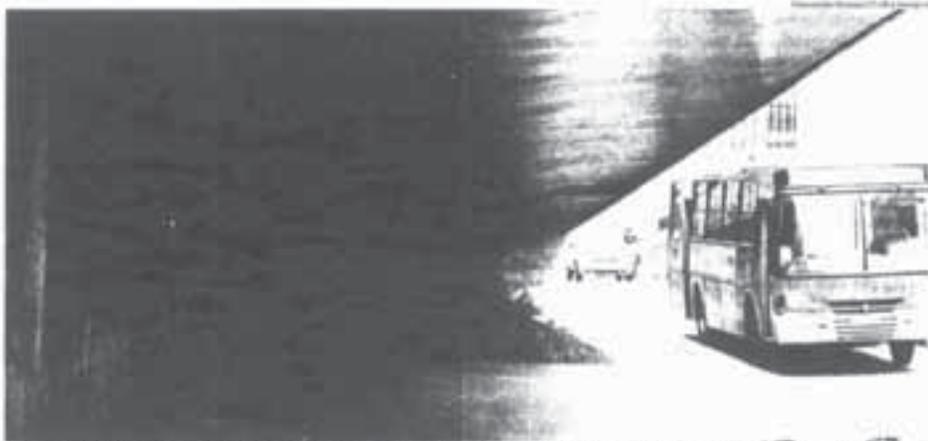
A gestão do prefeito José Serra (PSDB-SP) começou nesta semana a instalar rampas de concreto "antimendigo de rua" em uma das extremidades da avenida Paulista, na passagem subterrânea que leva à Doutor Arnaldo. O piso será chapiscoado, tornando-se mais áspero e incômodo para quem tenta dormir no local.

Uma das rampas que teve a construção iniciada, no lado direito de quem segue para a Doutor Arnaldo, tem cerca de 14 metros de extensão até agora, mas deve ficar ainda maior para ocupar todo o espaço entre do ponto em que a calçada se afunda.

A prefeitura espera terminar a obra nesse lado hoje e, então, começar a construção no lado oposto da passagem.

Segundo os moradores de rua da região, um grupo de 30 pessoas vive na passagem subterrânea. Eles têm quartos improvisados com madeira, colchonetes e manta-se e fogões feitos com pedras.

A obra encerrará dez pessoas na rua, entre as quais quatro crianças e um bebê de dez meses. Agora, o grupo fica somente do lado esquerdo de quem vai para a



Obra na calçada da passagem subterrânea que liga à av. Paulista à Doutor Arnaldo para a instalação de rampas de superfície áspera

Doutor Arnaldo, onde ainda não foi iniciada a obra.

O argumento da prefeitura para a construção da rampa é tentar diminuir as queixas de assaltos na região e o número de pessoas cheirando cola.

"Tivemos muitas reclamações sobre assaltos no local quando o

trânsito fica lento e recebemos informações de que havia um ponto de drogas ali. Por isso, estamos fechando as pontas do viaduto", afirmou o subprefeito da St. Antônio Matuzano. Ele disse ainda que é dever do poder público proteger e garantir a segurança da população da cidade.

Críticas

"Gosto muito de sentir-se bem expulso da rua", afirmou quem mora ali hoje. Mas, se não houver outro jeito, não procura outro lugar para ficar", disse o morador de rua Rogério da Silva, 51, que está ali há um ano e dois meses.

A construção da rampa é consi-

derada pelo padre João Luiz Olivetti, da Paróquia do Fim do Mundo, pois, para uma ação "benfazeira" do prefeito José Serra, "a prefeitura está recorrendo ao cidadão, principalmente em áreas subterâneas, para que não haja a convivência com as pessoas de rua e não a falta de respeito de quem se

profirma não existir", afirmou.

Outras ações do governo municipal criticadas por entidades locais e organizações não-governamentais são a instalação de cadeiros e sua falta de manutenção, em abril, e a expulsão da cooperativa de catadores de Paulista.

"Os moradores de rua têm direito de ir e vir. Não podemos permitir essas pontas de assalto. Não temos nada a ver com bandidos. Não podemos confundir bandidos com moradores de rua", afirmou Matuzano ao ser questionado sobre a construção da obra na passagem.

Segundo Matuzano, há uma situação peculiar na Avenida Gaspar Antônio, também entre moradores de rua. Entretanto, diz, há um critério para a instalação de assaltos.

O presidente da Associação Paulista Viva, Nelson Batista, defende a ação da prefeitura. "O melhor geral da cidade tem de ser preservado. Sabemos que há milhares de pessoas, mas não dá para ignorar o momento na Paulista. A cidade precisa de ordem". Ele acredita que, quando um cidadão mora na rua, ocupa um espaço público e prejudica o restante da comunidade.

Por Redação DA BOLA VERMELHA. Foto: Roberto G. / Agência Brasil

Motoristas divergem sobre medida

ATA PORTAL LOCAL

Os motoristas que utilizam a passagem subterrânea que dá acesso à avenida Paulista têm opiniões divergentes sobre a construção da rampa "antimendigo de rua" naquele local.

"Passei por aqui recentemente e não me senti bem. Há muitas pessoas e eles sempre me olham estranho. O fiscal para entrar na Paulista fica fechado muito tempo e acho que é um ótimo lugar para ser assaltado", disse a universitária Paula Donado.

Há a comerciante Rosalinda Martins afirmou não se sentir inseguro no local e, por isso, acha a medida de Serra inútil.

Françisco Duarte, motorista de um ônibus fretado que faz parada na passagem subterrânea, não considera o lugar seguro. Arreia a reporter parada na calçada, olhando a porta do veículo e disse: "Aqui é muito ruim de ficar sozinho". Segundo ele, a "insegurança fica muito dividida" às vezes a chata as portas dos carros. Contudo, ele não acredita ninguém que tenha sido vítima de assalto ali.

No parte insustentabilidade da passagem subterrânea existem

pele mesmo três diferentes grupos de moradores de rua.

Des ocupam os espaços com cobertores, manta-se e colchonetes improvisados (como dormitório) e há um banheiro com pedras. Há um banheiro e de quarto, separada por pedaços de madeira de restos outros de outros.

Há na área desde da passagem há calçadas coloridas e pedras quando sob o sol em galhos finos de madeira. Os três cachorros vivam de um dos moradores passam parte do tempo presos a um tronco.

Sem alternativa

Alguns pessoas entre os três há dois anos e outros, há seis meses. "Quero não queria um teto para morar? Eu preferia viver num lugar mais tranquilo, onde não tivesse muito de nada, mas não tenho para onde ir e não consigo emprego", afirmou Lucila dos Santos, 35, que viveu sempre na rua Bela Cintra.

Recebidos com a construção da rampa pela prefeitura, os moradores das sugestões ao prefeito José Serra (PSDB) para resolver a situação. "Eu sou de madeira a polícia e o espaço [de rua] ficaram as mesmas coisas daqui, por que o

prefeito não tem coragem para ter habitar em alguns lugares, como chácara, por exemplo", questionou o pedreiro desempregado Heronildo Florêncio da Silva, 30.

Ele foi chamado para, nos dias seguintes a prefeitura e a polícia entraram no local e levaram cobertores e roupas das pessoas. "Estamos deixando dentro no chão ou no papelão". A Subprefeitura da St. Antônio afirmou que não aceita "material" dos moradores e diz que há ações da PM porque alguns moradores não pagam impostos.

Violência e insegurança

Entre a um dos grupos que habita a passagem, um analista gráfico vive há quatro meses apresentando esse espaço como o melhor lugar. Sem querer se identificar, ele preferiu não dar nome.

É alguns moradores criticam forma como eles próprios vivem. A desempregada Roseli de Oliveira, 46, acredita que mantém a mesma situação que ela sofreu "ela e não é o lugar".

"Mas eu também acho que não vou ter emprego não ter onde morar. Eu não gosto de ficar aqui", disse. 100

ARQUITETURA DA EXCLUSÃO *Obstáculo em passagem subterrânea pode levar a "apartheid social", afirmam especialistas*

Serra recebe críticas por rampa antimentidigo

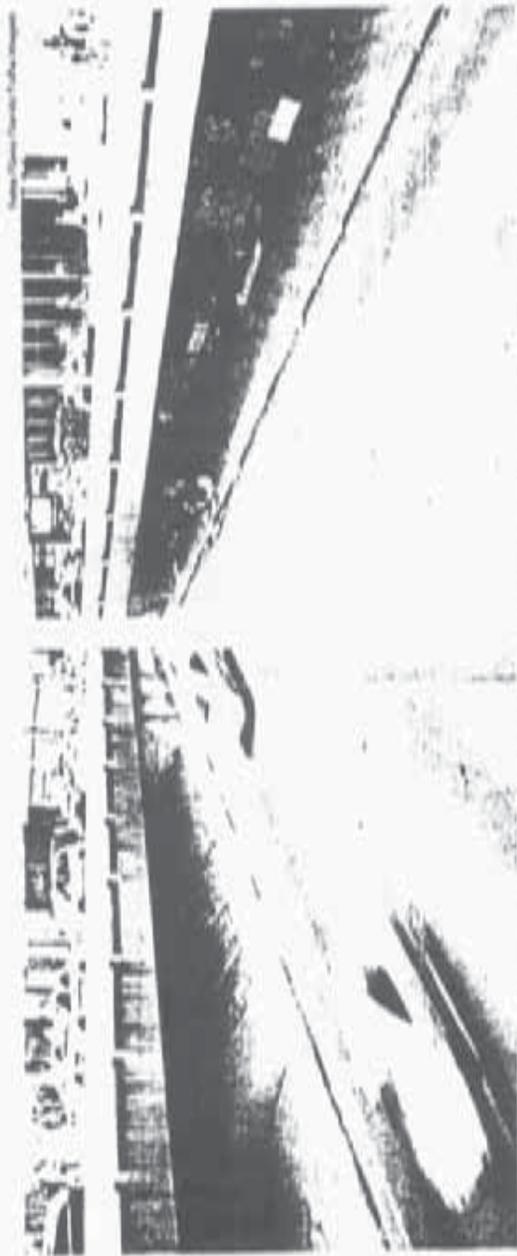


Foto: Roberto F. de Moraes/Agência FAPESP

**Nº de crimes na
passagem está
estável, diz PM**

DE REPORTAGEM DA FAPESP

O capitão Renato Elser, porta-voz do comando de policiamento militar da capital, disse que não houve aumento de ocorrências na passagem subterrânea onde estão sendo construídas as rampas antimentidigo.

Ele afirmou, entretanto, que a ação da prefeitura é positiva em relação à segurança. "Vai nos ajudar. Praticando uma ação preventiva e em certos locais onde eles [criminosos] costumam se ocorrer, a quantidade de crimes deve diminuir", diz.

Segundo Elser, é comum fazer o policiamento na passagem com motos, porque o acesso ao local é complicado e, normalmente, há trânsito. O porta-voz da PM não informou, entretanto, o número de ocorrências localizadas na passagem. Disse que não há estatísticas específicas sobre as ocorrências registradas na área do metrô.

A prefeitura, também questionada sobre a quantidade de crimes registrados no local, afirmou que apenas a Secretaria da Segurança Pública poderia divulgar os dados.

AFRIZ BALAZINA
24 DE SETEMBRO DE 2005

A decisão do prefeito de São Paulo, José Serra (PSDB), de colocar rampas antimentidigo na passagem subterrânea que liga a estação Paulista à Docum. Armado foi criticado por urbanistas, advogados, integrantes da Igreja Católica e sociólogos. A medida, segundo alguns deles, pode levar a um "apartheid social" na cidade.

Os obstáculos estão sendo colocados em um local onde vive um grupo de cerca de 30 moradores de rua, entre os quais crianças e um bebê de dez meses.

Serra, com as justificativas de reduzir os assaltos na área, iniciou a construção de duas rampas, com piso chapiscoado (asfalto), que dificultam a tentativa de dormir no local. A obra já começou em um dos lados da passagem. Os sentidos estão concentrados no outro.

Rubens Adorno, professor da Faculdade de Saúde Pública da USP, disse que a criação das rampas é uma ação "ape-buraco". "A ação mostra que esta gestão tem caráter repressivo e de ameaça", afirma ele, que pesquisa a questão da saúde pública e exclusão social.

Na opinião do professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP João Witzbier, essa ação da prefeitura se insere em uma política mais ampla de "im-pensa social", que reflete uma maneira de ver a cidade e a produção do espaço urbano.

"Serra, desde que assumiu, retomou uma política tradicional das elites, que é a da expulsão da população pobre das áreas mais ri-

cas, do centro expulso. É uma ideia absolutamente absurda e conservadora, que sequer percebe que leva a um apartheid social e a justas consequências são imprevisíveis e trágicas", diz.

Segundo ele, a prefeitura chamou a primeira ação de retirada de pessoas da área central de "Operação Limpa", o que seria uma ironia da medida que o governo não tem de problema.

"Para eles [integrantes da prefeitura], não é a sociedade que por sua iniquidade, produz a desigualdade e a expulsão. A culpa é dos pobres, que não deveriam estar lá", afirma o professor.

O desembargador e presidente do Conselho Justica e Paz de São Paulo, Antonio Carlos Malheiros, acredita que a prefeitura está

mas uma vez não pelo "caricótipo errado". "Acho a atitude inabituável. Quem está na rua não pode ser tratado como um peixe", diz.

Malheiros não concordou com a justificativa de impedir a criminalidade. "Isso é absurdo. A retirada dos moradores só seria aceitável se fosse para trazer consequências positivas para essa população", diz.

A socióloga Camilla Giorgi, que aborda em sua tese de doutorado apresentada na FUCSP o caso e analisamos trata os moradores de rua, afirma que a violência é sempre a justificativa utilizada para expulsá-los dos locais públicos.

"Alguns profetas contribuem a violência agindo de modo ainda mais violento, evitando a população de rua o mesmo direito que lhe resta de permanecer pela ci-

dade", afirma a socióloga. Ela acredita que são infundados os motivos que levam os políticos a adotar as atitudes higienistas de expulsão, como a que ocorreu na Avenida Paulista.

"Alguém já ousou falar em assalto a bancos realizado por uma quadra de moradores de rua? Há 12 anos estubo o tempo na cidade e a informação que tenho é que a violência existe, mas ocorre sobretudo entre os próprios moradores de rua", afirma ela.

Para o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), não é adequado tratar os sem-teto como uma bola de futebol, chutada para lá e para cá.

"O problema deve ser tratado em toda a sua amplitude. A passe-

gem está ruim, as pessoas morrem, mas quanto às consequências das ações tomadas? Deve-se observar uma oportunidade de intervenção social", afirma.

O Nippo é Pedro Luis Stranguzzi, coordenador das Pastores Sociais da Igreja Católica, diz que há um aumento drástico da população de moradores de rua em São Paulo e que a causa para esse fenômeno é a ausência de políticas públicas. "A prefeitura deveria ter um olhar mais social."

O prefeito disse ontem que é "uma bobagem completa" afirmar que a rampa se trata de uma política higienista.

CRISTIANE VICTOR RAMOS • GABRIEL TORRES • ABRIL/2005

Prefeitura suspende rampa antimendigo

AFSA BALAZINA
JORNALISMO URBANO

O subprefeito de M. André Matarami, aduziu por tempo indeterminado a construção de uma das rampas antimendigo na passagem subterrânea que liga a avenida Paulista à Doutor Arnaldo, na zona oeste de São Paulo.

A justificativa para a construção de rampas, segundo o subprefeito, era evitar a ocorrência de assaltos, principalmente quando a circulação está congestionada.

Após ser anunciada, a construção das rampas causou polêmica na cidade e foi criticada por sociólogos, advogados e urbanistas ligados pela Follas. Os urbanistas, bastante inclinados e com superfície áspera, dificultam a permeabilidade de pessoas locais.

De um modo geral, eles acreditavam que a ação era meramente repressiva e preventiva apenas para os moradores de rua da área urbana da cidade.

Começo, Matarami afirmou que a rampa iniciada no lado direito de quem vai da Paulista para o Doutor Arnaldo, cujas obras estão paradas há cerca de três semanas, será concluída. Entretanto, a rampa que estava do outro lado foi suspensa no momento.

"A obra deve continuar provisoriamente depois de amanhã. Já vamos avaliar o resultado de um lado, ver como é que fica a questão de acesso. Depois, a gente decide, se se vai ser necessária [a construção da outra rampa]."

A decisão contraria a alteração feita pela subprefeitura no dia 22 de setembro. Foi informado a reportagem que no dia seguinte, 23 de setembro, a rampa estaria concluída de um lado. Na ocasião, a administração criava uma obra no sentido oposto da via.

Além disso, o lado da pista sem a rampa é o que costuma ficar mais congestionado — os carros se acumulam na passagem quando o semáforo da Paulista está fechado. Matarami argumenta que o lado oposto geraria a mesma arteficialmente para evitar.

Na opinião do coronel Roberto Rodrigues, comandante do 7º Batalhão de Polícia Militar, "a rampa por si só não garantiria a segurança no local". "Pode ajudar, mas não vai impedir crimes", diz.

Segundo ele, as ocorrências na passagem nunca foram alarmantes. E afirma que há dois meses

um carro da Polícia Militar fica na passagem nos horários em que o trânsito está congestionado, pela manhã e ao final da tarde.

Ele também que existe um trailer da polícia há aproximadamente um ano entre a rua da Consolação e a Paulista, em cima da passagem, que também ajuda a evitar a ocorrência de crimes.

"O fato de os jovens de rua ficarem parados na passagem causa insegurança aos moradores, mesmo que não façam nada", afirma.

Missões

Adolescentes que deturam o eivar da passagem com o início da construção da rampa voltaram para a região da Paulista na semana passada. Agora, eles ficam entre os acessos para as avenidas Doutor Arnaldo e Riberão Preto. Quase a todo momento é possível vê-los aspirando coca.

Porém, ao som de Ivete Sangalo, da Banda Calypso e de Jemini Lopez, eles têm conseguido ficar mais longe das drogas.

Muita oficina de conscientização cultural promovida em conjunto pela Subprefeitura de Pinheiros e pela Secretaria da Assistência Social, os jovens dançam, fazem alongamento, dão carinhinhos, estrelas, saltos. Depois, dormem, escrevem frases para compor um rap e brincam com argila.

A oficina, realizada pela pedagoga e professora voluntária Denise Fazzio, já teve cinco encontros. A última é a última aula. Os participantes têm entre dez e 18 anos e são atendidos por agentes de proteção social, que os acompanham nas ruas.

Primeiro, o grupo é levado para tomar banho em uma chuveiro na avenida Riberão Preto. Ao longo do caminho de entrega há água, frutas, carne moída com batata e cenoura e bastante de sobremesa. Depois, em um ônibus da prefeitura, eles seguem para a biblioteca pública Alceu Amoroso Lima, onde acontece a atividade.

"Já vejo um resultado positivo. Agora, eles ficam cerca de três horas sem usar coca. Nos dois primeiros encontros, saíram o tempo todo para comprar, quando voltavam, debaixo", diz a professora.

Após a oficina, costumam ser servido um lanche para os participantes, que foi suspenso na semana passada porque uma grande rede de esgoto estava com o trabalho de manutenção.

MISÉRIA SUBTERRÂNEA

Banho de garotos muda para cemitério

Bueiro de Pinheiros que era usado como chuveiro pelo grupo foi fechado pela prefeitura



Grupo de garotos de rua que antes tomava banho em bueiros, usa torneira no cemitério de Araçá



Bueiro que era usado como chuveiro pelos garotos, em Pinheiros, e foi fechado pela prefeitura

DE REPORTAGEM DA

O bueiro foi trocado pelo cemitério. Os garotos de rua que tomavam banho em a água de superfície embalsamada pela ponte Bernardo Goldfarb, em Pinheiros, agora utilizam uma torneira do Araçá para fazer a higiene pessoal.

Esses garotos vivem na passagem subterrânea da avenida Paulista e foram para a ponte quando a prefeitura iniciou a construção de uma rampa antimendigo em um dos lados da passagem.

Três semanas depois, a prefeitura lançou o bueiro que servia para tomar banho e eles deixaram a ponte.

No cemitério, as garotas tomam banho vestidas e aproximam a torneira para lavar calças e calças. Fazem espuma no cabelo com shampoo de DMS Vegetal e passam sabonete de glândula com uma esponja.

Antes que saiam do cemitério, vestem como está o cabelo e se preparam olhando nos espelhos das câmeras.

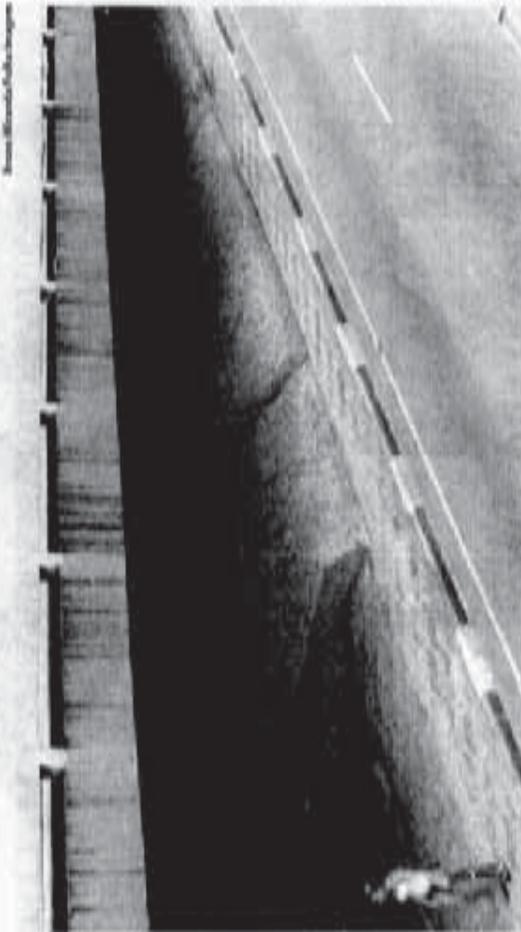
Segundo Janaina (nome fictício), 14, a situação do grupo é ruim agora. "O bueiro no cemitério é muito pequeno, a água não é do rio [Pinheiros] como da sarjeta", diz. "Água é pública. A prefeitura entrega nada, só usa a água", diz ela.

Um garoto de rua prefere a bueiro ao cemitério, pois nele podia tomar banho em qualquer momento que precisasse e não precisava sair da ponte-paralisação.

Então, o subprefeito de M. André Matarami, disse que tentou banhos no cemitério "é melhor do que no bueiro, embora não seja adequado". Diz que o setor de manutenção do cemitério não identificou o local de banhos do local para banhos. "O que não significa que não se possam banhar", diz.

URBANISMO Prefeitura diz que aumento de assaltos na região da avenida Paulista justifica medida, suspensa há 40 dias após críticas

Serra retoma obra da rampa antimendigo



Rampa antimendigo, cuja aspereza impede a presença de pessoas nas laterais da passagem.



— deve ser construída também no trecho onde vivem 13 moradores de rua, sob a av. Paulista

AFRA BALAZINA

24 DE SETEMBRO DE 2005

A gestão do prefeito José Serra (PSDB) vai retomar a construção da rampa antimendigo na região da Paulista. A decisão ocorre em um momento em que a própria prefeitura admite aumento de 20% no número de moradores de rua — e em que eles começam a montar barracas em pontos-símbolo, como a praça da Sé.

A construção de rampas íngremes, que impedem a presença de pessoas nas laterais da passagem, foi suspensa há 40 dias após ser criticada por sociólogos, advogados e urbanistas. Na época, a prefeitura alegou que só retornaria a construção caso continuassem a ocorrer assaltos na área — motivo alegado ontem pelo subprefeito da Sé, Anabela Matarazzo.

Segundo Matarazzo, ainda não há prazo para reiniciar os trabalhos. "É uma questão de mobilizar o setor de obras e encaminhar as pessoas. O que não pode é isso, continuar tendo assalto."

O presidente da Associação Paulista Viva, Nelson Buarque Neto, defendeu a ação da prefeitura quando a rampa começou a ser construída. "O cenário-pastel da cidade tem de ser preservado." A Folha não conseguiu falar ontem com Serra, que está no exterior.

O setor de comunicação da PM afirmou ontem que não há aumento de furtos e roubos na região. Já o delegado seccional Miguelino Jordão Toledo Leme diz que a situação é preocupante no local. "Nos imediações ocorrem roubos sistemáticos. E as mulheres

vão principal alvo."

Cerca de 30 garotos moram no local. Ergoram divisórias com madeira para fazer uma espécie de separação em quartos. Tem sofá, armário e um balanço para brincar, que fica pendurado no vislumbre do complexo viário. Cheiram o ar quase ininterruptamente. Além dos adolescentes, há casais com filhos em outro ponto.

Para o padre João Lasciotti, da Pastoral do Povo da Rua, a rampa é uma solução "não integral, desumana e hipocrisada". "Se o problema realmente existe [assalto], nenhum de nós é a favor que continue. Não queremos que as crianças fiquem na rua, assal-

tem ou cheirem o ar. Mas a rampa vai simplesmente mudar o problema de lugar."

Matarazzo, cuja subprefeitura engloba a região central, diz que terá, em 2006, ações para ocupar viciados em drogas e que fará mais convênios com hotéis para abrigar moradores de rua.

O secretário da Assistência Social, Floriano Pessoa, afirma que haverá mais vagas em albergues e moradias provisórias para a população de rua, que passou de 10 mil para 12 mil pessoas, segundo projeção feita neste mês. Hoje, 7.200 têm vagas em albergues.

→ LEIA MAIS na pág. C4



Objetivando expulsar moradores/as de rua dos seus logradouros, a prefeitura de São Paulo está construindo rampas de concreto chapiscado embaixo de viadutos da cidade

Em uma das calçadas do túnel que liga a Avenida Paulista à Dr. Arnaldo, onde antes estavam colchões, cobertores, roupas, fogões improvisados, comida e **peças**, agora temos uma **montanha de cimento**.

junto à ponte Eusébio Matoso. "Mas ali logo logo vai ter rampas também. **Eles vão colocar rampa em tudo**", informa outro funcionário.

O CMI - Centro de Mídia Independente é uma rede internacional de produtores e produtoras de informação livre e independente de interesses empresariais ou governamentais. Entre em contato: saopaulo@midia independente.org

"Não é uma arte, né, um design... de um artista, né... mas ela é prática, né... *prática de momento*. O morador de rua, olhando isso, vai procurar um abrigo em outro local", comenta um trabalhador da obra. De fato, as pessoas que ali estavam se deslocaram agora para outro lugar,

prática de momento

esta ação é apenas mais uma das medidas de **higienização imediata da cidade de São Paulo por parte do prefeito José Serra (PSDB) e o subprefeito Andrea Mattarazzo (que vem sendo comparado com Adolf Hitler)**. Além das rampas que limitam ainda mais as condições de moradia nas ruas, os/as trabalhadores/as ambulantes do centro são perseguidos/as, sem-tetos expulsos/as de suas ocupações, catadores/as de papel e outros materiais recicláveis impedidos/as de trabalhar.

Rampas anti-moradores de rua



cmi na rua 18 | www.midia independente.org

Morador de rua improvisa 'camping' na Sé

DE REPORTAGEM DE LUCAS

Enquanto a prefeitura anunciou a retomada da limpeza sistemática na região da Favela, a praça da Sé está ocupada por barracos, tanto à noite quanto de dia.

Seis famílias precárias são apontadas inclusive nos bancos da praça para ficar em pé. Há vestras de madeira, papéis, cobertor e plásticos. Ao acender pelo local, vêem-se famílias acomodadas em fogões improvisados, com a tubulação dentro de grandes latas. Procura iluminar o ambiente, iluminar velas.

Roseli da Silva Duarte, 68, grávida de cinco meses, preparava um mingau de fêbo na última sequência. Ela, que veio de Bodo Helvécio para São Paulo com a marido, está há 18 dias em um barraco na Sé. Suas roupas, lavadas no esgoto-livre da praça, secavam em um varal amarrado aos troncos de árvores. "Nós aqui já vivíamos amigos um dos outros. Quando saímos, os vizinhos de outro barraco olhavam as nossas coisas", diz (ela tem a mesma página).

Foram erguidos barracos também na praça Marechal Deodoro e na rua Amarel Gurgel, no centro, e na praça Wladimir, no bairro do Pacaembu (zona oeste). De acordo com o padre João Lencólari, da Pastoral do Povo da Sé, é possível contar milhares de famílias em situação de rua na capital, com um aumento do número de famílias e mais casos de pessoas vivendo no mesmo espaço.

"É preciso uma ação de todo o governo e não de apenas uma secretaria. Não têm sido dadas respostas para o problema. Existem muitas pessoas que estão em situação de rua hoje em razão de desajustes de falta de trabalho ou até por dificuldades para chegar na sua moradia", diz.

Uma das razões para o aumento da população e de famílias na rua apontado pela Secretaria da Assis-

tência e Desenvolvimento Social é a desocupação de milhares paulistas em bairros.

"Muitas crianças e jovens que moravam numa casa abandonada na avenida Rubião de Saiz foram para o centro quando o local foi desocupado", diz o secretário Flávio Pizarro.

Para a coordenadora da Fundação Projeto Terezinha, Lígia Pádua, as famílias não optam por viver na rua, mas em muitos casos é a única opção que resta. A prefeitura, segundo ela, oferece apenas um local para que possam dormir e tomar banho, o que é precário e não suficiente em quantidade.

"O abrigue nem sempre é a alternativa oferecida pelos grupos, que preferem construir uma rua para viver com a família na rua. O poder público e as organizações precisam oferecer outras soluções", diz.

Segundo Pizarro, a orientação aos subempregados da cidade é não permitir a ocupação de locais públicos, com a consequente fiscalização das áreas. "As pessoas têm direito de ir e vir, não podemos ficar a sós de ninguém. Mas não vamos permitir que aconteçam mais ruas".

O subemprego da Sé, Anabela Matrazzini, diz que a construção de da construção das ruas e a necessidade para preservação do espaço público. "O crescimento da necessidade de compreensão das pessoas pelos problemas sociais que a cidade tem. Mas não é por isso que a gente precisa se deslocar e deixar as coisas como estão. Sendo fixa estruturalmente".

Para Matrazzini, com subemprego e responsabilidade pela região central, os moradores de rua não têm o direito de moradia, a crise econômica e a migração. "Precisamos de tempo e de um esforço conjunto da sociedade para resolver a questão. Não há solução simples para a questão. É um dilema difícil". JEFFER BALAZZINI



Barracos montados ao lado de via das floreiras da praça da Sé, onde os moradores de rua cozinham em fogões improvisados

Casal troca casa invadida pela rua Amaral Gurgel

DE REPORTAGEM DE LUCAS

faz ninguém e ela, uma revista de compras.

O casal de catadores de latinha Priscila Gamito Soares, 30, e Adalécio Moreira Feliciano, 23, passaram com o barraco inteiro para a rua Amaral Gurgel, há cerca de duas semanas, depois que deixaram suas coisas guardadas no local. "Tudo um fim de um ano e tudo que conseguia juntar dava para o nosso colega que cuida dele hoje em dia. Quando o acharam a terra para vender, resolvemos sair sem arrumar nada", diz.

Na Vila Rica de Arara, 57, mora com a filha Joice, de um ano e meio, na praça Marechal Deodoro. Quando a Folha chegou ao local, ele estava lendo um livro no

portugês sobre o local havia arcos, feição e peixe frito, todo do tipo comercial da área.

"Eu tinha um barraco numa rua em Itaquera, mas a cidade ficou em cima do esgoto e havia muitos ratos", diz. Atualmente, ela recolhe com uma canga material para ser reciclado. E afirma que não tem modo de a filha ser atendida pelos carros que passam ao redor da praça. "Ela foi praticamente criada na rua".

Na praça da Sé, a desocupação permitiu voltar para a chapa. Mas, se antes não a mantinha ocupada, até enquanto o crack", diz. (18)

DA MORADIA PROVISÓRIA SÓ SAÍMOS PARA UMA MORADIA DEFINITIVA

foto: moradores da moradia provisória da Rua Mercúrio, 518



"CHEGA DE ESMOLAS QUEREMOS FUTURO!" Assim começa a carta escrita por Sebastião Nicomedes, usuário do programa de moradias provisórias, que vive na moradia da Rua Mercúrio, 518, centro de São Paulo. Não se sabe como, mas sua carta acabou circulando pelas 11 moradias provisórias espalhadas pela cidade e teve adesão de muitos moradores e moradores, que pretendem se organizar para exigir uma continuidade no programa da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS).

O programa de moradias provisórias teve início em 2003 e funciona da seguinte forma: moradores de rua ou de albergues fazem entrevistas com a SMADS e, se demonstram ter

condições de levantar renda, passam a habitar uma moradia alugada pela prefeitura no prazo de seis meses, renováveis por mais seis meses, pagando uma taxa de condomínio que varia entre R\$25 e R\$35. Antes de ser uma modalidade da prefeitura, há mais de dez anos a ONG Organização de Auxílio Fraternal (OAF) já alugava casas e chamava a população de rua para habitá-las, mas essas moradias eram chamadas "repúblicas" ou "moradias comunitárias". Hoje a OAF, em parceria com a SMADS, mantém 5 casas, sendo que cada casa abriga 10 pessoas e uma cozinha comunitária equipada com fogão, geladeira, estantes e mesas.

Agora muitos contratos estão chegando ao fim e os usuários

das diferentes moradias provisórias estão revoltados com a possibilidade de retornarem para albergues ou para a rua. Nos albergues eles não têm a liberdade de entrar e sair a hora que quiserem, de tomar banho quando quiserem, de estar na moradia ao longo do dia (nos albergues as pessoas só podem permanecer durante a noite). Existia uma reivindicação para o prazo de 6-12 meses se estender para 18 meses, mas "o problema real não é se são 12 ou 18 meses, é uma moradia provisória. A questão é que acaba não havendo uma continuidade. Os moradores reivindicam Bolsa Aluguel, moradia social. Da Secretaria de Assistência Social precisa passar para a de Habitação", explica Regina Maria Manoel, coordenadora geral da OAF.

NEM ALBERGUE NEM RUA

MAIS INFORMAÇÕES EM
WWW.MIDIAINDEPENDENTE.ORG

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/04/350482.shtml>

HABITAÇÃO Moradias provisórias se rebelam em São Paulo

Por Graziela Kunsch - CMI Brasil 06/04/2006

“Chega de esmolas queremos futuro!” Assim começa a carta escrita por Sebastião Nicomedes, usuário do programa de moradias provisórias, que vive na moradia da Rua Mercúrio, 518, centro de São Paulo. Não se sabe como, mas sua carta acabou circulando pelas 11 moradias provisórias espalhadas pela cidade e teve adesão de muitos moradores e moradoras, que pretendem se organizar para exigir uma continuidade no programa da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS).

O programa de moradias provisórias teve início em 2003 e funciona da seguinte forma: moradores de rua ou de albergues fazem entrevistas com a SMADS e, se demonstram ter condições de levantar renda, passam a habitar uma moradia alugada pela prefeitura no prazo de seis meses, renováveis por mais seis meses, pagando uma taxa de condomínio que varia entre R\$25 e R\$35. Antes de ser uma modalidade da prefeitura, há mais de dez anos a ONG Organização de Auxílio Fraternal (OAF) já alugava casas e chamava a população de rua para habitá-las, mas essas moradias eram chamadas “repúblicas” ou “moradias comunitárias”. Hoje a OAF, em parceria com a SMADS, mantém 5 casas, sendo que cada casa abriga 10 pessoas e uma cozinha comunitária equipada com fogão, geladeira, estantes e mesas. Entre essas casas está um centro comunitário, que funciona como área de sociabilidade e lazer para os moradores e as moradoras.

Agora muitos contratos estão chegando ao fim e os usuários das diferentes moradias provisórias estão revoltados com a possibilidade de retornarem para albergues ou para a rua. Nos albergues eles não têm a liberdade de entrar e sair a hora que quiserem, de tomar banho quando quiserem, de estar na moradia ao longo do dia (nos albergues as pessoas só podem permanecer durante a noite). Existia uma reivindicação para o prazo de 6-12 meses se estender para 18 meses, mas “o problema real não é se são 12 ou 18 meses, é uma moradia *provisória*. A questão é que acaba não havendo uma continuidade. Os moradores reivindicam Bolsa Aluguel, moradia social. Da Secretaria de Assistência Social precisa passar para a de Habitação”, explica Regina Maria Manoel, coordenadora geral da OAF.

Moradia da Rua Mercúrio: “Ninguém vai assinar desligamento nenhum”

A moradia provisória da Rua Mercúrio, 518, abriga 5 quartos, 5 banheiros com 5 chuveiros, duas salas de TV, uma cozinha comunitária e 20 moradores. Edinando Araújo da Silva, 29, está há um ano na moradia e não aceita voltar para um albergue: “Nos albergues há regras para tudo, filas para tudo. Aqui eu tenho mais liberdade. Posso entrar e sair a hora que eu quero, posso trabalhar à noite, posso estudar mais tranquilamente”. Edinaldo veio de Pernambuco e está há oito anos em São Paulo, lutando por uma moradia. Já morou no albergue Portal da Esperança, em casas ocupadas e até mesmo no edifício São Vito, por dois anos, pagando aluguel. Quando este prédio foi desapropriado e desocupado Edinaldo estava viajando e por isso não foi cadastrado em nenhum programa habitacional da prefeitura e perdeu todos os seus pertences (móveis, roupas e utensílios domésticos). Agora, fazendo côro com seus companheiros da Rua Mercúrio, ele afirma que “se as autoridades não tomarem uma providência vamos precisar ocupar e dominar a casa”.

Edson Porfírio da Silva, 52, também completou seus 12 meses na moradia provisória

e está disposto a resistir e lutar pelo seu direito a uma moradia definitiva. Ele está há 25 dias desempregado, após ter sido cortado da Frente de Trabalho da prefeitura. O contrato da Frente era de nove meses, mas ele e outros trabalhadores foram cortados antes de completarem cinco meses de serviço. Antes ele tinha uma banquinha de bijuterias, mas teve sua mercadoria apreendida duas vezes pela Guarda Civil Metropolitana (GCM) e passou a entregar panfletos, ganhando R\$ 15 por dia. Pela Frente de Trabalho ele fazia a manutenção do Balneário Cambuci, recebendo R\$ 336 por mês e se queixa do curso "profissionalizante" a que foram submetidos: "Era um curso de faxineiro, por 10 dias, não tirei proveito nenhum desse curso". Edson já morou nas ruas e considera o retorno ao albergue "uma regressão". "Nós precisamos ser reintegrados na sociedade".

Pedro Rocha, mais conhecido como Índio, tem origem em uma aldeia humaitá, da cidade de Bacia de Água Branca e está há três anos em São Paulo, onde sobrevive vendendo artesanato. Ele ainda tem direito a sete meses na moradia da Rua Mercúrio e pretende voltar para a aldeia, mas acredita que a luta pela continuidade do programa é "uma luta coletiva, de todos". "Se não me engano, a última política habitacional que tinha uma coerência foi da Erundina, que fazia [casas] por mutirão. O que vejo aí, o prefeito, o governador, todo mundo se esquivava. Constróem [casas pela] CDHU, que são caríssimas, que não interessam ao morador de rua, ficam tirando moradores de rua, tentando colocar em albergue, tentando mandar embora, que é uma forma de exportar a pobreza". Ao comparar a moradia provisória com o albergue, Índio fala do espaço: "aqui você pode se organizar, principalmente para mim, que escrevo, e aqui posso escrever a qualquer hora". Índio está escrevendo um livro infantil chamado "Quinha, a macaquinha".

Autor da carta que vem mobilizando as 11 moradias provisórias de São Paulo, Sebastião Nicomedes explica que antes o programa previa "promoção de cidadania e estímulo à conquista de autonomia". Mas na terça-feira, dia 4 de abril, em assembleia com os moradores, a técnica da SAS Tiradentes comunicou que aqueles que já completaram 12 meses na moradia provisória precisam deixar o local, porque "a roda tem que continuar rodando". "Ela falou que nós precisamos sair, para entrarem outras pessoas que estão no albergue, então nós vamos para o albergue e a roda vai rodando", explica Sebastião. Mas "ninguém aqui está com condições psicológicas e pessoais de voltar para um albergue, não se enquadra mais com o perfil de um albergado. Daí o motivo da resistência de todos nós. Seria desconstruir tudo isso. A gente tem roupas, tem sapatos, tem emprego, tem coisa que a gente conquistou e vai perder tudo isso se voltar pro albergue". Os armários dos albergues têm aproximadamente 50 x 30 cm e têm limite de peso. Além disso, Sebastião conta que no albergue eram tratados como crianças, enquanto na moradia provisória são eles quem gerenciam a casa, que se responsabilizam pela limpeza e pela alimentação. "No albergue tudo o que a gente aprendeu, desaprende".

entrevista em vídeo com Edinando Araújo da Silva: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/04/350449.shtml>

entrevista em vídeo com Edson Porfírio da Silva:
<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/04/350451.shtml>

entrevista em vídeo com Pedro Rocha:
<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/04/350463.shtml>

entrevista em vídeo com Sebastião Nicomedes:
<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/04/350488.shtml>

Vida no Trecho

— Valéria Gomes

Foto: Ulysses Paese Plus



Na luta por direitos, Francisca não desiste!

“Eu queria ver se algum político conseguiria passar 12 meses em uma moradia provisória, junto com sua família... apenas com a roupa do corpo. Divido que eles suportariam começar tudo de novo, acordar cedo, correr atrás de emprego, de creches e da comida para as crianças. Eu pagaria para ver!”

Maria Francisca da Silva Neta, 43 anos, paranaense, quatro filhos, veio para São Paulo em busca de trabalho e de uma vida melhor. Seus pais e irmãos seguiram destinos opostos, foram para o Mato Grosso, mas Francisca veio para o local do sonho de cada brasileiro naquela época. São Paulo, o Eldorado brasileiro, segundo sua imaginação.

Ao chegar, aos 15 anos de idade, logo arrumou trabalho como babá. Aos 17 anos casou-se e aos 19 teve seu primeiro filho e separou-se algum tempo depois. Casou-se novamente e teve mais 3 filhos que vivem com ela até hoje. Seu marido é contador, tem 55 anos e está desempregado e não consegue mais trabalhar perdendo espaço no mercado de tra-

balho devido à idade, como ela (que tem 45 anos) e como muitos brasileiros. “Depois de tanto batalhar e tentar trabalhar, você chega ao ponto de não ter o que dar de comer a seus filhos”, desabafa Francisca.

Ela não chegou a morar em albergue, mas como não podia pagar mais aluguel passou momentos de muita pobreza: “A minha maior preocupação era com meus filhos”, afirma Francisca. Depois de 3 anos lutando conseguiu ir para uma moradia provisória, que segundo ela, lhe proporcionou paz e equilíbrio emocional. Avalia que o projeto é bom, mas reclama do prazo de permanência de 12 meses que é muito pouco para reestruturar a vida de novo.

Mesmo com todas as dificulda-

— Valéria Cristina Gomes

Participantes do Programa Moradia Provisória reivindicam um tempo maior de permanência no programa e encaminhamentos para moradias definitivas (querem entrar para um programa de moradia do governo municipal ou estadual. Segundo Maria Francisca, moradora de um dos espaços, o objetivo é se inserir na sociedade: “O que buscamos é uma moradia definitiva, um lugar que você pode pagar, e que vai realmente pagar, precisamos de uma definição de vida para nós das moradias provisórias”, declara Francisca.

Se este problema não for solucionado entre as secretarias municipais de Habitação e de Assistência e Desenvolvimento Social, estas pessoas voltarão a habitar as ruas e os albergues.

O programa de moradias provisórias foi criado no início de 2003 e funciona da seguinte forma: moradores em situação de rua ou já instalados em albergues fazem entrevistas com técnicos da SMADS. Devem estar aptos a trabalhar e a se auto-sustentar. Após esta entrevista, o candidato passa a habitar uma moradia provisória, alugada pela Prefeitura pelo prazo de 6 meses, renováveis por mais seis meses, pagando uma taxa mensal que varia

Da moradia provisória à definitiva



Foto: Ulysses Paese Plus

Longo das ruas. Participantes do Programa de Moradia Provisória reivindicam moradias definitivas

de R\$ 25,00 a R\$ 50,00. Quando alguém chega a habitar uma dessas moradias o objetivo é reforçar sua entrada no mercado e lutar para conseguir renda para se sustentar. Daí para frente, muitas mães como quem pede socorro a moradia não é suficiente, é necessário trabalho.

Nesse sentido, o grupo faz um manifesto com o título: “Chega de estímulos, queremos futuro!”. Em determinada parte do documento o grupo afirma estar revoltado e não concorda com o anúncio do abolição do programa de Bolsa Aluguel e garante: “Indignados com o anúncio dos desligamentos, 50% dos moradores se revoltaram com a iniciativa própria.

O grupo ainda questiona o fim dos programas de Bolsa Aluguel e Lotação Social e defendem a criação de mutirão para construção de casas próprias.

REUNIAO UNIFICADA

Plenária extraordinária FALA RUA
Fórum de Debates da População em Situação de Rua

Temas de discussão:

1. “BOS Moradias Provisórias” por Moradia Definitiva
2. Preparação do Dia de Luta. Fazer Justiça Básica.

Data e horário:

13 de maio de 2006 às 14 horas

Local:

Casa de Oração

Rua 25 de janeiro/Rua Djalmis Dutra

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/04/351261.shtml>

TRABALHO Extinto programa que criou 3.500 vagas para população carente

Por CMI Brasil 18/04/2006

Neste final de semana, a Secretaria Municipal do Trabalho de São Paulo anunciou na grande imprensa o fim do programa Operação Trabalho, que desde 2001 empregava pessoas de baixa renda (renda familiar de até meio salário mínimo), de baixa escolaridade, em situação de rua e/ou egressos do sistema prisional, entre outros. No final de 2005 foram abertas 1.500 vagas nas subprefeituras, com bolsa mensal de R\$ 363,45 por seis horas diárias de serviço. Em janeiro deste ano mais 2.000 pessoas foram contratadas, mas apenas 24 seguem trabalhando e não terão suas bolsas renovadas.

Carlos Ramos, do Conselho de Monitoramento da População em Situação de Rua, reclama que não foram nem consultados nem notificados sobre esta decisão da Secretaria. Carlos Henrique, também membro do Conselho, conta que o secretário do Trabalho Gilmar Viana falou que a população em situação de rua "não é a minha clientela". Até mesmo o secretário de Assistência Social, Floriano Pesaro, considera que houve discriminação à população em situação de rua.

Na manhã de hoje, dia 17, foi criado um grupo de trabalho para conversar com Gilmar Viana que, entre outros esclarecimentos, quer entender para onde irão os R\$ 6 milhões que estavam destinados ao programa. Vale ressaltar que muitos usuários do Operação Trabalho tinham voltado a estudar e haviam deixado os albergues para morar em pensões, onde têm privacidade.

Secretário cancela Operação Trabalho e é convocado pelos vereadores

No dia 14 de abril, o secretário municipal do Trabalho, Gilmar Viana, confirmou o fim da Operação Trabalho que, segundo ele, trata-se de um programa esporádico, uma intervenção pontual. O secretário não soube explicar quais seriam as alternativas para os moradores de rua e disse que isso seria função da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. A Operação Trabalho atende, especialmente, as pessoas em situação de rua que estavam vinculadas aos serviços prestados pela SMADS.

José Pedro da Silva, 65, pernambucano, 1º grau incompleto, morador do Albergue Possada da Esperança, em Santo Amaro, comenta: "Para sair do albergue, basta ter um emprego e a Operação Trabalho tinha dado essa esperança. E acrescenta: "Mas esse trabalho é só um

quebra-galho, uma ajuda. Nesta linha de pensamento, A.A.F., 56 anos, 4ª série, acha que a Operação Trabalho só resolve se estiver com encaminhamentos para as empregadoras encaxarem os trabalhadores no quadro de funcionários fixos. O João Carlos de Camargo, 54, cursou até a 4ª série e afirma que ao trabalhar na Operação Trabalho já estava pensando em sair do albergue.

No dia 27 de abril, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara aprovou requerimento do vereador Paulo Teixeira (PT) para que o secretário municipal do Trabalho, Gilmar Viana, preste esclarecimentos sobre a extinção do programa. O vereador fez representação ao Ministério Público para cobrar explicações da Prefeitura sobre o fim do programa. Segundo o vereador, a alegação de "mudança de foco" é estapafúrdia.



Ailson Costa/Rédeia Riva

João Carlos, José Pedro, Wellington Macedo - ex-participantes pelo Programa Operação Trabalho, recentemente extinto

Veja abaixo trecho da representação:

"A legislação municipal que instituiu o "Programa Operação Trabalho" assegura direitos à população mais necessitada, que são aqueles que justamente atendem os requisitos nela previstos, não podendo os sujeitos desses direitos serem suprimidos com a simples alegação de que "houve mudança de foco" e de que não são mais "público" da atual Administração. Ora, o Administrador deve planejar as suas ações de forma eficiente e transparente, observando os princípios que regem a administração pública, dentre eles, o da legalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência. Não é administrativo que a Administração decida acerca da extinção de um direito sem que qualquer iniciativa legal tenha sido tomada nesse sentido.

Diante do exposto, requer à V. Exa., seja recebida a presente Representação para que sejam apontadas as condições em que está sendo extinto o "Programa Operação Trabalho", em total afronta à Constituição Federal, à Lei Orgânica do Município e à legislação municipal que rege a matéria (Leis 13.278/2001, 13689/2003, Decretos 44-484 e 44-661).

Trecho de nota de esclarecimento da Prefeitura:

"As secretarias municipais de Trabalho e de Assistência e Desenvolvimento Social informam que são impropriedades as notícias divulgadas por veículos de imprensa que afirmam que a administração municipal está interrompendo o Programa Operação Trabalho. Essas notícias tomaram o final de uma intervenção com tempo determinado, realizada pelo programa (contratação de gente para frentes de trabalho contra enchente), como se fosse a extinção do programa. Implantado em setembro de 2001 e regulamentado em abril de 2004, o programa foi criado para oferecer uma oportunidade de treinamento e reinserção profissional para desempregados com baixa escolaridade e alta vulnerabilidade social, por meio de ações de tempo determinado, integradas e articuladas com o poder público municipal e a sociedade civil".

Florianos Pezaro e Gilmar Viana

Secretários municipais

IV

Asituação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em situação de rua do centro de São Paulo

1. Contextualização da situação de crianças e adolescentes

*Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com **absoluta prioridade**, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (Constituição da República Federativa do Brasil).*

As crianças e os adolescentes em situação de rua e/ou vulnerabilidade social constituem-se numa das mais flagrantes denúncias da desigualdade e injustiça social características de nosso país. O não-atendimento aos direitos básicos como o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, entre outros, além dos constantes casos de maus-tratos, torturas e assassinatos, apenas comprovam a inabilidade do Estado e da sociedade civil em lidar com esta delicada questão.

Na cidade de São Paulo, existem inúmeras crianças e adolescentes em situação de rua e/ou vulnerabilidade social. A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) realizou um censo nos meses de outubro e novembro de 2005, constatando um número aproximado de 1.030 crianças e adolescentes em situação de rua. Destes, aproximadamente 382 se concentram na região central.

É necessário salientar que a maioria de crianças e adolescentes que ocupam as ruas de nossa cidade possui uma família. Em sua maior parte, são filhos de trabalhadores e trabalhadoras de baixa renda que moram nas periferias da cidade, em comunidades com poucos recursos e equipamentos sociais, culturais, de saúde e de educação formal e não-formal.

1.1. Municipalização da política de atendimento

A municipalização significa que o governo local, que está mais próximo da população, assuma um papel central na formulação e implementação de políticas de atendimento, com o indispensável apoio técnico e financeiro de

¹ Observatório dos Direitos do Cidadão. Acompanhamento e análise das políticas públicas da Cidade de São Paulo, nº 5 – “Criança e Adolescente: avaliação da política municipal”, Instituto Polis / PUC-SP, 2002. p. 26-34.

Estado e da União, conforme prevêem o artigo 30 da Constituição Federal, os artigos 259 e 261 do Estatuto da Criança e do Adolescente e os artigos 11 a 16 da LOAS.¹

A lei nº 8.069/90, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), define, no art. 88, parágrafo I, a municipalização da política de atendimento como ação para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Entretanto, a cidade de São Paulo teve pequenos avanços neste item a partir da gestão de Marta Suplicy (2000-2004). Ela deu início à municipalização do atendimento aos adolescentes que cumprem medidas sócio-educativas em meio aberto e também iniciou a implantação da política municipal de atenção a crianças e adolescentes em situação de risco social (através das Estações Cidadania, dos Programas de Educação na Rua e das Casas de Acolhida), aproximadamente dez anos depois de promulgada a lei. Houve a criação de convênios com diversas entidades para atendimento a esta população, além do fortalecimento da parceria entre o poder municipal e o estadual para ampliar a responsabilização e gerência do município sobre estas questões.

Infelizmente, a partir da atual gestão da Prefeitura Municipal de São Paulo, Serra-Kassab, houve um retrocesso no processo de municipalização. Atribuições e responsabilidades do município foram devolvidas ao poder estadual e aos seus órgãos de auxílio (como a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - Febem). Além disso, o município revogou convênios com diversas entidades alegando falta de recursos, gerando prejuízos ao atendimento desta população e das medidas sócio-educativas.

A revogação (45.868/05) do decreto municipal nº 45.313/04 contribuiu também para afetar ainda mais a qualidade dos serviços prestados pelas entidades. Várias delas foram obrigadas a rescindir seus convênios (Marli Cury e Arte e Vida, por exemplo), sinalizando a fragilização das organizações sociais, que passaram a ter que financiar os programas de atendimento e serem reembolsadas somente 45 dias depois de efetuados os gastos. Também perderam o direito a recursos para capacitação de seus profissionais e manutenção periódica de instalações e equipamentos utilizados nos projetos, entre outras perdas conseqüentes da revogação do decreto. A grande maioria das organizações de caráter comunitário ou com estruturas materiais precárias ficou impossibilitada de celebrar convênios com a prefeitura, apesar de gozarem de ampla legitimidade e reconhecimento nas comunidades onde atuam e, na maioria das vezes, se originam. Em razão do enfraquecimento destas organizações, a rede de suporte e atendimento a crianças e adolescentes está cada vez mais insuficiente para enfrentar com eficácia os problemas e as necessidades de cada comunidade, família ou criança.

1.2. Concepção sobre a situação

Além dos problemas relatados acima, cabe ressaltar que existia anteriormente uma concepção diferenciada para tratar a questão de crianças e adolescentes em situação de rua, caracterizada principalmente por um trabalho de educação de rua. Fundado na compreensão destes(as) meninos(as) como sujeitos de direito que foram impedidos pelo contexto de exclusão social de exercê-los, este atendimento previa uma ação de caráter educativo realizada nas ruas,

que tinha como objetivo promover o entendimento, junto aos(às) meninos(as), sobre a inadequação da situação de rua em relação ao seu processo de desenvolvimento. A partir desta reflexão, muitos decidiriam deixar as ruas e colaborar na construção de alternativas para solucionar a sua situação. Esta forma de trabalho se provou mais eficaz por reduzir a circulação dos meninos na rede de acolhimento e pela agilização dos processos de reintegração familiar.

Após a mudança de governo municipal, houve um retrocesso na maneira de lidar com esta questão. O olhar da atual gestão municipal sobre estes(as) garotos(as) voltou a ser o do “menor abandonado”, estigmatizando-os muitas vezes como delinquentes, drogados ou doentes², crianças do asfalto, sem famílias. O trabalho de educação de rua foi substituído por abordagens que apenas propunham o imediato encaminhamento à rede de abrigos. A maioria destas crianças e adolescentes já passou por períodos de abrigamento e não tem mais interesse ou crença nesta proposta como capaz de alterar positivamente sua situação atual. Além disso, a rede de abrigos está superlotada e conta com recursos insuficientes para promover a reaproximação e reintegração familiar, o que condena estas crianças a uma vida institucional e despersonalizada.

Pode-se afirmar que a atual política institucionalizante substitui o trabalho pedagógico que era desenvolvido anteriormente, tornando assim ainda mais frágeis os vínculos existentes entre estes meninos e meninas e suas famílias e comunidades.

1.3. Revitalização do centro de São Paulo

A revitalização da região central de São Paulo possui um viés elitizador, utilizando a expulsão e agressão arbitrária da população de baixa renda. As crianças e os adolescentes em situação de rua e/ou risco social, um dos grupos sociais que deveriam ser foco de absoluta prioridade no atendimento pelo município, são vítimas permanentes destas ações ilegais do poder público, como consta em diversas denúncias.

Pode-se constatar a presença de uma postura e prática política da prefeitura de São Paulo, com o apoio do governo do Estado, de repressão às pessoas que ocupam logradouros públicos na cidade, principalmente na região central. Muitas destas ações são justificadas para garantir que estes espaços públicos não sejam “privatizados”³ por pessoas que estão em situação de rua ou sob a alegação de diminuir a incidência de assaltos e pequenos delitos que porventura possam ser cometidos por eles. O poder público municipal – e o estadual – trata a questão “situação de rua”, muitas vezes, como um verdadeiro caso de polícia.

As ações de repressão, agressão e expulsão são feitas tanto pela Polícia Militar do Estado de São Paulo quanto pela Guarda Civil Metropolitana. Em alguns casos, existe o acompanhamento da Secretaria Municipal de Serviços no intuito de recolher arbitrariamente os pertences de quem está nesta situação. Muitas vezes a SMADS e seus técnicos, agentes e educadores não são notificados ou não acompanham estas ações, mesmo se tratando de cidadãos em situação de vulnerabilidade social.

² “Para o secretário da Assistência e Desenvolvimento Social, Floriano Pesaro, esses garotos têm dois destinos. ‘Um é a Febem. O outro, que é o que me cabe e que eu acho melhor, são os centros de referência, onde serão acompanhados por psicólogos e assistentes sociais.’” *Folha de São Paulo*, 11 de fevereiro de 2006, p. C4 – “Meninos se drogam e roubam no centro”.

³ Existe uma clara deturpação do sentido utilizado para “privatização” do espaço público por pessoas que se encontram em situação de rua. O poder público – com o apoio de alguns segmentos da sociedade e da imprensa, vale ressaltar – trata a questão “estar na rua” não como relacionada a uma problemática de exclusão e desigualdade social de nossa sociedade, mas sim como uma “opção livre” de ocupar e se apropriar de um locus público.

2. Casos de violações de direitos humanos identificados junto às crianças e aos adolescentes em situação de rua

2.1. “Limpeza social” no bairro da Luz

O bairro da Luz foi uma das primeiras regiões a sofrer a intervenção do poder municipal dentro da política de revitalização do centro. Caracterizado por uma grande concentração de pessoas em situação de rua e/ou vulnerabilidade social, foi palco de diversas ações ilegais. Em 6 de abril de 2005, foi feita uma representação junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo através da Fundação Projeto Travessia, entidade que trabalha com programa de educação de rua junto a crianças e adolescentes no centro, nestes termos:

As situações de risco vividas por crianças e adolescentes em nossa cidade são muitas. Muito diversas entre si, algumas muito complexas e outras muito antigas. (...) Estas pessoas têm direitos constitucionais que foram sistematicamente violados pelo Estado e as situações atuais são resultado destas violações. (...) Não se deve tratar este grave problema social como caso de polícia e suas vítimas como criminosos. Infelizmente é desta forma que a atual administração municipal vem encarando a situação. Sua atuação junto aos grupos familiares e de crianças em situação de rua está evidenciando esta concepção baseada num julgamento preconceituoso e raso destas situações que provoca a condenação das vítimas ao invés de seu atendimento. As polícias têm atuado de forma conjunta com objetivo de coibir, proibir e retirar coercitivamente as crianças dos locais onde são encontradas, mas não têm para onde encaminhá-las. Não existem vagas na rede de abrigos e nem a devida preparação para estes encaminhamentos. (...)

As ações sociais devem ser pautadas pelas situações específicas que cada família e indivíduo vulnerável vivem para que obtenham êxitos. Não é possível equacionar os graves e complexos problemas sociais que afetam a infância em nossa cidade com uma única proposta de intervenção, principalmente se esta intervenção for de caráter policial ou higienista. O que se tem observado é a retirada e a condução coercitiva – por vezes em viatura policial – de crianças que não praticaram nenhuma infração. Pelo contrário, são credoras de atenção e o poder público deveria ser o principal responsável pelo seu efetivo atendimento. (...).

2.2. Rampa antigente – Avenida Paulista

Em setembro de 2005, a prefeitura municipal decidiu instalar uma rampa de concreto na passagem subterrânea existente sob a avenida Paulista, no acesso às avenidas Doutor Arnaldo e Rebouças, com o intuito de impedir que diversas pessoas em situação de rua continuassem a utilizar aquele espaço como abrigo. A construção da rampa não foi acompanhada por uma política de interação e reintegração social das pessoas que ali sobreviviam. Pelo contrário: houve permanente ação da Guarda Civil Metropolitana, em conjunto com a Secretaria Municipal de Serviços, para expulsar as pessoas e impedir que retornassem ao local. Após um breve intervalo nas obras entre os meses de outubro e novembro, devido à grande pressão de diversas entidades, a prefeitura concluiu a rampa

em janeiro de 2006.

As conseqüências de tal ação foram a coerção, intimidação e expulsão das pessoas – entre elas diversas crianças e adolescentes – para outros locais da cidade.

24/09/05 – A Folha de S. Paulo publica editorial sobre a instalação de rampas para expulsão de pessoas em situação de rua no acesso à avenida Paulista:

Preocupa o modo como a prefeitura de São Paulo pretende mudar aspectos visuais da cidade. Com repentes retóricos que roçam o ideário higienista do século 19, o poder público deu início à instalação de rampas antimentidos em passagem subterrânea sob a avenida Paulista. As autoridades esperam que a inclinação e o chapiscado da argamassa, que tornará o piso áspero e incômodo, desencorajem moradores de rua de permanecer no local.

Espaços sob os viadutos e as pontes da cidade são evidentemente impróprios à moradia. São áreas insalubres e que levam riscos ao “morador” e à coletividade. Não foram poucos os incêndios que ocorreram em construções públicas por conta desse tipo de ocupação. A prefeitura, contudo, defende a obra afirmando que ela irá diminuir os assaltos na região e o número de pessoas que ficam ali cheirando cola. Não ofereceu, porém, estatísticas que demonstrem a existência do problema.

Números da polícia sugerem exatamente o contrário. A violência na região da avenida Paulista está caindo. De acordo com o Infocrim (o sistema informatizado de registro de ocorrência da polícia), os roubos a transeuntes contabilizados entre janeiro e maio de 2005 caíram 82% quando comparados a igual período de 2004.

O problema de práticas como essa é que, se não forem acompanhadas de um programa social de premissas mais generosas e objetivos mais ambiciosos, elas apenas mascaram a ignomínia social, sem contribuir para reduzi-la. E, ao menos na explicação de motivos que a prefeitura fez à reportagem (...), não se nota nenhuma preocupação que transcenda a idéia de afastar dali a pobreza, tratada como classe “perigosa”.

13/12/05 – Depoimento de membros do Fórum Centro Vivo sobre a situação sob o viaduto da avenida Paulista por ocasião da obra da rampa realizada pela prefeitura:

Estivemos hoje (13/12/05) no buraco [passagem subterrânea sob a Avenida Paulista] e sua rampa (...). Conversamos com algumas crianças e adultos que moram lá. Nos contaram sobre o “rapa” que sofreram nesta noite passada. Levaram tudo: barracos de madeira, roupas, documentos, cadernos, cartas, fotografias, cobertores. Levaram todo o material recolhido por dois carroceiros e quase levaram suas carroças. (...) Serviço muito profissional: - 3 caminhões e lixeiros; - caminhão pipa para molhar o local para que os moradores não

⁴ Reportagem “Tem gente que prefere a rua”, diz Matarazzo, de 01/10/2005, de Fábio Chivartche.

⁵ A expressão “cirandar” refere-se à matéria feita pelo *Jornal da Tarde*, “A ciranda dos meninos de rua sob os viadutos”: “As crianças brincam com uma nova versão da ‘Ciranda, cirandinha’: Param sob um viaduto. Esperam a expulsão. Dão ‘meia volta, volta e meia’, e fogem para outro lugar. Ontem, estavam sob o viaduto entre as avenidas Paulista e Doutor Arnaldo. (...) estavam até outro dia na avenida Sumaré, na região da Cracolândia ou em Higienópolis. Alguns já estiveram na Paulista antes. Mas tiveram de ‘cirandar’”.

⁶ Apesar de não definirem culpados, as investigações sobre a chacina de pessoas que se encontram em situação de rua, ocorridas em agosto de 2004, apontam a participação ou colaboração de policiais. Este fato, somado à impunidade existente em nosso país, é motivo suficiente para que diversas ações ilegais das forças repressoras do Estado não sejam denunciadas e assim investigadas pela Corregedoria da Guarda Civil Municipal ou da Polícia Militar, além do Ministério Público.

dormissem ali; - presença da Força Tática da Polícia Militar e Guarda Civil Metropolitana.

Era mais de meia-noite e a galera [crianças, adolescentes e adultos] apanhando. Contam que anotam os nomes e dizem que estas pessoas não podem mais ser encontradas naquele buraco! Detalhe: a maioria daquelas crianças foi expulsa de um abrigo da prefeitura localizado na rua João Moura, que foi simplesmente fechado. Foram mandadas para a rua! Acho que o local se chamava Marli Cury. Depois disto, foram vistas e fotografadas pelo jornal Folha de S. Paulo tomando banho em um cano de esgoto [ver matérias].

Reportagem do dia 01/10/2005 da Folha de S. Paulo⁴ registrou que os meninos de rua que moravam embaixo do viaduto da avenida Paulista onde foram construídas as “rampas antimendigos” hoje estão vivendo embaixo do vão da ponte Bernardo Goldfarb, em Pinheiros.

3. Revitalização do centro e violência

Crianças e adolescentes que vivem em situação de rua e/ou vulnerabilidade social estão constantemente sujeitos à violação de seus direitos pelos diversos atores que compõem a cena de nossa cidade.

Muitas vezes estigmatizados como bandidos, drogados e delinquentes, entre outros qualificativos, recebem uma atenção “especial” das forças de repressão do Estado, que partem do pressuposto da suspeição generalizada, principalmente quando se trata da população de baixa renda. Estas crianças e adolescentes, além de serem vítimas dos maus-tratos e do descaso do poder público, sofrem ameaças cotidianas de violência física e psicológica.

No processo de revitalização do centro, elas são representantes do atraso e dos diversos problemas da cidade. A solução encontrada pela prefeitura municipal, em muitos casos, é apenas a expulsão e repressão, fazendo as crianças “cirandar”⁵ de um lugar para o outro, sem a proposição de soluções para resolver esta complexa realidade.

Cabe ressaltar que os relatos abaixo descritos são poucos, dentre inúmeros outros sobre a violência cotidiana vivenciada por este segmento da população. Entretanto, a dificuldade de garantir a segurança e a não-exposição de crianças e adolescentes em situação de rua ao denunciarem seus agressores faz com que muitos se caleem, na opção de sofrerem por uma “violência menor”⁶.

07/11/05 – Carta enviada por educador social que atua na região central à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo:

Nos últimos dois meses pude observar, através do trabalho diário nas ruas junto a outros educadores, a intensificação do patrulhamento policial no centro da cidade.

Bases móveis foram instaladas na Ladeira da Memória, Praça Dom José Gaspar, Praça Júlio de Mesquita, entre outras, somando-se às já existentes. Além disso, a Rocam passou a circular constantemente na região em conjunto com diversas viaturas da Polícia Militar, Civil e da Guarda Civil Metropolitana.

Este policiamento ostensivo, longe de garantir apenas a segurança das pessoas que diariamente circulam, trabalham e vivem na região, incluindo os cidadãos que se encontram em situação de rua, exerce uma ação de expulsão e agressão contra esta população, que não possui atendimento adequado de seus direitos sociais básicos: saúde, educação, trabalho, moradia. (...)

No dia 07 de novembro, por volta das 16h, estava trabalhando junto com outros educadores no Vale do Anhangabaú, em frente à rua Formosa, quando observamos um princípio de tumulto do outro lado do vale, próximo da prefeitura. Havia cerca de trinta adultos, crianças e adolescentes em situação de rua no que parecia um confronto com a Guarda Civil Metropolitana.

Depois de um certo tempo, as pessoas foram dispersas. Entretanto, no lado em que nos encontrávamos, começaram a juntar-se algumas viaturas: num primeiro momento três da GCM e, depois, a chegada de duas viaturas da Polícia Militar. A GCM ficou distante, estacionada no vão do Viaduto do Chá, enquanto a PM estacionava os carros em cima da calçada, na rua Formosa, observando a movimentação de adultos, crianças e adolescentes em situação de rua que ali estavam. (...) Neste momento havia uma certa tensão (...) mas tentava-se manter o diálogo.

Porém, a partir da chegada de mais uma viatura, agora da Força Tática, as coisas mudaram. O que era apenas um diálogo tornou-se uma ação de abuso e arbitrariedade da Polícia Militar: Policiais de arma em punho, apontadas para a cabeça das pessoas – entre elas crianças – mandaram todos se deitarem no chão. Alguns educadores de um outro projeto de atuação na região central tentaram um diálogo com alguns policiais, o que resultou em chutes (em várias partes do corpo), tapas (na cabeça) e fortes empurrões contra as árvores do local. As armas sempre estiveram apontadas para a cabeça das pessoas, indiscriminadamente, por vezes forçando-as a se abaixarem com a força das armas encostadas nas cabeças e empurrando os que ali estavam.

Em seguida todos foram revistados. Alguns foram liberados e quatro adultos foram detidos e colocados dentro da viatura. Cerca de doze crianças e adolescentes que estavam no grupo abordado também foram detidos e colocados em duas viaturas. (...)

Acompanhamos [os educadores] toda a ação, junto a dezenas de pessoas que por ali circulavam naquele momento e pararam para observá-la, seja na Rua Formosa, no Vale do Anhangabaú ou no Viaduto do Chá. Entretanto, um dos sargentos da operação destacou-se do grupo de policiais e veio na minha direção específica e de um outro educador, solicitando nossos documentos. Estávamos uniformizados e portávamos um crachá da organização (com foto, número do RG, endereço, telefone). Alegando que aquilo “não valia nada” e por não estarmos com um documento de identificação “oficial” – apesar de sabermos perfeitamente nos identificar – o sargento nos deteve para “averiguação”. Apenas a nós do imenso grupo que ali se encontrava, numa clara atitude intimidatória.

Fomos encaminhados, junto às outras viaturas com as pessoas detidas, para o 3º

Distrito Policial. (...)

Depois de uns trinta minutos que estávamos na delegacia, houve a chegada de um representante do nosso programa de educação na rua, junto com duas advogadas do programa, além da entrada de todas as crianças e adolescentes que foram detidos junto conosco e haviam permanecido, durante todo o tempo, aglomeradas, dentro das viaturas que estavam nas ruas, totalmente fechadas – de cinco a seis crianças no banco de trás da viatura (desrespeitando claramente os artigos 15, 17 e 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente).

Foi solicitado pelos representantes do projeto um boletim de ocorrência, além dos motivos por estarmos todos ali. A justificativa alegada foi a existência de um chamado no Copom naquele dia, acusando “menores” de estarem realizando pequenos roubos. Apesar da acusação de ato infracional, não havia nenhuma vítima presente no local para confirmar a acusação e, se necessário, fazer um reconhecimento dos suspeitos, e a acusação de que menores cometiam atos infracionais foi motivo para que houvesse uma verdadeira “varredura” na região. (...)

Diariamente, várias pessoas que se encontram em situação de rua relatam sofrer do abuso da autoridade da Polícia Militar. Abuso este caracterizado por uma violência física e/ou psicológica – intimidação. É possível afirmar que há um processo constante – e crescente – destes atos de abuso e ilegalidade.

Na manhã do dia 04 de novembro, várias crianças e adolescentes em situação de rua do Vale do Anhangabaú foram detidas e levadas para uma base móvel da PM, localizada na Ladeira da Memória. Após um breve “bate-papo”, deixaram claro que, se eles permanecessem naquela região, seriam levados para a Febem. O motivo: não especificaram.

Não bastasse a ação de policiais que, durante a madrugada, circulam pelos logradouros públicos acordando as pessoas que ali dormem e solicitando a sua retirada (não se sabe para onde, pois a ação não é acompanhada de assistentes sociais ou representantes da Secretaria do Estado ou Municipal de Assistência Social), na madrugada do dia 07 de novembro as pessoas – em sua maioria crianças e adolescentes – que dormiam embaixo do Viaduto do Chá foram acordadas com a explosão de duas bombas de efeito moral lançadas pela PM. Ninguém aparentemente se machucou, mas este foi o estopim para uma manifestação em frente à prefeitura de São Paulo, organizada pelas pessoas que estão em situação de rua no Vale do Anhangabaú, no dia 07 de novembro, conforme relatado acima. Exigiam falar com o prefeito José Serra para interromper a ação de “limpeza social” da cidade e oferecer alternativas reais, concretas para resolver a sua situação de rua.

Existem ainda diversos relatos de crianças e adolescentes que atualmente permanecem em situação de rua no centro e estão ameaçados de morte.

14/12/05 – Depoimento de educador social que trabalha na região do Anhangabaú:

A prática da prefeitura de recolher arbitrariamente (e autoritariamente) os pertences de pessoas que estão em situação de rua (roupas, remédios, alimentos,

documentos) com auxílio da PM e, principalmente, da Guarda Civil Metropolitana (GCM) não é recente, e parece que já foi institucionalizada. Desde o começo do ano existem denúncias desta prática (na revista “Ocas” e no jornal “O Trecheiro”). Ontem (13/12/05), novamente, estava no Vale do Anhangabaú e um garoto pediu a minha ajuda: havia acabado de apanhar da GCM, pois funcionários da prefeitura, com um caminhão e mais guardas (Guarda Civil Metropolitana), acordaram alguns **meninos e meninas** que estavam num “mocó”⁷ e fizeram a “limpeza”, levando roupas, colchonetes. Quase levaram os documentos (quase, desta vez). O menino apanhou, pois questionou os procedimentos da GCM. Acabou tomando algumas cacetadas na perna. Foi acompanhado pelos educadores a um posto de Saúde na Santa Cecília.

⁷ Abrigos ou esconderijos improvisados utilizados pelas crianças e pelos adolescentes para dormir, descansar e/ou guardar os poucos pertences. Podem ser sobras de terrenos, buracos em estruturas de pontes ou viadutos ou parte de alguma edificação ou casa que sirva como abrigo.

24/01/06 – Depoimento de educador social que trabalha na região do Anhangabaú:

São Paulo, 24 de janeiro de 2006. Véspera de aniversário de 452 anos da capital paulista. A cidade, que terá “shows” e eventos culturais espalhados por diversos lugares durante a semana de seu aniversário, começa com uma “festa particular” àqueles que habitavam um “mocó” localizado sob o Viaduto do Chá, ao lado da entrada da Galeria Francisco Prestes Maia, no Vale do Anhangabaú.

Por volta das 10h40 da manhã, um grupo de aproximadamente 08 (oito) pessoas que dormia no mocó foi acordado pela GCM, que solicitou a sua retirada do espaço. A tentativa de um diálogo foi respondida pela Guarda Civil com xingamentos e “spray” de pimenta. As pessoas se dispersaram, tentando levar seus objetos (colchões, roupas, cobertores), enquanto funcionários do Departamento de Limpeza Urbana (Limpurb) e da SES, acompanhados de um caminhão e um carro-pipa, também recolhiam os objetos e lavavam o local.

O grupo de pessoas em situação de rua, formado por crianças, adolescentes (em sua maioria) e adultos ficou ainda no local, questionando os motivos da operação, solicitando um atendimento digno, uma solução para aquele problema. Estavam nervosos, revoltados com a situação.

Não bastasse o contingente expressivo de policiais da Guarda Civil Metropolitana, cerca de 12 (doze), todos não identificados, aos poucos foram chegando reforços: três viaturas, duas motos, outros guardas a pé. Iniciou-se um isolamento da área onde havia algumas pessoas protestando. Em pouco tempo, a “fervorosa” conversa entre a GCM e alguns adultos tornou-se agressão: cassetete, chutes, socos.(...)

Em contato com o departamento de Comunicação Social da Guarda Civil Metropolitana, foram questionados os motivos da realização da operação. O departamento afirmou se tratar da “Operação Homens de Rua, na qual a Guarda Civil Metropolitana, acompanhada de agentes da SMADS, realiza a remoção e o encaminhamento de pessoas em situação de rua para albergues da prefeitura. No caso de hoje, houve resistência, algumas pessoas foram detidas e encaminhadas para a delegacia”.

Sobre a presença de funcionários da LIMPURB e da SES e da ausência dos agentes sociais da SMADS, o departamento de Comunicação Social não soube

informar o motivo. “Mas sempre os funcionários da SMADS acompanham as operações”, afirmaram.

Já em contato com a assessoria de imprensa da SMADS, uma situação trágica tornou-se quase cômica, ao menos para alguns de seus funcionários. Ao perguntar sobre o que seria a “Operação Homens de Rua”, foi respondido por uma funcionária após risos: “- É algo do tipo Operação Homens de Preto, do filme?”.

Ao explicar o que seria tal “Operação”, a SMADS afirmou desconhecer-la. Sobre a ausência de agentes sociais em operações realizadas pela Guarda Civil Metropolitana envolvendo pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, a assessoria de imprensa informou que, “quando a GCM vai realizar a desocupação do espaço público, não necessariamente precisa contar com a presença da SMADS, já que existe um trabalho anterior de abordagem sistemática de pessoas em situação de rua, numa tentativa de encaminhamento para albergues.” Questionada sobre a importância da presença de agentes da SMADS nestas operações, devido ao despreparo da GCM em atender pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social e da necessidade de um atendimento digno e qualificado para estes, a assessoria de imprensa afirmou que, “como existe um trabalho de convencimento anterior, que precisa contar com a relação, a confiança das pessoas em situação de rua com os agentes da SMADS, não seria bom vincular a imagem da Assistência Social com a do policial”. Por que não seria bom se a GCM agirá apenas dentro da lei?

Direitos violados

Violação do direito da criança e do adolescente ao tratamento como absoluta prioridade pelo poder público

(art. 227 da Constituição Federal e art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, correspondente à lei federal nº 8.069/90): É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Sendo dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente (70) e aplicar as medidas de proteção sempre que os direitos reconhecidos no ECA forem ameaçados ou violados, como no caso de ação ou omissão da sociedade ou do Estado (98, I).

Violação do direito à proteção integral (art. 3º e 5º do ECA): A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. O poder público deve garantir que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e

opressão, punindo na forma de lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos direitos fundamentais.

Violação do direito à vida e à segurança (art. 5º da Constituição Federal): Violação do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) e da cidadania (art. 1º, III).

Violação do direito à liberdade (art.16 e 106, ECA): Direito de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais. A detenção e o recolhimento injustificados de crianças e adolescentes que vivem na área central, levando-as para lugares afastados, é ilegal e configura abuso de poder, de acordo com o art.106: “Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente. Parágrafo único. O adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos”.

Violação do direito à preservação da imagem, da identidade e proteção de tratamento vexatório e constrangedor (art.17, 18 e 178 do ECA): Recolhimento de crianças colocadas nos camburões da Polícia Militar. É proibido colocar crianças e adolescente no camburão, devendo ser levadas no banco do carro. O art.178 do ECA prevê que “o adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional não poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental, sob pena de responsabilidade”.

Violação do direito à saúde (art. 196 da Constituição Federal): Dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução de risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

Violação do direito à igualdade e à não-discriminação (art. 5º, “caput”, da Constituição Federal): A discriminação da população de baixa renda, neste caso, crianças e adolescentes em situação de rua, mediante (...) agressões físicas, intimidação e criminalização, pela falta de atendimento público adequado, tratando a criança e o adolescente como absoluta prioridade, conforme reza o art. 227 da Constituição Federal.

Violação do direito à cidade sustentável (art. 2º, inciso I, da Lei Federal nº 10.257/01): Violação do direito à moradia, à educação, saúde, ao trabalho e ao lazer previsto. A justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização, diretriz do Estatuto da Cidade, é condição para a inclusão desta população extremamente marginalizada, no sentido de combater a desigualdade social (Estatuto da Cidade, art.2º, IX).

Violação do devido processo legal (art.107 do ECA): A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido devem ser comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada. E, uma vez apresentado o adolescente, o representante do Ministério

Público, no mesmo dia e à vista de auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuado pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítimas e testemunhas.

4. Reivindicações e propostas

4.1. À Prefeitura do Município de São Paulo

- Elaborar e implementar programas de geração de empregos e de qualificação profissional para jovens e adultos, em conjunto com os governos estadual e federal;
- Ampliar o atendimento, em conjunto com os governos estadual e federal, dos programas de distribuição de renda para as famílias economicamente mais pobres;
- Desenvolver, implementar e garantir o acesso à rede de serviços e equipamentos culturais, de lazer, saúde, moradia e de educação formal e não-formal nas diferentes regiões da cidade, especialmente nas periferias;
- Fomentar a criação de espaços potencializadores de habilidades comunitárias que fortaleçam as famílias e garantam a sua autonomia, dêem reais poderes políticos e reivindicatórios a elas para o reconhecimento de demandas e sugestões para soluções;
- Dar continuidade ao processo de municipalização do atendimento;
- Promover uma maior integração das ações das diferentes secretarias que compõem o governo municipal (Educação, Assistência e Desenvolvimento Social, Cultura, entre outras), especialmente no que tange ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua e/ou vulnerabilidade social, visando à reintegração familiar e comunitária;
- Retomar o trabalho de educação de rua, enquanto uma das diretrizes de política pública voltada a crianças e adolescentes em situação de rua e/ou vulnerabilidade social – trabalho este que reconheça as reais necessidades de crianças e adolescentes em situação de rua, que os coloque como sujeitos de direitos e protagonistas de ações transformadoras;
- Aumentar os recursos e melhorar a qualificação dos serviços de acolhida, permitindo o estabelecimento de um trabalho não apenas com crianças e adolescentes, mas também com suas famílias, para que estes locais sejam efetivamente o espaço de acolhida provisória;
- Desenvolver um trabalho de apoio e articulação com as famílias que tenham crianças e adolescentes em situação de rua e/ou vulnerabilidade social de forma mais intensiva, em oposição à proposta de institucionalização destas crianças e adolescentes;
- Fortalecer os canais de diálogos e parceria com as entidades e organizações

que realizam trabalhos com crianças e adolescentes em situação de rua e/ou vulnerabilidade social;

- Realizar trabalho permanente e contínuo de capacitação para a readequação das práticas da Guarda Civil Metropolitana no que tange respeito a suas atribuições e seus deveres para com todos os cidadãos e, principalmente, as crianças e os adolescentes, de modo que respeite a Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), inclusive quando a criança ou o adolescente estiver em situação de conflito com a lei.

4.2. Ao Governo do Estado de São Paulo

- Desenvolver a integração das políticas públicas da região metropolitana de São Paulo, por meio de ações que visem articular as diferentes políticas municipais no que se refere à atenção a crianças e adolescentes, principalmente àqueles que se encontram em situação de rua e/ou vulnerabilidade social;
- Realizar trabalho permanente e contínuo de capacitação para a readequação das práticas da Polícia Militar no que tange respeito a suas atribuições e seus deveres para com todos os cidadãos e, principalmente, as crianças e os adolescentes, de modo que respeite a Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), inclusive quando a criança ou o adolescente estiver em situação de conflito com a lei.

5. Reportagens e matérias publicadas pelos veículos de comunicação

Ação oficial é inconsistente, diz especialista



Menino de rua na praça da Sé, na região central de São Paulo

DE REPORTAGEM DA FOLHA

Para Maria Stela Graciani, 55, professora de sociologia da FFLC (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais) de São Paulo, na última década o poder público não adotou, em situações de crianças de rua, ações que fossem realmente eficazes. A autora do livro "Pedagogia Social de Rua", fruto de seu doutorado na Faculdade de Educação da USP (Universidade de São Paulo), Graciani se dedica atualmente ao problema das crianças de rua no Núcleo de Trabalhos Comunitários da FFLC. **Leia a seguir trechos da entrevista concedida à Folha.**

Folha - Qual a sua proposta para a abordagem das crianças de rua?
Maria Stela Graciani - A minha proposta é a de um projeto político que tem duas faces: a primeira é o trabalho na rua e a segunda é

o trabalho na rua e a segunda é...
Folha - Na última semana, quem pôde ver o caso das 'varginhas' e 'bombar' entraram a trabalhar em São Paulo. Qual a sua opinião sobre isso?
Graciani - Há equívoco por parte de quem crede isso. Quando as crianças foram notadas, as ações que deveriam ter recebido apoio psicológico e social.

...o trabalho na rua e a segunda é...
Folha - O que é necessário para essa abordagem ser bem-sucedida?
Graciani - O primeiro é que tem que ter uma visão crítica do educador sobre a situação que leva aquela exclusão. Se ele não sabe, vai ser ingênuo, assistencialista, pensar a não ser a boca de criança. O segundo é que a ação precisa ser participativa, você não leva o projeto no bolso e mostra para a criança — isso não tem sustentabilidade. Outros aspectos é que a ação deve ser comunitária, é pre-

...o trabalho na rua e a segunda é...
Folha - Como a sociedade avalia a ação do poder público nessa área?
Graciani - Não tenho visto ao longo da última década nenhuma política pública de abordagem de crianças de rua que tenha sido consistentemente capaz de reverter esse

...o trabalho na rua e a segunda é...
Folha - Como a sociedade avalia a ação do poder público nessa área?
Graciani - Não tenho visto ao longo da última década nenhuma política pública de abordagem de crianças de rua que tenha sido consistentemente capaz de reverter esse

Casas inusitadas usam até papelão

...uma praça da Vila Nova Conceição (zona sul), acabou num hospital psiquiátrico em razão à presença de vizinhos contra seu manuseio. Assim como se construiu o abrigo não durou muito — foi recolhido pela prefeitura.
Maria Cecília Loucheiro dos Santos, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, cita ações que deram certo em outros países. No Canadá, um modelo foi reformado para a participação de moradores de rua e pessoas a abrigá-los. No Japão, o arquiteto Shigeru Itoh propôs, após um terremoto em Kobe, abrigos feitos de tubos de papelão. Em Oregon (EUA), um acampamento sob uma ponte foi transformado num conjunto de tendas onde as pessoas conseguiram espaços e conforto.

...uma praça da Vila Nova Conceição (zona sul), acabou num hospital psiquiátrico em razão à presença de vizinhos contra seu manuseio. Assim como se construiu o abrigo não durou muito — foi recolhido pela prefeitura.
Maria Cecília Loucheiro dos Santos, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, cita ações que deram certo em outros países. No Canadá, um modelo foi reformado para a participação de moradores de rua e pessoas a abrigá-los. No Japão, o arquiteto Shigeru Itoh propôs, após um terremoto em Kobe, abrigos feitos de tubos de papelão. Em Oregon (EUA), um acampamento sob uma ponte foi transformado num conjunto de tendas onde as pessoas conseguiram espaços e conforto.

Sem ação na rua, abrigo infantil é inócuo

BARBÉRIE LAZAR
ARAÚJO BALAZINA
E LUCIA PULHATO

É importante, com o que hoje é pago para essas equipes, sair da rua e ter profissionais qualificados para atender essas crianças", afirma Lídia Pulhato, coordenadora do projeto Travessia.

Para o psicólogo João Lacerda, da prefeitura de São Paulo, esse é um dos principais problemas dos abrigos: realizados pelo prefé- rito, para eles, abordar é ser e chamar para o abrigo. Realizar uma ação pedagógica com essas crianças é um processo — a abordagem que se faz é episódica.

A primeira sai na "crescidi- nha" e leva o menino. Cabe à casa criar o vínculo com ele. Muitas ve- zes, não dá tempo, a criança foge antes", conta Ana Maria Pacheco, 31, coordenadora do abrigo Marty Gary, no Alto de Pinheiros.

O resultado é um alto índice de rotatividade: sempre reabridos e fechados. Na casa de acobalada Ta- gina, no centro, Ellen* já é co- rrido entre as funcionárias por não ficar mais de quatro dias no local. Em dois meses, suas mães e vizinhos fizeram reclamações. "Não tem da vida, tá", diz. "Mas, lá dentro,

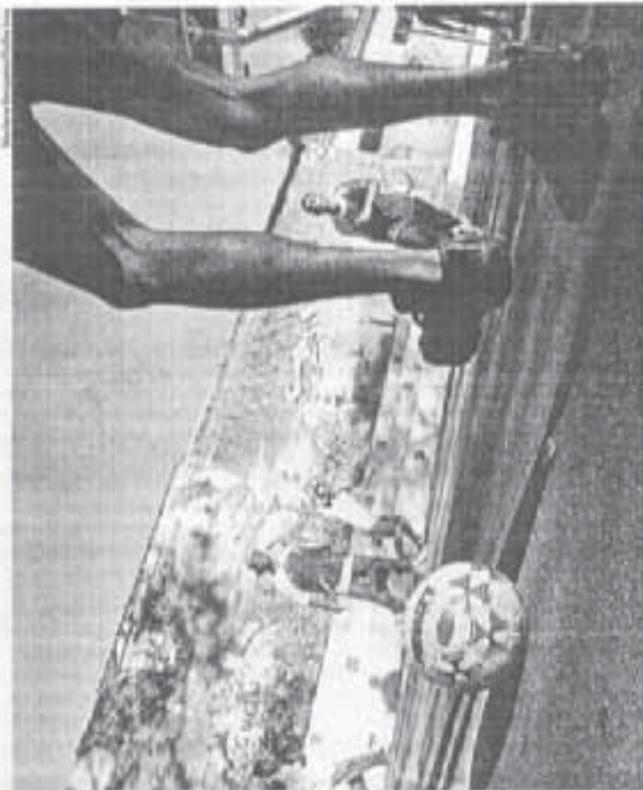
vezes é grande. Aí, então."

A droga é um componente im- portante, mas não o único, dessa volta à rua. As crianças também são atraídas pela falta de liberda- de e pela ligação afetiva com os colegas — os "peidos de rua" ou im- grants em uma linguagem poética.

"É que o governo e as institu- ções não 'abstem' essas crianças em relação ao mesmo para o traba- lho infantil e incentivam o uso de drogas. Em troca, dão lugar para drogas e comida", diz Academio Apolinário, 55, diretor da associa- ção Chique de Capim. A entidade, que acolhe de drogas, realiza lá nove anos atividades lúdicas para juvenis de rua.

Em dois meses de trabalho com um grupo no Somenf (uma ven- ta) o Chique de Capim diz ser per- turbado e atraído dos jovens. "No começo, eles choravam coisa do- rante o jogo de futebol. Agora, não se drogam na partida e estão mais concentrados", diz o educa- dor social Paulo César Carreira Santos, 36, que é o juiz.

* NOME EM SEU LUGAR



Membros jogam bola em quadra durante atividade promovida pela entidade Chique de Capim.

Agente busca vínculo, diz secretário

de atendimento

O secretário municipal de As- sistência e Desenvolvimento So- cial, Henrique Pires, afirma que as abrigos feitas pelos apren- tizes da Prefeitura de São Paulo são episódicas e buscam a criação de vínculo com as crianças.

No caso de crianças com pro- blemas relacionados a drogas, prostituição e delitos (entram-se que 800 vivem nas ruas de cidade nessa situação), o período de aproximação costuma ser de seis meses, segundo o secretário — a política adotada, porém, é que as atividades desenvolvidas nesse período não estimulem a fuga da criança da rua.

Segundo ele, as crianças sem- pre são encaminhadas para as famílias ou para os pais, se possível, e não para os abrigos. Para Pires, "é muito difícil a criação de vínculo. Eu tenho que ir até a casa da criança e fazer um trabalho de aproximação com ela e com a família".

das casas de acolhida e das ab- rigos. Desde a criação da entidade, em consequência, decidiu re- tomar as ruas. Para Pires, "é muito difícil a criação de vínculo. Eu tenho que ir até a casa da criança e fazer um trabalho de aproximação com ela e com a família".

Ele diz reconhecer que é pre- cisoso qualificar melhor os apren- tizes para trabalhar com as crianças. Porém, segundo o secretário, a política adotada, porém, é que as atividades desenvolvidas nesse período não estimulem a fuga da criança da rua.

Segundo ele, as crianças sem- pre são encaminhadas para as famílias ou para os pais, se possível, e não para os abrigos. Para Pires, "é muito difícil a criação de vínculo. Eu tenho que ir até a casa da criança e fazer um trabalho de aproximação com ela e com a família".

Bueiro vira chuveiro para menino de rua



AFRA BALAZINA

REPORTAGEM

Em vez de banheiro e chuveiro, água da sarjeta. Nove adolescentes que moram nas ruas de São Paulo usam a água de um bueiro localizado sob a ponte Bernardo Goldbach, em Pinheiros (zona oeste de SP), para tomar banho.

Os jovens, cujas idades variam de 13 a 16 anos, tiram a tampa do bueiro e descem com a ajuda de uma escada. Eles dizem que a água é muito gelada.

"As vezes, passa longe. Em outras, está suja e com cheiro ruim. Para quem olha do alto, entretanto, a água é transparente."

Os adolescentes relatam que, após começar a tomar banho no local, há alguns dias, passaram a sentir coceiras. Também apareceram picos e feridas.

"A gente ficava emburruado do viaduto da Paulista. Mas, com a rampa que fizeram, o rufo [agente municipal] e a polícia passaram sempre, achamos melhor aqui", diz Jhonca (nome fictício), 14.

Ele diz que já se para Pinheiros esporadicamente e que o grupo escolheu o local para dormir nos últimos dias porque está "mais amigável" do que na Paulista.

Nas semanas passadas, a prefeitura

começou a construção de uma torreta, com superfície de pedra, na passagem que liga a Paulista à avenida Doutor Arnaldo. Segundo a Superintendência de SE, o objetivo é evitar enchentes, que ocorrem principalmente quando o trânsito está congestionado.

Ratina na rua

Na terça-feira, por volta das 18h, Jhonca passou correndo no calibdo após se lavar no bueiro. A poucos metros do shopping Eldorado, tentava não chamar a atenção com uma toalha verde escura no quadril enquanto se vestia.

Otávio, João (nome também fictício), 16, tomava seu banho no local à tarde. "Devo ser por isso que todo mundo aqui fica doente", diz. Outros jovens completam: "Acho que hoje será a última vez que tomarei banho aqui".

Eles dizem ter a opção de tomar banho e dormir em abrigos, mas não aceitam. "Queria ir para um abrigo novo, não para esse que já existe", afirma João.

Ele diz que muitas vezes tentam separar-lhes e, por isso, preferem continuar na rua. Os nove dormem dentro do "moco", um espaço no final da ponte protegido por uma parede. "É quente lá dentro. Fora daí, soamos solos."

Outro jovem, que diz ter 16 anos, mas aparenta menos, afirma que "na rua passa por muitos momentos difíceis". "Não temer horror para todos, falta comida."

Quando a reportagem chegou perto da ponte, a primeira coisa que os adolescentes pediram foi alimentos. "Trouxer alguma coisa para a gente comer, tá?"

Depois, uma menina e um menino pediram também "um pedaço". Inclui também saber o que tem ganhar com a corrente.

A longa, além de suja, é o que se agrotaria. A menina foi imediatamente com uma garrafa de água cheia de água no bolso e a água enquanto filava. Grande parte diz não ter mais pais vivos. 50 em dizer que a mãe mora no Capão Redondo [zona sul] e o pai em Mauá, na Grande São Paulo. "Eu quero voltar a estudar com a minha mãe, mas é difícil por causa do droga", conta.

O subprefeito de Pinheiros, Antônio Marçalho Netto, afirmou, por meio de sua secretaria de imprensa, que estaria analisando a situação do local. Ele faziam o cadastramento dos jovens e, depois, tentariam encaminhá-los a algum abrigo. A Secretaria de Assistência Social diz que há espaço no rede de atendimento municipal.



Depois de tirar a tampa do bueiro, garotos descem escada para tomar banho em galeria de Pinheiros

Prefeito lacra bueiro de meninos de rua

Crianças usavam o local para banhos

DA REPORTAGEM LOCAL

A gestão José Serra (PSDB) interditiou, com um bloco de concreto, o bueiro localizado sob a ponte Bernardo Goldfarb, em Pinheiros (zona oeste), onde pelo menos nove adolescentes, moradores de rua, utilizavam a água para tomar banho.

Com a medida, os adolescentes deixaram, ainda que temporariamente, de circular pelo local. A decisão da prefeitura foi tomada depois que a situação dos garotos foi revelada por reportagem da Folha.

Alguns dos adolescentes já haviam sido obrigados a mudar de endereço depois que a administração Serra construiu, na praça que liga a avenida Paulista à Doutor Arnaldo, uma rampa que impede a presença de

moradores de rua sob o viaduto. A medida recebeu críticas de entidades ligadas ao setor que a consideraram higienista.

O secretário das Subprefeituras, Walter Feldman, afirmou que o bueiro foi interditiado porque "não dá para acitar crianças tomando banho na água usada ou se utilizando desses bueiros como moradia". Segundo ele, a interdição foi acompanhada por assistentes sociais, que procuraram direcionar os adolescentes para albergues.

O subprefeito de Pinheiros, Antonio Marsiglia Netto, porém, não soube dizer se os garotos foram para os albergues. "Parece que parte [dos adolescentes] veio da avenida Paulista e outros da famosa cracolândia. Acabam ficando nômades, indo de um ponto para outro." (W)



Bueiro antes usado por garotos e depois de ser interditiado

Antonio Gaudenzi/Foto Imagem

Cresce número de crianças de rua na região do Vale do Anhangabaú

Operação Limpa na Cracolândia e reintegrações de posse em prédios no Centro empurraram menores para o local, dizem entidades assistenciais

DEBORA LOPES

A Operação Limpa na Cracolândia — área da Luz que teve esvaziado o centro comercial de vendas e lojas de roupas — em março, e as reintegrações de posse feitas no mês passado em prédios e lojas comerciais no Centro empurraram mais crianças de rua para o Vale do Anhangabaú. O Projeto Triunfal, que atende milhares de pessoas em situação de rua, afirma que o aumento de crianças de rua ocorreu em três meses para um de abril a dez novembro do ano. Segundo o projeto, foram cerca de 200 crianças de rua.

"Atualmente encontramos o número de crianças de rua no Vale do Anhangabaú em 200 por cento em relação às operações e reintegrações", diz Márcio Duarte, gerente de coordenação do projeto, que funciona há seis anos. "O aumento da Luz é um deslocamento de crianças de rua para o Vale do Anhangabaú, com deslocamento de famílias, com deslocamento de famílias", afirma Rogério e Theresina, do Projeto Triunfal.

Operação recolheu 573 menores

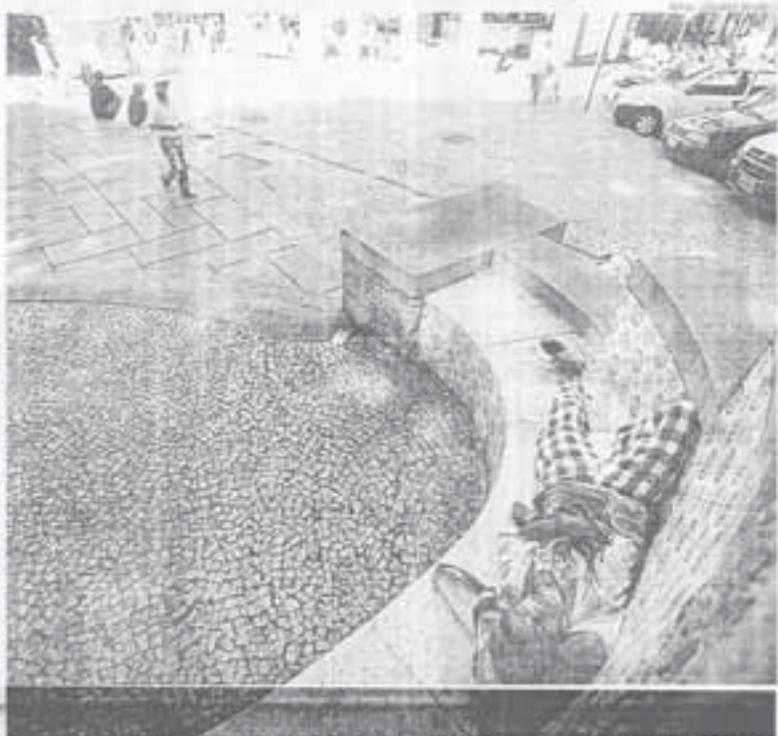
A Operação Limpa na Cracolândia, região da Luz, no Centro da Capital durou dois dias: teve início no dia 7 e terminou no dia 17 de março deste ano. Durante esse período, a Associação Social reuniu 573 menores usuários de drogas e 70 moradores de rua que foram resgatados. No período da operação, a polícia resgatou 500 menores que estavam fugitivos e deteve outras 40 pessoas por tráfico e porte de drogas, uso de documentos falsos, roubo e porte ilegal de armas. Durante a ação, 550 estrangeiros foram detidos e levados para a Polícia Federal. Dessa total, 48 foram multados e outros 45 obrigados a deixar o Brasil. Na ocasião, moradores da Cracolândia exigiram a Operação Limpa, afirmando que há uma distribuição de número de usuários de drogas e traficantes na região.

com crianças no Centro, de forma semelhante ao região da Luz, mas com reintegrações de posse, que passaram a "limpar" para os moradores locais. O educador Paulo César Oliveira, do Centro de Estudos de Cidadania, também afirma que crianças de rua foram deslocadas de rua para as proximidades de Anhangabaú. A entidade também promove atividades para as crianças para de trabalho de rua. "Ficamos aqui esperando na Luz e os pais não vieram, então as crianças foram para o Vale do Anhangabaú", diz.

No Centro (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente) de São Paulo, que tem atendimento diário, os educadores relatam aumento no número de encaminhamentos na região, região de Anhangabaú. Maria Silva do Nascimento, "Após a operação na Luz, tivemos um aumento de crianças de rua para o Vale do Anhangabaú. Mas não sabemos porque não houve trabalho de longo prazo. O trabalho com as crianças de rua tem de ser de longo prazo: é preciso estabelecer, garantir sua educação", diz a ONG.

"Não sabemos porque os dados de infância e juventude do Estado de São Paulo não foram atualizados, mas precisamos atualizar, não sabemos a porcentagem de crianças de rua", diz. Ela também afirma que os dados não foram atualizados há dois meses após a intervenção na Luz. "A política pública não pode apenas reconhecer a situação de rua, mas também a intervenção na Luz. A política pública não pode apenas reconhecer a situação de rua, mas também a intervenção na Luz. A política pública não pode apenas reconhecer a situação de rua, mas também a intervenção na Luz.", diz.

Para o padre João Lazzarini, de Pastoral de Menor, o problema é o aumento generalizado da população de rua. "Aumento e número de crianças de rua é um problema de adultos", afirma. Como não há estratégia real para o número de crianças de rua, diz. "A política pública não pode apenas reconhecer a situação de rua, mas também a intervenção na Luz. A política pública não pode apenas reconhecer a situação de rua, mas também a intervenção na Luz.", diz.



MENOR DE RUA dorme em frente ao buraco de esgoto no Centro do Memorial, na região do Vale do Anhangabaú, no Centro

Base da PM também afasta jovens

Outro fator importante para a redistribuição dos jovens moradores de rua, são os deslocamentos de bases militares da Polícia Militar em locais onde há um comércio tradicional. "Região que tem muita comércio e atividades de turismo e que receberam bases militares da polícia, como a Avenida Mir Luz e as bases da Polícia de São João e Kennedy, a Avenida São João, no região do Parque Dom Pedro e até a Serra Paulista", afirma Márcio Duarte, do Projeto Triunfal. Segundo Duarte, a localização de policiamento, assim como a presença de uma base policial, os jovens passaram a se deslocar para o Vale do Anhangabaú. "Essa situação baseada no trabalho de deslocamento de famílias de rua para o Vale do Anhangabaú, o que é um problema sério", diz.

gante não há qualquer tipo de intervenção. Os jovens passam dias usando drogas e ficam injetivos e alcoolizados. Não brinca e corre para fora sem intenção para morrer", diz. Maria Silva do Nascimento, coordenadora do Centro de Estudos de Cidadania, também afirma que crianças de rua foram deslocadas de rua para o Vale do Anhangabaú. "A política pública não pode apenas reconhecer a situação de rua, mas também a intervenção na Luz. A política pública não pode apenas reconhecer a situação de rua, mas também a intervenção na Luz.", diz.



MENOR que vive na rua acabou o dia com o grito de dor



TRAFICANTE se desloca para o Vale do Anhangabaú, chorando com um pai pobre

Crianças da Cracolândia foram para bairros, diz Pesa

Para o secretário municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Florian Pesa, não há nada que indique o deslocamento de crianças de rua para o Vale do Anhangabaú. "As crianças e os adolescentes que vivem na Cracolândia estão se deslocando porque os adultos foram presos. Então não há nada que indique o deslocamento de crianças de rua para o Vale do Anhangabaú", afirma Pesa. Segundo Pesa, o deslocamento de crianças de rua para o Vale do Anhangabaú é um problema sério. "A política pública não pode apenas reconhecer a situação de rua, mas também a intervenção na Luz. A política pública não pode apenas reconhecer a situação de rua, mas também a intervenção na Luz.", diz.

O subprefeito de São André, Márcio Duarte, também rebate as declarações de Pesa, afirmando que há uma mudança no trabalho social e de saúde nas regiões de rua. "Houve um trabalho de identificação, com encaminhamento para os serviços de saúde", diz. "Os ONGs precisam se adaptar à nova realidade. Não é uma tarefa simples", afirma Duarte. De acordo com Márcio Duarte, a Prefeitura tem realizado ações e tomado atitudes em relação ao deslocamento de crianças de rua para o Vale do Anhangabaú. "A política pública não pode apenas reconhecer a situação de rua, mas também a intervenção na Luz. A política pública não pode apenas reconhecer a situação de rua, mas também a intervenção na Luz.", diz.

Porém, há quem diga que o número de crianças de rua no Vale do Anhangabaú está aumentando. "Há um aumento de crianças de rua no Vale do Anhangabaú", afirma Pesa. Segundo Pesa, o deslocamento de crianças de rua para o Vale do Anhangabaú é um problema sério. "A política pública não pode apenas reconhecer a situação de rua, mas também a intervenção na Luz. A política pública não pode apenas reconhecer a situação de rua, mas também a intervenção na Luz.", diz.

Rampas: MPE vai abrir inquérito

Promotoras querem apurar os motivos que levaram a Subprefeitura da Sé a construir bloqueios sob a Paulista

Condição
 O Ministério Público Estadual (MPE) vai abrir inquérito para apurar os motivos que levaram a Subprefeitura da Sé a construir bloqueios sob a Paulista. A ação é movida pelo promotor de Justiça Paulo Roberto de Faria, e tem por objetivo investigar as condições em que os bloqueios foram construídos.

A denúncia alega que os bloqueios foram construídos de forma irregular, sem a devida autorização da Prefeitura Municipal de São Paulo. Além disso, o promotor aponta que os bloqueios foram construídos em áreas de risco, o que pode colocar em perigo a segurança dos moradores das áreas afetadas.

Segundo o promotor, os bloqueios foram construídos sem a devida autorização da Prefeitura Municipal de São Paulo, e sem a devida autorização da Prefeitura Municipal de São Paulo. Além disso, o promotor aponta que os bloqueios foram construídos em áreas de risco, o que pode colocar em perigo a segurança dos moradores das áreas afetadas.



Obstáculo - O fim da segunda etapa do trabalho da subprefeitura aconteceu por falta de espaço para a obra.

de fato, não houve a construção dos bloqueios. "Desde o início da obra, os bloqueios foram construídos de forma irregular, sem a devida autorização da Prefeitura Municipal de São Paulo", afirmou o promotor.

O promotor também apontou que os bloqueios foram construídos em áreas de risco, o que pode colocar em perigo a segurança dos moradores das áreas afetadas. Além disso, o promotor aponta que os bloqueios foram construídos sem a devida autorização da Prefeitura Municipal de São Paulo, e sem a devida autorização da Prefeitura Municipal de São Paulo.

O inquérito será aberto em breve e terá como objetivo investigar as condições em que os bloqueios foram construídos. Além disso, o promotor aponta que os bloqueios foram construídos em áreas de risco, o que pode colocar em perigo a segurança dos moradores das áreas afetadas.

A FAVOR

Desprivatizando os pobres



Henrique Amorim

Em 2008, foi aprovado o Plano de Metas, sendo este o primeiro plano de metas da Prefeitura Municipal de São Paulo. O plano prevê a construção de 100 mil unidades habitacionais, o que representa um aumento de 50% em relação ao plano anterior. Além disso, o plano prevê a construção de 100 mil unidades habitacionais, o que representa um aumento de 50% em relação ao plano anterior.

O plano também prevê a construção de 100 mil unidades habitacionais, o que representa um aumento de 50% em relação ao plano anterior. Além disso, o plano prevê a construção de 100 mil unidades habitacionais, o que representa um aumento de 50% em relação ao plano anterior.

O plano também prevê a construção de 100 mil unidades habitacionais, o que representa um aumento de 50% em relação ao plano anterior. Além disso, o plano prevê a construção de 100 mil unidades habitacionais, o que representa um aumento de 50% em relação ao plano anterior.

CONTRA

Rampas não! Política pública, sim!



Paulo César Lanaufer

A política não pode ser feita apenas para os ricos. Ela deve ser feita para todos, especialmente para os pobres. A Prefeitura Municipal de São Paulo deve investir mais em políticas públicas que beneficiem a população de baixa renda.

A Prefeitura Municipal de São Paulo deve investir mais em políticas públicas que beneficiem a população de baixa renda. Além disso, o plano prevê a construção de 100 mil unidades habitacionais, o que representa um aumento de 50% em relação ao plano anterior.

A Prefeitura Municipal de São Paulo deve investir mais em políticas públicas que beneficiem a população de baixa renda. Além disso, o plano prevê a construção de 100 mil unidades habitacionais, o que representa um aumento de 50% em relação ao plano anterior.

O Estado de S. Paulo | 24 de dezembro de 2005

* Paulo Roberto de Faria é promotor de Justiça do Ministério Público Estadual de São Paulo. Paulo César Lanaufer é advogado e professor de Direito na Universidade de São Paulo.



MAIS DO MESMO

"Dois meninos de rua, uma garrafa com cola de sapateiro, ou algum tipo de entorpecente semelhante, e um homem da GCM (Guarda Civil Metropolitana). O que poderia ser uma ação cotidiana de repressão ao consumo de drogas revelou-se uma cena surpreendente (...): um guarda ajudando adolescentes a se drogarem no meio da rua" ("Folha de São Paulo", 09/02/06, pág. C1).

A publicação da notícia citada acima foi um desserviço prestado pela "Folha" à cidade ao tratar de um assunto tão complexo –crianças e adolescentes em situação de rua– de maneira superficial e sensacionalista.

O "furo" de reportagem abriu precedente para que repórteres e fotógrafos de vários meios de comunicação fizessem uma "caça às bruxas" às crianças e adolescentes em situação de rua do Centro de São Paulo, principalmente nas imediações da rua Formosa, no Vale do Anhangabaú. Fotos, depoimentos, filmagens. Aos holofotes das câmeras e filmadoras, meninos e meninas dispostos a falar sem saber que o foco não estava em suas vidas, suas histórias, nem na solução de seus problemas. Apenas a baixa e vil exploração de sua miséria. A notícia como espetáculo.

O cúmulo do absurdo foi acompanhar um repórter de uma rede de televisão pedir a um menino que cheirasse cola para ser filmado. Sensacional(ismo)!

A "Folha" e outros tantos meios de comunicação cobraram outro tipo de ação policial sobre o fato, em sua maioria repressora. Não precisavam tê-lo feito. É recorrente o uso de força extrema e ilegal por policiais sobre crianças que cheiram cola, por exemplo. Aquelas que são pegas apanham, tem a cola espalhada pelos cabelos ou pelo corpo, além de serem ameaçadas. O mesmo fato, "Guarda auxilia menino de rua a cheirar cola", foi interpretado de forma diferente pelo jornal "O Estado de São Paulo". Segundo o diário que entrevistou o menino (algo que a "Folha" não fez), "o guarda tentou aquecer a cola para queimar sua mão". ("O Estado de São Paulo", 10/02/06, pág. C3).

O debate sobre o assunto, no geral, infelizmente ficou resumido à questão "menores", drogas e polícia. Crianças e adolescentes em situação de rua são casos de polícia ou de saúde pública?

No dia 11 de fevereiro, a "Folha" noticiou: "Meninos se drogam e roubam no Centro". O secretário de Assistência e Desenvolvimento Social, Floriano Pesaro, comentou sobre a reportagem e o destino dos meninos: "Um é a Febem. O outro, que é o que me cabe e que eu acho melhor, são os centros de referência, onde serão acompanhados por psicólogos e assistentes sociais". Conversando com alguns adolescentes da região do Vale do Anhangabaú sobre a declaração, eles discordam: "O melhor é a minha casa". É, secretário, cabe a esses garotos o protagonismo de seus futuros.

Meninos e meninas em situação de rua não brotam do asfalto. Seus problemas não se iniciam no Centro. Começam em regiões mais distantes, periféricas. Comunidades abandonadas pelo poder público, que pouco investe na construção e no desenvolvimento de equipamentos sociais, culturais e pedagógicos necessários a uma formação humana e digna e cidadã. Co-

munidades abandonadas pela iniciativa privada, restrita a expandir-se em lócus de consumo e segurança para a preservação de suas riquezas.

Crianças e adolescentes que vivem em situação de rua, como todos nós, têm uma história. Em sua maioria, têm família. Geralmente são filhos de trabalhadores e trabalhadoras de baixa renda que, devido à condição exploratória e vexatória ao qual são submetidos cotidianamente, não conseguem dar conta de todos os seus filhos. Com isso, o adulto que existe na criança é instigado a florescer. Pequenos se agigantam, rompem com o ciclo de violência, pobreza e humilhação e vão ao Centro fazer uma denúncia: a miséria nossa de cada dia.

Meninos e meninas em situação de rua não são casos de polícia nem de saúde pública. É preciso parar de criminalizá-los. É preciso parar de tratá-los como doentes. Está na hora de passarmos de intervenções imediatistas para a solução. Da opressão para a cidadania.

Passados alguns dias após a publicação das notícias, a caótica cidade volta à sua "normalidade": os meninos, as ruas, a repressão policial não declarada, a manutenção da miséria pela sociedade, pelo poder público. Até a próxima notícia. Até o próximo flagrante para o espetáculo.

Até quando teremos sempre mais do mesmo? ■

* Rodrigo Ciriaco é educador social e voluntário da OCAS

...crianças circulam livremente...



Os meninos sob o viaduto e a faixa; ao lado, desenho de um dos garotos: folha de maconha e cola

A ciranda dos meninos de rua sob os viadutos

O grupo formado por cerca de 30 meninos e meninas vive de viaduto em viaduto. Até outro dia, estava na Avenida Sumaré, na região da Cracolândia ou em Higienópolis. Alguns já estiveram na Paulista antes

ARTHUR GUIMARÃES

Entorpecidas e sujas, as crianças brincam com uma nova versão da "Ciranda, cirandinha". Param sob um viaduto. Esperam a expulsão. Dão "meia volta, volta e meia", e fogem para outro lugar. Ontem, estavam sob o viaduto entre as avenidas Paulista e Doutor Arnaldo. O grupo, formado por cerca de 30 meninos e meninas, reúne garotos que estavam até outro dia na Avenida Sumaré, na região da Cracolândia ou em Higienópolis. Alguns já estiveram na Paulista antes. Mas tiveram de "cirandar".

O combustível para a brincadeira é gosmento, bege, colante, venozoso e altamente atordoante. A coxa de sapateiro, distribuída em sacos plásticos ou garrafas, é comprada por "cachaceiros". Como explica — 13 anos, pagando duas pingas sira o sujeito, tudo está resolvido. Ele vai lá e compra na loja", diz.

Entre colchões velhos, trapos e restos de comida, fica o cofre da gatota. Em um tênis, sem par, duas notas de R\$ 10, algumas de R\$ 2 e muitas de R\$ 1 são guardadas. Os aiores denunciam a origem da quantia — a esmola. O futuro do dinheiro, nem precisa perguntar.

D, 14 anos, no entanto, vem tra-

vo em direção ao repórter. Quer deixar claro que a droga não atrapalha a vida de ninguém. Ele próprio, que garante estar matriculado em uma escola pública, corre para pegar e mostrar seu caderno. Apenas uma página está preenchida. O resto, em branco. "Não é sempre que eu escrevo. Mas eu sei."

Para provar, pega o bloco de anotações da mão do repórter. Com a

Conversando com os meninos, percebe-se que todos, com certa periodicidade, passam por entidades de assistência, como abrigos ou Febem

caneta, demora para escrever algo. "É que tô na brisa, tin." Mais um tempo. Ele começa. Escreve o próprio nome, com caligrafia confusa. "Só sei escrever com lápis", diz. Não perde tempo e faz ainda uma folha de maconha. Depois, desenha um boneco, segurando algo nas mãos. "Esse sou eu. Essa é a cola."

Em seguida, com a malandragem aprendida na rua, C. pede

uma página do bloco e, com letras tortas, infantis, anota o nome do repórter e o nome do jornal. Com uma inocência turbinada pelos bafo de cola, avisa: "Quero anotar tudinho. Se você fizer alguma besteira, te processo."

Problemas familiares

Conversando com os meninos, percebe-se que todos, com certa periodicidade, passam por entidades de assistência. Seja um centro de referência, seja um abrigo, seja a Febem. Como são viciados, fugiram de casa por problemas familiares e, como alguns pontos de acolhida da Prefeitura não funcionam como deveriam, muitas crianças voltam para as ruas. Para a cola.

Essa "Ciranda, cirandinha" já é notada há alguns meses por quem circula na região central. A exclusão dessas crianças, que facilmente lotariam uma sala de aula, começa inclusive a virar tema de intervenções de artistas urbanos. Em uma faixa colocada, neste final de semana, no viaduto onde os meninos e meninas estão, os dizeres soam emblemáticos. "Crianças circulam livremente. A situação está novamente sob seu domínio."

Secretário diz que não há grupo fixo

Ontem, enquanto o *Jornal da Tarde* conversava com os garotos, uma equipe da Prefeitura acabava de falar com o grupo. Segundo o secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Floriano Pesaro, há um acompanhamento quase diário naquele lugar. "Todos estão monitorados. Tenho o nome de cada um", disse. Floriano explica que as crianças não formam um grupo fixo. "Já conseguimos tirar pelo menos 13 das ruas. Só que novos aparecem", afirma.

Para o secretário, a grande dificuldade em resolver o problema está no comprometimento com as drogas e no trauma familiar. "Nos centros de atendimento, tentamos convencê-los de que há coisas mais legais do que cheirar cola. Ensinamos grafite, levamos ao teatro, tentamos fazer com eles esqueçam a droga", afirma. "Estamos trabalhando duro, mas nem sempre funciona."



Garoto agredido deixa o Conselho Tutelar na praça da República

ABUSO DE PODER *Pedestres protestaram* Criança é agredida por policial no centro

ALENCAR IZIDORO
DA REPORTAGEM LOCAL

A agressão de um PM contra uma criança de 12 anos na manhã de ontem, no centro de São Paulo, revoltou dezenas de pedestres que passavam pelo local.

A cena foi presenciada pela reportagem e ocorreu às 11h35, diante do movimento intenso de populares na praça Júlio Prestes, na frente da estação da CPTM.

O soldado identificado na farda como Moro discutia com a criança, que vive na rua, quando a pegou pelo braço e a derrubou. Em seguida, passou a apertar a nuca do garoto e a pressionar de forma enérgica parte do rosto dele no chão. A agressão atraiu transeuntes, que se aglomeraram ao redor.

Diante dos gritos do garoto, muitos se aproximaram do PM e de seu colega, soldado Emerson, que só via a cena, para pedir que parassem. A revolta contra a ação se tornou mais incisiva logo depois, quando Moro começou a torcer o braço do menino.

"Para, pelo amor de Deus", gritava Lucineide Lopes de Souza. "É uma criança", reclamava também Alessandro Eduardo Pereira.

O garoto foi levado pelos PMs para a base móvel localizada metros adiante. A professora Filomena Maria Ferreira, 45, e a amiga Andrea Aparecida Campos, 27, vendedora, foram tirar satisfação. "Nem estou avaliando se a criança é uma santinha ou não", disse Ferreira, que, como outros, foi ameaçada de prisão por desacato.

A Folha abordou os soldados na base, onde teve seus documentos recolhidos. Questionado sobre a agressão, Moro afirmou ter sido xingado pelo garoto, que, segundo ele, não havia cometido nenhum delito. "Não vou admitir, sou pai de família, ele me xingou de tudo quanto é nome", disse à Folha, acrescentando já ter detido a mesma criança meses atrás, quando ela teria usado um estilete para roubar um pedestre.

O garoto foi levado ao 77º DP e, em seguida, ao Conselho Tutelar, na praça da República. A Folha não pôde conversar com ele. Duas conselheiras tutelares disseram que não estava machucado e que havia relatado não ter sido agredido. Ele seria levado a um pronto-socorro, segundo elas, devido à bronquite.

A PM diz que irá apurar o caso.

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/04/351246.shtml>

Monitora e meninos da entidade Cheiro de Capim sofrem abuso policial

Por CMI Brasil 17/04/2006

Em 12 de abril, um grupo de 27 meninos em situação de rua e a educadora Nailza Baleeiro, da entidade Cheiro de Capim, sofreram abuso policial na praça Ana Maria Popovic, na Avenida Sumaré, região oeste de São Paulo. O grupo estava no local à espera de um ônibus do Colégio São Judas Tadeu, onde ocorreria uma partida de futebol, um banho de piscina e uma festa de confraternização entre os meninos em situação de rua e alunos da escola, quando foram agredidos e 8 detidos por policiais.

O relato da associação conta que "Os policiais foram abordando os meninos com agressividade e a monitora tentou interferir e explicar o que realmente estava acontecendo, mas foi algemada e jogada, literalmente jogada, no camburão. Nailza afirma que um soldado identificado no crachá como Império a ofendeu com palavras de baixo calão na frente dos meninos".

Na manhã de hoje, 17 de abril, Nailza, acompanhada dos coordenadores da Cheiro de Capim, Andréia Apóstolo e Nicomedes Vieira, relatou o ocorrido na Ouvidoria de Polícia e foi ao IML fazer exame de corpo de delito. Andréia diz que o ocorrido é uma "arbitrariedade em relação à situação da criança e do adolescente e em relação ao trabalho educativo que desenvolvemos". O trabalho da Cheiro de Capim existe há 10 anos, sendo originalmente ligado à Congregação do Verbo Divino (cujos missionários, há 15 anos, foram viver no Brás para trabalhar junto à população de rua) e hoje ligado ao Pontifício Instituto do Missionário para o Exterior (Pime), que forma missionários que dedicam sua vida a desenvolver trabalhos com pessoas de fora de sua terra de origem.

relato da associação:

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/04/351210.shtml>

V

A situação do comércio informal de rua no contexto da revitalização do centro de São Paulo

1. Contextualização da situação dos comerciantes informais de rua

A permanência e a precariedade do trabalho informal nos espaços públicos do centro de São Paulo estão relacionadas precisamente a cinco fatores:

- Informalidade: uma “exceção” permanente;
- Articulação com atividades e fluxos urbanos;
- Oportunismo e violência sobre os trabalhadores clandestinos;
- A “gentrificação” do centro e o comércio informal de rua;
- Políticas públicas irreais, ausência de representatividade.

O desconhecimento, muitas vezes deliberado, dos fatores acima expostos resulta em políticas públicas inverossímeis, longe da realidade da dinâmica do comércio informal de rua.

1.1. Informalidade: uma “exceção” permanente

Enfrentar a informalidade como exceção permanente é bem diferente de encará-la como um fenômeno provisório. O resultado disso para a formulação de políticas públicas tem conseqüências diretas, sobretudo para a continuidade e eficácia de programas nas escalas federais, estaduais e municipais. A maioria dos programas é elaborada isoladamente nas diferentes instâncias governamentais – microcrédito, capacitação, bolsões de comércio, etc – e tem perfil compensatório.

O comércio informal de rua é apenas parte do chamado setor informal da economia, mas é bastante emblemático do ponto de vista da precariedade do ambiente de trabalho, da inacessibilidade às infra-estruturas urbanas, da ausência de políticas direcionadas às suas várias deficiências e, sobretudo, da vulnerabilidade à violência e ao abuso de poder.



Segundo a prefeitura de São Paulo, foram estimados em cerca de 10 mil a 15 mil os trabalhadores informais nos espaços públicos na subprefeitura da Sé, em 2006. Destes, apenas 1.244 conseguiram o Termo de Permissão de Uso (TPU) no começo de 2003, número reduzido para 954 em 2006. Ou seja, em torno de 90% estariam trabalhando clandestinamente, sujeitos às vulnerabilidades descritas a seguir.

Assim como há um déficit em ocupação e renda, há também o déficit de espaço legitimado para o exercício da atividade, levando à escolha nem sempre deliberada pelo uso clandestino do espaço. O comércio informal de rua começou no início da urbanização da cidade de São Paulo e está diretamente relacionado ao inchaço populacional e à incapacidade sistemática de inclusão de grande parcela dos trabalhadores pelo mercado de trabalho.

1.2. Articulação com atividades e fluxos urbanos

O simples exercício do comércio na rua não o torna apenas um suporte neutro da atividade. Isto significa dizer que o trabalhador informal de rua atua na produção do espaço, na medida em que ele demarca zonas mais ou menos privilegiadas, atua na valorização dos territórios para torná-los mais lucrativos e constrói verdadeiros “empreendimentos” no espaço público, cuja inclusão é restrita.

Há diferentes aspectos que comprovam intensa relação entre o comércio informal de rua e atividades e fluxos urbanos: existe uma maior concentração junto aos equipamentos públicos de transporte urbanos, nas rotas de circulação entre eles e próximos aos centros de varejo especializado; a diferença de lucratividade do comércio informal varia de uma rua para outra; a especialização da venda de mercadoria nos espaços públicos reflete relações de concorrência, complementaridade ou independência com o espaço privado; o tempo de permanência no espaço público depende do funcionamento da atividade no espaço privado e dos fluxos de transporte coletivo, entre outros fatores.

A heterogeneidade do comércio informal, a complexidade de sua organização e a relação que ele estabelece com o poder público demonstram a necessidade de profundas mudanças na formulação de políticas públicas.

Um exemplo do tratamento uniforme dispensado pelo poder público à atividade é a tributação única sobre o direito de ter o ponto no espaço público. A mera proibição da legislação nos locais mais lucrativos cria uma espécie de mercado negro sobre o direito de permanência no espaço público, resultado de acordos ilícitos através de pagamento sistemático de propina.

Outro equívoco é associar a presença dos trabalhadores de rua com os calçadões. A recente abertura de leito carroçável nos calçadões das ruas 24 de Maio e Dom José de Barros foi justificada, entre outras razões, pela diminuição do comércio informal. Há várias ruas nos distritos da Sé e da República que foram transformadas em calçadões e que, no entanto, nunca são ocupadas pelo comércio informal. Os calçadões das ruas Álvares Penteado e Senador Paulo Egídio, por exemplo, não são rotas estratégicas de consumidores e, conseqüentemente, não são ocupadas pelos trabalhadores de rua.

PONTO
DE TAXI



PONTO
DE TAXI





Fiscais da prefeitura apreendem mercadorias de vendedores ambulantes | 2005
fotos: Bijari

Os bolsões promovidos pela prefeitura de São Paulo (gestão de Celso Pitta, 1997-2000 e de José Serra, 2004) fora dos perímetros tradicionais do varejo e de concentração de pedestres fracassaram pelo absoluto desconhecimento da importância, para o comércio informal, da localização e da articulação com o tecido urbano.

1.3. Oportunismo e violência sobre os trabalhadores clandestinos

O aproveitamento oportunista da clandestinidade, condição à qual a maioria dos trabalhadores de rua está submetida, é um dos aspectos mais perversos do comércio informal de rua. Por clandestinidade entende-se não portar a licença (ou Termo de Permissão de Uso - TPU) para ocupar o espaço público para comércio ou prestação de serviço. Os trabalhadores de rua ilegais no exercício de sua atividade não têm alternativa senão ficar à mercê da corrupção e de relações clientelistas, ou vulneráveis à violência do Estado.

A espoliação dos trabalhadores de rua pelo poder público se dá de duas formas: a primeira é a extorsão, mediante propina, de alguns agentes do Executivo encarregados da fiscalização e coibição dos trabalhadores de rua sem licença. Esses agentes fazem “vista grossa” à permanência clandestina em troca da cobrança diária, semanal ou mensal de propina.

A “máfia da propina”, como ficou conhecida no escândalo ocorrido em 1999/2000, foi descoberta em meio a uma série de investigações sobre corrupção feitas pelo Ministério Público na gestão do então prefeito Celso Pitta (1995-1999). A gestão seguinte, da prefeita Marta Suplicy (2000-2004), também não foi poupada de investigação sobre a continuidade de cobrança pelos agentes fiscalizadores de propina.

A “máfia da propina” era, na gestão de Celso Pitta, um esquema cujos integrantes pertenciam ao Executivo, ao Legislativo e a parte das lideranças dos próprios trabalhadores de rua. Na gestão seguinte, segundo a ouvidoria do município de São Paulo, apesar da mudança de administração, os mesmos agentes fiscalizadores continuavam a extorquir os trabalhadores. A diferença da prática entre as duas gestões foi a extensão do esquema de corrupção, que chegou, na gestão de Celso Pitta, até o primeiro escalão do governo.

Os acusados na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de 1999 sobre a “máfia da propina” na Regional da Sé foram os mesmos investigados pela CPI ocorrida em 1995. Como nada havia sido provado na gestão de Paulo Maluf (1992-1996), os fiscais, com ironia, ainda diziam nos depoimentos: “Pois é, vereador, olha eu aqui de novo” (Cardozo, 2000). Na gestão seguinte, de Marta Suplicy (2000-2004), alguns funcionários foram exonerados, mas segundo testemunho de alguns trabalhadores de rua, a extorsão continua até o presente momento, na atual gestão Serra-Kassab.

Após a CPI de 1995, modificou-se a conduta da extorsão. Até 1995, o dinheiro era tomado dos trabalhadores de rua pelos próprios fiscais. As investigações os forçaram, no entanto, a mudar a estratégia de recolhimento da propina. A CPI de 1999 revelou que um representante dos próprios trabalhadores, cooptado pelos fiscais, recolhia a

propina e a repassava a eles. A investigação de 2002 revelou que o mesmo esquema ainda prosseguia.

A tradição do recolhimento da propina em determinadas áreas no centro de São Paulo resultou em aprimoramento do esquema: os trabalhadores de rua cooptados tornaram-se detentores do conhecimento necessário para “exportar o procedimento” da corrupção para outros perímetros. Essa “assessoria” para a corrupção é emblemática, do ponto de vista da sofisticação dos arranjos para burlar a legislação e explorar a clandestinidade dos trabalhadores sem licença.

A regulamentação da atividade distanciada da realidade nas ruas facilitou a expansão do esquema de corrupção e o crescimento da propina. Na gestão de Paulo Maluf, a atividade chegou a ser terminantemente proibida no espaço público, com exceção de alguns bolsões de feiras regularizados. A atitude, notadamente populista e destinada a agradar setores da classe média, dos proprietários e dos lojistas, na prática resultou na cobrança indiscriminada de propina.

Na gestão seguinte (Pitta, 1999-2000), o esquema na Administração Regional da Sé tornou-se ainda mais profissional ao incluir o primeiro escalão do Executivo – representado pelo secretário das Administrações Regionais, Alfredo Mário Savelli. O segundo e terceiro escalões também integravam a hierarquia: João Bento dos Santos Filho, ex-administrador da Sé, e fiscais. O Legislativo, por indicação do prefeito, concedeu o controle da Regional da Sé ao vereador Hanna Garib, que mais tarde, já como deputado, teve seu mandato cassado após o resultado das investigações.

Uma representante dos trabalhadores de rua também compunha o esquema. Ela era responsável pelo recolhimento da propina entre seus pares e mantinha um depósito onde eram guardados os carrinhos dos trabalhadores no período da noite. A CPI de 1999 revelou que “os camelôs pagavam R\$600,00 para instalar a banca, R\$80,00 por mês para guardar a mercadoria com a família e R\$50,00 para serem avisados sobre as possíveis blitzes” (Cardozo, 2000).

Em 2002, o esquema, investigado pela própria ouvidoria do município de São Paulo, revelou-se um pouco mais complexo, com divisão de poderes entre as áreas da então subprefeitura da Sé. Houve uma tentativa de se criar uma CPI sobre a continuação da “máfia da propina”, mas o caso foi abafado novamente.

O centro era dividido, em 2002, em seis regiões de fiscalização, onde atuavam 21 fiscais: 10 para o Centro Velho; 7 para o Centro Novo; 8 para a região da rua 25 de Março; 1 para o Brás; 1 para a Liberdade; e 1 para a Luz. Dados da ouvidoria indicavam que nestes perímetros a propina chegava a R\$ 1.210.640,00 por mês.

A partir do registro da quantidade de trabalhadores clandestinos no espaço público, multiplicada pelo valor da propina em um mês, foi possível ter uma dimensão dos recursos que vão para as mãos de poucos. Os números, de fato, impressionam: só na região da rua 25 de Março, segundo a ouvidoria, em 2002 cada um dos oito fiscais embolsava R\$ 58.500,00 por mês.

A outra forma de espoliação se dá através de representantes do Legislativo,

nas figuras de vereadores ou deputados. Estes mediam a relação entre os trabalhadores e as lideranças de sindicatos no favorecimento da “clientela”, no caso, os trabalhadores de rua filiados, para conseguirem licença no espaço público. Há uma larga literatura nos estudos urbanos que identifica o Estado clientelista na provisão de habitação e infra-estrutura urbana. Com o comércio informal não é diferente.

Os sindicatos funcionam como agentes espoliativos quando se valem da representatividade da categoria como uma forma de fazer negócio e não como barganha de direitos. A mesma crença é colocada por Oliveira, que acreditava que a modernização iria ser capaz de “queimar etapas” e trazer inclusão social por meio da introdução de meios técnicos modernos; o mesmo pode ser dito em relação à crença de que a organização dos trabalhadores no Brasil seria uma forma de emancipação dos mesmos. Segundo Oliveira (2003), “o crescimento da organização dos trabalhadores poderia levar à liquidação da alta exploração propiciada pelo custo rebaixado da força de trabalho”.

A realidade tem demonstrado o contrário. Alguns sindicatos articulados com o Poder Público têm demonstrado que velhas formas de fazer política ainda estão preservadas. Alguns sindicatos que deveriam representar os interesses dos trabalhadores, ao mediar as relações com o Estado, reproduzem antigas práticas clientelistas. Isso não significa, porém, que todas as entidades ligadas aos trabalhadores funcionem dessa forma. Algumas ainda se organizam na tentativa de formalizar empreendimentos no espaço privado, bem como na conscientização e reivindicação de direitos.

A violência, decorrente do absoluto isolamento institucional dos trabalhadores sem licença, é certamente um dos principais fatores que precarizam o comércio informal de rua. Ela sempre foi recorrente, independentemente do perfil de mandato municipal ou estadual. A expulsão dos trabalhadores sem licença até 2002 foi sempre a combinação da repressão da Polícia Civil do Governo do Estado de São Paulo com a Guarda Civil Municipal na retaguarda. A partir de 2002, a prefeitura de São Paulo articulou também a Polícia Federal, compondo o que ela chamou de “Força-tarefa”, para coibir o contrabando não só do comércio de rua, como dos lojistas estabelecidos.

A partir do decreto 13.866 de 1º de julho de 2004, a Guarda Civil passou a protagonizar não só a fiscalização como também a repressão propriamente dita, já que a lei lhe concedia o direito, até então negado, de porte de arma de fogo. Foram criadas, com esse mesmo decreto, a Superintendência de Fiscalização do Comércio Ambulante e de Atividades Afins, Mediação de Conflitos e Gerenciamento de Crises (Sufime) e a Inspeção de Fiscalização do Comércio Ambulante e de Atividades Afins.

Na prática, o despreparo dos guardas civis em relação ao comércio informal de rua revelou-se em um episódio emblemático ocorrido em 10 de fevereiro de 2006, que resultou na morte de um trabalhador de rua. Segundo a versão da Guarda Civil, neste dia o trabalhador teria sacado a arma de um dos guardas e iniciado o tiroteio, deixando ferido um deles. Apesar de ter saído vivo do local, seus companheiros acreditam que ele teria sido executado pelos guardas, pois os conflitos diários e tensos e a ausência de comunicação entre ambas as partes teria culminado em um tipo de “vingança” e colocado a morte do trabalhador como exemplo.

1.4. A “gentrificação” do centro e o comércio informal de rua

A “revitalização do centro” tem sido colocada como um consenso, que, no entanto, passa ao largo dos conflitos existentes no território. A disputa pelo espaço público no local é um desses conflitos da ordem do monopólio da imagem do centro e da legitimidade sobre o espaço público. A articulação de agências governamentais e não-governamentais nestes processos promove formas ambivalentes de cidadania, na medida em que criam dispositivos de discriminação espacial também no espaço público. Nesse processo excludente, são escolhidos os sujeitos de qualificação ou desqualificação, e os trabalhadores de rua são parte dessa “inadequação”.

A “gentrificação” nas áreas onde ocorreram as melhorias pode ser estendida também àqueles que ocupam o espaço público, sejam os que o utilizam como moradia ou exercício de sua atividade, sejam também os cidadãos que estão apenas transitando.

Inúmeros mecanismos de seleção ou expulsão do espaço público são utilizados para essa finalidade: repressão; campanha maciça ou marketing desses espaços; instalação de dispositivos de vigilância; construção de passarelas, praças elevadas, obstáculos à entrada ou permanência nesses locais; ruas fechadas com regime de leis próprio; enfim, tudo contribui para que o usufruto do espaço público não tenha acesso universalizado, mas seja um privilégio para alguns.

No caso dos trabalhadores de rua no centro de São Paulo, foram escolhidas as ruas que o comércio informal pode ocupar, coincidentemente localizadas fora dos perímetros “revitalizados”, de preferência nas áreas ditas “populares”.

O investimento do poder público, preferencialmente, limita-se à repressão ao comércio informal de rua, em vez da formulação de políticas públicas includentes. O aparelho da repressão do governo mostra o quanto a criminalização da atividade é autoritária e arbitrária. A sistemática apreensão das mercadorias é uma das faces da truculência de condutas que generalizam e coloca na mesma ordem situações de diversas origens e diferentes contextos. Ao trabalhador clandestino não é concedido o direito de recorrer para reaver suas mercadorias.

1.5. Políticas públicas irreais, ausência de representatividade

As posturas contraditórias através do qual o poder público se manifesta sobre o comércio de rua no centro de São Paulo são: intolerância e permissividade. Ambas revelam a incapacidade do Estado de enfrentar a informalidade como uma questão social e não como um problema de polícia. O decreto 42.600, de novembro de 2002, que normatiza o comércio informal nos espaços públicos, determina a proibição da ocupação perto de equipamentos públicos como hospitais, escolas, estações de metrô, trem, rodoviárias, etc. Na prática, a proibição gera um mecanismo de facilitação da ocupação clandestina através de propina, desmoralizando a função da lei.



Fiscais da prefeitura jogam fora bebidas de vendedor ambulante na Rua 25 de Março | 2006
foto: Anderson Barbosa

Policial com arma em punho em operação contra ambulantes na Rua 25 de Março | 2006
foto: Anderson Barbosa



Outro aspecto determinado pelo decreto que não funciona na prática é a qualificação dos trabalhadores em três categorias: deficientes físicos; aqueles com capacidade reduzida; e os fisicamente capazes. A realidade mostra que a maioria dos deficientes aluga seu ponto por até trinta vezes o valor anual da cobrança pela licença.

Outro fator que contribui para a inoperância das políticas é reduzir a interlocução entre o poder público e a categoria para apenas alguns representantes de sindicatos de trabalhadores com licença. À ampla maioria que não possui licença não é dada legitimidade para deliberar, formular ou até mesmo criticar as políticas. Este argumento é semelhante à posição de Villaça (1998), que acredita que a larga tradição de políticas elaboradas dentro de gabinetes, no Brasil, é mais uma das características do descolamento que as mesmas têm com a realidade.

A questão do trabalho informal nos espaços públicos não diz respeito apenas à falta de espaço – ao pé da letra –, mas também do acesso legitimado a ele. Em outros termos, ao contrário de pensarmos políticas de ocupação no espaço público – que perpetuam a precariedade –, podemos pensar se é possível estabelecer estratégias que caminhem em direção à ocupação dos imóveis ociosos nos espaços privados no centro de São Paulo.

2. Casos de violações de direitos identificadas junto aos comerciantes de rua

Violação de direitos garantidos pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Cidade, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pelos pactos internacionais dos quais o Brasil é signatário – fundamentação legal.

Dos direitos e das garantias fundamentais da Constituição Federal que estão sendo violados, em relação aos trabalhadores do comércio informal de rua no centro de São Paulo, podem-se ressaltar os que seguem, implicando, concomitantemente, a violação de, pelo menos, cinco dos trinta artigos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais.

Art. 3º - Constituem objetivos da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O município de São Paulo viola os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil quando nega oportunidade de trabalho à categoria dos ambulantes impondo obstáculos para o exercício do trabalho, gerando mais

insegurança para estes trabalhadores e suas famílias, assim como situações onde se configuram o abuso de poder e a corrupção.

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

“A lei é a mesma para todo mundo, deve ser aplicada da mesma maneira para todos, sem distinção”. A corrupção através da cobrança de propina pelos agentes fiscalizadores para fazer “vista grossa” à permanência clandestina no espaço público é prova da parcialidade no cumprimento da lei. Ainda que aquilo que ela determina seja distante da realidade nas ruas, o acesso privilegiado em detrimento da universalização dos direitos é certamente a característica da conduta desigual por parte do poder público.

Art. 5º, III - Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

“Ninguém será torturado ou maltratado com crueldade”. Este é certamente um dos aspectos mais perversos do comércio informal nas ruas do centro de São Paulo. A violência empregada na expulsão dos trabalhadores sem licença é marca constante do tipo de conduta do poder público em relação à atividade, com pouca variação, mesmo nas administrações ditas “progressistas”.

A comprovação da criminalização da atividade pelo Estado é a concessão à Guarda Civil do porte de armas em 2004, que tensionou ainda mais a situação precária e vulnerável dos trabalhadores de rua. O “rapa”, como é chamada a perseguição dos trabalhadores clandestinos e apreensão de suas mercadorias, é feito de forma extremamente truculenta. Os trabalhadores clandestinos perdem tudo e, apesar da numeração do lacre dos trabalhadores com licença, dificilmente eles conseguem recuperar suas mercadorias.

Devido à total ausência de canais de interlocução com os trabalhadores de rua clandestinos, nos momentos em que há protesto por parte deles, a repressão é reforçada pela Polícia Civil do Estado que, junto com a Guarda municipal, promove freqüentemente episódios sangrentos, sempre em prejuízo aos trabalhadores.

Art. 5º, XXII – É garantido o direito à propriedade.

“Cada um tem direito a possuir coisas e ninguém tem o direito de tirá-las”. A apreensão indiscriminada das mercadorias dos trabalhadores de rua é justificada pelo Poder Público devido à ilegalidade no exercício da atividade sem a licença municipal e à venda de mercadoria sem nota fiscal ou contrabandeada.

No entanto, a apreensão ocorre principalmente nos perímetros “revitalizados” ou onde existe a possibilidade de cobrança de propina. Não há a possibilidade de retorno das mercadorias, mesmo que o trabalhador recorra ao poder público.

Art. 5º, XIII - É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

Neste sentido, o município de São Paulo também viola o Pacto Internacional

de Direitos Econômicos Sociais e Culturais - Pidesc, que o Estado brasileiro subscreve:

Art. 6º, I do Pidesc - Os Estados-partes no presente pacto reconhecem o direito a trabalhar, que compreende o direito de toda a pessoa humana a ter oportunidade de ganhar a vida mediante um trabalho livremente escolhido ou aceito, e tomarão as medidas adequadas para garantir este direito.

Os trabalhadores de rua freqüentemente protestam em relação à violência como são tratados pela Guarda Civil Municipal e pela Polícia Civil do Estado. A reivindicação é pelo direito ao trabalho ou, mais precisamente, pelo direito à geração de renda ou ocupação, já que o mercado de trabalho é refratário sistematicamente.

Art. 5º, XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

Art. 5º, LXXIV - o Estado prestará assistência judiciária integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

A perseguição e apreensão das mercadorias sem o direito de recorrer à justiça, assim como a falta de assistência jurídica gratuita que possa auxiliar nos processos de abuso de poder, corrupção e violência por parte do Estado ferem o direito garantido pela Constituição Federal.

Artigo XXI da Declaração Universal dos Direitos Humanos - Todo homem tem o direito de tomar parte no governo do próprio país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos:

- elegendo as pessoas políticas que tenham suas mesmas idéias;

- votando livremente para indicar sua escolha;

- cada um deve ter oportunidade de participar do governo. Ninguém pode ser afastado de um trabalho a serviço do Estado por causa de suas idéias ou pela cor de sua pele.

A ausência de representatividade direta dos trabalhadores clandestinos, uma ampla maioria que na subprefeitura da Sé chega a 90%, é a marca da desigualdade de acesso aos canais decisórios. Cada subprefeitura possui uma Comissão Permanente de Ambulantes (CPA) que opera através de reuniões irregulares e é composta de representantes de algumas instâncias municipais, incluindo a Guarda Civil Municipal; representantes de lojistas e apenas três sindicatos que representam os trabalhadores com licença. Nessas reuniões não são abordados aspectos envolvendo as disputas no espaço público, abusos de poder e violência sobre os trabalhadores clandestinos.

Direitos violados

Violação do direito ao trabalho (art. 5º, 6º da Constituição Federal): impedimento do direito ao exercício de trabalho livre, ofício ou profissão, em função da repressão sistemática aliada à ausência de políticas públicas e alternativas voltadas para os trabalhadores do comércio informal que vise a oportunidades de renda e sobrevivência.

Violação do direito à cidade (art. 2º, I da Lei Federal n. 10.257/2001): O acesso desigual dos cidadãos às infra-estruturas e melhorias urbanas na cidade de São Paulo, que também é verificado no centro de São Paulo com a expulsão dos movimentos sociais e a apartação dos estratos populares das regiões “revitalizadas”. Com a valorização dos imóveis nesses perímetros devido às melhorias localizadas e concentradas, muitos deles permanecem vazios para especulação imobiliária. A concentração de trabalhadores informais nos espaços públicos contrasta com a vacância de imóveis no espaço privado.

Violação do direito à igualdade e não-discriminação (art. 5º, “caput”, da Constituição Federal 1988): A discriminação dos trabalhadores do comércio informal se dá mediante repressão sistemática e violenta, bem como por práticas que contribuem para a criminalização e estigmatização deste segmento.

Violação do direito à vida e à segurança. (art. 5º. da Constituição Federal): violação do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da Constituição Federal) e da cidadania (art. 1º, III).

Violação do direito à gestão democrática da cidade (art. 2º, II, da Lei Federal n. 10.257/2001): a gestão democrática corresponde à participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, na execução e no acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. A atual gestão municipal tem violado sistematicamente este direito através da restrição da participação de vários representantes de associações de trabalhadores informais existentes no centro de São Paulo, selecionando somente aqueles que possuem o termo de permissão de uso do espaço público, que equivalem a apenas 10% dos presentes no centro.

Violação do direito ao devido processo legal (art. 5º, XXXV e LXXIV da Constituição Federal): toda busca e apreensão de bens e instrumentos de trabalho deve respeitar o direito à defesa, a um devido processo, bem como à assistência judiciária integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

Violação do direito à propriedade (art. 5º da Constituição Federal): o Estado deve garantir a inviolabilidade do direito aos bens materiais de propriedade e posse dos trabalhadores, tais como bancas, instrumentos de trabalho e mercadorias. Não deve nunca violar esse direito. Na Constituição Federal este direito é assegurado juntamente com o direito à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança.

A Prefeitura de São Paulo vem promovendo cenas de violência e perseguição aos trabalhadores e às trabalhadoras ambulantes.

(CMI na Rua n. 15, <http://www.midiaindependente.org/eo/blue/2005/09/329689.shtml>, 15/09/2005)

O trabalho informal mostra-se como uma das únicas alternativas aos trabalhadores expulsos do mercado de trabalho. Em São Paulo, onde milhares de pessoas estão sem emprego e sem perspectivas de encontrar um, essa questão já é antiga. Segundo o sindicato da categoria, 8 mil ambulantes trabalham na região central da cidade. Os políticos, incapazes de cumprir as atribuições delegadas pelo povo, como garantir o direito ao trabalho, executam uma única política: a perseguição e proibição do trabalho informal.

A repressão intensificou-se no centro da cidade a partir de abril de 2005, apesar de reunião entre o subprefeito da Sé, Andréa Matarazzo, e os trabalhadores. Neste mês, operações apreenderam mercadorias e recolheram barracas na região da Rua 25 de março e no Terminal Barra Funda.

Em maio, as operações passaram a acontecer também à noite. Ambulantes, guardas-civis e policiais militares se enfrentaram por diversas vezes na região da praça da República. Mesmo com as recomendações da Secretaria de Segurança de que policiais não devem empunhar armas de fogo em manifestações populares, tiros foram disparado e foram usadas bombas de efeito moral, de gás lacrimogêneo e de pimenta. Os camelôs revidaram à truculência e à violência policial e foram brutalmente agredidos. Um trabalhador foi espancado por cerca de dez guardas-civis, que só interromperam o massacre quando a PM interveio.

Em agosto, a subprefeitura da Mooca destruiu as ligações de energia e apreendeu centenas de barracas do largo da Concórdia, no Brás. Ainda em agosto, camelôs da rua 12 de Outubro, na Lapa, foram impedidos de trabalhar. Nas duas regiões, houve protestos.

A Associação Paulista Viva – que reúne comerciantes, empresários e moradores da região da avenida Paulista – encaminhou à prefeitura pedido de fiscalização do comércio ambulante na avenida, principalmente dos camelôs que vendem yakissoba.

Apesar de todos os confrontos e protestos dos trabalhadores, a prefeitura afirmou que irá ampliar as operações no centro da cidade.

Utilizando argumentos como o combate à pirataria e a valorização da paisagem da cidade, a prefeitura, mais uma vez, demonstra seu compromisso com o capital, as corporações produtoras e distribuidoras de mercadorias e com a elite, e confirma seu desprezo àqueles que lutam pela sobrevivência, massacrando-os dia a dia.

A perseguição aos trabalhadores ambulantes faz parte do projeto em curso de “revitalização” do centro de São Paulo.

Financiado por recursos do BID, o projeto vem sendo anunciado com estardalhaço pela mídia corporativa, que escamoteia a violência, o caráter sanitarista e as ilegalidades cometidas durante o processo – como o recolhimento de crianças das ruas sem o acompanhamento de assistentes sociais.

3. Reivindicações e propostas

3.1. À Prefeitura Municipal de São Paulo

- Cumprimento da função social da propriedade urbana e da cidade (Lei Federal nº 10257/2001 – Estatuto da Cidade), por meio de inclusão social e econômica, de programas e projetos para geração de trabalho e renda no âmbito do comércio informal, bem como de produção de habitação social para os grupos vulneráveis nas áreas de ZEIS 3 no centro da cidade, particularmente nos Perímetros de Reabilitação Integrada do Habitat.
- Aplicação dos instrumentos de cobrança progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) nos imóveis ociosos, abandonados e subutilizados, como meio de fazer cumprir a função social da propriedade urbana e da cidade.
- Criação de um departamento específico na Secretaria das Subprefeituras que coordene programas direcionados aos trabalhadores de rua: estudo intersetorial – econômico, administrativo e urbanístico – para formulação dos bolsões de economia popular; formulação de diferentes tipos de bolsões de acordo com o perfil do comércio de rua e sua localização dentro da lógica de ponto comercial; multiplicação dos bolsões nos vários pontos da cidade para que sejam ampliadas alternativas de espaços de trabalho aos comerciantes de rua e de compras pelos cidadãos a preços populares.
- Promoção de audiências públicas e instalação, na Câmara Municipal, de comissões de inquérito sobre os abusos de poder e corrupção envolvendo representantes do Legislativo, do Executivo e da Guarda Civil.
- Ampliação irrestrita de representantes de trabalhadores com e sem licença nas Comissões Permanentes de Ambulantes em cada Subprefeitura.
- Mudança de orientação da conduta dos guardas civis em relação aos trabalhadores de rua: de enfrentamento para interlocução; extinção do decreto que concede porte de arma de fogo aos guardas civis.
- Reformulação da lei que normatiza o comércio informal de rua, a partir da sua heterogeneidade e de suas complexidades.
- Realizar o mapeamento e cadastramento participativo dos comerciantes de rua.
- Garantia de creches, escolas e atividades educativas complementares para os filhos dos comerciantes de rua, encaminhando-os para os programas sociais existentes, como o Bolsa-Escola.

3.2. Ao Governo do Estado de São Paulo e ao Governo Federal

- Articular diferentes programas de crédito, assistência técnica, jurídica,

tributária e financeira aos diferentes projetos de bolsões formulados pelo governo municipal;

4. Referências bibliográficas

CARDOZO, J.M. *A máfia das propinas: investigando a corrupção em São Paulo*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista & O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

VILLAÇA, F. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

5. Reportagens e matérias publicadas pelos veículos de comunicação

O ESTADO DE S. PAULO

Cidades

QUINTA-FEIRA, 15 DE JULHO DE 2004

Estragos investigados

Denúncia de danos ao Palácio do Catete após mostra chega ao Ministério Público. Pág. 4

Fósséis apreendidos

Suspeitos de contrabando leva polícia a apreender 2 mil fósséis na zona leste. Pág. 5

Rapa provoca dispersão de camelôs no centro

Vendedores e GCM entram em choque; Prefeitura não oferece opções, diz sindicato

BÁRBARA SOUZA
e ALBERTO AMÉNCOLA

O comércio nem de longe lembra os tempos em que o Viaduto do Chá, a Praça da Patriarca e a região do Fórum João Mendes mais pareciam feiras livres, tomadas por barracas. Desde a mudança da Prefeitura para o Buarique, na Rua Líbero Badurá, camelôs sem licença perderam pontos fixos em lugares tradicionais do centro. Tem de circular o tempo todo, desconfortados, fugindo dos fiscais. Ou migrar para locais já saturados, como a Ladeira Porto Geral, palco antigo de um conflito com a Guarda Civil Metropolitana. Oito guardas e 3 fiscais ficaram feridos e 18 pessoas foram detidas.

Questão não se regularizou na Prefeitura, mas ainda insiste em trabalhar no centro, desen-



João Luiz da Conceição/ME

ONDE ESTÃO OS AMBULANTES

Subprefeituras que concentram o maior número de vendedores regularizados

Sé - 1.244

Mooca - 1.127

Lapa - 667

Pinheiros - 454

Santa Amaro - 58



Em toda a cidade há **6.945** camelôs regularizados

Medida isenta mil remédios da cobrança de tributo federal

O governo anunciou que cerca de mil remédios ficarão isentos dos tributos federais PIS e Cofins. Espera-se que a isenção provoque redução média de 11% nos preços para o consumidor. A medida atinge 253 substâncias ativas, usadas para fabricar mil apresentações (cada medicamento pode ter mais de uma apresentação, com formas e concentrações).

O Executivo também autorizou, por resolução, a venda fracionada de remédios por farmácias autorizadas pela Vigilância Sanitária. Na prática, por exemplo, comprar apenas um comprimido, em vez da cartela inteira. **Pág. C1**

Imagem é uma das muitas que foram usadas para ilustrar a página. (1)

Serra perde o 4º secretário nos 4 meses e meio



GUERRA NA RUA Guarda-civil ataca camelo durante manifestação no centro de SP contra apreensão de mercadorias de vendedores ambulantes; a segunda das confrontos foi ainda mais violenta, lojas fecharam e 3 pessoas foram presas. **Pág. C11**

Palocci diz a Renan que CPI pode afetar a economia

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, entrou na operação de governo para tentar evitar a instalação da CPI dos Correios, cujo pedido de abertura teve a adesão de parte da base governista no Congresso.

Em conversa com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que conduziu os trabalhos da CPI, Palocci argumentou que uma crise política poderia afetar a desenvolvimento da economia.

A empresa ADC Data Sudo, consultada pelos Correios para a licitação de serviços de correios, por indícios de fraude, foi investigada na Operação Vampiros, da PF, que apreendeu em 2004 envelopes de pingua em 30 milhões de reais. **Pág. B3 e B4**

Severino sugere troca de apoio por participação

Criada comissão para mediar conflitos com camelôs

Em reunião na Prefeitura após passeata, sindicato dos ambulantes da Capital pediu libertação de detidos em tumulto

MUITOS CONFLITOS

O Sindicato dos Camelôs Independentes de São Paulo realizou ontem uma passeata com 250 pessoas, seguindo a Prefeitura, no Centro. Os ambulantes tiveram uma reunião com a secretaria de governo da Prefeitura e com o chefe de gabinete da Subprefeitura da Mooca, Eduardo Odebrecht. Foi criada a Comissão Permanente de Ambulantes (CPA), formada por camelôs, membros da Prefeitura, legisladores e representantes da população para propor melhorias no relacionamento entre lojas e ambulantes.

Na pauta de reivindicações dos ambulantes, foi discutida a criação da Secretaria de Integridade, a libertação de quatro pessoas detidas no comércio de Largo da Condição, reforma do espaço e cada seis meses, libertação da área da madrugada

e o pedido de que todas as ações sejam compartilhadas em duas partes. As reivindicações foram encaminhadas ao prefeito José Serra (PSDB).

"Acho que a reunião foi positiva porque tivemos pedidos firmes e muitos e as negociações serão melhores", disse o presidente do sindicato dos camelôs, Afonso José da Silva. Ele promete que hoje, a partir das 18h, o comércio fará uma vigília no Praça da Sé para que sejam libertos integrantes presos ontem à noite. "Não foram integrantes do sindicato que ficaram detidos", afirmou. Ele se quer a situação de pessoas detidas e libertadas e libertação de pessoas detidas e libertadas.

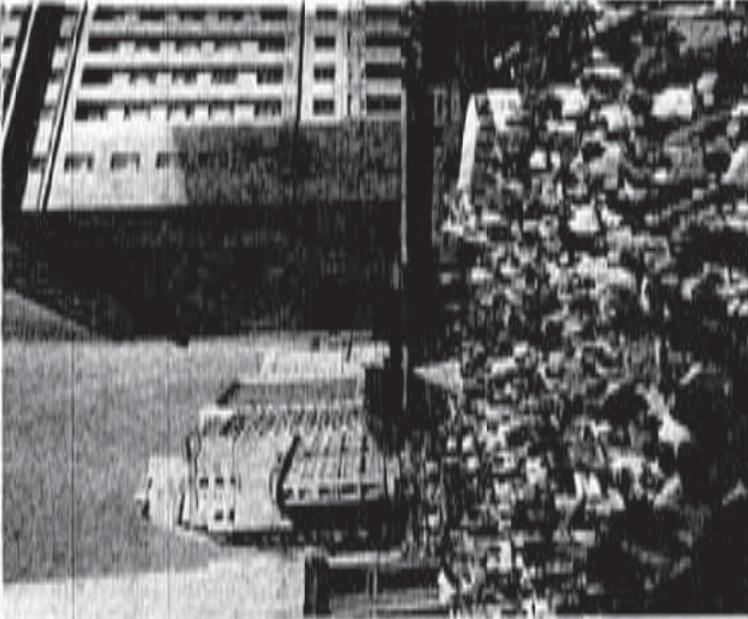
O chefe de gabinete da subprefeitura da Mooca, Eduardo Odebrecht, acredita que libertar os presos não é função da Prefeitura. "A polícia tem liberdade, a imprensa não tem liberdade. A polícia precisa ser fortalecida e embasada em evidências. Não temos como libertar os presos". Quanto à feira

da madrugada, que chega a ter cinco mil ambulantes em duas feições, Eduardo acha que é ilegal. "O Diário Oficial só cria uma portaria que proíba que camelôs estejam na região de noite. Ela entra em vigor em 11 dias e precisamos uma operação para fiscalizar".

CPA

A CPA deve ajudar as discussões dos conflitos entre camelôs e poder público e legislar. Ela vai discutir a criação de um órgão conselheiro — formado por quatro integrantes da sociedade, da Prefeitura, dos ambulantes e dos lojas — que se propõe um fórum de discussões. As ideias discutidas são encaminhadas ao subprefeito da Mooca, Walter Beltrami, que pode ou não aceitá-las.

A CPA deve ser dirigida no Diário Oficial do Município na quinta-feira, segundo Odebrecht. "Falta concluir os nomes das pessoas e mandar para a publicação. Mas o que vai acontecer a votação será o mesmo", disse.



Protesto de ambulantes seguiu para a Prefeitura na Capital

SOLTO MAIS

Reforma de Largo prevê retirada

A reforma do Largo da Condição deve começar nos próximos meses. O projeto da Subprefeitura da Mooca prevê a retirada dos ambulantes que não têm Termo de Permissão de Uso (TPU) do local, que deverá ser arduamente negociado. "Os ambulantes querem o lugar como algo fechado, uma loja, e nós queremos como um espaço para a população", compareceu Odebrecht. Os 500 ambulantes que têm o TPU serão mantidos no espaço, mas os que não possuem a licença serão retirados do Largo da Condição. "Vamos ver se conseguimos colocar mais gente no Largo da Condição, aumentar os TPU", disse

Alonso.

VIOLÊNCIA CONTRA MORADORES DE RUA E AMBULANTES **Comandante da Guarda de SP diz que apurará acusações**

Diante das denúncias de que moradores de rua e de albergues e vendedores ambulantes vêm sofrendo ações de repressão violentas por parte da Guarda Civil Metropolitana de SP, o comandante Rubens Casado garantiu, em audiência pública, que as apurações desses casos estão sendo feitas e que alguns podem ser levados à esfera penal.

Fernanda Sucupira – Carta Maior

SÃO PAULO – Nos últimos meses, moradores de rua e de albergues e vendedores ambulantes vêm denunciando recorrentes ações violentas da Guarda Civil Metropolitana (GCM) na região central de São Paulo. A corporação, vinculada à prefeitura paulistana, tem a função de proteger bens, serviços e instalações municipais e fazer a mediação de conflitos, por meio de diversas atividades como a ronda escolar, a fiscalização do comércio ambulante e a preservação de hospitais e parques públicos, mas ultimamente tem sido acusada de agressões a grupos marginalizados. Por conta disso, o coronel Rubens Casado, comandante da GCM, foi convidado a participar de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo, na semana passada, para prestar esclarecimentos sobre a atuação dessa instituição.

No abrigo Boracéia, que recebe pessoas em situação de rua, existe um posto da guarda que vem sendo alvo de diversas reclamações de agressões físicas e de abordagens violentas. Para Leônidas Luz, que vive no Boracéia e faz parte do Fórum do Povo em Situação de Rua, é necessária a capacitação dos guardas civis para lidar com essa população de forma adequada, porque a ação deles hoje mostraria claramente que não estão preparados para isso. "Como entregar uma comunidade a uma pessoa que nem sabe onde está trabalhando? Gente sempre tem que respeitar, seja moribundo ou mendigo, como eles nos chamam. A gente entra lá para depois sair com as próprias pernas, não para ser humilhado", afirma.

Os dados oficiais apontam que existem 10 mil moradores de rua em São Paulo, mas o Movimento Nacional de Luta e Defesa dos Direitos da População de Rua estima que, por conta da última onda de despejos e remoções, esse número já chegue a 30 mil pessoas. "O subprefeito da Sé, Andrea Matarazzo, falou em entrevista que iria limpar a cidade. Como vai fazer isso, espancando de madrugada as pessoas que dormem na rua? Tomando tudo que elas têm? De quem partem essas ordens?", questiona representante dos moradores de rua, Vanderley Gaspar.

No primeiro ano da gestão do ex-prefeito José Serra (PSDB), o efetivo da GCM na região central dobrou de 750 para 1.500 guardas. De acordo com Anderson Lopes Miranda, do Movimento Nacional de Luta e Defesa dos Direitos da População de Rua, a GCM só faz ações repressivas e nunca acompanhou as políticas sociais. "A população de rua não nasce em árvores, somos seres humanos, cidadãos que por questões de saúde, trabalho ou burocráticas fomos parar nas ruas. Não queremos repressão, queremos que além do patrimônio a GCM seja também guarda das políticas públicas de saúde, habitação; que ela possa encaminhar essa população que tanto precisa de cuidados. Defendemos uma ação política conjunta com a GCM.", explica Miranda.

O vendedor ambulante José Severiano da Silva, também presente à audiência, foi uma das vítimas da violência de integrantes da corporação. "No dia 16 de março, um guarda apontou uma arma para mim e afirmou 'eu já matei seis pessoas, o sétimo dá na mesma'. Outro veio covardemente por trás e deu com o cassetete na minha costela. Entrei algemado na viatura e me desferiram cotoveladas violentas no rosto. Mesmo desmaiado continuaram me batendo. Queriam me matar como fizeram com o outro que levou um tiro na perna e chegou no hospital morto, com vários hematomas", relata Silva. Essas agressões resultaram em duas costelas quebradas, fraturas no rosto, um grande corte na boca e num boletim de



ocorrência na delegacia que acusa o ambulante de agredir os guardas com o capacete. "Se já tomou a mercadoria, pra que bater?", questiona Silva. Na audiência pública, ele reivindicou que seu caso seja de fato investigado.

Existe também um desrespeito muito grande por parte da GCM em relação aos deficientes físicos da categoria dos ambulantes, que são agredidos e marginalizados, diz a diretora do sindicato dos comerciantes informais, Bernadete de Lima, portadora de deficiência visual. Ela denuncia ainda que os guardas não utilizam identificação no trabalho na rua. "Eles não querem se identificar para que a gente não possa buscar nossos direitos. Não temos mais condições de continuar desse jeito, a fiscalização corrupta foi trocada pela da GCM agressora, não resolveu o problema da gente", avalia.

O coronel Rubens Casado, comandante da GCM, garantiu que as apurações desses casos estão sendo feitas e que, se extrapolarem a esfera administrativa, serão levados à esfera penal. Ele se comprometeu a aumentar a fiscalização do uso da identificação por parte dos guardas. Quanto aos albergues, afirmou que está sendo pensado um curso para requalificar os profissionais da guarda que atuam nesses locais. Ele afirmou, no entanto, que muitas vezes faltam dados para essas investigações e reclamou que estava havendo uma generalização da atuação da corporação. "A guarda não é o que os senhores pensam. Há falhas, mas não compactuamos com essas posturas colocadas aqui", diz o coronel.

"Se o fato é isolado, é isolado, mas quando é recorrente passa a ser uma política ou a perda do controle. Precisa de postura rápida e enérgica para que essa imagem não se reproduza para toda a guarda", rebateu o vereador Paulo Teixeira (PT). "É necessário dar tratamento adequado, já que se trata de uma população extremamente vulnerável, que luta por sua sobrevivência e cidadania. Queremos uma aliança com a GCM para garantir os direitos dessas pessoas. Ela tem que usar a força de acordo com a lei", completa. As principais reivindicações são que o procedimento para abordagem do morador de rua não inclua remoções forçadas, mas sim convencimento; que os casos relatados sejam apurados; que os guardas sejam identificados; e que a GCM tenha um representante no Conselho de Monitoramento da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo.

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/331561.shtml>

Aperta cerco aos camelôs

Por CMI Brasil 05/10/2005

“Não deixam mais a gente trabalhar”, reclama Janaina, que há 4 anos vende pastéis diante do Hospital Santa Isabel, na região central de São Paulo. É a segunda vez em menos de um mês que ela tem toda a sua barraca apreendida por fiscais da prefeitura e pela Guarda Municipal. Para recuperar seu fogareiro (R\$75) e sua panela (R\$30), ela precisaria ir até o galpão da subprefeitura da Sé e pagar uma multa de R\$306. Já os materiais perecíveis - pastéis, coxinhas e refrigerantes - ela nem pode recuperar, uma vez que são doados a instituições de caridade - em muitos casos instituições privadas.

Descendo a Rua Veridiana, onde está localizado o hospital, o que se via nesta quarta-feira eram dois policiais para cada trabalhador e trabalhadora ambulante. Empunhados de cacetetes e armados, eles permanecem ao lado do camelô enquanto fiscais da prefeitura recolhem e embalam tudo o que estiver na calçada. Ao tentar dialogar com uma policial, uma ambulante ouviu como resposta “Não são vocês que assinam o nosso trabalho”. E o trabalho dos ambulantes, quem assina? “É praticamente impossível conseguir uma licença”, explicava um vendedor.

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/01/343000.shtml>

Operação Guarda-Volume em São Paulo

Por CMI Brasil 17/01/2006

“A gente estava trabalhando e um policial à paisana chegou e disse: isso que vocês vendem é pouco. Vamos pegar o que está no guarda-volume”. Ao ouvir esta frase, trabalhadoras e trabalhadores ambulantes da Liberdade, bairro central de São Paulo, correram até o local onde ficam guardadas suas mercadorias, na Rua Carlos Gomes, mas já era tarde demais. Na manhã de 16 de janeiro a Guarda Civil Metropolitana havia invadido o espaço, arrebentado os cadeados dos armários e apreendido tudo o que encontraram. Os guarda-volumes são alugados pelos/pelas ambulantes por valores entre R\$10 e R\$15 por semana.

Roberta, nome fictício, trabalha há 15 anos vendendo apostilas para concurso público e conta que os últimos seis meses foram terríveis; “uma vez precisei correr da polícia até a Avenida 23 de Maio e deixei cair meu celular, que ainda estava pagando”. Ela ganhava até R\$2.000 por mês, quase R\$70 por dia, e hoje vende no máximo R\$15 por dia. Junto com seu marido e filho alugava um quarto grande, com água, luz e banheiro por R\$300, na própria Liberdade. Hoje ela se juntou às pessoas sem-teto que estão acampadas na Praça Benemérito Brás, que ironicamente foi criada para ser um camelódromo, sem nunca ter chegado a exercer esta função.



Perseguição aos camelôs no centro de São Paulo

A Prefeitura de São Paulo vem promovendo cenas de violência e perseguição aos trabalhadores e às trabalhadoras ambulantes.

O trabalho informal mostra-se como uma das únicas alternativas aos trabalhadores expulsos do mercado de trabalho. Em São Paulo, onde milhares de pessoas estão sem emprego e sem perspectivas de encontrar um, essa questão já é antiga. Segundo o sindicato da categoria, 8 mil ambulantes trabalham na região central da cidade. Os políticos, incapazes de cumprir as atribuições delegadas pelo povo, como garantir o direito ao trabalho, executam uma única política: a perseguição e proibição do trabalho informal.

A repressão intensificou-se no centro da cidade a partir de **ABRIL** de 2005, apesar de reunião entre o subprefeito da Sé, Andrea Matarazzo, e os trabalhadores. Neste mês, operações apreenderam mercadorias e recolheram barracas na região da Rua 25 de março e no Terminal Barra Funda.

Em **MAIO**, as operações passaram a acontecer também à noite. Ambulantes, guardas-civis e policiais militares se enfrentaram por diversas vezes na região da praça da República. Mesmo com as recomendações da Secretaria de Segurança de que policiais não devem empunhar armas de fogo em manifestações populares, tiros foram disparados, e foram usadas bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e de pimenta. Os camelôs revidaram à truculência e violência policial e foram brutalmente agredidos. Um trabalhador foi espancado por cerca de dez guardas-civis, que só interromperam o massacre quando a PM interviu.

Em **AGOSTO**, a Subprefeitura da Mooca destruiu as ligações de energia e apreendeu centenas de barracas do largo da Condição, no Brás. Ainda em Agosto, camelôs da rua 12 de Outubro, na Lapa, foram impedidos de trabalhar. Nas duas regiões, houve protestos.

A Associação Paulista Viva - que reúne comerciantes, empresários e moradores da região da avenida Paulista - encaminhou à prefeitura pedido de fiscalização do comércio ambulante na avenida, principalmente dos camelôs que vendem yakissoba.

Apesar de todos os confrontos e protestos dos trabalhadores, a Prefeitura afirmou que irá ampliar as operações no centro da cidade.

Utilizando argumentos como o combate à pirataria e a valorização da paisagem da cidade, a prefeitura, mais uma vez, demonstra seu compromisso com o capital, as corporações produtoras e distribuidoras de mercadorias e com a elite, e confirma seu desprezo àqueles que lutam pela sobrevivência, massacrando-os dia a dia.

A perseguição aos trabalhadores ambulantes faz parte do projeto em curso de "revitalização" do centro de São Paulo. Financiado por recursos do BID, o projeto vem sendo anunciado com estardalhaço pela mídia corporativa, que escamoteia a violência, o caráter sanitarista e as ilegalidades cometidas durante o processo - como o recolhimento de crianças das ruas sem o acompanhamento de assistentes sociais.



CMI na Rua

No dia 07 de setembro, livreiros ambulantes da rua Augusta foram impedidos de trabalhar, tiveram seus livros apreendidos e foram agredidos por policiais. Um trabalhador foi preso. Os livreiros também não se calarão:

dia 17/09, sábado - 17h ato em frente ao Espaço Unibanco de Cinema (Rua Augusta, 1470)

O Centro de Mídia Independente é uma rede internacional de produtores e produtoras de informação livre e independente de interesses empresariais ou governamentais.

Entre em contato: saopaulo@midia independente.org

no 15

VI

A criminalização da pobreza, dos movimentos sociais e dos defensores dos direitos humanos

1. Contextualização da criminalização na cidade de São Paulo

Os modelos de desenvolvimento, em cujo código genético está embutida uma dinâmica permanente de exclusão social, sempre tiveram que resolver um problema complexo para sua consolidação: como impedir que os grupos sociais colocados à margem da produção e distribuição das riquezas viessem a se constituir como agentes capazes de auto-organização, mobilização e insurgência.

As respostas que as elites costumam dar a esse dilema guardam relação com os vários cenários de construção e defesa de sua hegemonia. Afinal, modelos fortemente concentracionistas e excludentes tendem a formar, ao seu redor, formidáveis multidões de desesperados que, fora do controle, poderiam apresentar um fator de alto risco e desestabilização.

Historicamente é possível identificar dois tipos de mecanismo acionados por estratégias contra-insurgentes. O primeiro deles apresenta-se como operações de coesão social e cultural: trata-se basicamente de políticas, discursos e iniciativas de caráter preventivo, que impeçam a formação de uma identidade própria dos excluídos, vinculem seus interesses à consolidação do modelo, disseminem valores de passividade e subordinação, desmoralizem tentativas de mobilização coletiva e rebelião. Os instrumentos primordiais dessas políticas são as ferramentas de comunicação, educação e produção cultural monopolizadas pelas classes proprietárias ou controladas por aparatos ideológicos estatais ou públicos (como determinadas organizações religiosas e entidades assistencialistas).

O segundo tipo assume um perfil coercitivo, no qual as estruturas estatais de repressão (como a polícia e as forças armadas) desempenham um papel protagonista. Nesse caso, não se trata mais de operações preventivas, mas de confrontação com as forças e alianças que os grupos sociais marginalizados conseguiram forjar. Ainda que essas ações sejam respaldadas por um discurso que busque capturar apoio social à atuação policial/militar e à utilização da força estatal como remédio para os problemas sociais vividos, sua lógica é essencialmente repressiva.

O recurso à violência estatal revela-se em graus e situações distintos. Quando os grupos sociais excluídos atingem um patamar de organização que ameaça o poder de Estado, a reação pode significar ruptura institucional, passagem do governo para comandos militares e repressão em larga escala. Vivemos cenários com essas características em vários momentos da história brasileira e latino-americana.

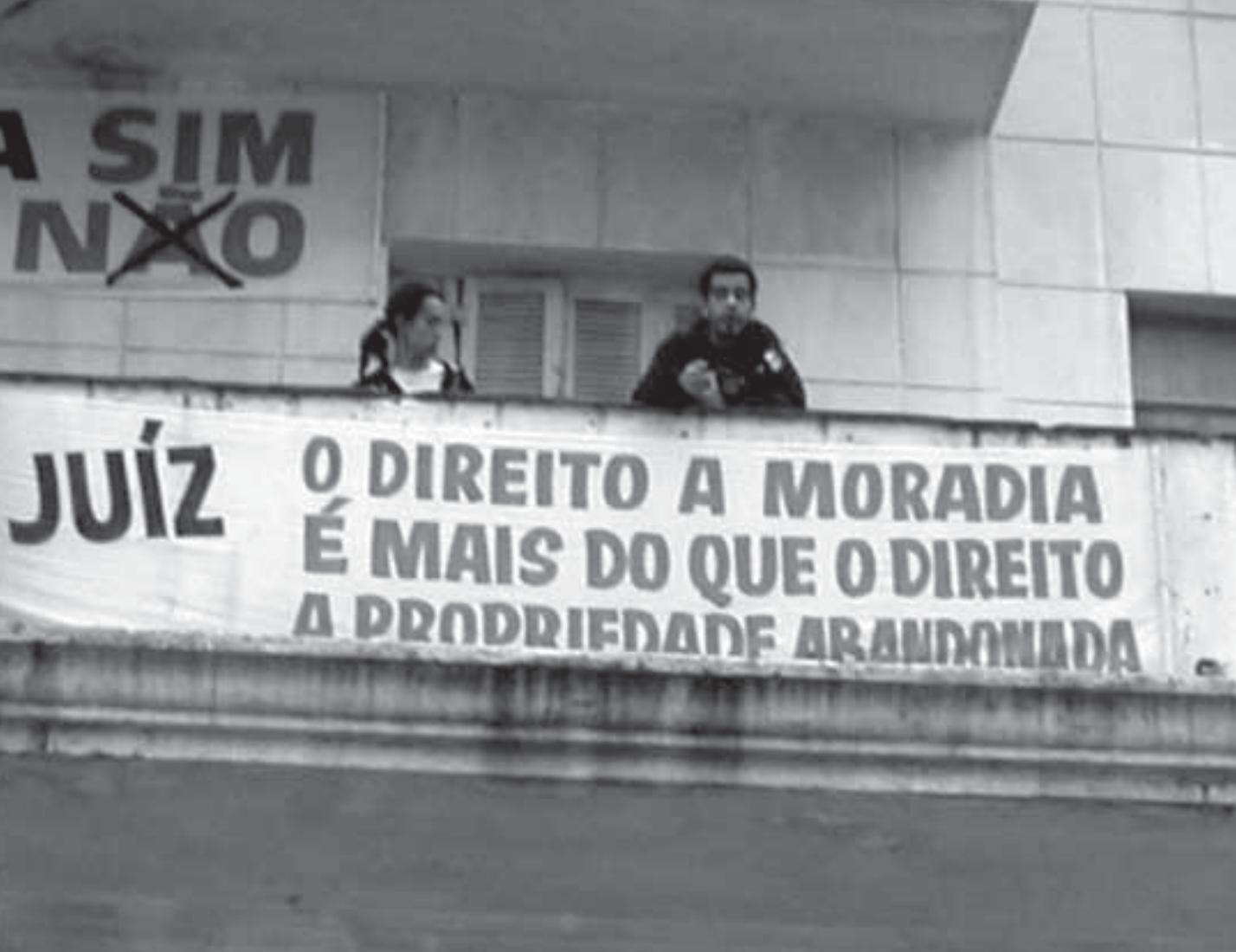
Mas não é apenas nessas circunstâncias extremas que se movem os aparatos repressivos. Também o fazem quando os excluídos ainda revelam pouca capacidade contra-hegemônica, mas já manifestam certa condição de resistência. Nessa hipótese, a repressão é seletiva, dentro dos marcos previstos pelas normas jurídicas vigentes, buscando impedir o fortalecimento das lutas sociais e suas formas de organização. Na literatura militar costuma-se caracterizar essa estratégia como guerra de baixa intensidade. Em nossa realidade política atual, ela se manifesta como tentativas para criminalizar os focos de rebeldia, isolar sua vanguarda e estigmatizar os miseráveis como portadores de comportamentos ofensivos à civilidade dominante.

Esta é exatamente a situação vivenciada atualmente pelos grupos mais vulneráveis e excluídos – sem-teto, catadores de material reciclável, população de rua, crianças e adolescentes em situação de rua, comerciantes informais e ambulantes – da cidade de São Paulo. A opção pela institucionalização da violência ganha visibilidade na política de “revitalização” do centro da cidade, em função da qual passam a ser utilizadas tanto a Guarda Civil Metropolitana, pela prefeitura de São Paulo e especialmente pela subprefeitura da Sé, quanto a Polícia Militar do Estado de São Paulo, pelo Governo do Estado de São Paulo e especialmente pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, como principais agentes na (pseudo)-solução dos históricos problemas sociais da cidade.

Somando-se à atuação da polícia, o Poder Judiciário do Estado de São Paulo, como regra geral, continua preferindo defender a propriedade, mesmo que descumprindo sua função social, em vez do direito à moradia digna (art. 6º da Constituição Federal) e do direito à cidade sustentável (art.2º, II, lei Federal n. 10.257/2001), ou seja, dos direitos humanos a uma digna sobrevivência das famílias sem-renda ou de baixa-renda, que não têm condições de acessar um financiamento habitacional ou o mercado formal de aluguéis.

A propriedade abandonada e ocupada pelas famílias que lutam por um teto, mediante a transformação dos prédios ocupados em habitação popular, é protegida por sentenças de juízes que determinam o despejo com utilização de força policial, mesmo que visando unicamente ao interesse de especulação imobiliária do proprietário que lucra com a valorização do imóvel abandonado enquanto a prefeitura investe na região central. Os prédios que, vazios, passaram a servir de moradia para grupos organizados, muitos despejados da dura e velada realidade dos cortiços da cidade, são desocupados e, lacrados com tijolos e cimento, voltam a permanecer vazios, sem qualquer destinação social e econômica para a cidade.

Desta forma, o Fórum Centro Vivo verifica que, ao mesmo tempo em que são extintos programas e projetos de políticas públicas de atendimento e garantia de direitos à população pobre moradora do centro da cidade e estão sendo interrompidos canais de diálogo e gestão democrática da cidade - como comissões e conselhos em que a população atingida pelas políticas da prefeitura



“O direito à moradia é mais do que o direito à propriedade abandonada”
faixa na ocupação Plínio Ramos, antes do despejo | 2005
foto: Isadora Lins/ CMI São Paulo

Prédio da Rua Plínio Ramos lacrado com cimento, enquanto famílias armam barracos na rua | 2005
foto: Graziela Kunsch





Prédio da Rua Paula Souza lacrado com cimento | 2005
foto: Mariana Cavalcante

Criminalização da pobreza:
Políciais revistam moradores de rua | 2005
foto: arquivo Rede rua



podem participar diretamente, construindo conjuntamente as políticas a serem implementadas na cidade -, é feita a opção pela utilização da força policial para lidar com os problemas sociais do centro e da cidade. Podemos assim identificar diferentes tipos de criminalização promovidas pelo poder público na “revitalização” do centro:

¹ Reportagem de Afra Balazina, do jornal *Folha de S. Paulo*, em 24/09/2005 – “Arquitetura da exclusão – Obstáculos em passagem subterrânea podem levar a ‘apartheid social’”, afirmam especialistas – Serra recebe críticas por rampa antimendigo”.

1.1. A criminalização da pobreza

A criminalização da pobreza caminha paralelamente com um processo de naturalização da desigualdade social. Ao mesmo tempo em que não é garantido acompanhamento social adequado e atendimento habitacional para a população em situação de rua, a prefeitura justificou a construção das “rampas anti-população de rua” como uma medida para diminuir os assaltos e aumentar a segurança na região central apesar de o número de crimes no local não ter aumentado, segundo informações da Polícia Militar – neste caso não foram fornecidos números pela prefeitura¹.

Os projetos de revitalização em curso na cidade de São Paulo, apresentados neste dossiê, desconsideram os moradores e trabalhadores do centro e as formas de atuação da Guarda Civil Metropolitana, mostrando que, na prática, os pobres tendem a ser e são abordados e tratados diferentemente dos outros segmentos sociais.

1.2. A criminalização dos movimentos populares

O discurso oficial dos governantes, reproduzido em diversos meios de comunicação corporativos, no mais das vezes, vê as atividades de organização e mobilização social promovidas pelos movimentos sociais como atos ilegais, desordeiros e transgressores da ordem estabelecida. Os movimentos sociais e suas lideranças têm sofrido as conseqüências deste processo de estigmatização, em que pesem o reconhecimento e o respeito que têm de muitos setores, inclusive na comunidade internacional (diversas agências de cooperação internacional, movimentos sociais, ONGs e até governos de outros países comprometidos com a democracia e a justiça social), pelo importantíssimo serviço que prestam ao país, no fortalecimento da democracia, da cidadania e das conquistas sociais para a população historicamente excluída.

1.3. A criminalização dos defensores de direitos humanos

Neste contexto de pleno refluxo das políticas públicas sociais na região central de São Paulo, os defensores dos direitos humanos e do direito à cidade, assim como as lideranças dos movimentos sociais, têm sofrido represálias na medida em que apóiam manifestações de repúdio aos retrocessos e na medida em que atuam como defensores dos direitos dos segmentos populares.

Em mais de uma ocasião, educadores de rua que atuam com as crianças e os adolescentes em situação de rua têm sido detidos e impedidos de realizar

² Reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, em 24/09/2005 – “Arquitetura da exclusão – Obstáculos em passagem subterrânea podem levar a ‘apartheid social’, afirmam especialistas – Serra recebe críticas por rampa antimendigo”.

³ CMI na Rua, n. 18, “Rampas anti-moradores de rua”, www.midiaindependente.org.

⁴ Id., ib., nota 57.

⁵ Reportagem “Serra põe rampa antimendigo na Paulista”, de Afra Balazina, da *Folha de S. Paulo*, 23/09/2005.

⁶ Reportagem “Morador não quer deixar Avenida Paulista”, de Daniela Tófoli, da *Folha de S. Paulo*, em 24/09/2005.

importantíssimo trabalho com comprovada eficácia na reintegração das crianças e dos adolescentes, em função da atuação da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana. Integrantes do FCV de São Paulo já sofreram represália policial por participar de manifestações contra os processos em curso na cidade.

2. Casos de violações dos direitos humanos

“Serra, desde que assumiu, retomou uma política tradicional das elites, que é a da expulsão da população pobre das áreas mais ricas, do centro expandido. É uma idéia absolutamente atrasada e conservadora, que sequer percebe que leva a um ‘apartheid’ social cujas conseqüências são imprevisíveis e trágicas” (João Whitaker²).

2.1. Criminalização da população adulta e das crianças e dos adolescentes em situação de rua

As marcas da atual gestão da Prefeitura Municipal de São Paulo no enfrentamento dos problemas sociais da cidade podem ser resumidas simbolicamente pela construção das denominadas (pelos veículos de comunicação) “rampas anti-moradores de rua”³ ou “rampas antimendigos”⁴.

“Tivemos muitas reclamações sobre assaltos no local quando o trânsito fica lento e recebemos informações de que havia um ponto de drogas ali. Por isso, estamos fechando as pontas do viaduto”, afirmou o subprefeito da Sé, Andrea Matarazzo. Ele disse ainda que é dever do poder público proteger e garantir a segurança da população da cidade⁵. No entanto, não houve aumento de ocorrências na região nem há provas contra nenhum dos moradores do local.

Segundo levantamento feito pela assistente social Lourdes Maria Mascigrande, da Associação Paulista Viva, dos mais de cem moradores da região, 62 responderam seu questionário. Desses, 58 são homens e 4 mulheres, que vivem na região há um tempo que varia de dois meses a dez anos. Segundo Mascigrande identificou, os moradores de rua da Paulista não gostam dos abrigos porque na avenida conseguem sobreviver melhor com a ajuda de igrejas, associações de ajuda e vizinhos, e só saíam de lá com emprego e casa garantidos. Nenhum morador quer ir para albergue porque lá há um prazo de estada. A maioria veio do Nordeste e tem profissão (office-boys, pedreiros, faxineiros etc.), muitos acabaram viciados em álcool e a maioria não é alfabetizada.

O grupo que vivia embaixo do viaduto que liga a avenida Paulista à avenida Doutor Arnaldo era formado por 25 adolescentes, quatro adultos e seis crianças. Para Mascigrande, colocar as rampas não resolve o problema, porque “eles vão acabar encontrando outro canto. Nossa proposta é que cada região encontre uma solução. Aqui, por exemplo, os comerciantes e empresários poderiam discutir um plano de ação, talvez até propondo emprego a estas pessoas”⁶.

ARQUITETURA DA EXCLUSÃO

Obstáculo em passagem subterrânea pode levar a “apartheid social”, afirmam especialistas.

Serra recebe críticas por rampa antimendigo

AFRA BALAZINA

DA REPORTAGEM LOCAL

A decisão do prefeito de São Paulo, José Serra (PSDB), de colocar rampas antimendigo na passagem subterrânea que liga a avenida Paulista à Doutor Arnaldo foi criticada por urbanistas, advogados, integrantes da Igreja Católica e sociólogos. A medida, segundo alguns deles, pode levar a um “apartheid social” na cidade.

Os obstáculos estão sendo colocados em um local onde vive um grupo de cerca de 30 moradores de rua, entre os quais crianças e um bebê de dez meses.

Serra, com a justificativa de reduzir os assaltos na área, iniciou a construção dessas rampas, com piso chapiscado (áspero), que dificultam a tentativa de dormir no local. A obra já começou em um dos lados da passagem. Os sem-teto estão concentrados no outro.

Rubens Adorno, professor da Faculdade de Saúde Pública da USP, disse que a criação das rampas é uma ação “tapa-buraco”. “A ação mostra que essa gestão tem caráter repressivo e de remoção”, afirma ele, que pesquisa a questão da saúde pública e exclusão social.

Na opinião do professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP João Whitaker, “essa ação da prefeitura se insere em uma política mais ampla de “limpeza social”, que reflete uma maneira de ver a cidade e a produção do espaço urbano.

“Serra, desde que assumiu, retomou uma política tradicional das elites, que é a da expulsão da população pobre das áreas mais ricas, do centro expandido. É uma idéia absolutamente atrasada e conservadora, que sequer percebe que leva a um apartheid social cujas conseqüências são imprevisíveis e trágicas”, diz.

Segundo ele, a prefeitura chamou a primeira ação de retirada de pessoas da área central de “Operação Limpa”, o que seria sintomático da visão que o governo têm do problema.

“Para eles [integrantes da prefeitura], não é a sociedade que, por sua injustiça, produz a desigualdade e a expulsão. A culpa é dos pobres, que não deviam estar lá”, afirma o professor.

O desembargador e presidente da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, Antonio Carlos Malheiros, acredita que a prefeitura esteja mais uma vez indo pelo “caminho errado”. “Acho a atitude inadmissível. Quem está na rua não pode ser tratado como um papelão.”

Malheiros não concorda com a justificativa de impedir a criminalidade. “Isso é absurdo.

A retirada dos moradores só seria aceitável se fosse para trazer condições melhores para essa população”, diz.

A socióloga Camila Giorgetti, que aborda em sua tese de doutorado apresentada na PUC-SP como o paulistano trata os moradores de rua, afirma que a violência é sempre a justificativa utilizada para expulsá-los dos locais públicos.

“Alguns prefeitos combatem a violência agindo de modo ainda mais violento, retirando da população de rua o único direito que lhe resta, de perambular pela cidade”, afirma a socióloga.

Ela acredita que são infundados os motivos que levam os políticos a adotar as atitudes higienistas de expulsão, como a que ocorreu na avenida Paulista.

“Alguém já ouviu falar em assalto a banco realizado por uma quadrilha de moradores de rua? Há 12 anos estudo o tema na cidade e a informação que tenho é que a violência existe, mas ocorre sobretudo entre os próprios moradores de rua”, afirma ela.

Para o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), não é adequado tratar os sem-teto como uma bola de futebol, chutada para lá e para cá.

“O problema deve ser tratado em toda a sua amplitude. A paisagem está ruim, as pessoas reclamam, mas quais as conseqüências das ações tomadas? Deve-se oferecer uma oportunidade de reinserção social”, afirma.

O bispo d. Pedro Luís Stringuini, coordenador das Pastorais Sociais da Igreja Católica, diz que há um aumento diário da população de moradores de rua em São Paulo e que a causa para esse fenômeno é a ausência de políticas públicas. “A prefeitura deveria ter um olhar mais social.”

O prefeito disse ontem que é “uma bobagem completa” afirmar que a rampa se trata de uma política higienista.

NÚMERO DE CRIMES NA PASSAGEM ESTÁ ESTÁVEL, DIZ PM.

DA REPORTAGEM LOCAL

O capitão Reinaldo Eliseu, porta-voz do comando de policiamento militar da capital, disse que não houve aumento de ocorrências na passagem subterrânea onde estão sendo construídas as rampas antimendigo.

Ele afirma, entretanto, que a ação da prefeitura é positiva em relação à segurança. “Vai nos ajudar. Praticando uma ação preventiva e com menos locais onde eles [criminosos] possam se esconder, a quantidade de assaltos deve diminuir”, diz.

Segundo Eliseu, é comum fazer o policiamento na passagem com motos, porque o acesso ao local é complicado e, normalmente, há trânsito.

O porta-voz da PM não informou, entretanto, o número de ocorrências localizadas

na passagem. Disse que não há estatísticas específicas sobre as ocorrências registradas na área do viaduto.

A prefeitura, também questionada sobre a quantidade de crimes registrados no local, afirmou que apenas a Secretaria da Segurança Pública poderia divulgar os dados.

⁷ Fernando Donasci e Victor Ramos, jornal *Folha de São Paulo*, 11/02/2006.

⁸ “Polícia deve ajudar ou reprimir o uso de drogas pelos meninos de rua?”

Outro exemplo marcante da criminalização é a estigmatização promovida pela grande imprensa das crianças e dos adolescentes em situação de rua, freqüentemente tratados como “delinqüentes” e “marginais”. A reportagem “Meninos se drogam e roubam no centro”⁷ mostra meninos de rua cometendo delitos, enfocando o risco que estes representam para os pedestres. Na reportagem não se abordam a situação de risco e os problemas para sobreviver que as crianças e os adolescentes que vivem nas ruas da cidade enfrentam, vítimas de múltiplos fatores – entre os quais a falta de alternativas educacionais e de assistência e promoção, a pobreza, miséria e exclusão das famílias –, sem atendimento prioritário do Estado.

Comunicado⁸ da Fundação Travessia sobre os fatos afirma: “Enquanto as secretarias públicas sociais continuarem se omitindo no atendimento às necessidades destas comunidades e no atendimento social a estes meninos que proporcione uma abordagem educativa nas ruas, continuaremos a ver policiais, ora reprimindo inadequadamente a presença ou prática das crianças, ora ‘colaborando’ com práticas ilegais. Pode-se concluir que a polícia não pode resolver, sozinha, os graves problemas sociais da cidade e que as contínuas omissões do Poder Público no que tange ao atendimento destas questões só agrava os atuais problemas”.

Direitos violados

Violação do direito da criança e adolescente ao tratamento como absoluta prioridade pelo Poder Público (art. 227 da

Constituição Federal e art.4º do ECA): É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Violação do direito à igualdade e à não-discriminação (art.

5º, “caput”, da Constituição Federal): Discriminação da população de baixa renda – neste caso, a população em situação de rua –, pela estigmatização pejorativa promovida pelos representantes da subprefeitura da Sé e da prefeitura de São Paulo, dos moradores de rua como criminosos, bem como a omissão quanto à garantia de melhores condições de vida.

Violação do direito à cidade sustentável (art. 2º, inciso I, da Lei Federal nº.10.257/01): Violação do direito à moradia, ao transporte e serviços públicos, ao trabalho e ao lazer previsto. A justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização, diretriz do Estatuto da Cidade, é condição para a inclusão desta população extremamente marginalizada, no sentido de combater a desigualdade social (Estatuto da Cidade, art.2º, IX).

Violação do direito à gestão democrática da cidade (art. 2º, inciso II, da Lei Federal nº 10.257/01): Violação do direito de participar da gestão da cidade, mediante a gestão democrática de projetos e planos a serem implantados na cidade. A falta de consulta da prefeitura aos moradores de rua atingidos e a entidades que trabalham com a temática.

2.2. Prisão e perseguição do líder popular Gegê

“A luta por moradia no Brasil vem de anos atrás, no momento em que surge o primeiro explorado e o primeiro explorador” (Gegê)

Gegê

Luiz Gonzaga da Silva, o Gegê, começou como militante sindical e está há mais de 25 anos no ativismo, com vida política e trabalho reconhecidos internacionalmente. Fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e líder do Movimento de Moradia do Centro (MMC), Gegê é coordenador nacional da Central de Movimentos Populares (CMP) e membro do Conselho Nacional das Cidades e do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, tendo atuado como pessoa pública de notória participação em defesa dos direitos humanos. Gegê teve prisão preventiva decretada por suposta co-autoria de um homicídio ocorrido em 2002.

O Caso

Em 27 de janeiro de 2000, após o despejo de um prédio na rua Líbero Badaró, 80 famílias do Movimento de Moradia do Centro (MMC) receberam autorização da Secretaria Estadual de Habitação para ocupar uma área na avenida Presidente Wilson, na Vila Carioca, em São Paulo. Uma vez autorizada a entrada na área, foram desenvolvidos planos para a urbanização, melhorias e reformas do local, em parceria com a Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo – FAU/USP.

A partir de abril de 2001, o local recebeu novas famílias sem-teto e alguns indivíduos que não concordaram com a organização do movimento de moradia iniciaram uma briga pelo controle da área. Todos os trabalhos de melhorias e urbanização, bem como os serviços sociais - como a alfabetização de adultos - foram suspensos por falta de segurança e ameaças do grupo de oposição.

No mês de maio do ano de 2002, Gegê e outras lideranças do MMC foram falar com o então Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Saulo de Castro Abreu Filho, acompanhados pelo advogado e deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh. As lideranças vinham sofrendo ameaças pessoais e telefônicas; o próprio Gegê foi ameaçado diversas vezes pelo grupo que não queria cumprir as determinações tiradas nas assembléias da ocupação.

Neste encontro, nada foi estabelecido por parte do secretário. Ele disse às lideranças que, caso as perseguições continuassem, elas lhe procurassem. O grupo saiu da audiência sem saber o que fazer. Se então tivesse havido outra postura por parte do Poder Público, estas lideranças não teriam sofrido severas injustiças por parte da lei e Gegê não estaria levando hoje uma vida de refugiado: “Eu nunca tive que lidar com o crime organizado, foi a primeira vez, e senti medo”, disse o militante.

No dia 18 de agosto de 2002, ocorreu um homicídio no local da ocupação. Isto foi usado pelo grupo de oposição: os depoimentos foram combinados de modo a incriminar Gegê como co-autor do homicídio. Os depoentes declararam ter visto o militante dando fuga ao executor do crime.

O Processo

Ainda que Gegê tenha prestado depoimento no inquérito policial e levado testemunhas que estiveram com ele na hora do fato, ainda que tenha respondido às intimações do inquérito, ainda que tenham transcorridos quase dois anos sem qualquer ocorrência ou registro contra Gegê ou qualquer pessoa da coordenação do movimento e do acampamento, a Juíza do Primeiro Tribunal do Júri, a partir de requerimento do Delegado de Polícia do 17º DP, erroneamente ratificado pelo representante do Ministério Público, decidiu decretar-lhe prisão preventiva por co-autoria no crime, **alegando que se trata de pessoa que em liberdade poderá obstar a aplicação de lei penal e que representa risco à ordem pública** - uma confissão de preconceito contra o movimento social como base para colocar uma liderança na prisão, mesmo sem motivos para isso.

Gegê ficou preso por 51 dias, de 5 de abril a 26 de maio de 2004. Solto por volta das 15h30 do dia 26 de maio, ele compareceu a todos os atos do processo até a sentença da pronúncia, em abril de 2005, que além de submeter o caso ao julgamento por Júri Popular, determinou nova prisão preventiva. Gegê não voltou a se apresentar à Justiça, entrando em clandestinidade, e espera a concessão de novo habeas corpus

Ainda em abril de 2005, o advogado Aton Fon Filho impetrou habeas corpus no Tribunal de Justiça de São Paulo, cuja liminar foi negada: no dia 27 de julho, a 10ª Câmara do Tribunal de Justiça de São Paulo negou a concessão de habeas-corpus para Gegê.

Em seguida, o advogado ingressou no Superior Tribunal de Justiça (STJ) com novo pedido de habeas corpus, cuja liminar foi indeferida, aguardando para julgamento do mérito as informações do Tribunal de Justiça de São Paulo que, mesmo intimado, demorou em mandar as informações e em publicar sua decisão, sem justificativas.

O Tribunal de Justiça de São Paulo só prestou as informações sobre o habeas corpus de Gegê ao Superior Tribunal de Justiça em novembro de 2005.

Durante todo o processo e desde então houve várias ações por parte dos movimentos tentando sensibilizar os poderes jurídicos e executivos para que este impasse seja finalizado. Em abril de 2006, o pedido de habeas corpus se encontrava na mesa do ministro da 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Helio Quaglia Barbosa, para julgamento.

Caso a decisão do julgamento do *habeas corpus* no STJ seja negativa, cabe outro pedido de habeas corpus no Supremo Tribunal Federal. **Até lá, o processo principal ficará suspenso.**

A Luta por justiça, na justiça

Este capítulo trata somente dos atos registrados em atas e cartas, e apenas desde 2005, período do dossiê. Não contempla (nem teria como contemplar) o retrocesso do movimento, inclusive a entrega do prédio da rua do Ouvidor, desde que Gegê teve de se ausentar do dia a dia dos movimentos por moradia do centro de São Paulo, da Central de Movimentos Populares e dos outros movimentos dos quais participava. Ele não cita ações em prol da divulgação da causa, seja pelo comitê, seja por outras entidades, se limitando às ações em busca de justiça, “na justiça”.

O Comitê pela Liberdade do Gegê e Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais

28 de setembro de 2005 - Audiência Pública na Assembléia Legislativa de São Paulo

“Com a Assembléia Legislativa cercada pela polícia de Alckmin para reprimir estudantes, professores e funcionários que protestavam contra o veto do governo estadual ao aumento das verbas destinadas à educação, que finalmente foi votado na mesma noite, o acesso à audiência estava dificultado. Mas lá estiveram mais de 80 pessoas, dirigentes do movimento popular e sindical, deputados e mandatos de vereadores da capital e do interior do estado. A Audiência... decidiu por uma carta ao presidente do PT, Tarso Genro, para que ele solicite uma audiência com o ministro da Justiça, Marcio Thomaz Bastos.”

12 de dezembro de 2005 - Audiência com o Ministro da Justiça, Marcio Thomaz Bastos

“A delegação, com representantes do PT, da CUT, da Central de Movimentos Populares, da Marcha Mundial das Mulheres, da Pastoral Operária, do Movimento Negro Unificado, de sindicatos, de entidades estudantis e parlamentares, lhe entregou carta centrada no pedido de urgente julgamento do habeas corpus de Gegê. O ministro, que já tinha conhecimento do caso, declarou que envidará esforços para tanto.”

Carta (trechos): “Não vemos que esse pedido afronte qualquer instituição. O que pedimos é que o Sr. nos ajude para que o habeas corpus seja julgado o mais rápido possível para colocarmos fim a esse drama que afasta Gegê da família há mais de sete meses. ... No entanto, Sr. Ministro, **não há como falar em liberdade neste país sem tocar na questão dos ataques e na tentativa de criminalização dos movimentos sociais**. Semana passada a CPI da Terra do Congresso aprovou por 12 votos a 1 o relatório do deputado Abelardo Lupion (PFL-PR) que, entre outras decisões, pede a transformação do ato de ocupação de terra em crime hediondo e terrorismo! Como é possível, Sr. Ministro, que a justa demanda por terra seja considerada crime? Há cerca de um mês..., José Rainha, Manoel Messias Duda, Sergio Pantaleão e Cledson Mendes da Silva, líderes do MST, foram condenados a dez anos de prisão em regime fechado, em função de uma ocupação na fazenda Santana de Alcídia, em Teodoro Sampaio. Além desses, há denúncias de perseguições políticas a outros companheiros.... Aproveitando-se da crise, os latifundiários e parlamentares inimigos do povo atacam os movimentos sociais e querem criminalizar seus dirigentes. Tais fatos, junto com o caso de Gegê, vão na contramão da eleição do Presidente Lula, que indicou a disposição da maioria dos brasileiros e brasileiras pela democracia.... Por isso, Sr. Ministro, viemos aqui pedir sua ajuda para que o habeas corpus de Gegê seja julgado favorável ainda antes do Natal.”

12 de fevereiro de 2006 - Para cobrar uma posição do Ministro, o Comitê apresentou neste domingo, na Assembléia do Movimento de Moradia do Centro (MMC), dirigido por Gegê até a decretação de sua prisão, uma nova carta ao ministro pedindo sua ajuda no caso. A carta foi aprovada por unanimidade e mais de 200 companheiros e companheiras de Gegê a assinaram.

19 de fevereiro de 2006 - Entrega da carta, junto com as assinaturas, ao deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que se comprometeu a levar o documento para Brasília e entregá-lo em mãos ao Ministro da Justiça e ao Presidente da República.

Carta (trechos): “No ano passado, uma delegação com mais de 20 companheiros, entre eles dirigentes da CMP, da CUT e do PT, reuniu-se com o Sr. para pedir sua ajuda no caso do nosso companheiro Gegê. O companheiro Gegê é acusado, injustamente, de co-autoria num crime que ele não cometeu. Perseguido há mais de 2 anos, já passou 2 meses na prisão. O que queremos, Sr. Ministro, é a sua ajuda para que o habeas corpus do Gegê seja julgado favoravelmente e para que o nosso companheiro possa voltar à convivência com sua família, amigos e companheiros de luta.”

Direitos violados

Violação do direito de liberdade de expressão (art. 5º, inciso VIII, da Constituição Federal): Afirma que ninguém será privado de direitos por motivo de convicção filosófica ou política. Constitui restrição indevida da liberdade considerar a atuação e manifestação política pela prática dos movimentos populares como ameaça à ordem pública.

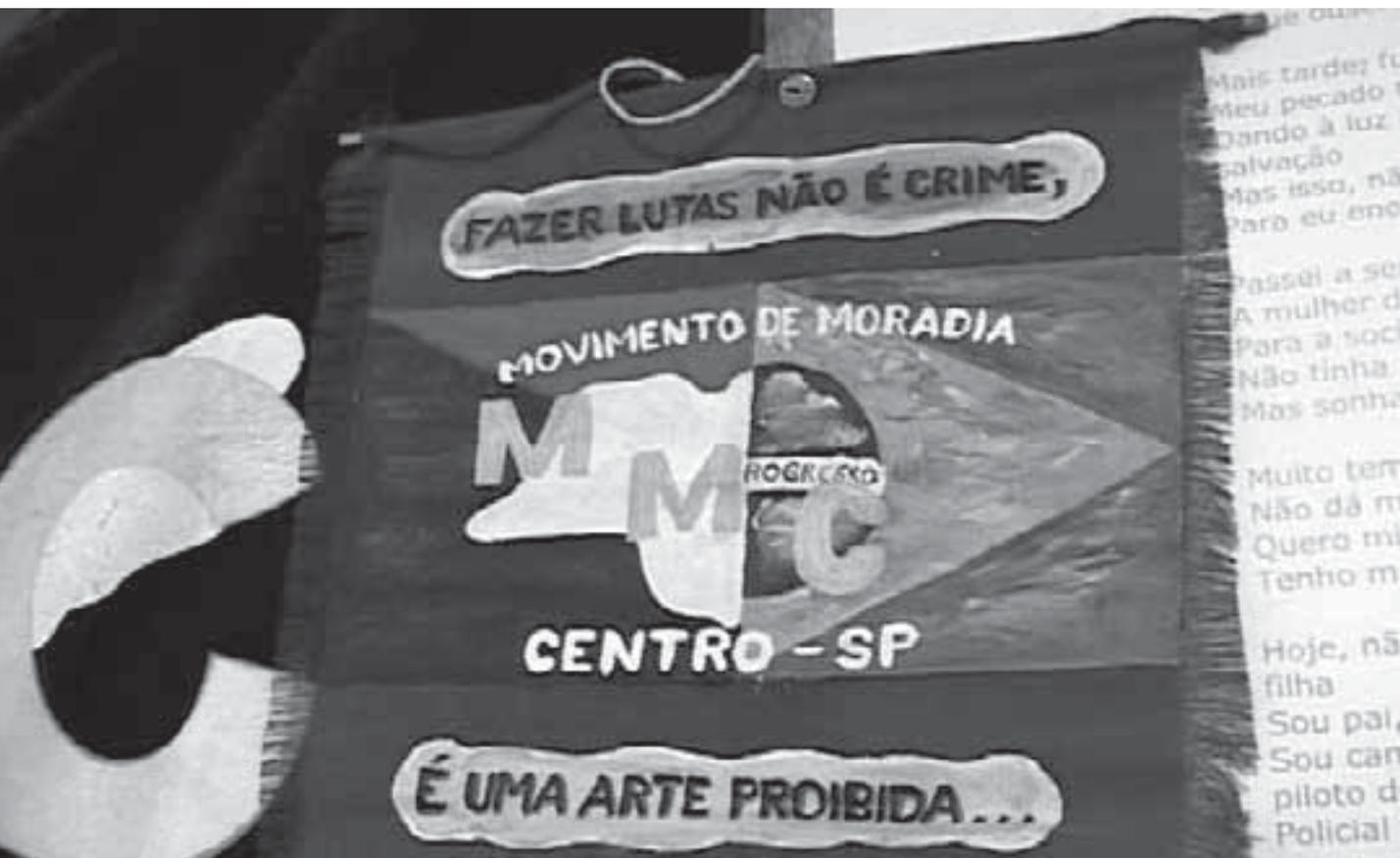


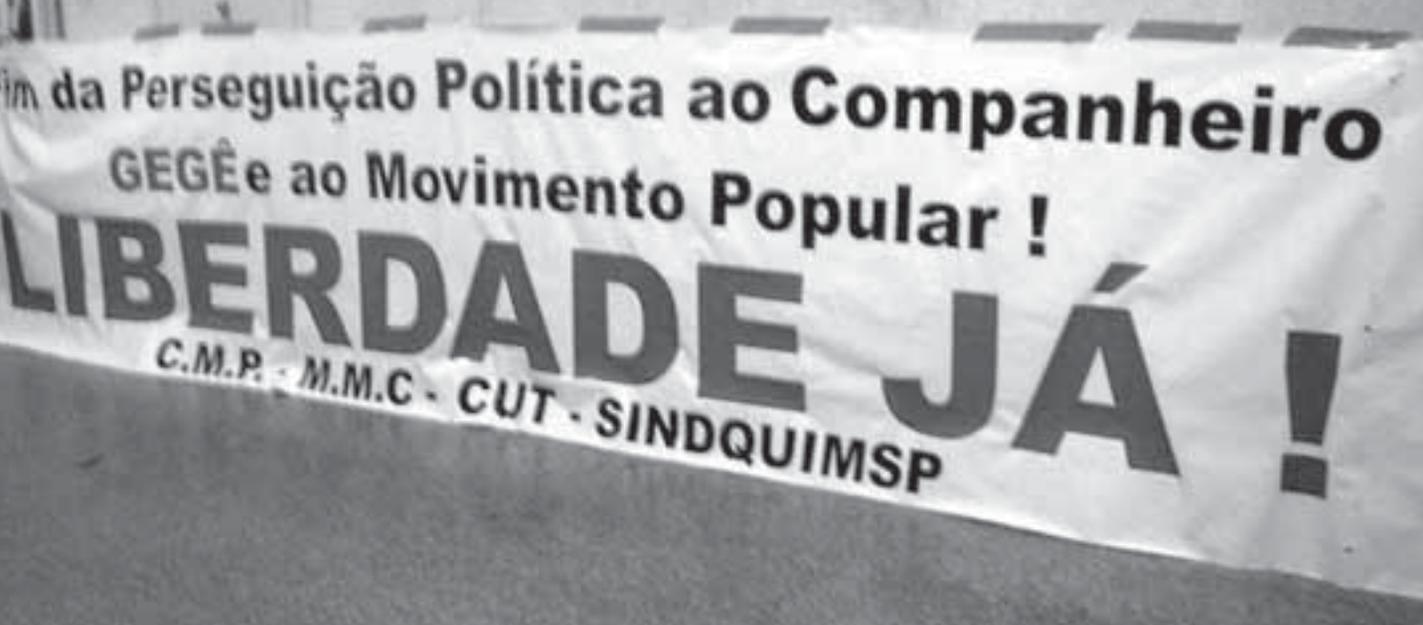
ANIVERSÁRIO
DO GEGE⁷ E
DIA DOS PAIS.



Comitê Sege
Rua. Da Quitandola
n.º 162 1.º andar

Detalhes do mural da ocupação da Rua do Ouvidor | 2005
fotos: Graziela Kunsch





Ato pela liberdade de Gegê, na Câmara Municipal de São Paulo | 2006
fotos: Fernão Lopes



Violação do direito ao devido processo legal (art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal): Determina que ninguém será privado de liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal, sendo, no caso, arbitrária a prisão preventiva.

Violação do direito à liberdade e à igualdade (art. 5º da Constituição Federal): Violação do art. 312 do Código Penal, que estabelece os requisitos para se decretar a prisão preventiva. A prisão preventiva, no caso, é descabida, por não se fazer presente nenhum dos requisitos legais que autorizam a sua decretação.

Violação do direito de participar da gestão democrática da cidade (art. 2º, inciso II, da Lei Federal n. 10.257/2001): Tanto porque a liderança é representante da sociedade civil em um Conselho Nacional auxiliar do Governo Federal, quanto porque em sua militância política a liderança contribuía para a participação popular na elaboração de planos e projetos de desenvolvimento urbano para a cidade.

2.3. Criminalização e intimidação de defensores de direitos humanos envolvidos na prevenção a despejos forçados no centro de São Paulo

No dia 17/08/2005, o despejo forçado de trezentas pessoas (entre as quais 110 crianças) de um prédio abandonado desde 1991, à rua Plínio Ramos, no Bairro da Luz, ocupado há dois anos por famílias sem ou de baixa renda, resultou no ferimento de 25 pessoas e na detenção de outras vinte, entre lideranças do Movimento de Moradia da Região Central (MMRC), que organizou a referida ocupação, e universitários, artistas e mídia independente que trabalham pela garantia dos direitos humanos das famílias sem-teto em São Paulo.

As lideranças do movimento sem-teto, assim como os universitários, artistas e a mídia independente desempenham relevante papel na defesa dos direitos humanos dos grupos marginalizados da população de São Paulo. Seu trabalho tem dado contribuição importante para a visibilidade da realidade das famílias sem-teto, para a luta pela moradia digna e contra a violência dos despejos. Eles têm denunciado abusos, omissões e arbitrariedades cometidas pelo poder público; facilitado a informação à sociedade civil; e estimulado o debate público sobre as responsabilidades governamentais quanto à implementação de políticas públicas efetivas.

As violações contra os direitos humanos dos defensores se deram no despejo da Plínio Ramos das seguintes formas:

- 1) Impedimento de advogados e da imprensa independente de acompanhar ações de despejo;
- 2) Agressões físicas praticadas pela polícia contra os moradores e os defensores dentro do prédio desocupado no momento em que foram retiradas mulheres e crianças e revistados os homens, resultando em pelo menos 25 pessoas feridas (vinte sem-teto – entre os quais cinco menores –, três policiais e dois jornalistas



Criminalização dos movimentos populares:
Policial atira na ocupação Plínio Ramos, do MMRC - Movimento de Moradia da Região Central | 2005
foto: Isadora Lins/ CMI São Paulo



Imprensa impedida de fotografar o despejo da ocupação Plínio Ramos | 2005
foto: Isadora Lins/ CMI São Paulo

da grande imprensa);

3) Porte de armas de fogo e uso de bombas de gás lacrimogêneo e *spray* de pimenta contra os moradores e defensores pelo efetivo de 120 policiais mobilizados pela operação do 11º Batalhão da Polícia Militar, chefiados pelo major Sandro Afonso do Rêgo;

4) Detenção de vinte pessoas como forma de criminalizar e intimidar moradores, lideranças e defensores, e abertura de inquérito criminal contra elas;

Direitos violados

Violação do direito de liberdade de expressão (art. 5º, inciso VIII, da Constituição Federal): Prática de intimidação, impedimento do exercício profissional (trabalho de fotógrafos, advogados, jornalistas que monitoravam a ação da polícia em despejos etc.), de profissionais e defensores de direitos humanos.

Violação do direito de participar da gestão democrática da cidade (art. 2º, inciso II, da Lei Federal n. 10.257/2001): Cerceamento da participação popular na elaboração de projetos e planos de desenvolvimento urbano para a cidade.

2.4. Intimidação e agressão de defensores de direitos humanos que trabalham com crianças e adolescentes de rua no centro de São Paulo

Em 07/11/2005, três educadores sociais do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente “Mariano Cleber dos Santos” (Cedeca), da região da Sé, foram violentamente abordados por policiais da Força Tática quando desempenhavam suas atividades profissionais rotineiras no Vale do Anhangabaú. A abordagem atingiu todos os meninos e meninas em situação de rua que ali se encontravam.

O Cedeca atua na defesa, promoção e garantia dos direitos de crianças, adolescentes e seus familiares em situação de risco pessoal e/ou social, constituindo-se em uma política pública em esfera municipal, nos moldes determinados pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Sua equipe profissional, de caráter interdisciplinar, é composta por advogadas, educadores sociais, psicóloga e assistente social. Os educadores sociais atuam principalmente através do plantão de rua – atividade realizada há mais de dez anos no centro de São Paulo com o objetivo de fortalecer os vínculos afetivos com crianças e/ou adolescentes em situação de rua e de defesa e garantir os direitos dessas pessoas em pleno desenvolvimento.

Durante a operação policial foram cometidas as seguintes arbitrariedades, configurando abuso de poder: (1) grave ameaça pelo uso de arma apontada para a cabeça de um educador social – o sargento o jogou no chão, obrigou-o a ficar de bruços (em decúbito dorsal), permanecendo com a arma apontada para sua

cabeça; (2) o sargento dirigiu-se ao educador social e determinou que o mesmo se deitasse, o empurrou e, quando ele já se encontrava deitado, desferiu-lhe um chute na perna e ainda o agrediu com xingamentos e ofensa moral.

Direitos violados

Violação do direito de liberdade de expressão (art. 5º, inciso VIII, da Constituição Federal): Prática de intimidação, impedimento do exercício profissional (trabalho de fotógrafos, advogados, jornalistas que monitoravam ação da polícia em despejos etc.) de profissionais e defensores de direitos humanos.

Violação do direito da criança e do adolescente ao tratamento com absoluta prioridade pelo poder público (art. 227 da Constituição Federal e art. 4º do ECA): É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Violação do direito à proteção integral (art. 3º e 5º da Lei n. 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente): A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. O poder público deve garantir que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma de lei qualquer atentado, por ação ou omissão aos direitos fundamentais.

Violação do direito à liberdade (art. 16 e 106 do ECA): Compreende o direito de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais. A detenção e o recolhimento injustificados de crianças e adolescentes que vivem na área central, levando-as para lugares afastados, é ilegal e configura abuso de poder. Diz o art. 106: “Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente. Parágrafo único. O adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos”.

Violação do direito à preservação da imagem, da identidade e proteção de tratamento vexatório e constrangedor (art. 17, 18 e 178 do ECA): Exposição de crianças rendidas e revistas em batida policial sem justificativa prévia, uma vez que é proibido colocar as crianças e adolescente em situação vexatória.

⁹ Para proteção das pessoas envolvidas, ocultamos os nomes. Fonte: <http://integracaoemposse.zip.net/>.

Violação do direito à igualdade e à não-discriminação (art. 5º, “caput”, da Constituição Federal): Discriminação da população de baixa renda – neste caso, crianças e adolescentes em situação de rua –, mediante práticas de agressão física, intimidação e criminalização, bem como falta de atendimento público adequado tratando a criança e o adolescente como absoluta prioridade, conforme reza o art. 227 da Constituição Federal.

2.5. Audiência pública com comandante da Guarda Civil Metropolitana

No dia 13 de abril de 2005, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Vereadores realizou uma audiência pública com o coronel Alberto Rodrigues, sobre “maus tratos a pessoas em situação de rua e trabalhadores informais”.

Participaram da audiência os vereadores Paulo Teixeira e Beto Custódio e o comandante-geral da Guarda Civil Metropolitana (GCM), coronel Alberto Rodrigues. Foram ouvidas as denúncias de Wanderley Gaspar e Carlos Ramos, do Conselho de Monitoramento da População em Situação de Rua, Leônidas Luz, do Albergue Boracéia, José Severino da Silva e Bernardete, ambulantes, e Anderson Lopes Miranda, do Movimento Nacional de Luta e Defesa da População em Situação de Rua.

Diante de diversas e graves acusações de abuso de poder e uso excessivo de violência contra a população de baixa renda do centro da cidade (população em situação de rua, ambulantes, catadores de material reciclável), o comandante afirmou que o comando da GCM não compactua com as ações descritas e se comprometeu a investigar cada uma das acusações apresentadas, classificando as denúncias como “práticas isoladas de alguns dos integrantes da guarda”.

Integrantes⁹ do Fórum Centro Vivo, presentes no evento foram procurados, após a reunião, por três guardas ligados ao Sindicato dos Guardas Cíveis Metropolitanos de São Paulo (SindGuardas) – que fizeram duas colocações bastante pertinentes, não esclarecidas pelo comandante Alberto Rodrigues:

- As ações da GCM se tornaram mais violentas, sim, de uma forma ampla e não isolada, de acordo com instruções do comando da instituição, após a mudança de governo da Prefeitura Municipal de São Paulo (gestão do prefeito José Serra).

- A falta de identificação dos guardas, descrita como “irregular” pelo comandante da guarda, também não é uma prática isolada, já que a guarda, desde que começou a usar coletes a prova de balas, não possui identificação adequada ao uso deste acessório. O FCV entende ser necessário informar à Corregedoria da CGM sobre o ocorrido.

3. Reivindicações e propostas

3.1. Ao Ministério Público e ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe) do Estado de São Paulo

▪ A abertura de inquérito civil para investigar a responsabilidade direta e indireta do prefeito de São Paulo, do secretário de Segurança Pública do Município, do governador do Estado de São Paulo, do secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo e dos comandos da Guarda Civil Metropolitana e da Polícia Militar pelos maus tratos à população em situação de rua e improbidade administrativa, que resultam na piora das condições de sobrevivência desta população, devido à omissão e atuação repressiva do poder público face à situação de risco à vida e à saúde.

3.2. À Ouvidoria de Polícia e à Corregedoria da Polícia Militar

▪ Investigação das denúncias presentes neste dossiê, feitas na audiência pública de 13 de abril e já acompanhadas pela ouvidoria durante os despejos forçados (como, por exemplo, na Plínio Ramos), e responsabilização dos guardas civis metropolitanos, polícias militares e comandantes que incorreram em abuso e desvio de poder ou omissão.

▪ Investigação da denúncia feita por policiais do SindGuardas de que, após a mudança de governo, as ações da GCM se tornaram mais violentas, sim, de uma forma ampla e não isolada, de acordo com instruções do comando da instituição, e responsabilização das autoridades que comandam a GCM e da Coordenadoria de Segurança Urbana da Prefeitura de São Paulo.

▪ Acompanhamento da Ouvidoria de Polícia em operações que envolverem expressivo efetivo policial, como as de reintegração de posse e as de “limpeza”, a exemplo das já praticadas no Bairro da Luz e no Glicério.

4. Reportagens e matérias publicadas pelos veículos de comunicação

FORA DA PRISÃO



Gegê deixa a prisão, seguido do deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) e do cantor Chico César

Justiça autoriza líder sem-teto a responder processo em liberdade

Gegê, que ficou 51 dias preso, afirma que vai processar o Estado

DA REPORTAGEM LOCAL

Após 51 dias preso, Luiz Gonzaga da Silva, o Gegê, um dos principais líderes do movimento dos sem-teto da cidade de São Paulo, conseguiu habeas corpus e deixou ontem à tarde a prisão.

Ao ser recebido pelo seu irmão, o cantor Chico César, por familiares e por políticos do PT, disse ter dois planos: escrever um livro sobre sua experiência na prisão e processar o Estado.

Gegê foi encarcerado no dia 5 de abril, após a decretação de sua prisão preventiva. Ele havia sido denunciado pelo Ministério

Público como suposto mentor de um assassinato ocorrido em agosto de 2002 em um acampamento de sem-teto no Ipiranga (zona sul de SP).

Três testemunhas acusaram Gegê. Disseram que teriam visto os assassinos, logo após o crime, entrarem em seu carro.

Gegê, que havia organizado o acampamento, voltou a negar participação no crime. "Foi uma prisão política. Temos que descobrir quem quis calar o nosso movimento", afirmou.

O habeas corpus, que havia sido negado anteriormente de forma provisória, foi concedido

ontem de forma definitiva pela 3ª Câmara do Tribunal de Justiça. Agora, ele vai responder ao processo em liberdade.

Com lágrimas no rosto, o líder dos sem-teto afirmou que passou por uma "experiência rica e triste" na cadeia. "Foi a prova da falência do Estado."

Para o deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT), que defende Gegê, a libertação é um passo importante para a descriminalização dos movimentos sociais no país. "Sua prisão preventiva não tinha fundamentação. Lembrei-me dos presos políticos do regime militar."

DIREITOS HUMANOS

Polícia Militar reprime movimentos sociais no Brasil, diz relatora da ONU

A representante da ONU para os Defensores dos Direitos Humanos, a paquistanesa Hina Jilani, encerrou sua viagem ao país antecipando algumas recomendações de seu relatório final. Entre elas, está o combate ao papel intimidador da polícia militar, que tem utilizado a força física para reprimir os movimentos sociais.

Fernanda Sucupira* – Carta Maior

São Paulo – Terminou nesta terça-feira (20) a visita oficial ao Brasil da representante especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para os Defensores dos Direitos Humanos, Hina Jilani. Desde sua chegada, no dia 5 de dezembro, a paquistanesa se encontrou com representantes da sociedade civil e do governo em diferentes regiões do país para coletar informações sobre a situação das pessoas que lutam pela efetivação desses direitos no Brasil e recebeu diversos dossiês e relatórios sobre o tema. Sindicalistas, educadores de rua, indígenas, defensores dos direitos de crianças e adolescentes, professores universitários, jornalistas, militantes do movimento negro, de movimentos de moradia, do movimento sem-terra e de outros movimentos sociais denunciaram a ela as violações que vêm sofrendo nos últimos anos. Hina Jilani também acompanhou parte do julgamento de dois dos acusados do assassinato da irmã Dorothy Stang, no Pará, morta em fevereiro deste ano.

Em 2006, ela irá apresentar à Comissão de Direitos Humanos da ONU um documento com recomendações para que o Brasil proteja melhor seus defensores. No seu último dia no país, Hina Jilani adiantou alguns dos pontos preliminares do relatório. Entre eles está o papel intimidador da polícia militar que utiliza da força física para impedir a atuação dos movimentos sociais. Segundo ela, o governo brasileiro deve estabelecer mecanismos de responsabilização da ação policial, com independência de ação totalmente garantida.

O Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Sé (Cedeca-Sé), por exemplo, entregou um documento à representante da ONU, relatando problemas recentes enfrentados pelos educadores sociais que realizam trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua na região central de São Paulo. Na madrugada do dia 7 de novembro, as pessoas que dormiam debaixo do Viaduto do Chá foram acordadas por duas bombas de efeito moral. As pessoas que ali viviam tentaram se organizar para denunciar essa e outras ações abusivas da polícia militar ao prefeito José Serra (PSDB). Na tarde desse mesmo dia, os educadores do Cedeca-Sé estavam fazendo atividades com os meninos e meninas concentrados no Vale do Anhangabaú e o grupo todo foi abordado pela polícia que, segundo eles, cometeu abusos de autoridade. Foram deitados no chão com armas apontadas à cabeça, e foram vítimas de xingamentos e chutes, sem que sequer pudessem se identificar.

A representante das Nações Unidas também adiantou, em audiência pública na Assembléia Legislativa de São Paulo, na semana passada, que vai "focalizar os movimentos sociais como grupos de defesa dos direitos humanos, que não só defendem esses direitos como também acrescentam mais valor à democracia". "Tenho analisado os movimentos sociais, como o das comunidades indígenas, dos sem-terra, e os de moradia e uma coisa se torna clara para mim: no Brasil, como na minha própria região, a Ásia, a privação de direitos sociais e econômicos se tornou base para a violação de direitos humanos", avaliou durante a audiência, quando foram denunciados casos de violência, ameaças e perseguição de defensores de direitos humanos.

Ela defendeu ainda um ajuste urgente do judiciário à política social estabelecida pela Constituição Brasileira e que o legislativo "tenha uma posição mais pró-ativa na promoção dos direitos na legitimação do trabalho dos defensores dos direitos humanos". Isso porque a criminalização dos movimentos sociais no país foi reiteradamente relatada à Representante da ONU em sua missão ao Brasil, sendo os movimentos pela terra

e por moradia dois dos principais alvos desse tipo de perseguição. Um caso bastante emblemático nesse sentido levado a ela foi o do coordenador da Central de Movimentos Populares (CMP) e do Movimento de Moradia do Centro (MMC) de São Paulo, que concorreu à presidência do PT nas últimas eleições internas do partido, Luiz Gonzaga da Silva, o Gegê. Acusado de ter acobertado a fuga de responsáveis por um homicídio ocorrido em agosto de 2002, numa ocupação na avenida Presidente Wilson, na Zona Leste de São Paulo, Gegê passou 51 dias na prisão no começo do ano passado.

Em maio deste ano, foi expedido um novo mandado de prisão preventiva e desde então ele não foi mais localizado pela polícia. Tanto ele quanto uma série de testemunhas que estavam no acampamento negam o fato. "Ele está sendo perseguido politicamente por lutar pelo povo oprimido, por lutar para que todos tenham uma vida digna. Estou nessa luta porque acredito na inocência dele. Ser pobre e ser negro é sinônimo de ser condenado nesse país. Ele não tem mais liberdade para estar junto ao seu povo", denuncia Neuma da Silva de Oliveira, companheira dele e integrante do Comitê pela Liberdade do Gegê e contra a Criminalização dos Movimentos Sociais.

A realidade das rádios comunitárias no Brasil, constantemente invadidas pela polícia e com seus equipamentos apreendidos, também foi denunciada à Hina Jilani. As pessoas ligadas a essas rádios sofrem intimidações cotidianas para que não voltem a funcionar e vários de seus dirigentes estão sendo processados. "Algumas já chegaram a ser fechadas 19 vezes. Esses comunicadores, que praticam a ação social de informar essas comunidades, defendendo o direito de viver em liberdade, o direito à comunicação, e na defesa dos direitos humanos dos moradores das comunidades, são coagidos. No Rio de Janeiro, há inclusive uma tentativa de ligá-los ao tráfico de drogas", afirma Regina Lúcia de Santos, do Movimento Negro Unificado (MNU). "A comunicação é tão cara à população da periferia e essas rádios têm o papel de manter a população mobilizada", defende.

"Apenas através da legislação e de um quadro jurídico apropriado se pode evitar que os defensores de direitos humanos se tornem dependentes exclusivamente da boa vontade do governo. É preciso que os Estados adotem legislação que force os governos a garantirem os direitos das organizações, para que elas trabalhem com segurança e independência", acredita a representante da ONU.

"Apenas através da legislação e de um quadro jurídico apropriado se pode evitar que os defensores de direitos humanos se tornem dependentes exclusivamente da boa vontade do governo. É preciso que os Estados adotem legislação que force os governos a garantirem os direitos das organizações, para que elas trabalhem com segurança e independência", acredita a representante da ONU. Apesar de destacar como positiva a criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e a recuperação do status de ministério da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), ela afirmou que ainda há uma grande lacuna entre as políticas de defesa dos direitos humanos existentes e a implementação delas.

51 casos emblemáticos

O assassinato a facadas do presidente da Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis (AAGLT) em sua própria casa; ameaças e perseguições a uma vereadora de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, após visita à penitenciária do município; o homicídio do juiz integrante de missão especial do governo federal para investigar o crime organizado no Espírito Santo; ameaças de morte a lideranças do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), por denunciarem irregularidades na construção da Hidrelétrica de Candonga, em Minas Gerais. O ataque aos povos e lideranças indígenas que vivem no território Raposa Serra do Sol, em Roraima, em que cerca de 150 homens encapuzados e armados com revólveres, espingardas, facões e pedaços de pau invadiram e atearam fogo ao Centro de Formação e Cultura no meio da madrugada.

Esses são apenas alguns dos 51 casos emblemáticos de ameaças, perseguições, criminalização e assassinatos em 17 Estados brasileiros relatados em um dos dossiês entregues à representante da ONU para os Defensores dos Direitos Humanos em sua missão ao país. É o relatório "Na Linha de Frente: Defensores de Direitos Humanos no Brasil, 2002-2005", elaborado pelas organizações não governamentais Justiça Global e Terra de Direitos. De acordo com o dossiê, a morosidade do governo para tratar de tais casos e a



impunidade em relação às ameaças, intimidações e outros crimes são marcantes no país, principalmente no meio rural, o que perpetua estes abusos e facilita sua repetição. Além disso, não é oferecida estrutura de segurança adequada para os defensores, muitas vezes por falta de vontade política.

“Parcela considerável dos defensores que se envolvem na defesa desses direitos, em particular os que sofrem diretamente com a negação dos direitos, são vítimas de outros tipos de violação, o que implica em dupla vitimização”, ressalta o documento. Por mais que não haja nenhum impedimento formal no país em relação à atividade desses defensores, são vários os mecanismos utilizados para enfraquecer ou impedir suas ações, principalmente por parte dos governos estaduais e pelo poder judiciário.

Para Hina Jilani, os “atos ou omissões por parte de governantes criaram o ambiente onde movimentos sociais ou líderes desses movimentos se sentem vulneráveis e expostos a riscos”. Segundo ela, por um lado, os atos de resistência a essas violações de direitos humanos são dominados por força de agentes governamentais e, por outro lado, os governos têm falhado no dever de defender a vida e a segurança de seus cidadãos contra agentes não governamentais que atentem contra esses direitos. Essas falhas, conclui, colocam esses defensores em risco e tornam a defesa dos direitos humanos uma atividade perigosa. “Os direitos humanos não sobreviverão se os defensores de direitos humanos não sobreviverem”, resume Hina Jilani.

*Com informações da Agência Brasil

VII

Retrocessos na democratização do centro de São Paulo

1. Contextualização dos retrocessos na democratização

Os centros históricos, em geral, cumprem o papel de se constituírem nas regiões mais acessíveis e mais democráticas do ambiente urbano, além de representar a imagem simbólica da cidade para todos os que nela moram. O centro de São Paulo, no entanto, nunca foi plenamente democrático, apesar da popularização da região nas últimas décadas¹.

O centro possui condições para que todos se sintam mais cidadãos em São Paulo. É o local mais marcado pela identidade e pela história da cidade. Como já mencionado, é também um espaço rico em equipamentos públicos, áreas livres e de uso prioritário pelos pedestres, como praças, parques, calçadas e calçadões. É também no centro que se encontra a maior concentração de oferta de empregos da cidade (cerca de 600 mil postos), bem como de infra-estrutura e serviços urbanos como transporte, telefonia, energia, iluminação, pavimentação etc.

Assim, a democratização e livre acessibilidade dos espaços do centro das cidades está relacionada ao grau de democratização da própria sociedade na qual estão inseridas.

Com raras exceções, os governos não têm contribuído, nos últimos anos, para a consolidação e ampliação do acesso, da livre circulação, da participação e da democratização do centro. Ao contrário, temos assistido a um grande retrocesso neste sentido, de modo muito mais intenso e sistemático nos últimos meses.

Outro aspecto importante relacionado ao processo de democratização da sociedade, da cidade e da região central refere-se ao respeito e à valorização das instâncias e dos mecanismos de participação e controle social legalmente instituídos – conhecidos também como mecanismos de democracia participativa direta – que têm importantes finalidades na constituição do sistema democrático de direito, devendo ser respeitados e valorizados, tanto quanto com relação aos mecanismos da democracia representativa.

Utilizamos neste documento a expressão *democratização* a partir de duas dimensões de maior interesse nas constatações efetuadas por todos os fatos ocorridos e em curso e devidamente documentados neste dossiê:

¹ Como mostram estudos sobre o tema, realizados por urbanistas e pesquisadores. Por exemplo: SUTTI, W., TEIXEIRA, A .C. & CYMBALISTA, R. Comarú. *Conflitos em torno da moradia no centro de São Paulo*. Projeto Mapas – Monitoramento Ativo da Participação da Sociedade. Rio de Janeiro: Ibase, F. Ford e Action Aid, 2005.

² Fonte: www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u117562.shtml (Folha on Line, 23/01/2006)

- Democratização enquanto livre acesso de todos os cidadãos e cidadãs a espaços públicos, praças, parques, calçadas e calçadões. Refere-se ao direito ao ir, vir e permanecer, direito à mobilidade e acessibilidade universal, direito à cidade, livre de empecilhos, barreiras físicas ou constrangimentos morais ou psicológicos.
- Democratização enquanto participação efetiva da população na formulação, na implementação, no monitoramento e na avaliação de políticas e programas públicos, previstos pela legislação federal, estadual e municipal, em instâncias e mecanismos como conselhos, conferências, congressos, audiências públicas, plebiscitos, consultas populares, conforme a temática (moradia, assistência social, desenvolvimento econômico e social e políticas e projetos urbanos etc.).

Com esta ênfase, a cidade de São Paulo tem assistido a graves retrocessos em relação ao que deveria constituir-se num processo de ampliação e radicalização da democratização do seu centro. Este quadro piorou desde 2005, com ações e iniciativas que implicaram direta ou indiretamente a redução das possibilidades de democratização.

2. Retrocessos na democratização, do ponto de vista do uso e do acesso aos espaços públicos e equipamentos no centro de São Paulo

Com relação à criação de impedimento, obstáculos e constrangimentos à democratização dos espaços públicos, ao livre acesso e à circulação dos pedestres na região central da cidade, constata-se uma série de fatos.

2.1. Fatos

Restrições aos pedestres e incentivo ao uso de automóveis nos calçadões do centro

As medidas de fechamento dos calçadões para os pedestres e abertura dos mesmos para os automóveis constitui retrocesso urbanístico, ambiental e também do ponto de vista da cidadania, por diversas razões.

Estão sofrendo intervenções, neste sentido, os calçadões da rua Dom José de Barros e parte da 24 de Maio. Em matéria de janeiro de 2006 a Folha de São Paulo mostrava que havia previsão para liberação parcial ou plena para o tráfego de veículos nas ruas Libero Badaró, na região do Vale do Anhangabaú, na altura da avenida São João e na Rua 24 de Maio, entre a Avenida Ipiranga e a Rua Dom José de Barros. A prefeitura prevê também a abertura dos calçadões das Ruas Quinze de Novembro e Barão de Itapetininga, no trecho da Avenida São João. Na região da Sé, a praça da rua do Carmo e a Rua Silveira Martins também ganharão tráfego normal de veículos. Antes da implantação deste projeto, trafegavam nos calçadões apenas veículos como carros de polícia, carros-fortes e caminhões de coleta de lixo².



Carros estacionados diante do prédio da CET (acima) e na Praça Patriarca (abaixo) | 2005
fotos: Thiago Benicchio





Abertura dos calçadões das ruas 24 de Maio X D. José Gaspar para carros | 2005
fotos: Thiago Benicchio

página ao lado: Risco de atropelamento com a abertura da Rua 7 de Abril | 2006
foto: Henrique Parra





³ Organização Mundial da Saúde (Europa). *Os fatos concretos: os determinantes sociais da saúde*. Estratégia Saúde para todos em Europa. Rede Italiana de Cidades Saudáveis 2000. (Título traduzido do original em italiano).

⁴ Ministério das Cidades. *Política Nacional de Desenvolvimento Urbano*. Cadernos do Ministério das Cidades. Brasília: Governo Federal, 2004.

⁵ De: www2.sof.org.br/marcha/arquivos/docs/comissaoDefesaCIM.doc.

A medida contraria todas as recomendações e tendências internacionais referentes a melhoria da qualidade do ar, diminuição da poluição sonora, diminuição de acidentes, agravos à saúde e economia de combustíveis. A título de exemplo, documento da Organização Mundial da Saúde³ (OMS) recomenda para as cidades européias o desincentivo ao uso do automóvel. Pelo contrário, incentiva-se o uso dos transportes públicos e soluções não-poluentes como caminhar e uso de bicicleta. O uso destas soluções, em detrimento do uso do automóvel, segundo evidências relatadas pela OMS, promove a saúde por quatro modos: 1) diminuição da poluição atmosférica, com conseqüente impacto positivo em relação a doenças e mortes ligadas ao aparelho respiratório; 2) prevenção de acidentes causados por e/ou que envolvem os automóveis (responsáveis por mais de 33 mil mortes e 400 mil feridos por ano no Brasil⁴); 3) estímulo à pratica de atividade física e ao combate ao sedentarismo e isolamento nos veículos individuais, relacionados às doenças cardiovasculares; 4) aumento da interação social, com resultados psicológicos e sociais positivos – o isolamento social e a falta de interação na comunidade são fortemente associados a piores condições de saúde segundo a OMS.

Fechamento e gradeamento de espaços públicos como a Praça da República

Desde o tempo das cidades gregas, a praça é por excelência o espaço para o encontro com o público e com o outro – o espaço da democracia e da cidadania.

O fechamento de espaços públicos, por meio de grades, correntes, portões e outros expedientes, tem sido utilizado em São Paulo com respaldo em argumentos de “ordem, limpeza e segurança”.

Do ponto de vista urbanístico, ambiental e social, a cidade inteira perde com o fechamento ou a restrição física desses espaços, principalmente considerando que o município de São Paulo conta com reduzida proporção de áreas verdes, áreas de lazer com acesso público e gratuito e espaços livres. A criação de políticas e programas de promoção e inclusão social, sensibilização pública e educação ambiental e urbana certamente é um caminho mais adequado, efetivo e sustentável do que o simples fechamento e a restrição de uso dos espaços públicos.

Em São Paulo, a tendência para um processo de privatização do uso dos espaços públicos já é percebida de longa data. A praça da República foi a primeira onde isso ocorreu no primeiro semestre de 2005. Outras praças já têm sofrido com intervenções do poder público municipal, como a praça Roosevelt (item seguinte).

Retirada de instituições e entidades que prestam serviços de interesse público e social, como o CIM - Centro de Informação da Mulher, na Praça Roosevelt

O CIM - Centro Informação da Mulher⁵, entidade feminista, organização civil do movimento de mulheres, declarada de utilidade publica municipal e

estadual, surgiu em 1979 e se constituiu juridicamente em 1981. Foi criado para responder a uma demanda histórica das mulheres: construção da memória e instrumento de luta contra a violência e a dominação-exploração das mulheres pela sociedade patriarcal. O CIM abriga o maior acervo da América Latina na área, sendo formado por 10.000 livros, 500 títulos de periódicos nacionais e internacionais, 1.500 cartazes, 90 vídeos, 200 títulos de áudio que contam a história das mulheres ao longo do tempo e principalmente das últimas décadas. Além de manter uma biblioteca para consulta e pesquisa da população em geral, atende a pesquisadores das universidades do país e internacionais.

O CIM desenvolve projetos permanentes de informação e encaminhamento de mulheres em situação de violência. Realiza projetos de prevenção DST/Aids, patrocinados pela Secretaria Estadual da Saúde/Coordenação Estadual e pelo Ministério da Saúde, tendo como públicos-alvo profissionais do sexo, transgênicas e transexuais da região central. Oferece oficinas de resgate e construção da memória das mulheres, além da aprendizagem e da reciclagem/confecção de papel artístico. Está em processo de implantação um projeto de geração de renda com mulheres do movimento de moradia do centro, com vistas à formação de cooperativa de criação de objetos de arte em papel para comercialização.

Por estar localizado em área central, o CIM tem sido um espaço solidário para encontros e reuniões de grupos e entidades que precisam aglutinar pessoas das várias regiões e periferias de São Paulo para o desenvolvimento de seus trabalhos. Ocorrem ali as reuniões do Comitê Estadual da Marcha Mundial das Mulheres, que, entre outras atividades, organiza as comemorações e lutas do dia 8 de março, em parceria com mais de sessenta entidades do movimento de mulheres.

O CIM é também o local de reuniões, ensaios e criação dos espetáculos do grupo Mal-Amadas, companhia de teatro formada em 1992, por mulheres que viveram situação de violência doméstica. Premiada, o grupo desenvolve projetos de formação para jovens e adolescentes e de preservação e valorização da região central.

Em 1991, através do decreto municipal n. 29.946, de 25-07-91, o CIM recebeu permissão de uso de um salão na Rua da Consolação, 605, ao lado da igreja da Consolação. Durante estes anos permaneceu no local. Segundo o contrato, a prefeitura é responsável pela manutenção do espaço externo e o CIM, pelo espaço interno. No entanto, a parte superior externa se deteriorou, sem que reparos fossem realizados, provocando infiltrações no interior do espaço, colocando em risco os documentos e livros, que foram protegidos devidamente.

O local não oferece riscos para o público, mas carece de reformas externas para que internamente receba reparos em nome da preservação do acervo e do aproveitamento do espaço. Há dois anos, o CIM tem passado por vistorias permanentes, sem quaisquer esclarecimentos dos objetivos. Durante essas vistorias, o espaço é fotografado, medido e invadido sem autorização, causando constrangimento aos integrantes do CIM.

Na parte externa e superior ao teto do CIM, foi criado um espaço para cães, que fazem suas necessidades neste “cachorródromo”. Através das infiltrações, os dejetos animais chegam ao interior do CIM. No início de fevereiro um funcionário



Gradeamento da Praça da República | 2006
fotos: Henrique Parra





As grades não resolvem o problema da desigualdade social
foto: arquivo Rede Rua





BIBLIOTECA MIRIAM BOTTASSI
1947 - 2000
BIBLIOTECÁRIA
FEMINISTA * FUNDADORA DO CIM

CIM - Centro de Informação da Mulher, ameaçado de despejo | 2006
foto: CMI São Paulo

da subprefeitura, sem identificação oficial, esteve no CIM e aventou a possibilidade de saída da entidade dentro de 25 dias, para reforma. O funcionário não deixou telefone ou referências, informando que voltaria a se comunicar.

Em outra ocasião, uma assistente social que esteve no local ignorava que o CIM é uma ONG, além de não estar a par da reforma da praça. Ela deixou recado exigindo horário de funcionamento e mudanças para o local “ficar mais apresentável”. São variadas as formas de constrangimento e violência que se evidenciam nesta campanha da Prefeitura de São Paulo, atingindo principalmente a região central.

Operação Limpa no Bairro da Luz

Anunciada com uma das primeiras e “extremamente enérgicas” medidas do governo municipal no início de 2005, a Operação Limpa representou uma das intervenções mais simbólicas relativamente ao ideário de requalificação do centro de São Paulo da atual administração, iniciada com o prefeito José Serra. Sob a alegação da existência de comércio e consumo de drogas ilegais e de degradação na região do distrito da Luz, teve início uma série de ações comandadas pela Polícia Militar e pela Guarda Civil Metropolitana, que resultaram na autuação e repressão de centenas de pessoas, na prisão de outras dezenas e no fechamento de hotéis e outros estabelecimentos.

Registra-se aqui que se tornou extremamente difícil e complexo acompanhar o que efetivamente aconteceu e quais os planos da prefeitura, uma vez que, fechados os canais de participação, diversas entidades e instituições não mais participaram da discussão ou não eram informadas sobre as ações de interesse público. As notícias chegam invariavelmente por meio dos jornais ou de pessoas e grupos que, como testemunhas, relatam o ocorrido a entidades e membros do FCV.

As ações tiveram diversas conseqüências. Crianças, adolescentes e adultos (todos pobres, excluídos e assistidos por programas de inclusão social que freqüentavam a região) mudaram de endereço. Passaram a procurar outras ruas, praças e mocós nas redondezas, como registrado por diversos educadores de rua, organizações não-governamentais e jornais.

A prefeitura, por sua vez, anunciou a realização de diversos contatos com empresários visando estimular o investimento e a valorização imobiliária na região. Decretou de utilidade pública uma área de aproximadamente 105 mil metros quadrados (cerca de dez quadras). Segundo o *Diário Oficial do Município*, a medida seria necessária para a realização de um “plano de urbanização”⁶.

Foram anunciados também incentivos fiscais e tributários diversos aos empresários e investidores interessados, como desconto de 50% no Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e de até 60% no Imposto sobre Serviços (ISS), por um período de cinco anos.

Mesmo levando em consideração a real existência de atos ilícitos e contravenções – como venda e consumo de drogas – na região da Luz e a necessidade de atuação do poder público, a Operação Limpa está marcada por uma série de



Operação Limpa no bairro da Luz, Rua Amaral Gurgel: moradores de rua buscam outro lugar para dormir | 2005
fotos: arquivo Rede Rua



características muito negativas tanto do ponto de vista do respeito aos direitos como do ponto de vista social. A população mais vulnerável e pobre é a mais afetada. As crianças e os adolescentes reprimidos e expulsos da Luz foram para outras localidades da região, como a Praça da Sé e o Vale do Anhangabaú – conforme observado pelos educadores de rua e registrado pela imprensa. Do ponto de vista social, as causas ou as raízes dos problemas estão ainda longe de ser atingidas. O mesmo ocorre com relação à população adulta em situação de rua.

Além disso, inúmeras experiências nacionais e internacionais⁷ mostram como os projetos de revitalização ou requalificação urbana com ênfase na valorização e renovação urbano-imobiliária têm expulsado a população mais vulnerável por meio do processo de substituição de classes sociais – a chamada *gentrificação*, que agrava os problemas sociais, urbanos e ambientais no médio e longo prazo.

Operação Limpa no Bairro do Glicério

Concebidas nos mesmos moldes da Operação Limpa da Região Luz, diversas ações de repressão na região do Glicério têm resultado na expulsão dos mais pobres. Neste processo, os catadores de materiais recicláveis e a população de rua têm sido sistematicamente ameaçados. Além da população mais vulnerável, também entidades, instituições, profissionais e projetos dedicados a um trabalho de grande valor social têm sido ameaçados de expulsão e desalojamento, como o Minha Rua Minha Casa e a Cooperativa Recifram.

Nestas operações, foi registrada uma atuação em que a Guarda Civil Metropolitana exacerbou suas funções, atingindo com violência, expulsando as pessoas dos viadutos e recolhendo os seus pertences. Não foram oferecidas alternativas dignas para um processo de inclusão social baseado nos direitos humanos, como o direito à moradia, à dignidade e à cidade.

Construção da rampa antipopulação de rua na Av. Paulista x Av. Dr. Arnaldo

No meio de muita polêmica, que a mídia acompanhou, marcada por protestos e críticas por parte de entidades que atuam com direitos humanos, urbanistas, advogados e sociólogos, as obras foram momentaneamente paralisadas, mas a prefeitura acabou construindo as rampas antimoradores de rua na região da Av. Paulista. Formadas por material áspero, elas visam impedir a presença de pessoas nas laterais das passagens⁸.

Como outras ações da prefeitura, esta sequer passa perto das causas dos problemas, procurando soluções simplistas, que desconsideram a realidade das pessoas da cidade. A população que freqüentava o local e nele residia (por ausência de alternativas de moradia e de políticas públicas sociais) foi obrigada a deslocar-se para outros viadutos próximos da região, porém mais distantes do cartão-postal da cidade. Crianças, adolescentes e adultos foram sistematicamente autuados pela Guarda Civil Metropolitana e pela Polícia Militar, recolhendo-se os seus poucos bens⁹ essenciais à sobrevivência (colchões, cobertores, painéis, entre outros).

⁷ SANTOS, A. L. T. et al. (orgs.) *Laboratório de projeto integrado e participativo para requalificação de cortiço*. São Paulo: FAU-USP, 2002.

MARICATO, E. T. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. São Paulo: Vozes, 2001.

BARROS, F. T. *Limites à produção da moradia social no centro de São Paulo*. Relatório final de pesquisa de iniciação científica. Pibic – CNPq. São Paulo, 2003.

ARANTES, O., MARICATO, E. & VAINER, C. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. São Paulo: Vozes, 2000.

FIX, Mariana. *Parceiros da exclusão – duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada*. São Paulo: Boitempo, 2001.

⁸ *Jornal Folha de S. Paulo*, C1, 30/11/2005.

⁹ *Jornal Diário de São Paulo*.



Operação Limpa no Glicério: prefeitura recolhe todo material que catadores e catadoras haviam coletado | 2006
foto: arquivo Rede Rua

Catador do Recifran - Serviço Franciscano de Apoio à Reciclagem observa papel coletado queimado | 2006
foto: arquivo Rede Rua





Limpeza social: após retirada do material de trabalho de catadores, jato d'água | 2006
foto: arquivo Rede Rua

Direitos violados

São vários os direitos violados nestas ações do poder público. Relacionamos a seguir os que mais chamam a atenção.

Violação do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, da Constituição Federal): Atuação repressiva do poder público, que deveria garantir a segurança e as condições essenciais de sobrevivência da população vulnerável.

Violação do direito à cidade sustentável (art. 2º, inciso I, do Estatuto da Cidade, Lei Federal n. 10.257): Negação do direito à terra urbana, à moradia, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer previsto, bem como do acesso a programas e projetos de inclusão social e habitacional.

Violação ao direito à moradia adequada (art. 6º da Constituição Federal): Não-atendimento da população de baixa e baixíssima renda por programas de habitação de interesse social, durante os processos de intervenção urbana. Em muitos casos as ações vitimaram as crianças (contrariando o Estatuto da Criança e do Adolescente) e idosos (contrariando o Estatuto do Idoso).

Violação do Direito à Igualdade e não-discriminação (art. 5º, “caput”, da Constituição Federal): Discriminação da população de baixa renda – neste caso, os moradores de rua – mediante a repressão e expulsão forçada dos locais onde se abrigam.

Violação do direito de liberdade de ir e vir (artigo 5º da Constituição Federal): Restrição de circulação e permanência das crianças, dos adolescentes e moradores de rua na região central da cidade de São Paulo, praticada principalmente por policiais da Guarda Civil Metropolitana.

2.2. Propostas e recomendações

- Manutenção e melhoria da qualidade de acessibilidade dos atuais calçadões.
- Estudos para ampliação dos calçadões para uso dos pedestres.
- Implementação de ciclovias, sempre que isso for viável nas vias da região – articuladas com projetos de ciclovias para toda a cidade.
- Ampliação das possibilidades de acesso e uso do transporte público e coletivo pela população, desestimulando o uso do automóvel.
- Instituição de políticas e programas de promoção e inclusão social, sensibilização pública e educação ambiental e urbana.
- Manutenção e apoio a entidades e instituições que contribuem na organização, articulação e prestam serviços sociais essenciais voltados

para a população vulnerável e segmentos historicamente marginalizados (moradores dos cortiços, população de rua, crianças e adolescentes em situação de rua, catadores de materiais recicláveis, trabalhadores ambulantes, mulheres, deficientes físicos, afrodescendentes, profissionais do sexo, GLBT).

- Formulação e implementação de políticas e programas públicos de inclusão social, com provisão de habitação social e geração de trabalho e renda para a população de baixa renda na região central da cidade e educação para a cidadania como base para prevenção de problemas de segurança e violência.
- Abertura das praças e qualificação dos espaços públicos em geral, com a retirada imediata dos obstáculos físicos, bem como suspensão da repressão policial aos segmentos mais pobres da população.
- Ampliação e qualificação dos programas de promoção social, cultura popular e serviços de saúde voltados para os segmentos mais vulneráveis.
- Retomada dos Programas de Reabilitação Integrada do Habitat (PRIHs) nos perímetros da Luz e do Glicério, a serem implementados de forma participativa e com o objetivo de promover a inclusão social e habitacional da população mais empobrecida, em consonância com o processo de recuperação e reabilitação física dos imóveis e espaços públicos. Os PRIHs são definidos como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) no Plano Diretor Estratégico de São Paulo. A população atualmente excluída de adequadas condições habitacionais deveria ser incluída em projetos de habitação social na própria região, como recomenda a Lei Municipal e o Programa Morar no Centro, parte integrante do financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

3. Retrocessos na democratização, do ponto de vista da participação e controle social

“Toda pessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos” (art. XXI, parágrafo 1º, da Declaração Universal dos Direitos Humanos).

3.1. Fatos

Interrupção da participação na Coordenação Provisória Ação Centro e no Fórum de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro de São Paulo

Desde janeiro de 2005, a participação e o controle social de políticas públicas tem sido impedida pela interrupção do funcionamento prático de instâncias e mecanismos de interlocução da população. Por exemplo, na formulação e no monitoramento do Programa Ação Centro, instituído na Gestão Marta Suplicy que conta com um financiamento internacional do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) da ordem de US\$ 100 milhões.

A Coordenação Provisória da Ação Centro e o Fórum de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro, ambos no âmbito dos mecanismos de participação e controle social do Programa de Ação Centro, não tiveram suas reuniões convocadas desde janeiro de 2005. Participavam da Coordenação Provisória da Ação Centro 6 (seis) representantes titulares e seis suplentes de entidades da sociedade civil (entre os quais o Fórum Centro Vivo, a Associação Viva o Centro, a União de Mulheres de São Paulo e o Secovi) além de seis representantes titulares e seis suplentes de diferentes secretarias e órgãos do governo municipal (tais como Secretaria de Habitação, EMURB, etc.). Do Fórum de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro participavam muitas dezenas de entidades, instituições representativas dos mais amplos setores presentes na região central da cidade.

Interrupção da implantação do Conselho de Representantes junto às subprefeituras da cidade de São Paulo

A história do Conselho de Representantes ocupa espaço importante nas lutas travadas pela sociedade para participar de forma democrática da gestão da cidade.

Dessa história fazem parte entidades da sociedade civil organizada e indivíduos que, preocupados em ampliar seus espaços de participação democrática nas decisões sobre as políticas públicas e no controle social sobre as diferentes ações do governo municipal, vêm lutando desde 1990 para ver o Conselho de Representantes sair do papel e se tornar um verdadeiro espaço de exercício da democracia participativa.

Para entender melhor essa história, é importante lembrar que a Lei Orgânica do Município de 1990 (Constituição Municipal) assegurava a descentralização do governo municipal em subprefeituras e a participação cidadã nas decisões do governo através da implantação dos Conselhos de Representantes.

Apesar de existir legalmente a possibilidade de descentralizar a administração e criar os conselhos, até 1999 os quatro projetos de lei que tramitaram na Câmara Municipal de São Paulo propondo a criação dos Conselhos de Representantes tiveram pouca ou nenhuma divulgação e foram arquivados. Entre 1993 e 2000, a cidade de São Paulo foi administrada por governos sem nenhum interesse em ampliar os espaços de participação popular.

No ano 2000, centenas de entidades governamentais e não-governamentais, sob coordenação do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), elaboraram pré-projetos de leis propondo a criação das subprefeituras e dos Conselhos de Representantes na cidade de São Paulo, entregues à prefeita Marta Suplicy e à Câmara Municipal de São Paulo, respectivamente, em janeiro de 2001.

As 31 subprefeituras foram aprovadas e sancionadas em junho de 2002 pela Câmara Municipal. Uma intensa mobilização foi iniciada para colocar em pauta o projeto de lei 01/01, de autoria da mesa diretora, que tratava da criação e instalação dos Conselhos de Representantes, conforme disposto nos artigos 54 e 55 da Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Entre dezembro de 2002 e março de 2003, foram criados o Movimento pela Aprovação dos Conselhos e o Comitê Pró-Aprovação dos Conselhos, para pressionar os vereadores a votar e aprovar o projeto de lei.

O trabalho de corpo-a-corpo e a pressão realizada pelas entidades foram fundamentais para que, após meses de debates e audiências públicas, a Câmara Municipal de São Paulo aprovasse o substitutivo ao projeto de lei 01/01, em julho de 2004. A sanção da prefeita Marta Suplicy, em 30 de Julho de 2004, resultou na lei n. 13881/04, que dispõe sobre a criação dos Conselhos de Representantes junto às subprefeituras da cidade de São Paulo.

A partir daí, as entidades passaram a trabalhar junto às comunidades das subprefeituras para o processo de implantação dos Conselhos de Representantes dentro do cronograma previamente estabelecido.

No dia 15 de janeiro de 2005, em um processo democrático, transparente e ético, com a participação dos subprefeitos, constituíram-se as 31 comissões eleitorais que seriam encarregadas de realizar o processo eleitoral.

Em 20 de janeiro, quando a população já se preparava para a eleição dos membros dos Conselhos, convocada para o mês de abril, o Ministério Público Estadual solicitou e obteve no Tribunal de Justiça do Estado uma decisão liminar, suspendendo o processo eleitoral.

Sobre esse atentado à democracia, o jurista Dalmo Dallari escreveu texto do qual extraímos o parágrafo a seguir:

“São surpreendentes a proposta e a decisão, sobretudo porque o exame do pedido e de seu embasamento jurídico, bem como a fundamentação da concessão da liminar, demonstram que houve evidente equívoco, por desconhecimento ou incompreensão dessa nova e democratizante inovação constitucional, que é a exigência da prática de democracia direta ao lado da representativa. Com efeito, para obstar a eleição tomou-se por base um dispositivo constitucional que dá ao chefe do Executivo a iniciativa exclusiva de projetos de lei criando órgãos, cargos e funções na administração pública. Ora, o Conselho de Representantes não é órgão da administração e os seus membros não ocupam cargo ou função pública, no sentido técnico da expressão. A própria lei criadora desse instrumento de democracia direta deixa isso bem claro quando, no artigo 1º, define o Conselho de Representantes como ‘organismo autônomo da sociedade civil’. É o povo organizado, fora do aparelho do Estado, que manifesta sua vontade, influi sobre as decisões políticas e exerce controle, atuando junto às instituições formais de governo e administração. É inconstitucional impedir o povo de exercer esse direito.”

A interrupção do Orçamento Participativo e da implantação do Conselho de Representantes constitui, portanto, forte violação dos direitos democráticos de participação cidadã no seu legítimo direito de participar de forma ativa, e não passiva, dos destinos de sua cidade.

Cabe aqui a pergunta: quais são as justificativas para as ações antidemocráticas de nossos governantes?

- Medo de abrir as contas públicas e de que estas sejam acompanhadas

pelas pessoas, que também são contribuintes, que pagam impostos e que, portanto, têm todo o legítimo direito de saber o que se faz com o dinheiro que o poder público arrecada? Este dinheiro sustenta mesmo a própria administração pública.

- Medo de descobrir que as demandas da população talvez estejam mais em sintonia com suas aspirações do que com os chamados “programas de governo”?
- Medo de que a população descubra que a administração pública não é tão eficiente na gestão dos recursos públicos, nem eficaz para atingir as metas prometidas?
- Medo de compartilhar com a sociedade organizada a gestão da cidade?
- Medo de avançar na democracia? Medo de uma democracia mais participativa?

Interrupção da Gestão Orçamentária Participativa

A interrupção da Gestão Orçamentária Participativa, na forma do conhecido Orçamento Participativo implantado na gestão anterior, merece destaque por ser um retrocesso no que se refere à democratização da participação popular na gestão pública, não apenas da região central da cidade, mas em todo o município de São Paulo.

Apesar das eventuais críticas ao processo de funcionamento do orçamento participativo nos anos anteriores, entende-se que o papel do governo municipal é sempre o de aperfeiçoar os mecanismos democráticos já instituídos e nunca o de simplesmente eliminá-los sem oferecer alternativas.

O orçamento participativo foi legalmente implantado na cidade de São Paulo através da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2001. Por ser uma lei com vigência anual, ele voltou a ser incluído na LDO dos anos 2002, 2003 e 2004.

A implementação do orçamento participativo atendia não apenas aos compromissos de campanha da gestão anterior, mas principalmente às demandas dos movimentos sociais e da sociedade civil por uma maior transparência na gestão municipal e pela vontade de sair do papel passivo para ser agente ativo na formulação das políticas públicas da cidade.

A importância do orçamento participativo, ao longo desse período, pode ser medida pelos números que apresentamos a seguir:

Ano	Número de participantes nas assembleias	Número de delegados eleitos
2001	34.000	1.076
2002	55.000	1.134
2003	80.000	2.131
2004	82.000	2.219

Fonte: PMSP

Tanto o número de participantes quanto o de delegados eleitos revelam um desempenho ascendente ao longo dos quatro anos, evidenciando o desejo de participação dos municípios e dos movimentos organizados da sociedade na tomada de decisões.

O orçamento participativo constituía-se, aos poucos, em um importante espaço de deliberação sobre o destino que deveria ser dado a parcelas importantes de recursos públicos. As propostas votadas e aprovadas democraticamente nos conselhos constituídos nas 31 subprefeituras eram encaminhadas, em um segundo momento, para a Coordenação dos Conselhos, que as incorporava na elaboração da proposta orçamentária do ano seguinte.

O acompanhamento das discussões sobre o destino dos recursos públicos possibilitou um crescimento da participação popular. Os participantes eram levados a negociar suas necessidades e priorizar suas demandas regionais. Os delegados passaram por programas de qualificação para entender o funcionamento do Orçamento Público, suas limitações e suas possibilidades.

A experiência do orçamento participativo na Cidade de São Paulo rendeu, em 2004, uma premiação internacional à Prefeitura de São Paulo, concedida pelo World Culture Open, sediado em Nova York, além da escolha deste município para ser uma das sedes permanentes do Observatório Local de Democracia Participativa, programa de cooperação internacional da União Européia.

Infelizmente, nada disso foi levado em consideração pela gestão atual do município (Serra-Kassab) que em 28 de junho de 2005, através do ofício ATL 125/05, vetou o projeto de lei 108/05, aprovado na Câmara Municipal de São Paulo em 17 de maio de 2005. Este projeto de lei procurava institucionalizar o Conselho do Orçamento Participativo.

As três fundamentações apresentadas pelo chefe do Poder Executivo Municipal para justificar o veto eram: inconstitucionalidade, ilegalidade e contrariedade ao interesse público.

Direitos violados

Constituição Federal de 1988 – “Constituição cidadã”

Ela praticamente impõe que a sociedade civil organizada, no exercício da cidadania responsável, seja convocada a participar das políticas públicas do país. Os fatos relacionados violam os seguintes artigos:

- Art. 1º, parágrafo único: “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos termos da Constituição”;
- Art. 29, inciso XIII: colaboração de associações representativas da coletividade no planejamento municipal;
- Art. 31, § 3º: colocação das contas dos municípios à disposição dos cidadãos, que poderão questionar sua legitimidade;

- Art. 37, § 3º: participação dos usuários dos serviços públicos na administração direta e indireta;
- Art. 58, inciso II: realização de audiências públicas das comissões do Legislativo com entidades da sociedade civil;
- Art. 194, parágrafo único, inciso VII: participação da comunidade na gestão administrativa das ações de seguridade social;
- Art. 198, inciso III: participação da comunidade nas ações e serviços públicos de saúde;
- Art. 205: colaboração da sociedade na promoção e no incentivo da educação, direito e dever de todos;
- Art. 216, § 1º: colaboração da comunidade com o poder público para a proteção do patrimônio cultural brasileiro;
- Art. 227, § 1º: participação das entidades não-governamentais nos programas de assistência integral à saúde das crianças e dos adolescentes;
- Art. 227, § 7º: participação popular, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações de assistência social, em todos os níveis (art. 204), bem como em defesa da criança e do adolescente.

Lei federal n. 10.257/2001 – Estatuto da Cidade

- Art. 2º, inciso II: prevê a gestão democrática da cidade, que implica a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, na execução e no acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. Esse artigo foi violado pela atual gestão municipal com a extinção do Conselho Executivo Provisório da Ação Centro, do Fórum de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro, do Fórum de Movimentos do Centro, do Orçamento Participativo e do Conselho de Representantes, sem qualquer tipo de consulta ou negociação de alternativas adequadas com a sociedade civil e seus representantes.
- Art. 4º, inciso III, alínea f: prevê a gestão orçamentária participativa, violada pela atual gestão municipal com a interrupção da implantação do Orçamento Participativo.

Lei municipal n. 13.430 – Lei do Plano Diretor Estratégico

A lei municipal n. 13.430, de 13 de setembro de 2002, é bastante clara em assegurar outras formas de participação nas discussões da política urbana da capital:

- Art. 279: É assegurada a participação da população em todas as fases do processo de gestão democrática da Política Urbana da Cidade mediante as seguintes instâncias de participação: VI - Conselhos reconhecidos pelo Poder Executivo Municipal; VII - Assembléias e reuniões de elaboração do Orçamento Municipal.

Uma rápida observação do que foi exposto permite concluir pela violação de direitos assegurados na Constituição Federal, no Estatuto das Cidades e na Lei do Plano Diretor.

3.2 Reivindicações e propostas

À Prefeitura Municipal de São Paulo

- Retomar e reativar imediatamente os canais de participação e os conselhos, como a Coordenação Provisória da Ação Centro e o Fórum de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro.
- Instalar o Conselho de Representantes.
- Retomar a participação da população na Gestão Orçamentária da cidade.
- Dotar os territórios de intervenção, delimitados pelas ZEIS 3 e denominados PRIHs, de características físicas, culturais e sociais que possibilitem o exercício do planejamento participativo, tornando-os bairros ou conjuntos de bairros onde os atores sociais possam ser identificados e mobilizados para assumir o processo de melhoria de vida e o seu empoderamento.
- Adotar maior transparência na gestão pública, propiciando acessibilidade total às informações públicas, de forma rápida, sem empecilhos nem dificuldades.
- Elaborar projeto de lei ou emenda com vistas a maior transparência na Execução Orçamentária, com abertura de todos os dados relativos a gastos em programas sociais em andamento.
- Democratizar as informações públicas.
- Incentivar a sociedade em geral, e os movimentos sociais em particular, a participar mais da Comissão de Legislação Participativa, na Câmara Municipal de São Paulo, mediante apresentação, por pessoas e entidades, de propostas que podem ser transformadas em projetos de lei e posteriormente em leis, propiciando avanços na construção da democracia.
- Elaborar projeto de lei regulamentando a utilização de mecanismos de participação popular, como referendos, plebiscitos e outros.
- Elaborar projeto de lei que acabe com os problemas gerados pela interrupção dos programas públicos criados ou iniciados em governos anteriores, que impeça a mudança dos nomes dos programas pelos sucessivos governos municipais e que reconheça que as leis aprovadas e os programas

implementados são públicos e pertencem à sociedade.

- Pautar o desenvolvimento não apenas pelo enfoque econômico, mas principalmente pelo enfoque social e humano.
- Incentivar as atividades de formação política, econômica e jurídica para os movimentos sociais e grupos organizados da sociedade civil.
- Destacar sempre a importância do Controle Social Público como forma de democratizar a participação na formulação de políticas públicas.

Ao Governo do Estado de São Paulo

- Implementação do Sistema Estadual das Cidades e do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social, que incluam os respectivos conselhos e fundos estaduais controlados e geridos com participação da população, aumentando a eficiência dos gastos e investimentos públicos e prevenindo desvios e casos de corrupção.

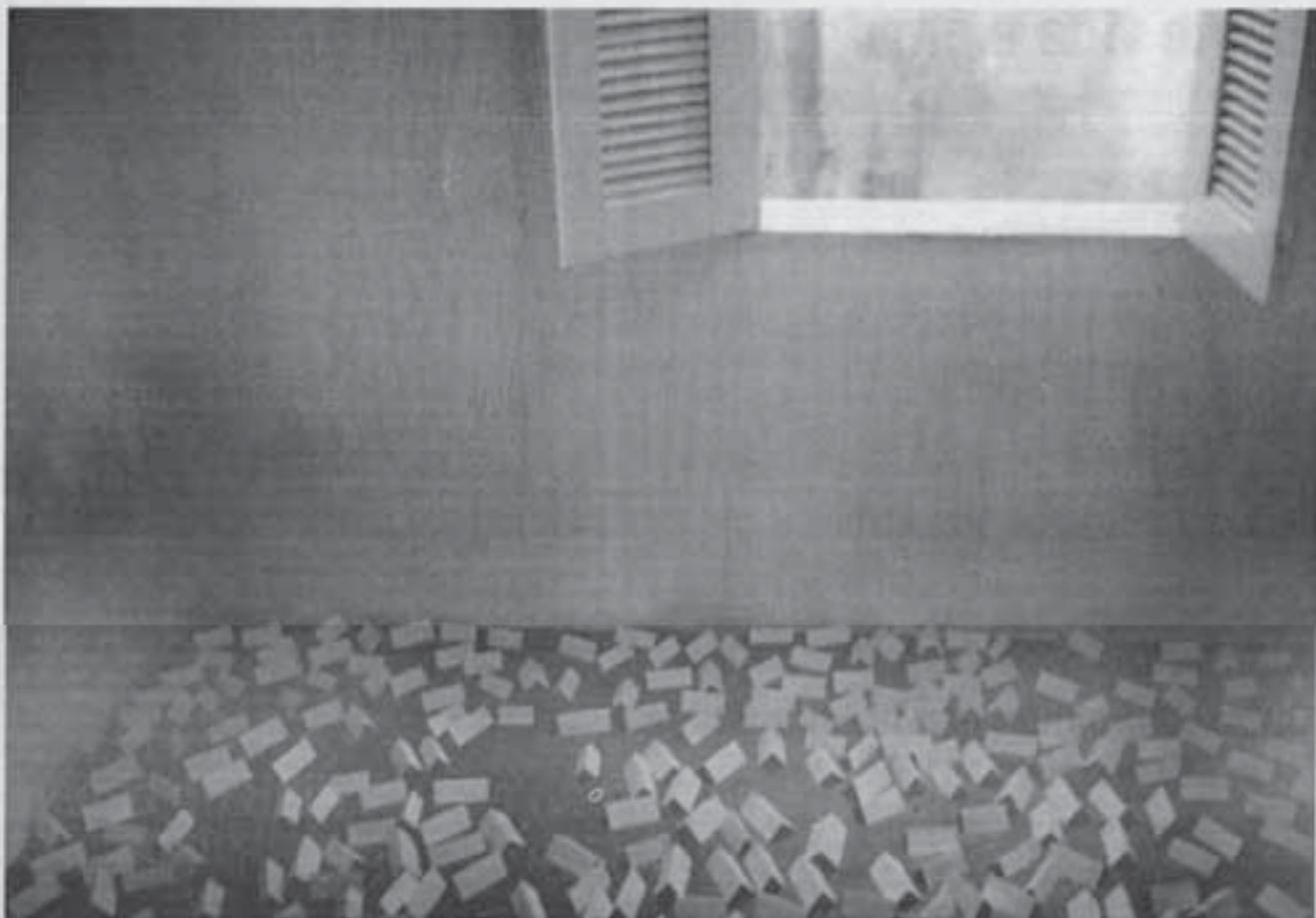
Ao Governo Federal

- Contribuir com sua parte no fortalecimento da democracia direta, instituindo conselhos e estimulando-os sempre que houver recursos federais envolvidos nos programas e projetos que tenham parte nos processos de requalificação urbana, tais como Programa Monumenta/BID do Ministério da Cultura e PAR/CEF – Programa de Arrendamento Residencial da Caixa Econômica Federal, entre outros.

4. Reportagens e matérias publicadas pelos veículos de comunicação

O INDEPENDENTE

Jornal do CMI Floripa | número cinco | novembro 2005



dobrus, vitor cesar, 2002

REFORMA URBANA

Enquanto as pessoas de movimentos sociais populares lutam por Reforma Urbana - que pode ser entendida como democratização social, a prefeitura de São Paulo vem promovendo uma série de intervenções em nome de uma suposta "revitalização" da região central da cidade. Financiadas com recursos do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, essas ações vêm expulsando moradores/ moradoras e trabalhadores/ trabalhadoras do centro. A reportagem "A quem interessam as intervenções urbanas", páginas 4 e 5, denuncia que o que está em jogo no projeto da prefeitura é uma recuperação da terra por parte dos ricos.



- crise em Brasília: existe vida além do governo :: pg 2
- em SC, guaranis exigem demarcação de terra :: pg 2
- a história de luta da Vila Santa Rosa :: pg 3
- limpeza social no centro de são paulo :: pg 4 e 5
- referendo das armas não toca a fundo o problema da violência :: pg 6
- em Florianópolis, poder judiciário e executivo atacam o passe livre :: pg 7
- Movimento Passe Livre se manifesta por todo o Brasil :: pg 7
- milhares protestam na Argentina contra a política excludente dos governos americanos :: pg 8
- no Haiti tropas lideradas pelo Brasil massacram população :: pg 8

Intervenções urbanas

graziela kunsch
ARQUITETA, ARQUITETAURBANA.COM.BR

de mídia independente e outras pessoas que são contrárias à forma como as intervenções no centro vêm sendo implementadas pela prefeitura, marcadas por exclusão social. O Fórum é aberto e pretende ser um espaço político comum, que fortaleça as lutas sociais e crie novas perspectivas de ação (e reação).



Escrache em Andrea Matarazzo

Com o chamado "Não está conseguindo viver no centro?" virou para o Morumbi, aqui é bem melhor", em 29 de outubro o Fórum Centro Vivo se dedicou ao Morumbi, um dos bairros mais ricos de São Paulo, onde reside Andrea Matarazzo. "Entendendo que não há alternativas para a multidão, sendo a luta, hoje nos colônias aqui, em frente à sua casa, quem sempre sempre canta, 'vamos te escorchar'", dita manifesto do Fórum, lido por um latador diante da moradia de Matarazzo, localizada na rua Santa Á. P. Perinó, no 50.



Escrache, do dicionário, significa desmoralizar, desmascarar, escalfar, escalfar. De fato, vestindo trajes de banho e munidos de bolas, guarda-sóis e lancheiras (ou "arroz"), as pessoas se aglomeram diante da casa de Andrea Matarazzo e ali penduram faixas como "Em breve aqui, Favela Matarazzo" e "Piscina do Anjozinho", em referência ao Piscinão de Ramos, no Rio de Janeiro, criado para expulсар os pobres das praias da zona sul. Além disso, os manifestantes colaram uma série de lâminas-lâminas na parede de sua casa, com fotos de obras do subprefeito, como já comentada "tempo antemurdo".

Para cada intervenção da prefeitura, uma intervenção da população. É bem possível que o próximo alvo de protesto (após a tortada e o escrache) seja o presidencial José Serra.

Abaixo, alguns trechos do texto "Os semi-teto/global: lugares em escala", do geógrafo Neil Smith, sobre a obra Homeless Vehicle (veículo da/ para moradores de rua), do artista Krzysztof Wodiczko. Em 06 de agosto de 1998, quando Wodiczko preparava o primeiro protótipo do Homeless Vehicle para exibição em uma galeria de arte central, a cidade de Nova Iorque presenciava seu maior conflito desde os anos 60: a falta de moradia e a gentrificação - a conversão dos anteriores bairros da classe trabalhadora em consumo de classe média e a despejo das então moradores - ambas determinadas pelo turismo policial que se deu no e ao redor do Tompkins Square Park no Baixo Leste. Foi no Tompkins Square Park que Krzysztof Wodiczko começou a entrevistar desabrigados de sexo masculino pensando no projeto do Homeless Vehicle. Em 2002, no evento Arte Cidade Zona Leste, em São Paulo, alguns moradores de rua experimentaram o veículo.

O Homeless Vehicle baseia-se na arquitetura veicular do caminho de supermercado e facilita algumas necessidades básicas: de transporte, de descanso, de dormitório, de abrigo, de lavanderia. A mobilidade espacial é um problema central para pessoas excluídas de espaços privados do mercado imobiliário. Sem uma casa, ou algum lugar para guardar seus pertences, torna-se difícil mover-se pela cidade pelo fato de ter de carregar consigo todas as suas coisas. No final dos anos 80 em Nova Iorque, onde os excluídos de propriedade eram estimados entre 70.000 e 100.000 pessoas (entre 0,7% e 1,5% da população total da cidade). Muitos desses excluídos começaram a usar o caminho de supermercado ou sacos de transporte de carta postal para fazer a travessia de seus pertences nos arredores da cidade, e para coletar latas e garrafas que poderiam ser compensadas a favor de seus depósitos de moeda. Wodiczko aperfeiçoou sua invenção. O mais baixo compartimento do veículo está projetado para carregar pertences - malas, roupas, cobertores, comida, água, latas vazias.

Encontrar um lugar para dormir é também um problema, assim o compartimento topo, que pode ser usado para carregar coisas durante o dia, pode também ser desmontado em três seções. Cada seção é pensada por um residente plástico a prova d'água, e quando esticada, este compartimento superior forma um lugar para dormir. Por este motivo Wodiczko tem também se referido ao seu projeto como um "veículo-abrigo". Diariamente, o lavar-se também se constitui em dificuldade para esses excluídos: o "banho cônico" de alumínio do veículo, satiricamente lembrando um foguete ou qualquer outro dispositivo high-tech militar, dobra-se sobre si para transformar-se em uma bacia de lavagem. Em um modelo anterior Wodiczko tentou permitir um banheiro biopneumático no traseiro do veículo, mas isso mostrou-se impraticável.

Sendo uma resposta extrema e apropriada para o problema dos espaços sociais em massa, o Homeless Vehicle não é e nem é pensado como uma solução. Ele "não é um lar, mas um limite não legal" de acordo com Pope (1998): é uma "arquitetura provocada pela estéril, um projeto, a indicação de fuga, de retirada, ou de invasão e ataque". Com uma aparência de alta precisão, de instrumento industrial militar, ele expressa o absurdo e a obscuridade social da generalizada falta de moradia no coração do capitalismo mundial, mas isso realiza-se tão somente na medida em que o veículo é ri-gorosamente funcional. A prosaica utilidade do "banho cônico" para as necessidades diárias contrasta abruptamente com o patológico desperdício de US\$ 300 bilhões do orçamento de defesa, quando chama a atenção para o fato de que existe maior uso social numa simples bacia de lavagem do que num imenso arsenal nacional de sucata high-tech. O caminho de supermercado, um sutil símbolo, porém um agressivo



Homeless Vehicle. Exibido no Museu de Arte Moderna de São Paulo.

ícone de consumo expansivo, torna-se num símbolo tanto de produção quanto de consumo, uma tecnologia básica para a condição da vida diária. O absurdo do veículo liga-se à sua praticidade. Isso expressa e denuncia as relações hebra e desvenda definindo a situação de estar desabrigado.

Espelhos dos espaços privados do mercado imobiliário, os semi-teto ocupam espaços públicos, mas sua decorosa presença na paisagem urbana é violentamente controlada. Sua visibilidade é consistentemente apagada por esforços institucionais de removê-los para outros lugares - para abrigos fora de prédios e parques, para bairros pobres, para outros espaços marginais. Os despejados são também eliminados pelas desapercebidas campanhas pessoais daqueles que têm moradia, em não ver nenhum semi-teto. Este conceito apagar da contemplação pública, é reforçado por estereótipos da mídia, que inclusive culpam as vítimas e, relacionado a isto, justificam sua invisibilidade programada. Este reforço do o que quer os suprima em lugares sentimentais, faz com que os excluídos sejam interpretados como fantasmas semi ajuda (a outra palavra) excluídos da responsabilidade civil ativa e rejeitados da dignidade humana.

O Homeless Vehicle é uma invenção concebida que autoriza os desabrigados a apagar sua própria remoção social. Ele "revê", por tomar os semi-teto visíveis, acobertando suas identidades e "dramatizando o direito do invisível em não ser isolado e excluído". Quebrando o nexo dominante do paisagem urbana, ele perpetua um "escândalo socialmente criado", torna-se "um veículo para argumentar os interesses da classe dominada em uma expressão de grupo, implementando o plano para trazer a luz a realidade social, no apoio ao direito desses grupos a reservar a marginalização".

A tensão entre o absurdo e a funcionalidade é expressada não apenas através do design do veículo, mas através de sua revelação prática sobre a vida cotidiana como inerentemente espacial. O Homeless Vehicle expressa a geografia política estratégica da cidade. Desabrigados as captam invisivelmente no espaço, ou melhor ainda captaram-nas nos interstícios de uma geografia urbana produzida e reproduzida de tal modo que os exclui. O Homeless Vehicle, por paradoxo, é simultaneamente um meio de produção e reprodução, permitindo aos despejados produzirem e reproduzirem espaço na medida em que aumentam suas possibilidades de sobrevivência. Ele é um meio de criar uma maior solidariedade, uma geografia política numa cidade de espaços excluídos. Por permitir mais ampla mobilidade espacial, ele abre as possibilidades para vacilar cobias e para mendigar; ele pôde alcançar as mais distantes latas e garrafas dos centros de salvação e produzir novos acessíveis lugares para dormir; permite mais rápida e eficiente fuga frente a possibilidade de hostilidade e agressão policial; de um modo geral, ele torna menos ápera a rotina diária da vida. Mais que encontrar um semi-teto em localizações precárias, o veículo facilita-lhes o domínio do espaço em termos de planos. Operadores do Homeless Vehicle "adquirem domínio do espaço pela sua obrigação de inventá-lo." É a mobilidade crescente aumenta a oportunidade para reunião e organização pública; Ele toma os semi-teto mais autônomos em relação à frágil coerência da geografia política dominante da cidade.

*Veio de SMITH, Neil. "Homeless/Global, Soaring Flaming", capítulo 8, in J. Bird, Mapping The Future: Local Cultures, Global Changes, Routledge, London, 1993. Tradução: Nita (junho de 1995). Este é um trabalho não autorizado. Qualquer citação deve ser feita no original com tradução em nota de rodapé. (R. de L.)

*Este escrache está no texto "O processo de mobilização e reinvenção urbana no centro do Rio de Janeiro e suas perspectivas", de Rosalva Duarte, que pode ser lido em <http://www.usp.br/igoviv/forum/04-04-04.htm>

**Esta escrita em agosto foi enviada da seguinte forma: www.comunicacao.br/empagamento/ideias/ideias0101.htm, com o título "Vida e combate do revitalização de centros urbanos"

escreveu no erro pelo contato de Mariana, é enviado pelo contato do Pedro, se quiser pelo contato de Julia, a julia pelo texto da web acima

dedico este texto a todos as pessoas vivas dos centros e das periferias



Nova ocupação!

"Operação Limpa" expulsa moradores dos viadutos



Moradores do viaduto, na rua Amarel Bergel, centro de São Paulo são expulsos pela Polícia Militar. Aqui, continua morando no próprio viaduto, um pouco mais adiante.

O TRECHEIRO

EDITORIAL

Sob nova direção! Para onde?

Muitos leitores vão se lembrar de já terem visto a frase: "sob nova direção", originalmente estendida em faixas de pano em frente a bares e restaurantes pela cidade. Isto sempre acontece quando o bar está para entrar em falência ou foi vendido. O objetivo da frase é dar a sensação ao cliente que aquele estabelecimento estará melhor e conseqüentemente, conquistar a clientela. Normalmente, esses estabelecimentos estão sempre com esta faixa e não conseguem se desenvolver. A única saída é encontrar um novo gerente ou dono.

A cidade de São Paulo, ou melhor a cultura político-administrativa do nosso país é muito semelhante a esta história dos estabelecimentos "sob nova direção". A cada 4 anos a Cidade, o Estado, e o País estão com um novo dono ou novo gerente.

Vamos ficar com o caso da cidade de São Paulo. Sob a direção do prefeito José Serra há 3 meses, a cidade parou e até piorou. Várias obras foram interrompidas, pagamentos não realizados, serviços de limpeza foram cortados, entidades sociais foram obrigadas a diminuir a qualidade dos serviços, quando não fecharam por falta de pagamento e manufaturas nas regras de comércio por parte da nova direção da cidade. A palavra continuidade não está no dicionário dos políticos. Tudo que o antecessor fez estava errado e a nova direção tem que reconstruir tudo de novo. Sempre há uma interrupção dos serviços e a nova direção precisa se mostrar como competente. Então, o melhor é partir para ações de imediata visibilidade. Limpeza! Centro limpo! Casa bagulho! Notícias do prefeito limpando a rua! Os problemas da cidade se resumem no problema da limpeza. A ideia é esta: a cidade está sob nova direção! Tudo vai melhorar. Confiam na nova direção. Com isto, todo aprendizado das administrações anteriores são engavetados. Pode até ser que a nova administração chegue aos mesmos projetos, mas agora são da nova direção.

Não é possível a cada quatro anos viver com este caos. No caso da população de rua há um aprendizado, existem leis, uma política de assistência social que no mínimo deveria ser discutida, aperfeiçoada e não esquecida. Conhecemos pelo retrocesso da expulsão de pessoas que se abrigam em baixo de viadutos e vivem pelo contrio. Em primeiro lugar, já há um aprendizado de que questões sociais não são caso de polícia. Temos visto e recebido vistas denuncias que a polícia simplesmente está expulsando as pessoas da rua dos locais onde elas estão. Isto, além da violência no trato e de ter seus pertences levados como lixo. A polícia não está preparada para tratar com pessoas em condições de direito, ainda mais com pessoas vulneráveis sem nenhum direito expelido. O tratamento é preconceituoso e truculento.

O Trecheiro presenciou uma dessas ações no mambuco que fica na Av. Amarel Bergel, e pôde sentir na própria pele a visão que a polícia tem dessa população. Simplesmente, recolheram os pertences das pessoas e as expulsaram do local. Aquelas que resistiam eram levadas para a delegacia para fazer o Boletim de Ocorrência por desobediência a autoridade. Questionado porque não tinha nenhuma assistência social, o oficial, com toda sua autoridade, questionou o repórter: "você está querendo me ensinar a trabalhar?". Ao ver uma câmera de vídeo, ele a requisitou para ver o que tinha sido gravado, mas gento de clara intimação. O caminhão com os pertences das pessoas estava escoltado por dois carros de polícia e o viaduto guardado por quatro PM que usavam bicicletas. As pessoas simplesmente mudaram de lugar e tiveram de buscar comida e roupas para continuar sobrevivendo. Falou colocar a faixa no viaduto: sob nova direção!

Tínhamos conquistado na antiga direção uma metodologia um pouco mais humana para essas abordagens. Mesmo não resolvendo o problema, as pessoas eram respeitadas e tinha todo um processo de conversa. Seria interessante e sub-perfeito pensar um pouco mais, conhecer mais a cidade, descobrir que existem pessoas, organizações que podem colaborar para que estas barbáries não voltem. Todos nós queremos uma cidade limpa, organizada, calma, a começar pelas pessoas. A cidade só pode ser diferente se for construído um trabalho social que possibilite uma vida digna para as crianças dos faróis, para os moradores de rua e para os pais de família que insistem de sobreviver trabalhando como camelo. Esse trabalho, para ser eficaz, precisa ser construído dentro do aprendizado de vários atores da cidade. Não é só colocando a polícia que se vai resolver.

Por falar em polícia, os chacinos do Rio de Janeiro, como as de São Paulo, estão apontando o despreparo da polícia, em particular da Polícia Militar. Questões sociais não são problemas de polícia!

Arquitetura da Expulsão



Mais rampas e grades para a cidade de São Paulo. Inauguração de dois novos albergues. Processo de expulsão da Copanmare. Despejo de sem-teto. Promessa de melhoria da rede de proteção para as pessoas em situação de rua. Mudança na estrutura do Projeto Boracem. Enfim, qual a política da administração do prefeito José Serra para a população em situação de rua? Por um lado, há uma clara política de expulsão dos pobres do centro e, por outro, um discurso de inclusão e melhoria da rede de proteção?

Projeto de arquitetura - depois da palestra, pessoas em situação de rua conferiram com o arquiteto.

O Trecheiro

Página 4

Outubro - 2005

Arquitetura da Expulsão

por **Wilson Moreira**

No começo de 20 de setembro deste ano, o prefeito José Serra anunciou a construção de rampas de concreto sustentadas de sua autoria nas extremidades da Av. Paulista na passagem subterrânea que leva à Av. Dr. Arnaldo. O piso é todo de concreto e próximo ao túnel inclinado para evitar a presença de poças que cause a escorregadia dos pedestres.

A palavra "arquitetura" designa a arte de "edificar". "Edificar" tem relação com construir obras, estruturas de arte ou não, também tem relação com levar à cidade. Mas, "edificado" tem relação com a disposição firme e dura em praticar o bem. Portanto, qual "bem" a Prefeitura da cidade vem realizando e para quem exatamente é realizado esse "bem" quando passa a construir "rampas sustentadas de rua"?

Segundo os critérios de boa arquitetura, obras de tanta presença visível no local, rampas e um beirado de 30 metros. Para a Prefeitura a construção da rampa tem por objetivo evitar construído qualquer coisa no meio da rua. Mas, a porta-voz do comando de policiamento militar do capital, Capitão Renato Elias, afirma que a obra está ao nível Folia de São Paulo no endereço Colônia de 24/9/2007 que "Não houve aumento de segurança no passeio, sobretudo não está sendo construído um rampa".

A Prefeitura alega que vem desenvolvendo trabalhos na área de Assistência Social com o intuito de melhorar a situação de rua. No entanto, no dia 11 de abril a Subprefeitura de Pinheiros anunciou a mudança sob o Viaduto da Rua João Moreira, próximo aos metrô, albergue, mas 24 dias depois os moradores voltaram ao local. Como poderiam voltar se o espaço não foi, uma série de ações não sendo implementadas.



Rampa construída na passagem entre as Avenidas Paulista e Doutor Arnaldo.

Em 2002, a Prefeitura anunciou que estava desenvolvendo um projeto de melhoria da rede de proteção para as pessoas em situação de rua. O projeto prevê a construção de rampas sustentadas de rua, grades e grades para evitar a presença de poças que cause a escorregadia dos pedestres.

Para Wilson Moreira, que aderente há dois anos ao núcleo da Av. Paulista está seguro que se for expulso do passeio, sobretudo se não houver rampas sustentadas, ele deve "fazer um beirado de 30 metros de comprimento e um beirado de 30 metros de largura". Para ele, a Prefeitura está construindo um beirado de 30 metros de comprimento e um beirado de 30 metros de largura. Para ele, a Prefeitura está construindo um beirado de 30 metros de comprimento e um beirado de 30 metros de largura.

A Prefeitura ao longo da época anunciou e não para o trabalho, ele propõe uma política ligada à arquitetura, que se traduziu a exclusão social que se concretizou grande parte dos recursos na cidade. Uma das propostas de saída da situação de exclusão é que se construa os beirados de rua e a

No bairro da Luz, famílias estão acampadas na rua

por **Fabiano Viana**

Aproximadamente 100 famílias foram despejadas no bairro da Luz, no dia 4 de outubro, com a reorganização de ruas no B'la. O projeto que já estava bastante discutido por conta da empresa Transbrasil de Linhas Aéreas e chegou essas famílias durante três anos.

Em entrevista com o jornalista Raul Sérgio, ele relatou que a "cidade foi pacífica. A gente não queria fugir com medo, porque aqui não há desconhecidos novos. Eles são conhecidos e bem conhecidos, são os mesmos que sempre foram".

A Secretaria Estadual de Assistência Social está realizando um cadastro das famílias para o trabalho social em geral, mas não foi possível no bairro Maria das Graças Silva, assistente social do município de São Paulo afirma ainda, mesmo que passaram a trabalhar o cadastro para depois ver que era extremamente difícil.



Barracas construídas após despejo no centro da cidade.

O Trecheiro | outubro de 2005

DIREITO À CIDADE

Movimentos reagem à política de limpeza social no centro de SP

Sem-teto, catadores de material reciclável e moradores de rua não fazem parte da política de “revitalização” da Prefeitura de São Paulo para o centro da cidade. Para entidades que trabalham com o tema, expulsão não resolve o problema da área.

Fernanda Sucupira - Carta Maior

SÃO PAULO – O significado prático de “revitalização”, no Brasil, raramente reflete as definições encontradas nos dicionários. Historicamente, o termo está muito mais para um eufemismo de “limpeza social”. O processo de recuperação da região central da capital paulista que está sendo colocado em prática pelo prefeito José Serra (PSDB) não foge à regra.

A recuperação de edifícios públicos importantes, a reforma de praças, parques e avenidas, o combate aos crimes e a tentativa de atrair investimentos da iniciativa privada não estão sendo acompanhados de políticas públicas que incluam os grupos marginalizados que vivem ou trabalham na região central da cidade. Pelo contrário, os sem-teto estão sendo removidos de suas ocupações, o trabalho dos catadores de material reciclável está sendo dificultado e os moradores de rua têm sido vítimas de atos preconceituosos e alvo de ações repressivas para que não fiquem mais no centro. Tampouco são apresentadas alternativas viáveis para a parcela de excluídos que vive na região.

Essa política, no entanto, foi bastante elogiada numa matéria da revista Veja, na edição da 11 de janeiro, intitulada “A solução é derrubar”. O conteúdo veiculado pela publicação semanal causou indignação entre movimentos sociais, urbanistas, organizações ligadas aos moradores de rua e que defendem o direito à cidade, entre outras. O Instituto Polis começou a formar, na semana passada, junto a outras entidades da sociedade civil, uma rede de repúdio à revista. Para eles, o texto é preconceituoso e viola os direitos humanos. O Centro de Mídia Independente, por sua vez, lançou uma campanha contra o periódico intitulada “A solução é não assinar”.

A matéria em questão trata especialmente do caso da Cracolândia, região degradada do centro, no bairro da Luz, em que a subprefeitura da Sé realizou no ano passado uma série de ações para fechar bares e hotéis que estavam ligados ao tráfico e à prostituição, retirou moradores de rua e aumentou o policiamento para inibir o consumo de drogas no local. Em seguida, a prefeitura declarou de utilidade pública 750 imóveis, em uma área de 105 mil metros quadrados, que agora podem ser desapropriados. A idéia é retirar os sem-teto da região e atrair empresas, por meio de incentivos fiscais, que possam “valorizar” a área.

“Um projeto para o centro tem que ser pensado a partir do contexto brasileiro de profundas desigualdades sociais, precisa incluir a população de baixa renda para promover uma mistura socioeconômica a fim de construir uma sociedade mais equilibrada”, defende o pesquisador Francisco Comaru, da equipe de urbanismo do Instituto Polis, que integra o Fórum Centro Vivo, articulação que reúne movimentos populares urbanos, pastorais, universidades, sindicatos e entidades de defesa dos direitos humanos, educação e cultura em São Paulo.

Segundo ele, nas últimas décadas vem ocorrendo um movimento perverso de esvaziamento do centro e inchamento das periferias, onde há menos empregos, infra-estrutura e oferta de serviços de educação e saúde, menor número de atividades culturais e uma rede de transporte público mais precária. “A região central tem um potencial muito grande para abrigar a população que trabalha no centro e diminuir o impacto econômico, social e ambiental desse deslocamento”, diz. Nesse sentido, a política que vem sendo implementada na Cracolândia e em outros locais não ajuda a reverter esse processo, pois não estimula o uso residencial dessas áreas, o que evitaria a necessidade de um movimento pendular entre residências e

locais de trabalho e serviços oferecidos pela cidade, que gera enormes congestionamentos e contribui para aumentar a poluição da cidade e diminuir a qualidade de vida da população em geral.

Há cerca de uma década, os movimentos de moradia da cidade de São Paulo vêm lutando intensamente para permanecer no centro, por meio de ocupações, mobilizações e outras formas de pressão e diálogo com o poder público. Durante a atual gestão da prefeitura de São Paulo, no entanto, foram realizadas diversas reintegrações de posse e remoção das famílias que se encontravam nesses imóveis vagos sem qualquer preocupação com o destino dessas pessoas.

“Existe uma disputa pesada pelo território no centro de São Paulo. Os comerciantes, os empresários, o mercado financeiro e imobiliário, com o apoio do poder público, têm uma visão de que o centro tem que ser modernizado, que o patrimônio histórico e cultural deteriorado tem que ser recuperado, que a classe média deve voltar à região e que tudo isso é incompatível com a possibilidade das pessoas de baixa renda viverem nesse território. Esse é o grande conflito”, avalia Benedito Roberto Barbosa, conhecido como Dito, representante da União de Movimentos de Moradia de São Paulo.

Na gestão Marta Suplicy, de acordo com Dito, havia diálogo com os movimentos e foram implementadas algumas políticas interessantes, como os programas Bolsa Aluguel e Locação Social. “Quando esse novo governo começou, havia a expectativa de que pelo menos essas iniciativas tivessem prosseguimento, mas isso não aconteceu. A secretaria deixou de negociar com os movimentos e de dialogar para buscar alternativas para a população que foi despejada do centro”, critica.

O professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Nabil Bonduki, ex-vereador petista durante a gestão da prefeita Marta Suplicy (PT) e relator do projeto de lei do Plano Diretor, concorda que não pode haver uma política para a região central que leve à exclusão dos setores populares. “Isso cria uma cidade que não responde ao conjunto de seus habitantes e classes sociais. O centro tem que ser um espaço de todos”, enfatiza. Para ele, é necessária uma intervenção positiva, que não se baseie na idéia de demolição, mas de reaproveitamento do patrimônio construído.

Preconceito

Está embutido na atuação da prefeitura, e também na matéria da Veja, que traduz o pensamento de uma parcela da sociedade brasileira, um preconceito contra a população de baixa renda. Para melhorar a imagem do centro, na visão dos setores conservadores, é preciso deixar cada vez mais distantes os trabalhadores informais, os sem-teto, os catadores de material reciclável, os moradores de rua e profissionais do sexo; torná-los invisíveis aos olhos da elite paulistana.

“Está ocorrendo uma criminalização da população que vive nas ruas da cidade. Não se pode confundir os moradores de rua com criminosos”, alerta o padre Júlio Lancellotti, da Pastoral do Povo da Rua, que foi duramente atacado pela matéria da Veja e acusado de “demagogo”, o que gerou uma forte revolta na população que admira o trabalho incansável do padre na defesa dos direitos humanos de grupos excluídos. O ciclo de manifestações da pastoral realizadas no ano passado relacionadas ao massacre dos moradores de rua em 2004 havia sido encerrado, mas como se iniciou um novo massacre pela imprensa, ele foi reiniciado. Nesta quinta-feira (19), em ato público, foi denunciado o preconceito contra os moradores de rua que reivindicaram políticas públicas destinadas a eles. Também foram expostas as centenas de mensagens enviadas para a revista Veja, com cópia para Casa Vida e Pastoral de Rua, que não foram publicados pela edição seguinte. Além disso, foi apresentada uma Ação Civil Pública do Ministério Público Estadual em relação às rampas antimendigo, construídas na gestão Serra.

Soluções

Esse embelezamento desejado pode realmente ocorrer, mas os problemas não serão resolvidos de fato, apenas transferidos para outros locais. “Ninguém é contra a valorização do centro da cidade e ninguém vai defender a criminalidade, a violência e o narcotráfico, mas a questão mais complexa é tentar fazer do centro o cartão de visitas da cidade tendo que tirar compulsoriamente a população de rua ou que está em outras áreas degradadas. Isso não surte efeito”, diz Lancellotti.

A revalorização do centro, para o Padre Júlio, tem que partir da revalorização da vida das pessoas, do espaço público e das políticas públicas. "Quais foram as políticas implementadas na Cracolândia? Quais os espaços de convivência, os serviços de saúde e prevenção de uso de drogas, quais atividades de cultura, de lazer e esportivas, de profissionalização e capacitação que estão sendo feitas com as pessoas que ficavam lá?", questiona.

Os albergues, apontados por muitos como a solução para a questão dos moradores de rua - inclusive por representantes da prefeitura - são uma política insuficiente e paliativa. Eles não recebem famílias, pois separam por sexo e por idade, impõem horários rígidos de entrada e de saída, não oferecem privacidade às pessoas que vivem neles. Por isso, muitas pessoas sequer querem ir aos abrigos, preferem ficar nas ruas. "Devem ser criados abrigos que não sejam apenas dormitórios noturnos, mas lugares de requalificação e inserção profissional", defende Bonduki. Como essa população é muito heterogênea, o papel do poder público em relação a essa situação é bastante amplo, implica na criação de espaços de convivência, de políticas nas áreas de saúde, trabalho e moradia, entre outras.

Além disso, os albergues não substituem uma política de habitação necessária para a área central, que deve incluir a utilização da grande quantidade de imóveis vagos ou ociosos na região e a criação de habitações de interesse social e outros programas.

A proposta de acabar com diversos calçadões de pedestres no centro da cidade, em vias de ser concretizada pela subprefeitura da Sé, também é alvo de críticas, por estimular a utilização de carros. Isso porque a requalificação da área central também passa pelo incentivo ao uso do transporte público - com integração cada vez maior entre ônibus, metrô, trem e barateamento das tarifas, que cada dia pesam mais no bolso da população de baixa renda - somado a mecanismos que desestimulem o transporte individual, como rodízios e pedágios.

Uma solução real para os problemas da cidade de São Paulo, definitivamente, não passa por derrubar a Cracolândia, como propõe a revista *Veja*, nem outras áreas do centro. "É preciso atracar as causas e não as conseqüências. Dessa forma que está sendo feito não se resolve o problema do tráfego, nem das desigualdades, nem os problemas urbanos. Fica esteticamente mais agradável, mas agrava os problemas e contribui para uma cidade mais insegura porque as barbaridades que são promovidas de um lado aparecem de outra forma do outro, na falta de segurança", conclui Comaru.

http://agenciartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10082
Movimentos Sociais | 22/02/2006 | Copyleft

SÃO PAULO

Às vésperas do 8 de março, ONG feminista aguarda despejo

São Paulo pode perder uma das ONGs feministas mais atuantes na área central da cidade, o CIM (Centro de Informação da Mulher). A organização, que tem uma biblioteca com o maior acervo de publicações feministas da América Latina, foi ameaçada de despejo pela Prefeitura, que é dona do imóvel.

Rafael Sampaio - Carta Maior

SÃO PAULO – Às vésperas do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, São Paulo pode perder uma das ONGs feministas mais atuantes na área central da cidade, o CIM (Centro de Informação da Mulher). A organização, que tem uma biblioteca com o maior acervo de publicações feministas da América Latina, foi ameaçada de despejo pela Prefeitura.

Seus 10 mil livros, 1500 cartazes, 500 títulos de periódicos e 90 vídeos estão hoje abertos para pesquisadores e o público em geral. Mas todo esse acervo vai ficar indisponível, já que o pedido de desocupação do prédio onde hoje está o CIM, enviado pela Subprefeitura da Sé há vinte dias, está previsto



para ser executado no começo do mês de março.

Além da biblioteca, o CIM é ponto de encontro para as reuniões do comitê estadual da marcha Mundial das Mulheres, que reúne cerca de 60 entidades em prol dos direitos das mulheres. Recentemente essas entidades assinaram uma petição em que defendem a permanência do CIM no imóvel, que pertence à Prefeitura e foi cedido à organização em 1991. "Por ficar no centro de São Paulo, este é um ponto de encontro natural da Marcha Mundial das Mulheres", diz Sônia Coelho, da SOF (Sempreviva Organização Feminista). Ela garante que o tema do despejo será levado às manifestações pelo dia Internacional da Mulher, no próximo dia 08.

Como se não bastasse a ordem de desocupação, os membros do CIM enfrentam outro problema: os funcionários da subprefeitura, que desde janeiro medem e fotografam a fachada do imóvel, além de fazer sugestões para que a ONG torne-se mais "apresentável", não portam documentos que os identifiquem. De acordo com Sônia, que chegou a acompanhar uma destas abordagens de perto, os técnicos da subprefeitura evitam divulgar seus nomes e trazer procurações que provem para quem eles trabalham.

Marta Baião, presidenta do CIM, está preocupada com o constrangimento causado por essas abordagens informais. O funcionário que fez o pedido de desocupação a ela não se identificou e não soube informar qual será o dia exato em que a ONG deverá ceder o imóvel. Baião receia que a organização seja desalojada de surpresa. Ela crê em uma "perseguição política" contra o CIM, já que a prefeitura não deu garantia de que cederá outro espaço para abrigar a ONG. Tampouco garantiu prazo razoável para a mudança ou transporte para os bens da entidade.

"Os encontros 'informais' com os funcionários são uma prova de que a prefeitura evita se comprometer com qualquer ajuda para o CIM", diz Baião. O vereador Paulo Teixeira (PT-SP) enviou uma requisição protocolada à prefeitura, no fim de janeiro, para pedir um imóvel que hospede a ONG.

CONTRATO PRECÁRIO

Desde 1991, durante a gestão da ex-prefeita Luiza Erundina, o CIM está sediado no centro de São Paulo. O contrato de "permissão de uso a título precário e gratuito" assinado com a prefeitura permite que haja revogação a qualquer momento, desde que as exigências de manutenção não sejam cumpridas.

Quando assinou o contrato, o CIM comprometeu-se com a manutenção interna do imóvel. Cabe à prefeitura a manutenção da fachada e da área externa em torno da ONG, segundo o documento. Desde que foi cedido, no entanto, a área externa do imóvel nunca passou por reformas. A deterioração da fachada provocou infiltrações no interior do imóvel. Já a ONG resolveu as infiltrações e "improvisou" uma solução para as goteiras.

CONFIRMAÇÃO

A Subprefeitura da Sé confirma que o projeto de revitalização da Praça Franklin Roosevelt, onde está o imóvel que aloja a ONG hoje, entra em execução neste ano com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). "Os prédios localizados na Praça Roosevelt darão lugar a uma grande área verde", informa comunicado da Subprefeitura. O comunicado nega que seus funcionários atuem sem identificação, mas "promete averiguar o caso citado".

Os funcionários da subprefeitura atuam em conjunto com técnicos do programa "Ação Local", que faz parte da Associação "Viva o Centro". João Paulo Ricardo, presidente do programa "Ação Local" da praça Roosevelt, confirma que haverá a expulsão do Centro de Informação da Mulher. "O imóvel onde hoje se encontra o CIM será demolido", diz ele.

Ricardo confirma ainda que o "Projeto de Revitalização" da praça não inclui uma nova sede para o CIM. Para ele, a forma como a revitalização está sendo feita é questionável, já que os habitantes do centro são abordados informalmente. "Se continuar assim, pontos polêmicos como o do CIM não serão discutidos com a população local; os imóveis serão simplesmente desocupados", diz o presidente da "Ação Local".



Ele espera que a ONG participe das próximas reuniões da "Ação Local" para discutir o projeto de revitalização. "A reforma da Praça Roosevelt é inevitável. Por isso é melhor que todos exponham seus pontos de vista", diz Ricardo.

HIGIENIZAÇÃO

Não é a primeira vez que a prefeitura toma medidas duras para desocupar imóveis no centro de São Paulo. No dia 2 de fevereiro, a Subprefeitura de Pinheiros interditou a casa noturna "Atari Club". O primeiro argumento recaiu na suspeita de que não haveria alvará de funcionamento. Os donos da casa noturna possuem, no entanto, um documento de anistia que permite a permanência do estabelecimento.

Sônia Coelho, da SOF, acredita em uma série de articulações nefastas para "higienizar" o centro, fazer uma verdadeira "limpeza social". Para ela, os ataques da prefeitura centravam-se, antes, nos moradores de rua e nas ocupações de sem-teto. "Além de perseguir os pobres, agora José Serra persegue os gays, as mulheres e os movimentos sociais", lamenta Coelho.

Durante 2005, a prefeitura tucana despejou cinco grandes ocupações organizadas por movimentos de sem-teto no centro de São Paulo. As ações determinadas pela Justiça atingiram famílias das ocupações nas ruas Plínio Ramos, Paula Souza, Tenente Pena, Brigadeiro Tobias e do Ouvidor, e parte delas ocorreu com violência e com o auxílio da tropa de choque.

ONG FEMINISTA

O Centro de Informação da Mulher surgiu em 1979 e se constituiu juridicamente em 1981. A organização tem por objetivo responder a uma demanda histórica do movimento feminista: a construção da memória da luta das mulheres brasileiras contra a violência e pelos seus direitos no país.

Além de abrigar uma vasta biblioteca, o CIM desenvolve projetos permanentes de prevenção para DST e para a Aids que beneficiam grupos marginalizados do centro da cidade, como transexuais, travestis e prostitutas. A Secretaria de Estado da Saúde, em um convênio estabelecido com a entidade para 2006, prevê o financiamento de R\$ 74 mil para materiais de divulgação sobre os perigos das DSTs, que serão distribuídos pelo CIM a seu público-alvo. "Como podemos honrar o compromisso com o convênio público se seremos despejadas?", preocupa-se Baião.

"Estamos sendo perseguidas por lidar com pessoas marginalizadas, como prostitutas e travestis?", indaga mais uma vez a presidenta do CIM. Para ela, a utilidade pública da ONG pode ser comprovada com o convênio com a Secretaria do Estado da Saúde e outras ações para encaminhamento e auxílio para mulheres em situação de violência doméstica.



Carros no lugar das pessoas

Prefeitura abre ruas do centro para o trânsito de carros em detrimento dos/as pedestres, dando seqüência à “revitalização” da região

Desde o dia 20 de junho o trânsito de veículos de passeio está liberado na rua 7 de abril, onde antes só circulavam pessoas e carros de serviço. Alegando que essas alterações pretendem melhorar a circulação de veículos na região central da cidade, que é a mais bem servida de transportes públicos da cidade. A prefeitura também pretende acabar com calçadões e abrir outras ruas como a 15 de Novembro, Florêncio de Abreu, Formosa e os arredores do Vale do Anhangabaú. Além disso, o governo municipal está realizando várias outras medidas para deixar o centro mais “bonito” e fazer com que a elite volte a frequentá-lo.

Diariamente a Guarda Civil Metropolitana caça os/as camelôs pelas ruas do centro, impedindo-os/as de trabalhar e eliminando, assim, sua única fonte de renda. Também já foi executada esse ano a “operação limpa”,

que, alegando o combate ao tráfico de drogas, promoveu uma limpeza social em ruas do centro durante o mês de março. Centenas de meninos e meninas de rua foram recolhido/as pela polícia militar, o que é ilegal e contrário ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disso, de acordo com depoimentos, moradores/as de rua são forçados pela polícia militar a deixar certos pontos do centro. Prédios abandonados, que há anos foram ocupados por grupos de pessoas sem-teto, estão sendo desocupados e serão negociados na crescente especulação imobiliária.

Todas essas medidas são parte do programa de revitalização do centro, financiado principalmente pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Essa revitalização busca apenas trazer a elite de volta ao centro e torná-lo mais propício ao turismo, escondendo atrás



Rua 7 de abril: a prioridade é o carro

da fachada de beleza, moradores/as de rua, catadores/as de lixo reciclável, camelôs e pessoas sem-teto.

Em vez de promover limpeza social ou abrir ruas para que a elite possa ir ao centro com seus carros de luxo, a prefeitura deveria

se empenhar em promover melhores condições de moradia e trabalho para a população de baixa renda que ela tenta excluir. Fazer com que o centro continue sendo um local de convergência de pessoas, não uma vitrine para a elite e os turistas.

O Centro de Mídia Independente (CMI) é uma rede internacional de produtores e produtoras de mídia livre e independente dos interesses empresariais e governamentais. A reprodução total ou parcial da matéria é incentivada, mas apenas para fins não comerciais. O CMI também possui projetos de vídeo, rádio e internet. Para mais informações entre em contato pelo e-mail saopaulo@midiaindependente.org

CAMPANHA PELO CANCELAMENTO DA ASSINATURA DA REVISTA VEJA

Matéria apoiando medidas da prefeitura no centro de São Paulo e criticando o padre Júlio Lancelotti gera movimento por cancelamento de assinaturas

No dia 11 de janeiro, a revista Veja publicou matéria assinada por Camila Antunes intitulada "A solução é derrubar" na qual apóia as recentes iniciativas da prefeitura de São Paulo no centro da cidade como a expulsão de ambulantes, a abertura dos calçadões ao tráfego de veículos, a desapropriação de moradores pobres e a construção de rampas *antimendi-go*. A matéria também ataca pessoalmente o padre Júlio Lancelotti, da Pastoral do Povo da Rua que tem criticado a prefeitura municipal e defendido a população pobre que vive no centro da cidade.

A ação da prefeitura no centro tem sido alvo de muita controvérsia e tem sofrido a oposição sistemática de urbanistas, ONGs e movimentos sociais. A matéria seria apenas mais um elemento na polêmica se não tivesse utilizado uma linguagem manipuladora e agressiva e atacado pessoalmente um dos principais defensores dos direitos humanos da cidade.

A matéria de Veja diz que o centro está degradado e como o título da matéria indica, a única solução para ele é "a demolição pura e sim-

ples". Veja aponta como problemas do centro, não apenas o crime e o tráfico de drogas, mas também a ação dos vendedores ambulantes (descritos como "comércio de produtos piratas") e, sobretudo, a presença de pessoas pobres. Para Veja, o centro está degradado, porque a despeito de tentativas de "recuperação" (como a reforma da Estação da Luz, da Pinacoteca e da Sala São Paulo), ele "continua sendo um reduto de pobreza". A própria instalação de 400 famílias sem-teto em prédios abandonados promovida pela última administração é vista não como uma ação social, mas como um impedimento para a recuperação da região.

O artigo também louva a iniciativa da prefeitura de desapropriar imóveis da região da Cracolândia sem pagar imediatamente indenização. As desapropriações são um instrumento pelo qual o poder público reivindica o uso de propriedades privadas para uma finalidade pública, como a construção do metrô. Mas as desapropriações da Cracolândia beneficiarão apenas a iniciativa privada que está sendo convidada a se estabelecer no local com benefícios fiscais. Além de terem suas casas

desapropriadas para fins privados, os moradores não receberão indenização até que a prefeitura consiga vender o terreno para as empresas. O sub-prefeito da região central, Andrea Matarazzo, não se preocupa com o destino dessas pessoas e declarou a Veja que os prédios onde moram "são apenas um antro que atrapalha o funcionamento da cidade." A reportagem termina com um violento ataque ao padre Julio Lancelotti que é chamado de "demagogo" e acusado de querer que a população de rua permaneça na atual condição para que possa manipulá-la politicamente.

O ataque ao padre Julio Lancelotti, reconhecido em toda a cidade pelo seu trabalho social com os meninos de rua e a identificação dos moradores pobres do centro com assaltantes, bandidos e traficantes deu origem a uma campanha pedindo o cancelamento de assinaturas da revista Veja. A campanha foi inspirada numa campanha semelhante contra o Jornal Zero Hora que foi acusado de manipular os dados nas eleições para governador no Rio Grande do Sul e levou mais de 20 mil leitores a cancelar assinaturas.



Recentemente, diversas partes da cidade de São Paulo apareceram grafitadas com os slogans "Veja Mente" e "Desassine Veja".

Um exemplo

Há quem diga olê,olê,olê,olá catador de norte a sul e de acolá...
Nessa marcha sem parar,caminhar é resistir e se unir é reciclar.
Os movimentos sociais organizados seguem em frente, apesar das
borrachadas,de tantas batalhas perdidas. De tantas perdas e
danos! E nessa pegada, apoiado pelo MNCR (Movimento Nacional
Catadores de Materiais Recicláveis, vem crescendo o MNPR
(Movimento Nacional da População de Rua)de luta de defesa dos
direitos. Deveres, a gente já tem demais, são tantas regras e que
mudam toda hora.

De modo que vamos perdendo um conjunto de coisas
Pequenas e grandes, medidas paliativas, possibilidades de saída
Perdemos o bolsa aluguel, o locação social

A frentes de trabalho que a prefeitura reduziu o prazo
Sem contar os pagamentos que andaram atrasados
Nessa cidade, ganha-se pouco e ainda se é humilhado
Um sufoco a cada mês. Eta prefeito enrolado!

Quem é mais mal pagador afinal, ele ou as secretarias?
Ahl e perdemos também o conselho do Orçamento Participativo
Isso tudo em São Paulo, mas como nada se cria e tudo se copia
Brasília se corrompeu, os sem terra vacilaram, em BH não tem
frente de trabalho

No Rio o Exército pagou pau, em Pernambuco a matança de
mulheres
extrapolando

E o vale coxinha pros sem teto sendo cortado, as dita cuja do
bolsa emergencial

Agora prevalece o mais novo programa social do país, moda que já
pegou Sampa

É o BOLSA RETROCESSO.

E a tão esperada reforma urbana a tal da revitalização
Começou mal a beça, em prol da recuperação

Dos centros comerciais pra valorizar o mercado imobiliário
fortalecer o turismo,construir coisas pra inglês ver

E eu pensava que revitalização e reforma
Fossem sinônimo de resgate de valores humanos

Resgate de vidas, de futuro, de oportunidades
Da geração de postos de trabalho,da auto sustentação

da casa própria, da distribuição de renda mais justa
da arquitetura da igualdade e não da exclusão social,

Há que se repensar as reformas,mais respeito é o que se espera
Há que se espelhar no exemplo dos catadores(as)de materiais
recicláveis

Transformando lixo em luxo

Não basta prender carroças, realizar
despejos, confinar pobres em albergues
Revitalização tem de ser como a coleta
seletiva

Capaz de transformar uma simples
garrafa pet em, árvore,
brinquedos e flores.



*Sebastião Nicomedes Oliveira
Integrante do Movimento
Nacional de Luta e Defesa pelos
Direitos da População de Rua*

foto da capa:
Despejo da ocupação Plínio Ramos | 2005
Isadora Lins/ CMI São Paulo, 2005

contracapa:
Gentrificação | 2006
Bijari

OPERAÇÕES URBANAS E GENTRIFICAÇÃO

ESTÉTICA - ESPECULAÇÃO - EXCLUSÃO

